



Do Processo de Candidatura à Instalação de Jovens Agricultores: Melhoria de Procedimentos.

Identificação de estrangulamentos e propostas de melhoria

Autor: Henrique José Alves Lopes

Orientadora: Professora Doutora Elisabete Reis Carvalho

Coorientador: Professor Doutor Ricardo Ramos Pinto



Trabalho de Projeto para obtenção de grau de Mestre
em Gestão e Políticas Públicas

Lisboa
2014

Do Processo de Candidatura à Instalação de Jovens Agricultores: Melhoria de Procedimentos.

Identificação de estrangulamentos e
propostas de melhoria

Autor: Henrique José Alves Lopes

Orientadora: Professora Doutora Elisabete Reis Carvalho

Coorientador: Professor Doutor Ricardo Ramos Pinto

Trabalho de Projeto para obtenção de grau de Mestre
em Gestão e Políticas Públicas

Lisboa
2014

Agradecimentos

À minha orientadora, a Professora Doutora Elisabete Carvalho, pela disponibilidade, pelo apoio, pelo excelente contributo e pelo alargar de horizontes relativamente à Administração Pública.

Ao meu coorientador, o Professor Doutor Ricardo Ramos Pinto, pela disponibilidade e pelas excelentes sugestões para a melhoria no desenvolvimento do meu trabalho.

À Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP Centro), à Diretora Regional e aos Diretores Regionais Adjuntos por terem permitido a realização deste trabalho, pela cedência de informação para a caracterização da população e por permitir que os técnicos analistas de projetos pudessem dar o seu contributo através das entrevistas.

Aos Diretores de Serviços de Investimento e aos Chefes das Divisões de Investimento de Viseu e Coimbra pela colaboração na indicação dos técnicos para as entrevistas.

Aos Colegas da DRAP Centro, que colaboraram nas entrevistas e com as preciosas sugestões de melhoria.

À Engenheira Maria João Águas, pelo apoio e incentivo.

À Engenheira Margarida Teixeira, pela ajuda na definição do tema, pelo entusiasmo demonstrado com o trabalho e por todo o conhecimento que me transmitiu acerca do funcionamento da DRAP Centro e dos processos de candidatura.

À colega Maria José pela disponibilidade para a revisão do fluxograma.

Aos Jovens Agricultores que responderam ao inquérito e especialmente aqueles que concederam a entrevista.

A todos os colegas de trabalho da DRAP Centro, que me receberam e trataram de forma fantástica, desde o primeiro dia que cheguei a esta casa.

Aos meus amigos por todo o apoio e incentivo.

Aos meus pais por tudo aquilo que são e sempre foram para mim.

Ao meu irmão e sobrinha pelo orgulho que sempre tiveram em mim.

À Sofia, por tudo, mesmo tudo o que sempre fez por mim.

A todas as pessoas, que por lapso não mencionei o nome e que me apoiaram, àquelas a quem não pude dar atenção pela falta de tempo e a todos os que de uma forma ou outra contribuíram para que este trabalho fosse uma realidade.

Para todos o meu sincero, sentido e profundo agradecimento.

Dedicatória

À Sofia

Aos Meus Pais

À Bruninha

Resumo

Uma das queixas frequentes nos serviços da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro é a de que o tempo decorrido entre o surgimento da ideia para a instalação do Jovem Agricultor e a concretização dessa instalação é longo, devido às múltiplas exigências de diversos organismos e ao peso burocrático que daí advém.

A questão-chave deste estudo é verificar as etapas tidas como críticas pelos intervenientes no processo de candidatura e identificar as que são passíveis de serem redefinidas para obter maior eficiência e eficácia.

Assim neste estudo, enquadrado na perspetiva da Nova Gestão Pública (*New Public Management*), são apresentadas propostas de simplificação do processo. Estas propostas vão no sentido da redução do tempo decorrido desde o surgimento da ideia até à aprovação da candidatura à instalação do Jovem Agricultor. Para a apresentação destas propostas teve-se em conta todos os dados recolhidos e a informação obtida depois do seu tratamento.

Como resultado deste estudo, concluiu-se que a criação de linhas de orientação estratégicas para cada região, a melhoria da informação, a melhoria de comunicação interna e entre entidades, a desburocratização e a eventual centralização do processo e a criação de balcão do beneficiário poderia melhorar todo o processo de candidatura.

Palavras-Chave: Jovem Agricultor, Candidatura, Melhoria, Qualidade, Informação, Desburocratização.

Abstract

One of the frequent complaints in the Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro services is that the time between the emergence of the idea for the Young Farmer Installation and completion of this installation seems often unreasonable, due to the multiple demands of diverse organisms and the bureaucratic burden that comes with it.

The key issue is to study what are the steps taken by stakeholders as critical in the application process to identify which are liable to be redefined for greater efficiency.

Thus this study, framed within the perspective of New Public Management, presents several proposals for the simplification of the process under scrutiny. These proposals are aimed at reducing the time elapsed since the emergence of the idea to approve of the application with the Young Farmer Installation. These proposals took into account all the data collected and the information obtained after its analysis.

As a result of this study it was concluded that the creation of the strategic guidelines for each region, improved information, improved internal communication between entities and the possible bureaucratization and centralization of the process and creation of the beneficiary counter could improve the whole application process.

Keywords: Young Farmer, Application, Improvement, Quality, Information, Debureaucratization.

Índice geral

Agradecimentos	i
Dedicatória	iii
Resumo.....	v
Abstract	vii
Índice geral.....	ix
Índice de tabelas	xi
Índice de figuras	xv
Lista de acrónimos	xix
I. Introdução.....	1
II. Fundamentação teórica - Nova Gestão Pública (<i>New Public Management</i>).....	5
2.1. Origem e principais características	5
2.2. Influência do <i>New Public Management</i>	11
2.3. <i>Total Quality Management</i>	13
2.4. <i>Lean Manufacturing Theory e Total Quality Management</i>	25
2.5. Reengenharia	29
2.6. Consequências do <i>New Public Management</i>	35
2.7. Críticas ao <i>New Public Management</i>	37
III. Propósito do estudo e metodologia de investigação	41
3.1. Propósito do estudo.....	41
3.2. Metodologia de investigação	45
IV. Caracterização da amostra e da população	49
4.1. Caracterização da amostra e população	49
V. Apresentação e discussão de resultados	63
5.1. Fase I - Requisitos do candidato.....	63
5.2. Fase II – Procedimentos prévios à candidatura	67

5.3. Fase III – Requisitos específicos, restrições especiais e licenciamento camarário	75
5.4. Fase IV – Elaboração da candidatura	87
5.5. Fase V – Submissão da candidatura	93
5.6. Fase VI – Análise da candidatura.....	95
5.7. Fase VII – Aprovação/indeferimento da candidatura	97
5.8. Fase VIII – Contratualização	101
5.9. Fase IX – Execução do projeto.....	103
VI. Sugestões de melhoria.....	109
VII. Conclusão.....	113
VIII. Bibliografia	119
Anexos.....	125
Anexo 1 - Fluxograma do processo	125
Anexo 2 - Guião de entrevistas aos Jovens Agricultores.....	133
Anexo 3 - Transcrição das entrevistas aos Jovens Agricultores	137
Anexo 4 - Tratamento das entrevistas aos Jovens Agricultores.....	165
Anexo 5 - Análise das entrevistas aos Jovens Agricultores	169
Anexo 6 - Guião de entrevistas aos Técnicos Analistas das Divisões de Investimento da DRAP Centro.....	185
Anexo 7 - Transcrição das entrevistas aos Técnicos Analistas das Divisões de Investimento da DRAP Centro.....	189
Anexo 8 - Tratamento das entrevistas aos Técnicos Analistas das Divisões de Investimento da DRAP Centro.....	211
Anexo 9 - Análise das entrevistas aos Técnicos Analistas das Divisões de Investimento da DRAP Centro.....	215
Anexo 10 - Questões do inquérito aos Jovens Agricultores.....	231
Anexo 11 - Sugestões apresentadas pelos Jovens Agricultores no inquérito.....	247

Índice de tabelas

Tabela II-1 - Síntese dos princípios do <i>New Public Management</i> . Fonte: Rolo (2010:22)	10
Tabela II-2 - TQM Clássico e a sua adaptação ao Setor Público. Fonte Rocha (2009:55-56)	19
Tabela II-3 - Resumo das semelhanças e diferenças entre TQM e <i>Lean</i> , adaptado de Anvari, Ismail e Hojjati (2011:1591)	28
Tabela II-4 - Regras da reengenharia. Adaptado de Hammer e Champy, citado por Rocha (2009)	30
Tabela IV-1 – Análise das frequências das idades dos candidatos inquiridos.....	51
Tabela IV-2 - Área dos projetos onde houve maior investimento (% de projetos por Delegação de abrangência da DRAPC em relação ao total dos projetos de cada área de investimento)....	59
Tabela V-1 - Principais dificuldades dos candidatos antes da apresentação da candidatura (% de dificuldades de acordo com a principal área de investimento do projeto)	69
Tabela V-2 - Local onde os candidatos recorreram para obter a informação para a candidatura e como consideram a informação obtida (completa ou incompleta).....	70
Tabela V-3 – Dificuldades dos candidatos em 5 dos requisitos específicos que abrangem menor número de projetos	82
Tabela V-4 – Percentagem de candidaturas por cada um dos tipos de investimento	104
Tabela VII-1 - Síntese dos Constrangimentos detetados por fase do projeto e sugestões para ultrapassar esses constrangimentos	117
Tabela A.1 - Estado da candidatura ao projeto de Jovem Agricultor.....	171
Tabela A.2 - Surgimento da ideia do projeto	172
Tabela A.3 - Motivo do avanço do projeto.....	172
Tabela A.4 - Local de procura de informação.....	173
Tabela A.5 - Acesso à informação	173
Tabela A.6 - Local de acesso à informação.....	174
Tabela A.7- Nível de informação obtida.....	174
Tabela A.8 – Investimentos efetuados/a efetuar.....	175
Tabela A.9 – Localização da zona de investimento	175
Tabela A.10 – Restrições especiais da zona de investimento	176
Tabela A.11 - Pedidos de pareceres	176
Tabela A.12 – Estudo da viabilidade técnica do projeto	177

Tabela A.13 – Entidades elaboradoras do estudo de viabilidade	178
Tabela A.14– Mercados de destino dos produtos	178
Tabela A.15 – Conhecimento dos canais de distribuição.....	179
Tabela A.16– Tempo decorrido entre o surgimento da ideia e a aprovação da candidatura ..	179
Tabela A.17 - Principais dificuldades na realização da candidatura	180
Tabela A.18 - Possibilidade de simplificação da candidatura	180
Tabela A.19 - Domínios de simplificação da candidatura	181
Tabela A.20 - Utilidade da centralização do processo de candidatura	182
Tabela A.21 - Benefícios decorrentes da centralização	182
Tabela A.22 - Comentários/Sugestões	183
Tabela A.23 – Peso dos projetos de Jovem Agricultor no total de projetos analisados	217
Tabela A.24 – Experiência na análise de projetos J.A	218
Tabela A.25 - Evolução do processo de análise dos projetos J.A.....	218
Tabela A.26 - Motivação dos jovens para avançarem com um projeto.....	218
Tabela A.27 – Tempo médio de Análise de um Projeto de Jovem Agricultor.....	219
Tabela A.28 – Perceção acerca da taxa de aprovação dos projetos	219
Tabela A.29 – Perceção acerca da forma como o processo de análise das candidaturas de Jovem Agricultor funciona	219
Tabela A.30 – Principais falhas detetadas nos projetos Jovem Agricultor.....	220
Tabela A.31 – Perceção dos analistas acerca das principais dificuldades sentidas pelos Jovens para a apresentação de um projeto.....	220
Tabela A.32 - Opinião dos analistas acerca da forma como funciona globalmente o processo	221
Tabela A.33 - Opinião dos analistas acerca do grau de burocracia do processo	222
Tabela A.34 – Opinião dos analistas acerca dos aspetos onde o processo apresenta mais falhas	222
Tabela A.35 - Propostas de alterações com vista à melhoria do processo de candidatura.....	223
Tabela A.36 - Propostas de alterações com vista à melhoria do processo de análise de projetos	223
Tabela A.37 – Perceção dos analistas acerca dos requisitos específicos que costumam condicionar os pagamentos	224
Tabela A.38 - Perceção dos analistas acerca da coordenação das entidades intervenientes no processo	224

Tabela A.39 – Opinião dos analistas acerca da hipótese de centralização do processo numa entidade	225
Tabela A.40 – Opinião dos analistas acerca da entidade mais adequada para a centralização	226
Tabela A.41 – Opinião dos analistas acerca do acompanhamento feito aos Jovens Agricultores	227
Tabela A.42 - Opinião dos analistas acerca da forma como se processam os pedidos de pagamento	227

Índice de figuras

Figura II-1 - Ciclo do desenvolvimento contínuo da qualidade (Bean e Hussey), citado por Rocha (2006:16)	13
Figura II-2 - Quadro conceptual do modelo de avaliação da qualidade de um Serviço Público proposto por Carvalho, Brito e Cabral (2010:79).....	23
Figura II-3 - Modelo de mudança incremental. Fonte: Bilhim (2008: 425).....	33
Figura III-1 - Mapa de Portugal Continental com representação da zona de abrangência da DRAP Centro.....	42
Figura III-2 - Área de abrangência das Delegações da DRAP Centro.....	43
Figura IV-1 – Género dos candidatos inquiridos	49
Figura IV-2 – Género dos indivíduos da população.....	50
Figura IV-3 – Número de candidatos inquiridos por idade	50
Figura IV-4 – Ultimo grau académico concluído pelos candidatos inquiridos	52
Figura IV-5 – Candidatos inquiridos por classe de habilitações académicas	52
Figura IV-6 – Indivíduos da população por classes de habilitações académicas.....	53
Figura IV-7 – Candidatos inquiridos por área de formação	53
Figura IV-8 – Percentagem das outras áreas por nível de habilitações dos candidatos inquiridos	54
Figura IV-9 – População dos candidatos por área de formação	54
Figura IV-10 – Necessidade de melhoria das habilitações dos inquiridos para se candidatarem	55
Figura IV-11 – Necessidade de melhoria das habilitações dos inquiridos para se candidatar, de acordo com a área de formação	55
Figura IV-12 – Área de residência dos candidatos inquiridos	56
Figura IV-13 – Investimento realizado na área de residência dos inquiridos	56
Figura IV-14 – Área do projeto com maior investimento dos inquiridos.....	57
Figura IV-15 – Investimento percentual da população por sector de atividade.....	58
Figura IV-16 – Projeto dos inquiridos por área de abrangência de cada Delegação da DRAP Centro.....	59

Figura IV-17 – Projeto dos inquiridos por área de abrangência de cada uma das ex-Direções Regionais de Agricultura	60
Figura IV-18 – Total de projetos submetidos, por área de abrangência de cada uma das Delegações da DRAP Centro (referentes à população).....	61
Figura V-1 – Fluxograma da fase I da candidatura – requisitos do candidato	63
Figura V-2 – Motivo do surgimento da ideia para o projeto.....	64
Figura V-3 – Motivo para avançar com o projeto	65
Figura V-4 – Fluxograma da fase II da candidatura – procedimentos prévios à candidatura.....	67
Figura V-5 – Local onde o candidato encontrou informação para a candidatura	68
Figura V-6 – Forma como os candidatos consideram a informação para a candidatura.....	68
Figura V-7 – Entidade onde os candidatos criaram o NIFAP	71
Figura V-8 – Principais dificuldades para a criação do NIFAP dos candidatos	72
Figura V-9 – Entidade onde os candidatos realizaram o parcelário e a marcaram o polígono de investimento	72
Figura V-10 – Principais dificuldades dos candidatos para a realização do parcelário e marcação do polígono de investimento	73
Figura V-11 – Fluxograma da fase III da candidatura – requisitos específicos da candidatura ..	77
Figura V-12 – Requisitos específicos da candidatura	77
Figura V-13 – Entidade onde os candidatos realizarem a instrução do REAP	78
Figura V-14 – Principal dificuldade dos candidatos para realizarem a instrução do REAP (dados completos).....	78
Figura V-15 – Principal dificuldade dos candidatos para realizarem a instrução do REAP (apenas casos aplicáveis)	79
Figura V-16 – Principal dificuldade dos candidatos para realizarem eletrificação por meios próprios	80
Figura V-17 – Principal dificuldade dos candidatos para obterem a autorização para a utilização dos recursos hídricos.....	81
Figura V-18 – Fluxograma da fase III da candidatura – restrições especiais da localização da área de investimento	83
Figura V-19 – Percentagem de candidatos sujeitos a restrições especiais.....	84

Figura V-20 – Percentagem de candidatos que tiveram que pedir parecer ou fazer comunicação prévia devido a restrições específicas.....	84
Figura V-21 – Percentagem de candidatos que tiveram que pedir parecer ou fazer comunicação prévia devido a restrições específicas.....	85
Figura V-22 – Principais dificuldades sentidas pelos candidatos na etapa prévia à apresentação da candidatura	87
Figura V-23 – Entidade que elaborou a candidatura	88
Figura V-24 – Principais dificuldades sentidas para a elaboração da candidatura	88
Figura V-25 – Principais dificuldades sentidas para a elaboração da candidatura nos casos em que o Jovem efetuou a candidatura sozinho ou com ajuda de amigos.....	89
Figura V-26 – Principais dificuldades sentidas pelos candidatos na etapa de apresentação da candidatura	89
Figura V-27 – Fluxograma da fase V – Submissão da candidatura.....	93
Figura V-28 – Tempo decorrido desde o surgimento da ideia para o projeto de Jovem Agricultor até à submissão da candidatura.....	93
Figura V-29 – Principais dificuldades sentidas pelos candidatos para submeter a candidatura	94
Figura V-30 – Principais dificuldades sentidas pelos candidatos para submeter a candidatura excluindo os candidatos que referiram não terem sido eles a submeter a candidatura.....	94
Figura V-31 – Fluxograma da fase VI – Análise da candidatura	95
Figura V-32 – Acompanhamento feito pelos candidatos durante o período de análise da candidatura	95
Figura V-33 – Fluxograma da fase VII – Aprovação/indeferimento da candidatura.....	97
Figura V-34 – Tempo decorrido desde a submissão até à aprovação/indeferimento da candidatura	98
Figura V-35 – Tempo decorrido desde a aprovação da candidatura até à assinatura do contrato	101
Figura V-36 – Fluxograma da fase IX – Execução do Projeto	103
Figura V-37 – Condicionamento aos pedidos de reembolso	105
Figura V-38 – Percentagem de condicionalismo ultrapassados à altura da resposta ao inquérito	106

Figura V-39 – Tempo decorrido desde a aprovação da candidatura até o condicionalismo ser ultrapassado.....	106
Figura V-40 – Tempo decorrido desde a aprovação da candidatura sem que o condicionalismo tenha sido ultrapassado.....	107
Figura VI-1 – Domínios em que os candidatos consideram que a Administração pública deve simplificar o processo de candidatura	109
Figura VI-2 – Utilidade da centralização do processo de candidatura numa única entidade...	110
Figura VI-3 – Benefícios da centralização do processo de candidatura numa única entidade.	110

Lista de acrónimos

ARH - Administração Regional Hidrográfica

CAF - *Common Assessment Framework*

CCDR - Comissão de Coordenação da Região

DRAPC/DRAP Centro - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

EFQM - European Foundation for Quality Management

ERRAN - Entidade Regional da Rede Agrícola Nacional

EUA - Estados Unidos da América

GEA - Gestão de Empresa Agrícola

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

IB - Identificação do Beneficiário

ISO - *International Organization for Standardization*

NIFAP - Número de Identificação do Beneficiário do IFAP

NPM - *New Public Management*

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OP - Organização de Produtores

PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

RAN - Rede Agrícola Nacional

REAP - Regime do Exercício da Atividade Pecuária

REN - Rede Ecológica Nacional

RNAP - Rede Nacional de Áreas Protegidas

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

TQM - *Total Quality Management*

ZEC - Zonas Especiais de Conservação

ZPE - Zonas de Proteção Especial

I. Introdução

A medida 1.1.3. Instalação de Jovens Agricultores do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) apoia Jovens Agricultores em regime de primeira instalação (a tempo completo ou a tempo parcial) que se instalem, pela primeira vez, numa exploração agrícola. A data de candidatura é a data de instalação, nos casos em que o pedido de apoio venha a ser aprovado.

Podem candidatar-se a este apoio pessoas coletivas, em que os sócios gerentes que detenham a maioria do capital social tenham mais de 18 anos e menos de 40 à data da apresentação do pedido de apoio, e se instalem pela primeira vez como tal.

O Apoio à Instalação Inicial do Jovem Agricultor assenta num plano empresarial de desenvolvimento e adaptação da exploração, capaz de gerar impactos positivos nos setores e na região onde se insere.

De acordo com o PRODER¹, a instalação, bem sucedida, de Jovens Agricultores deverá contribuir para a melhoria geral da atividade, induzir maior dinamismo empresarial baseado em novas competências, melhor adaptabilidade com melhorias na gestão, níveis de produtividade mais elevados e, conseqüentemente, maior capacidade competitiva.

Os objetivos desta medida são:

- Fomentar a renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas;
- Promover o processo de instalação de Jovens Agricultores e o desenvolvimento e adaptação das suas explorações agrícolas;
- Contribuir para uma adequada formação e qualificação profissional dos Jovens Agricultores.

¹ <http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=445>

Como foi referido anteriormente, os Jovens que pretendam instalar-se pela primeira vez como agricultores e que possuam a escolaridade mínima ao nível do 9º ano e possuam idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 40 anos, podem candidatar-se ao apoio nesta medida.

A candidatura a esse apoio é um processo que pode ser considerado complexo, onde tem que ser demonstrada a viabilidade económica e financeira do projeto, para além de demonstrar que cumpre todos os requisitos legais que, por sua vez, variam conforme o tipo de investimento. Estes requisitos legais dividem-se com os requisitos do candidato e requisitos específicos.

Uma das queixas frequentes nos serviços da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC) é a de que o tempo decorrido entre o surgimento da ideia para instalação do Jovem Agricultor e a concretização dessa instalação é longo, devido às múltiplas exigências de diversos organismos e ao peso burocrático que daí advém.

Nesse sentido, propõe-se uma análise dos procedimentos procurando identificar pontos de estrangulamento ou procedimentos eventualmente desnecessários ou complexos, avaliando a possibilidade da sua simplificação ou extinção e consequentemente obter ganhos de eficiência e de eficácia.

O estudo incidirá sobre os procedimentos prévios para apresentação de candidatura à instalação de Jovens Agricultores no atual quadro comunitário 2007/2013 (Quadro de Referência Estratégico Nacional - QREN), no sentido de identificar as interações com os organismos da Administração Pública e propor uma simplificação de processos, reduzindo o tempo decorrido entre o surgimento da ideia e a sua concretização.

Face à análise do processo de candidatura à instalação de Jovens Agricultores, quais são as etapas tidas como críticas pelos seus destinatários?

Na avaliação da criticidade atender-se-á às etapas que revelam maior ónus para os candidatos e que poderão ser simplificadas no âmbito da atuação dos organismos envolvidos, sem prejudicar a legalidade ou a finalidade do processo.

A questão-chave deste estudo é: feito o mapeamento do processo de candidatura à instalação de Jovens Agricultores, quais são as etapas passíveis de serem redefinidas para obter maior eficácia?

Esta questão comporta três sub-questões cuja resposta ajudará a responder à pergunta-chave:

- a. Quais são as etapas tidas como críticas e problemáticas pelos destinatários para a apresentação de candidatura à instalação de Jovens Agricultores?
- b. Que etapas das acima contempladas poderão ser simplificadas sem colocar em causa a legalidade e a finalidade do processo?
- c. Que ganhos se obterão em termos de recursos, adotando essa simplificação?

A metodologia adotada seguiu uma abordagem mista. Numa primeira fase fez-se uma análise documental para levantamento das etapas do processo. Seguidamente, recorrendo a métodos qualitativos, realizaram-se entrevistas aos destinatários (Jovens Agricultores) para ter a perceção das etapas consideradas como críticas na elaboração de uma candidatura ao PRODOR, para instalação de Jovem Agricultor. Posteriormente entrevistaram-se técnicos da divisão de investimento da DRAPC, para delinear a sua vista do processo e identificar as etapas que encaram como suscetíveis de serem simplificadas. Após a análise das entrevistas e, com base nos dados obtidos, elaborou-se um inquérito para aplicação on-line aos jovens. Este foi analisado mediante tratamento estatístico, usando o SPSS e o Excel.

Por fim, apresentaram-se propostas de simplificação do processo no sentido da redução do tempo decorrido desde o surgimento da ideia até à aprovação da candidatura à instalação do Jovem Agricultor. Estas propostas atenderam a todos os dados recolhidos e a informação obtida depois do seu tratamento.

A perspetiva teórica que enquadra a análise realizada ao longo do trabalho é a da Nova Gestão Pública (*New Public Management*) que será abordada no capítulo dois deste trabalho.

Este trabalho de projeto encontra-se estruturado em seis capítulos, começando com a introdução, seguindo-se a fundamentação teórica, posteriormente a caracterização do objeto de estudo e dos métodos e ferramentas que irão fundamentar a análise, a caracterização da amostra, a apresentação de resultados, as sugestões de melhoria e, por fim, a conclusão. Em anexo, são apresentados os dados recolhidos depois de tratados e analisados.

II. Fundamentação teórica - Nova Gestão Pública (*New Public Management*)

2.1. Origem e principais características

As crises petrolíferas iniciadas em 1973 criaram um fenómeno conhecido por "estagflação", caracterizado por uma vincada estagnação, com elevadas taxas de desemprego e uma forte inflação. Esta situação criou um contexto propício ao aumento da popularidade de várias teorias económicas que retomam a doutrina clássica, com a defesa do mercado e consequente rejeição da intervenção do estado na economia (Santos, 2010:98-99). Esta situação provocou uma mudança de "paradigma" e a passagem de uma administração pública baseada num modelo burocrático para uma administração reinventada (Carvalho, 2008a), uma vez que a crise teve o condão de destacar o grande crescimento da Administração Pública e consequentemente da despesa pública, o que resultou em défices consideráveis (Madureira, 2009), numa situação limite para o aumento de impostos, atendendo à impopularidade desta opção (Carvalho, 2008c).

De acordo com alguns autores (Merrien, 1999) houve a conjugação de quatro fenómenos de natureza diferente: os grande problemas sentidos de forma dramática (a dívida pública, o deficit comercial, a deslocalização da produção), a hegemonia das ideias de neoliberais e progressista, as redes de peritos oferecendo soluções prontas a vender e responsáveis políticos que encontraram uma oportunidade a explorar.

Nesta ótica, o *New Public Management* (NPM) pode ser visto como uma resposta política à crise do Estado providência (Merrien, 1999; Carvalho, 2008a). Ou seja, as pressões financeiras "empurraram a maioria dos países ocidentais para um enfoque visando tornar o setor público mais magro e mais competitivo, enquanto ao mesmo tempo tentavam tornar a administração pública mais responsável e virada para as necessidades dos cidadãos ao oferecer 'value for money' flexibilidade de escolha e transparência" (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE, citado por Moreira e Alves, 2010:35-36). Assim, o fenómeno de privatização que

esteve sempre presente na história administrativa foi fortemente impulsionado nas últimas décadas (Carvalho, 2008b).

O conceito de *New Public Management* ou Nova Gestão Pública surgiu em meados dos anos 80 do século XX. Não consiste num conjunto de ideias novas mas sim na substituição da gestão pública tradicional por processos e técnicas de gestão empresarial (Madureira, 2009; Rocha, 2009:51). Para Dunleavy e Hood (1994) é um termo controverso usado para fazer uma descrição resumida da forma de reorganizar os organismos do sector público com modelos de gestão e contabilidade próximos dos modelos de negócio do sector privado.

Estas ideias são reação à ineficiência que, os seus defensores, consideram caracterizar a Administração Pública ao longo dos tempos. Ideias que assentam numa base em que tudo o que é público é ineficiente e, por isso, mais caro para os cidadãos do que se fosse prestado por privados (Rocha, 2001).

De acordo com Hood (1995) as mudanças na contabilidade do setor público numa série de países da OCDE ao longo dos anos 1980 foram fundamentais para o surgimento do NPM, com doutrinas associadas à responsabilidade pública e de melhores práticas organizacionais. De acordo com este autor, discute-se o surgimento do NPM como uma alternativa à responsabilidade pública tradicional incorporada nas ideias progressistas da época.

Para Pollitt (2004:2), a ideia de uma melhor prática é um tema "tremendamente sedutor". Cada geração parece passar por um ciclo de emoção de encontrar a melhor forma, e em seguida de decepção quando outras análises e estudos mostram que a sua eficácia não é tão universal e que também tem efeitos negativos. Assim é necessário que sejam encontrados requisitos para a importação das medidas, tendo em conta o diagnóstico inicial do problema, a avaliação da abordagem ou técnica proposta com intervenção do importador e a previsão do tempo de importação.

O mesmo autor (Pollitt, 2003:26) refere que a NPM emerge como criatura camaleónica e paradoxal, por motivos diferentes, em lugares diferentes, que é "editada",

“traduzida” ou “personalizada” para cada um dos contextos, aos quais é aplicada, “que prega uma doutrina rígida de medição de desempenho, mas raramente esta regra se aplica a si, que promete simultaneamente mais liberdade aos gestores públicos, mais controlo aos políticos e serviços públicos com mais possibilidades de escolha para os utilizadores”.

Pollitt discorda do posicionamento de Hood (1991, 1995), uma vez que acha que mais que o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), as pressões económicas e as pressões políticas dos cidadãos descontentes e o aumento das expectativas dos cidadãos, o que gerou o NPM e não outro “modelo pós-burocrático de reforma” foi “uma espécie de complô político da ‘Nova Direita’”. Os políticos neo-conservadores ganham poder e desmantelam o aparelho do Estado, de modo a favorecer os seus aliados de negócios, com impostos, cortes e privatizações. O que sobra da máquina estatal é submetido a disciplina de negócios, tais como, medição de desempenho, concursos e remuneração relacionada com desempenho.” (Pollitt, 2003:35-37).

De acordo com esta teoria, o NPM não é visto como economicamente inevitável, mas sim como uma estratégia ideológica escolhida, que teve como principais entusiastas Margaret Thatcher (Reino Unido), Ronald Reagan (Estado Unidos - EUA) e Brian Mulroney (Canadá) (Pollitt 2003:36).

Hood (1991) refere que “a emergência do NPM é uma das mais surpreendentes tendências internacionais na administração pública.

Hood (1991,1995) caracteriza o NPM como:

1. Profissionalização da gestão das organizações públicas, com gestores bem visíveis no topo das organizações, com liberdade de gerir e poder discricionário. A responsabilidade requer concentração de autoridade e não difusão de poder;

2. Standards explícitos e medidas de performance, objetivos bem definidos e mensuráveis com indicadores de sucesso. A responsabilidade significa objetivos claramente definidos e a eficiência necessita de atenção aos objetivos;
3. Ênfase no controlo de outputs, com alocação de recursos e recompensas com ligação à performance. Necessidade de insistir nos resultados e não nos processos;
4. Viragem no sentido de desagregação das unidades do setor público, com divisão do setor público em unidades corporizadas, organizadas por produtos, com orçamentos próprios e com negociações com cada uma delas. Assim tornam-se as unidades capazes de serem geridas; separam-se provisão de produção, usando contratos e franchises dentro e fora do setor público;
5. Insuflar competição no setor público, com mudança no sentido de contratos a prazo. A competição é chave para baixar custos e melhorar standards;
6. Insistência em estilos de gestão e práticas de gestão privada, com mudança de um estilo de serviço público militar para um mais flexível quanto aos salários e duração dos contratos. Necessidade de introduzir instrumentos de gestão empresarial no setor público;
7. Insistência na parcimónia e disciplina no uso de recurso, para cortar custos e aumentar a disciplina de trabalho. Necessidade de verificar a procura de recursos do setor público e fazer mais com menos.

Assim, conclui que “o *New Public Management* se caracteriza: pela gestão profissional, não no sentido da gestão dos profissionais, mas na profissionalização da gestão; explicitação das medidas de performance; ênfase nos resultados; fragmentação das grandes unidades administrativas; competição entre agências; adoção de estilos de gestão empresarial; e insistência em fazer mais com menos dinheiro”.

As organizações internacionais como a Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento, Nações Unidas, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional tiveram um importante papel na difusão das ideias do NPM (Carvalho, 2008a).

Pollitt (2003:36-37) refere que o NPM é constituído por diversas medidas que não resultam de um conjunto inevitável de fatores mas são resultado de escolhas intencionais dos políticos e dirigentes da Administração Pública. Assim essas escolhas variam de acordo com o tempo e o local. Carvalho (2008c) apresenta uma analogia do NPM com uma ementa global de onde se podem escolher apenas alguns pratos, de acordo com as intenções e as condições institucionais existentes. Apesar de diferenciadas, as medidas do NPM têm sido uma escolha popular em muitos países, com uma grande promessa de poupar dinheiro através de diminuição da despesa e dos consequentes ganhos de eficiência (Pollitt, 2003:37).

Apesar da escolha dos pratos poder ser diferente de local para local, a abordagem da gestão pública nos países da OCDE sob o rótulo do NPM tem alguns pontos em comum (Araújo e Branco, 2009): grande preocupação com os resultados; organizações flexíveis; objetivos claramente definidos e indicadores de desempenho; uso do mercado para executar funções estatais e uma tendência para reduzir as funções do estado através da privatização.

A contratação de serviços e o mercado têm sido fundamentais para este novo conceito de serviço público. As funções do Estado na elaboração de políticas foram separadas da entrega de produtos e serviços. O estado torna-se então uma organização, responsável por garantir que os serviços públicos são prestados, em vez de produzi-los diretamente (Rowley, 1998), esperando que a atuação do mercado produza maior riqueza para o próprio estado que ainda assim tem registado um défice ao nível da regulação e fiscalização, acabando por distorcer os pressupostos de que esses serviços públicos são realmente prestados (Carvalho, 2011).

Rolo (2010:22) apresenta uma tabela síntese dos princípios do NPM (Tabela II-1).

Princípios do NPM

Adopção da gestão como instrumento de administração das organizações públicas

Matriz estratégica e filosófica de redução de custos do sector público e da intervenção do Estado

Subdimensionamento das estruturas organizatório-funcionais da administração e desagregação das grandes unidades administrativas

Padronização da Ação administrativa pela avaliação do desempenho e performance

Implementação da gestão por objetivos

Controlo de resultados baseados no compromisso e contratualização

Preponderância dos estilos de gestão do sector privado (fazer mais com menos dinheiro)

Agencialização da organização administrativa e indução de concorrência entre elas e no Estado

Tabela II-1 - Síntese dos princípios do *New Public Management*. Fonte: Rolo (2010:22)

2.2. Influência do *New Public Management*

A Influência do NPM na Reforma Administrativa Portuguesa tem sido notável nas últimas décadas (Araújo, 2001, 2009, Rocha, 2001). Estas alterações surgiram principalmente a partir de 1987, com a criação de uma série de condições propícias, como a estabilidade governamental e a interação europeia que sustentaram a mudança da organização e funcionamento da Administração Pública. Esta mudança deu-se através da introdução gradual de um conjunto de medidas da "cartilha gestonária" (Carvalho, 2008b). Esta inserção de medidas do NPM foi facilitada por dois aspetos, a adesão de Portugal à União Europeia em 1986 e a revisão em 1989 da Constituição de 1976. A revisão da Constituição aliada à pressão da União Europeia para a promoção da concorrência possibilitou a reprivatização de muitas empresas nacionalizadas após a revolução de 1974 (Tavares e André, 2006).

Muitos governos têm substituído a abordagem tradicional da gestão pública introduzindo técnicas de gestão para criar uma nova racionalidade gestonária baseada na ideia de que a gestão privada é melhor que a pública (Araújo e Branco, 2009).

Merrien (1999) vai mais longe e diz que o NPM nega quaisquer diferenças entre o sector público e o privado. Para ele, esta corrente concede maior importância aos resultados (em particular aos resultados financeiros), nega as hierarquias administrativas e os estatutos dos funcionários e preconiza a criação de unidades autónomas dirigidas por gestores com a mesma autonomia que as entidades privadas.

Esta reforma tem sido influenciada pela experiência de outros países (como o Reino Unido de Thatcher a partir da década de 80) e que fez de Portugal, em 1994, "o terceiro maior 'privatisador' na OCDE, logo a seguir ao Reino Unido e Nova Zelândia" (OCDE, citada por Araújo 2001:3). Relativamente aos sectores não privatizáveis procurou-se introduzir concorrência e o uso imaginativo do mercado que a OCDE definiu como *Market – Type Mechanisms* inserindo no seio da Administração Pública o conceito de mercado (Rocha, 2001:91). O mesmo autor (Rocha, 2001:91-93) refere que a OCDE fala dos seguintes mecanismos: as taxas sobre o utilizador; o "contracting-out" (Domberger e Jensen); os "vouchers" ou seus equivalentes; e outras formas de

concessão de serviços públicos e personalização dos mesmos serviços. Ou seja, surgiu um ímpeto de privatização externa e interna. A Privatização externa com transferência total ou parcial de empresas ou bens públicos para entidades privadas e a privatização interna com a inserção de mecanismos de mercado e regras de gestão privada no setor público (Carvalho, 2008a). Carvalho (2008a), citando vários autores refere que esse ímpeto de privatização encontrou justificação na teoria económica da *Public Choice* e no revivalismo dos princípios clássicos da gestão. Ainda de acordo com a mesma autora, esta teoria fornece cientificidade à visão popular de uma Administração Pública com uma burocracia ineficiente e instrumentalizada pelos dirigentes políticos, estando para além do controlo político.

Portugal tem sido um país de forte tradição do Direito Administrativo. Esta tradição teve benefícios importantes, segundo Tavares e Alves (2006), desde logo o da continuidade do funcionamento da Administração Pública, mesmo em períodos de instabilidade política, assegurando um significativo grau de cumprimento dos requisitos formais e proporcionando aos cidadãos os instrumentos jurídicos para defender os seus direitos na relação com os Administradores Públicos. No entanto, de acordo com os mesmos autores, esta forte tradição do Direito Administrativo tem contribuído para alguns dos principais problemas da Administração Pública, um excesso de exigências burocráticas, falta de flexibilidade e pouca atenção às questões de comportamento organizacional e estruturas de incentivo.

De acordo com Araújo (2001), foi desenvolvido um extenso programa de formação com objetivo de promoção da mudança cultural e a aproximação da administração aos seus clientes, fomentando uma relação mais responsável e aberta para com os cidadãos.

Um exemplo desta prática é a introdução na gestão pública de conceitos como o Total Quality Management (TQM).

2.3. Total Quality Management

A qualidade implica a atuação sobre vários pontos do sistema (Rocha, 2006): objetivos da organização, conformação com os *standards*, envolvimento dos consumidores e trabalhadores, medição dos resultados e melhoria contínua, como se pode ver pela Figura II-1.

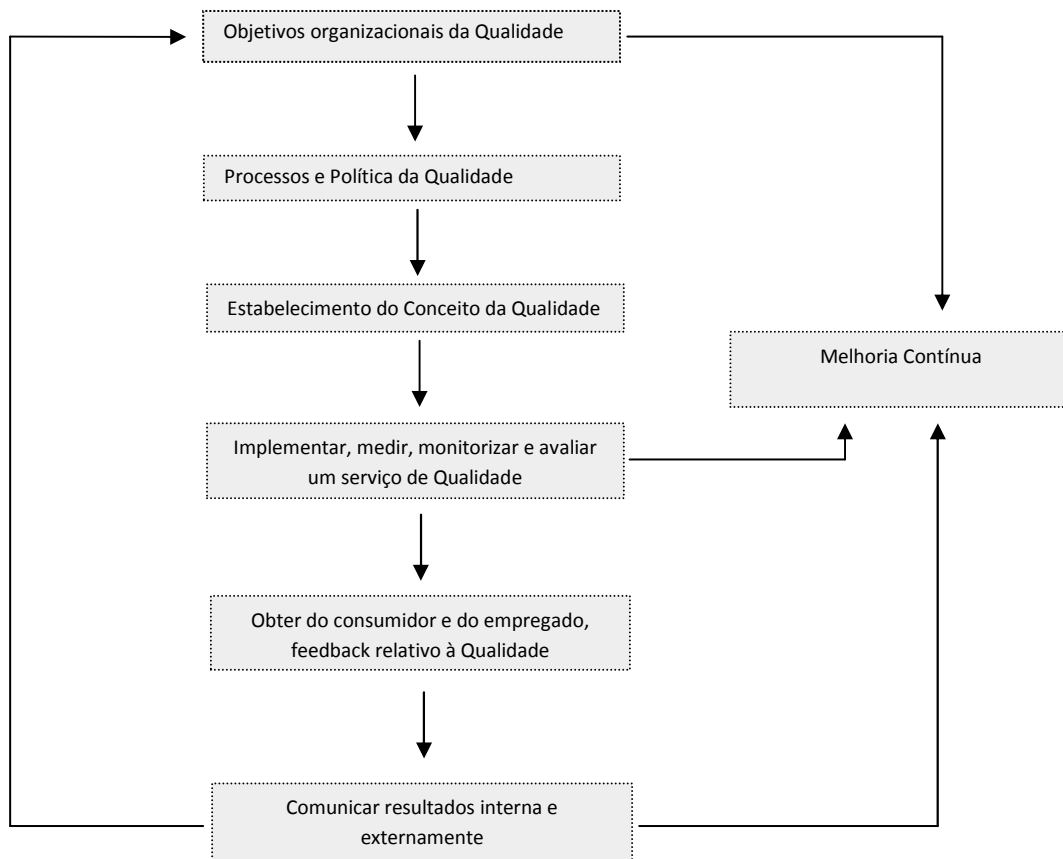


Figura II-1 - Ciclo do desenvolvimento contínuo da qualidade (Bean e Hussey), citado por Rocha (2006:16)

A Gestão da Qualidade Total é a última das fases por que passou o conceito de Qualidade mas é mais que isso, uma vez que representa uma alternativa de gestão ao sistema tradicional (Rocha, 2006).

O objetivo da TQM é aumentar a capacidade de resposta às necessidades dos stakeholders, para reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços (Berman e West, 1996).

Rocha (2006:25) citando o *Federal Office of Management* define TQM como: "... Uma abordagem total da organização para atender as necessidades dos clientes e as expectativas que envolvem todos os gestores e empregadores na utilização de métodos quantitativos para melhorar continuamente os processos organizacionais, produtos e serviços."

A *International Organization for Standardization* (ISO 9000:2005) define qualidade como: "Grau de satisfação de requisitos dado por um conjunto de características intrínsecas".

A TQM foi aplicada pela primeira vez nos processos industriais, por isso os seus princípios, por vezes, referem-se a produtos. No entanto, de acordo com Swiss (1992), que cita Kennedy e Young e Deming, os proponentes da TQM mantêm que um serviço prestado pode ser visto como um produto, e, por conseguinte, os princípios da TQM precisam apenas de pequenas modificações, quando aplicada aos negócios ou serviços públicos. Ideia também partilhada por Sabadie (2001).

Analisando as duas definições realça-se o facto de ambas as definições permitirem que a TQM se aplique a produtos ou serviços, uma vez que a primeira definição refere-se especificamente a produtos e serviços e a segunda refere que um objeto é qualquer coisa perceptível ou concebível, englobando assim a prestação de serviços.

Creech (1994) cita Crosby para falar da crise da qualidade, referindo que a resposta de dele foi o princípio de 'fazer certo à primeira vez' (DIRFT) referindo que para o autor a qualidade se baseia em quatro grandes princípios: a definição de qualidade é conformidade com os requisitos (requisitos do produto e requisitos do cliente); o sistema de qualidade é preventivo, o padrão de desempenho é zero defeitos (em relação aos requisitos) e a medição da qualidade é o preço da não-conformidade.

De acordo com Rocha (2006), a TQM permite que muitas decisões sejam tomadas diariamente pelos trabalhadores. Inclusive as decisões estratégicas são iniciadas a um nível mais baixo, embora sejam da responsabilidade da gestão de topo,

contrariamente à gestão tradicional em que as decisões são tomadas no topo da hierarquia. Assim, o autor apresenta uma síntese da abordagem da TQM:

- Insistência nos consumidores;
- Não tolerância a erros;
- Prevenção de problemas;
- Decisão com base em factos;
- Planeamento estratégico;
- Trabalho de grupo;
- Estrutura descentralizada e horizontal;
- Melhoria contínua.

A TQM apresenta sete dogmas (Swiss, 1992):

- Em primeiro lugar, o cliente é o determinante final de qualidade;
- Em segundo lugar, a qualidade deve ser incorporada no produto no início do processo de produção em vez de ser adicionado no final;
- Em terceiro lugar, evita-se que a variabilidade seja a chave para a produção de alta qualidade;
- Em quarto lugar, a qualidade resulta das pessoas que trabalham com o sistema, por isso quando a qualidade desliza, é quase sempre o sistema que está errado e não as pessoas;
- Em quinto lugar, a qualidade requer a melhoria contínua de processos;
- Em sexto lugar, a melhoria da qualidade requer uma forte participação do trabalhador;
- Em sétimo lugar, a qualidade requer comprometimento organizacional total. A qualidade só é alcançada quando os gestores criarem uma cultura organizacional que se concentre na produção de produtos de qualidade e, em seguida, na melhoria contínua.

Segundo Carr e Littman, citados por Swiss (1992:356) a TQM foi endossada pelo presidente Bush, que disse "reafirmar a nossa liderança vai exigir um compromisso firme de gestão da qualidade total e do princípio da melhoria contínua ... os princípios da melhoria da qualidade aplicam-se ... ao setor público, bem como à iniciativa privada."

Ainda de acordo com o mesmo autor, estas situações entusiastas sugerem muitas vezes que a TQM pode ser transferida do setor privado para o setor público, com pequenas modificações.

Mas este tema não é pacífico, uma vez que na literatura tem havido grandes debates sobre a transferência de conceitos de qualidade do setor privado para o setor público (Carvalho, Brito e Cabral, 2010). Há os que defendem que a Gestão da Qualidade Total pode ser aplicada à administração pública argumentando que as grandes empresas privadas e organizações públicas tendem a enfrentar os mesmos problemas burocráticos; os críticos desta opção alegam que são estruturas muito distintas

Para Swiss (1999) a gestão da qualidade total requer adaptação para uso no setor público, pois é muito mais um produto de controle estatístico de qualidade e engenharia industrial, e quase todas as suas aplicações iniciais foram para o trabalho de linha de montagem e outros processos de rotina.

De acordo com Sabadie (2001) a literatura de marketing tem contribuído grandemente para orientar as empresas para satisfação do cliente e definir o quadro teórico de qualidade de serviço o que permitiu melhorar as condições de transferência da TQM para o campo do serviço público.

Swiss (1999) refere que as sugestões de que a TQM podem ser aplicadas ao sector público têm gafes pois a TQM pode, realmente, desempenhar um papel útil no estado, mas apenas se for substancialmente modificada, para atender às características únicas deste, nomeadamente o facto da Administração Pública fornecer principalmente serviços e não produtos.

Carvalho, Brito e Cabral (2010:71) referem que o conceito e a medição da qualidade do serviço estão entre os temas mais controversos no debate de marketing de serviços. Avaliar a qualidade dos serviços é muito mais complexo do que quando se lida com produtos, porque os serviços são "ações, atos ou performances" e têm características que os torna únicos (intangibilidade, inseparabilidade entre produção e consumo, percibibilidade e heterogeneidade).

Os serviços que são mais trabalhosos são, muitas vezes, produzidos e consumidos simultaneamente. Isso faz com que a uniformidade da saída seja mais difícil, e que o consumidor avalie o serviço, não através do resultado, mas também pelo comportamento e a aparência da pessoa que o entrega. Rowley (1998) aborda este mesmo tema explanando que manter o desempenho do serviço apresenta desafios específicos, porque os serviços apresentam características de: intangibilidade, em que os seus resultados não podem ser medidos em termos de seus atributos físicos; percibibilidade, na medida em que não podem ser armazenado ou inventariados quando produzidos em quantidade excessiva; inseparabilidade entre produção e consumo, são produzidos e consumidos ao mesmo tempo. Assim o cliente é parte do sistema e a heterogeneidade de um serviço é provavelmente diferente entre indivíduos que o recebem. Os serviços são inerentemente variáveis e possuem falta de consistência.

Assim, as medidas de qualidade para os serviços são extremamente complexas e podem ser divididas em componentes como acesso, comunicação, competência, cortesia, criatividade, confiabilidade, capacidade de resposta, segurança e compreensão (Swiss, 1999). Além disso, acredita-se que a qualidade é o que podemos medir e controlar, infelizmente, nem todos os itens de qualidade de serviço podem ser medidos (Carvalho; Brito e Cabral, 2010). Há muitos aspetos subjetivos que são difíceis, ou mesmo impossíveis, um sorriso, uma cortesia, uma palavra de apoio ou de uma gentileza. Assim, apenas um constructo multidimensional, medido com indicadores quantitativos e qualitativos, pode capturar os seus efeitos globais.

O Princípio da TQM sobre a redução da variação também é mais difícil de aplicar aos serviços. A monitorização através de cartas da qualidade sobre serviços resvala para longe do ideal (Swiss, 1999).

Carvalho, Brito e Cabral (2010) referem que na prática, a maioria dos modelos de avaliação de qualidade não são adequados para os serviços públicos, especialmente se eles não operam em condições de mercado. Os órgãos públicos que são fortemente orientados por objetivos políticos têm grande dificuldade em pensar e agir numa perspetiva TQM.

Swiss (1999) relembra que o princípio mais importante do TQM é encantar o cliente. Por conseguinte, a pergunta mais importante é: Quem é o cliente? Uma empresa pode escolher o seu próprio nicho de mercado e, assim, definir os seus clientes-alvo. Para muitos órgãos públicos, a definição do cliente é um questão difícil e politicamente controversa. Além disso, os serviços públicos também envolvem verdadeiras relações internas, entre o órgão público e seus próprios funcionários públicos (Carvalho, Brito e Cabral, 2010; Rowley, 1998). Estes autores consideram os resultados de serviço público a partir da relação entre três partes: o cidadão, o órgão público e da sociedade (incluindo aqui todos os stakeholders). Por conseguinte, consideram absolutamente essencial esclarecer quem são os utilizadores dos serviços públicos: cidadãos, clientes, beneficiários ou outros?

Rocha (2009:55-56) apresenta uma tabela (Tabela II-2) com as adaptações que a TQM tem sofrido para se adaptar ao Setor Público

Princípios do TQM Clássico	Características do Setor Privado	Característica do Setor Público	Princípio do TQM adaptado
O consumidor é o determinante da qualidade	No mercado o consumidor é soberano; as necessidades podem ser satisfeitas por outros produtos	No Estado o cidadão tem um conjunto de direitos e deveres previstos por lei; no caso dos bens públicos, interesses divergentes têm que ser negociados	O "Taxpayer" é o último determinante da qualidade
A qualidade tem que ser construída principalmente na	Indústria com processos de produção rotineiros	No caso dos serviços em muitas situações a produção e consumo	A qualidade de serviço depende da aparência e comportamento de

Princípios do TQM Clássico	Características do Setor Privado	Característica do Setor Público	Princípio do TQM adaptado
produção, de preferência a ser preocupação terminal		coincidem	quem fornece o serviço
A chave da produção com qualidade consiste em evitar a variabilidade	Indústria com processos de produção rotineiros	A estandardização é possível no caso dos serviços públicos de trabalho intensivo	A heterogeneidade de serviços personalizados pode ser usada para aumentar a escolha
A qualidade exige melhoramentos contínuos em termos de <i>outputs</i> assim como processos	A qualidade do produto tem sido adaptada de forma a mudar as necessidades dos consumidores. A eficácia organizacional leva à lealdade dos consumidores	A escassez de recursos limita a subida da qualidade do <i>output</i> de acordo com a procura do consumidor; a eficácia organizacional leva à diminuição da despesa	Recursos limitados exigem maior preocupação com os melhoramentos contínuos de eficiência e eficácia organizacional
A melhoria da qualidade exige grande participação dos trabalhadores	A qualidade é aceite como um objetivo estratégico da organização e dos trabalhadores e a gestão tem mais em comum esta preocupação	A comunhão de uma definição de qualidade é difícil em organizações onde os trabalhadores têm diferentes lealdades e têm diferentes, senão exclusivos standards de excelência	Cada organização tem de operacionalizar a qualidade em dimensões mensuráveis, conforme o serviço que presta
A qualidade exige compromisso organizacional	A cultura menangerial sublinha a a importancia do <i>management</i>	A cultura Governamental é mais aberta a forças exteriores	Para os gestores públicos existem outras preocupações para além da qualidade; a importância exclusiva dada aos clientes é difícil quando existem outros standards de excelência e fatores de sucesso

Tabela II-2 - TQM Clássico e a sua adaptação ao Setor Público. Fonte Rocha (2009:55-56)

Segundo Carvalho, Brito e Cabral (2010) alguns autores afirmam que a adoção de um enfoque no cliente do setor de estilo privado é inapropriada no setor público, argumentando que desvaloriza a cidadania.

Alford, citado por Carvalho, Brito e Cabral (2010:73), apresenta uma tipologia baseada na ideia de que a maioria das interações entre o setor público e o cliente difere da transação do setor privado. Assim, observa que a "cidadania constitui um juízo de autoridade que legitima os valores realizados ou entregues por organizações

governamentais. No entanto, é muito diferente da função de cliente num certo número de aspetos importantes "Cidadania confere direitos e responsabilidades a todos os cidadãos". Para o autor, no setor público, tanto os cidadãos como os clientes consomem o valor produzido pela Administração Pública, mas cada um recebe um tipo diferente de valor. "O cidadão recebe o valor público, enquanto que os clientes recebem valor privado" (Carvalho, Brito e Cabral, 2010:73).

Assim a competição direta de clientes, com interesses contraditórios, pode ser encontrada na maioria dos serviços públicos.

Rodríguez *et al.*, 2009 definem a qualidade do serviço percebida como o julgamento do cliente sobre a superioridade ou excelência de um produto, enquanto o valor percebido é a avaliação global do cliente da utilidade de um produto baseado em percepções do que é recebido e do que é dado.

O estado tem tradicionalmente prestado pouca atenção aos outputs, por muitas razões: outputs são antecipadamente politicamente controversos e difíceis de medir; os legisladores estão principalmente preocupados com inputs, tais como orçamentos; o prestígio burocrático muitas vezes provém de controle de inputs, principalmente de pessoal; e exigências legais que muitas vezes requerem cumprimento de rigorosas regras processuais (Swiss, 1992). Com todos os incentivos do governo para se concentrar nos inputs e nos processos, há uma ameaça constante de desvio dos gestores que "cegamente" cumprem os requisitos legais mínimos, de ou "construir impérios", ou "apagar incêndios", em vez de ajudar o público. "Muitas agências do governo têm dificuldade em desenvolver indicadores de desempenho. Isto porque eles se concentram em indicadores de resultados relacionados com a saída final para clientes externos, em vez dos processos que estão a realizar no sentido criar os produtos e serviços. Lembrando, que se os processos forem realizados como previsto, a produção deve ser de alta qualidade. Começa por se afastar do conceito de indicadores de resultados para processar indicador de controlo (Swiss, 1992:359).

Rowley (1998:322) questiona-se sobre como é que os serviços públicos podem medir o desempenho, considerando que a participação e consulta são essenciais, através, por exemplo, da aplicação de técnicas de pesquisa de mercado e *focus groups*. Para o autor, a grande questão não é a recolha de dados mas como esses dados devem ser analisados, uma vez que há uma complexidade significativa associada à medição da qualidade do serviço público.

A qualidade no setor público é particularmente importante, uma vez que não está centrada apenas na retenção de clientes e reputação do serviço, mas está associada ao serviço à comunidade. Os serviços públicos devem contribuir para o desenvolvimento da comunidade, dos seus valores e da experiência dos indivíduos como membros dessa comunidade (Rowley, 1998)

Carvalho, Brito e Cabral (2010) afirmam que, como as fronteiras entre os dois setores (público e privado) estão a desaparecer, é viável usar as experiências e modelos do sector privado na Administração Pública.

Rodrigues *et al.* (2009:76-77) referem que o fornecimento de alta qualidade e serviços públicos rentáveis não é fácil. Envolve a criação de organizações com abordagens adequadas e ética, estabelecendo formas claras de entrega de serviços e colocação das pessoas certas no lugar certo para responder às necessidades dos cidadãos. Também requer uma combinação de: bom desenvolvimento e implementação de políticas; boa compreensão das necessidades dos cidadãos; tecnologia; recursos adequados; cultura organizacional ágil e pessoal bem "treinado". Pressupõe construir novas estratégias de desenvolvimento, com base nos princípios da eficiência, eficácia e economia, visando atingir desempenho adequado e a satisfação das necessidades do cliente.

De acordo com alguns autores (Di Pietro, Mugion e Renzi, 2013; Rodrigues *et al.*, 2009) medir os níveis de satisfação dos cidadãos e usar essas medidas permite, aos gestores públicos, identificarem pontos fortes e fracos relacionados com o serviço e definirem possíveis melhorias para aumentar a qualidade de vida dos cidadãos.

Quando o prestador de serviços entende a percepção dos serviços pelos cidadãos é possível identificar formas de gerir as avaliações e influenciá-los na direção desejada (Rodrigues *et al.*, 2009).

De acordo com Rowley (1998) a qualidade do serviço percebida é um juízo global e a satisfação está relacionada com uma transação específica. Assim, as duas construções estão relacionadas, em que os incidentes reduzem a percepção de boa qualidade de um serviço. Acrescenta que a qualidade do serviço percebida pelos clientes, resulta de uma comparação entre o que esperam e as organizações oferecem.

Rowley, (1998) apresenta cinco dimensões da qualidade do serviço: tangíveis (instalações físicas, equipamentos, aparência do pessoal); confiabilidade (habilidade para executar o serviço prometido com confiabilidade e precisão); capacidade de resposta (disposição para ajudar os clientes e fornecer um serviço rápido); garantia (saber as necessidades dos clientes e ser cortês e capaz de inspirar confiança) empatia (atenção individual).

Carvalho, Brito e Cabral (2010:79) propõem um modelo que tem como objetivo avaliar a qualidade do serviço público, considerando três componentes principais: o processo de interação envolvidos no serviço público, a percepções do cidadão de qualidade, bem como o valor criado para a sociedade (Figura II-2).

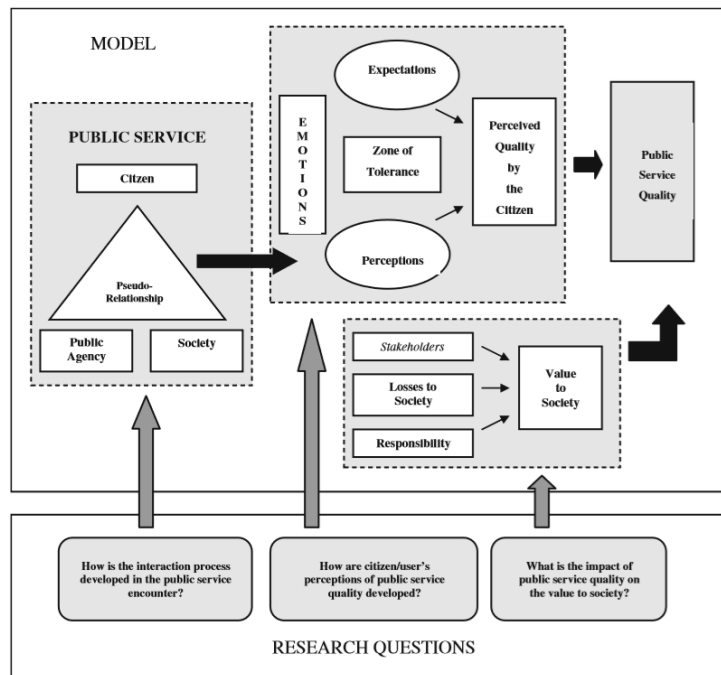


Figura II-2 - Quadro conceptual do modelo de avaliação da qualidade de um Serviço Público proposto por Carvalho, Brito e Cabral (2010:79)

Algumas organizações públicas embarcaram no caminho exigente da Qualidade Total (Gueret-Talon, 2003). De acordo com este autor, essas instituições adotam os conceitos, métodos e ferramentas utilizadas pelas empresas de maior sucesso no seu sector. O seu desafio é um compromisso com a excelência e assim mostrar que um utilizador tem o direito a receber um bom desempenho, respeitando as especificidades das missões das organizações públicas.

Para Swiss (1999), se for introduzida, sem exageros e com sensibilidade para as circunstâncias únicas da Administração Pública, a TQM reformada pode dar uma contribuição útil para a gestão pública contemporânea. "O que seria uma TQM reformada? Seria manter alguns dos princípios base da TQM ortodoxa: feedback de clientes, a sua ênfase na avaliação de desempenho, e os seus princípios de melhoria contínua e participação dos trabalhadores" (Swiss, 1999:360).

De acordo com Carapeto e Fonseca (2005), perante as especificidades da Administração Pública não surpreende o aparecimento de modelos de qualidade orientados para o sector público, são eles: *Common Assessment Framework* (CAF) e *European Foundation for Quality Management* (EFQM) e a implementação de normas *International Standardization Organization* (ISO).

Como foi referido anteriormente, uma das grandes promessas do NPM é a de poupar dinheiro através de diminuição da despesa e dos consequentes ganhos de eficiência (Pollitt, 2003).

Neste sentido surge a adaptação ao setor público de uma teoria conhecida por *Lean Manufacturing*, teoria que surgiu a partir do Sistema de Produção Toyota e que inclui a TQM como uma variante (Anvari, Ismail e Hojjati, 2011).

2.4. *Lean Manufacturing Theory e Total Quality Management*

De acordo com Mazur, citado por Di Pietro, Mugion e Renzi (2013:899), "*lean* sem a satisfação do cliente não é sucesso".

Os governos têm sido pressionados a melhorar o desempenho dos serviços públicos e para a transferência de práticas industriais para o setor público. Em particular, a *Lean Production* tem sido proposta como uma maneira de conseguir economias substanciais de custos e melhoria da qualidade (Radnor e Walley, 2008).

Assim, de acordo com Di Pietro, Mugion e Renzi (2013) os governos devem rever as suas práticas de gestão de forma a aumentar a produtividade e reduzir os desperdícios. As crises económicas reforçam a necessidade das administrações aplicarem as melhores práticas do setor privado ao setor público (Di Pietro, Mugion e Renzi, 2013). De acordo com estes autores, tudo isto deve ser feito tendo em conta as questões fundamentais da equidade, transparência e boa gestão dos bens públicos e a manutenção de um serviço público que contribua para uma boa qualidade de vida.

Como a qualidade de vida é variável os governos têm que avaliar quando as administrações públicas devem dedicar mais atenção à eficiência e eficácia das suas operações (Di Pietro, Mugion e Renzi, 2013).

Di Pietro, Mugion e Renzi (2013:901) propõem uma comparação entre TQM e *Lean Production* referindo que o foco no cliente é uma das "marcas" de TQM, porque cada melhoria deve ser baseada numa investigação sobre as necessidades do cliente, o conceito de *Lean* não enfatiza os interesses dos clientes, embora alguns autores acreditem que o principal objetivo do *Lean* é favorecer os clientes. De acordo com os mesmos autores, atualmente, os serviços públicos são caracterizados por traços tais como a intangibilidade, heterogeneidade e uma falta de padronização. Assim, estes serviços exigem a implementação de métodos e ferramentas rigorosas que podem melhorar o desempenho (Di Pietro, Mugion e Renzi, 2013).

Para estes autores e outros como Radnor e Walley (2008), a abordagem *Lean* é aplicável à gestão do setor público, embora com alguns ajustes, sugerindo que o setor público *Lean* representa as novas tendências, com resultados positivos no que diz respeito a melhorias na qualidade dos serviços, redução de custos e satisfação do cidadão.

Para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, as administrações públicas têm sido forçadas a investir em novos métodos de fornecimento de serviço e de desenvolver uma variedade de canais de distribuição, incluindo cara-a-cara, telefone, e-mail, website, chat e métodos de rede sociais (Di Pietro, Mugion e Renzi, 2013). No momento em que o setor público tem de se adaptar aos novos canais de comunicação criados pela revolução digital, é necessário entender as necessidades dos clientes, expectativas e percepções em relação aos diferentes canais de serviços em que são prestados.

Muitos dos exemplos propostos na literatura ilustram os efeitos positivos e rápidos que resultam da implementação das ferramentas *Lean*. Estes efeitos incluem resultados tangíveis, tais como a redução do tempo de espera, aumento dos níveis de qualidade por meio de reduções de erros internos e redução de custos através da utilização de menos recursos. Incluem ainda resultados intangíveis, tais como o aumento da motivação e satisfação dos funcionários e maior satisfação do cliente (Di Pietro, Mugion e Renzi, 2013).

A Gestão da Qualidade Total e a *Lean Manufacturing* têm muito em comum. A Gestão da Qualidade Total, baseada em estratégias de *Lean*, pode ser uma ferramenta para apoiar e criar sinergias para induzir um mercado mais competitivo entre empresas. No entanto, há autores como Di Pietro, Mugion e Renzi (2013) que referem que o principal foco do *Lean* nos serviços públicos é a redução de custos, em vez das necessidades e satisfação do cliente.

O estudo apresentado por Di Pietro, Mugion e Renzi (2013:915) concluiu que a implementação de um programa no setor público requer a adoção de uma abordagem

holística. No contexto desta abordagem, a integração entre os aspetos internos e externos de serviço público permite tanto a redução de desperdícios como o aumento na satisfação dos cidadãos. A abordagem *Lean* deve dedicar especial atenção às opiniões dos cidadãos, no caso do setor público, em que os cidadãos são "clientes forçados". Devem ser implementadas ações de melhoria para evitar a criação de novas ineficiências. Para eles, as sugestões dos clientes são úteis por dois motivos: identificar os pontos fortes, pontos fracos e as áreas que necessitam de melhoria e avaliar a eficácia da abordagem *Lean*. Assim, estes autores propõem uma abordagem mista integrando a TQM e a *Lean*.

A Tabela II-3, adaptada de Anvari, Ismail e Hojjati (2011:1591), apresenta as semelhanças e diferenças gerais entre os conceitos de TQM e *Lean* no que se refere a: origem, teoria, visão de processo, abordagem, metodologias, ferramentas, efeitos e críticas.

Assunto	TQM	Lean
Origem	Japão	Japão
Abordagem	qualidade; foco no cliente	Compreender o valor para o cliente; a eliminação de resíduos
Visão do Processo	melhorar e manter os processos uniformes	Melhorar o fluxo de processos
Fases temporais	Melhoria contínua	Melhoria contínua
Fundamento	À base de dados, impulso dos trabalhadores, orientação	Melhoria contínua do valor criado para os clientes
Conceito	para clientes e fornecedores	Deixando-os criar valor através de uma cadeia de valor
Participantes	Normalmente todos incluindo fornecedores; todos estão comprometidos	Todos participam
Metodologia	Planear, fazer, avaliar, agir	O valor para o cliente, fluxo de valor, análise de fluxo, aumentar, perfeição
Ferramentas	Analíticas e estatísticas	Analíticas
Objetivos prioritários	Aumentar a satisfação do cliente	Reduzir o tempo de espera
Objetivos secundários	Fidelizar o cliente e melhorar o desempenho	Reduz os stocks, aumentar a produtividade e satisfação do cliente
Mudanças introduzidas	Lentas e graduais	Podem ser dramáticas ou incrementais

Assunto	TQM	Lean
Tempo de Implementação	A longo prazo, 5 a 10 anos	Muitas coisas novas vão sendo aprendidas
Críticas	Não há melhorias tangíveis, exigente em termos de recursos, noção pouco clara	Provoca congestionamento na cadeia de abastecimento

Tabela II-3 - Resumo das semelhanças e diferenças entre TQM e *Lean*, adaptado de Anvari, Ismail e Hojjati (2011:1591)

Se é um facto que a TQM, ou a TQM conjugada com a *Lean*, representam uma alternativa ao modelo de gestão tradicional (Anvari, Ismail e Hojjati 2011; Di Pietro, Mugion e Renzi, 2013; Radnor e Walley, 2008), também é verdade que se podem confundir com algumas outras abordagens à mudança organizacional, como a reengenharia, a reinvenção e organizações flexíveis e virtuais (Rocha, 2006).

2.5. Reengenharia

O termo reengenharia foi introduzido pela primeira vez na gestão por Michael Hammer. Hammer e Champy definiram a reengenharia "como o repensar fundamental e a reestruturação radical dos processos empresariais que visam alcançar drásticas melhorias em indicadores críticos e contemporâneos do desempenho, tais como os custos, qualidade, atendimento e velocidade" (Rocha, 2006:20).

Esta ferramenta foi muito bem acolhida no setor empresarial por prometer eliminar as atividades que não traziam valor acrescentado e ao orientar a organização para o cliente, proporcionando produtos com maior qualidade e rapidez, reduzindo os custos (Carvalho, 2001). Para além de acelerar a globalização do negócio e consequentemente aumentar o número de clientes, reduzir o ciclo de vida dos produtos e a mudança tecnológica (Rocha, 2009).

Para Rocha (2009:58), a reengenharia é "uma filosofia de gestão que procura alterar os processos em ordem a aumentar a eficiência, eficácia e capacidade competitiva. Implica mudanças de estrutura organizativa, na cultura e nos sistemas de gestão."

A reengenharia tem sido vista como um caminho para uma mudança de carácter inovador e natureza radical. O facto de ser radical faz parte da génese desta teoria em contraste com outras mudança de natureza incremental, como a TQM ou o Desenvolvimento Organizacional (Carvalho, 2001).

De acordo com Hammer e Champy, citados por Proença (2012), a reengenharia apresenta-se como um meio indispensável na transformação das organizações em contextos de mudança e um contributo fundamental para a obtenção de melhores resultados de desempenho.

Rocha (2009:58) apresenta uma tabela com as "Regras da reengenharia" (Tabela II-4)

Velha regra	<i>Breakthrough</i>	Nova Regra
A informação pode aparecer num local em cada momento	Bases de dados partilhadas; Bases de dados relacionados	A informação está disponível simultaneamente em todos os locais que a necessitam
Só os especialistas podem realizar trabalho complexo	"Expert systems"	Um generalista pode realizar o trabalho de um especialista
A empresa deve optar entre a centralização e a descentralização	Redes de telecomunicações	A empresa pode beneficiar em simultâneo da centralização e da descentralização
Os gestores tomam todas as decisões	Software de apoio à decisão (acesso às bases de dados, software de suporte)	A tomada de decisão é parte do trabalho de todos os profissionais
Os profissionais de campo precisam de instalações onde possam receber, armazenar, atualizar e transmitir informação	Computadores portáteis e sistemas sem fios de comunicação de dados	Os profissionais de campo podem enviar e receber informação onde quer que se encontrem
O melhor contacto com o cliente potencial é o contacto pessoal	Interative videodisk	O melhor contacto com o cliente potencial é o contacto eficaz
É necessário descobrir onde estão as coisas	Identificação automática e tecnologias de localização	As coisas informam-nos onde elas estão
Os planos são revistos periodicamente	Computadores de alta performance	Os planos são revistos instantaneamente

Tabela II-4 - Regras da reengenharia. Adaptado de Hammer e Champy, citado por Rocha (2009)

Esta ferramenta pode ser aplicada em organizações, do setor privado como pode ser aplicada ao setor público, pois de acordo com Bilhim (2008:29) as temáticas básicas em termos organizacionais parecem ser idênticas tanto na organização e administração pública como na privada.

Segundo Rocha (2009), não há nada em termos teóricos que impeça que a reengenharia tenha sucesso, no entanto, têm-se verificado várias dificuldades em termos práticos. Este autor apresenta quatro motivos principais para estas dificuldades:

- Oposição dos sindicatos por factos resultantes da redução do pessoal, alteração de tarefas e carreiras, bem como necessidades de reaprendizagem profissional;

- As organizações públicas não podem ser modernizadas isoladamente dado que se relacionam entre si. As alterações numa organização podem provocar ruturas nas outras;
- O processo de decisão na Administração Pública é, por natureza, incremental e por isso as reformas radicais têm consequências no suporte eleitoral dos partidos dinamizadores dessas reformas;
- A cultura do setor público constitui mais uma barreira à adoção de processos de reengenharia nos serviços públicos, pois a segurança do posto de trabalho é uma das razões para a entrada dos funcionários para a Administração Pública.

Assim de acordo com este autor, estas dificuldades implicam que se promova primeiro a concorrência entre as diversas agências, recorrendo a fragmentação dos serviços públicos e apenas posteriormente se promova a reengenharia.

Para Proença (2012) as organizações já terão interiorizado a ideia de que para cumprir os objetivos de uma melhor gestão é necessário redesenhar os seus processos e eliminar as burocracias desnecessárias.

Hammer, citado por Carvalho (2001:79), refere que a reengenharia abrange três "C's" Customers, Competition e Change (clientes, competição e mudança), que são três conceitos essenciais por serem as suas forças motoras.

Carvalho (2001), baseada em Hammer e Champy, refere que a definição de reengenharia está ligada a quatro palavras tidas como essenciais: fundamental, radical, dramática e processos:

- Mudança fundamental - situação em que as pessoas são obrigadas a examinar as regras e pressupostos subjacentes ao modo como conduzem a sua atividade;
- Mudança radical - consiste num redesenho radical da organização, desconsiderando as estruturas e processos existentes e inventando novos;

- Mudança dramática - aplicada quando houver necessidade de atingir melhorias significativas no desempenho;
- Mudança de processos - busca-se a melhoria concertada de todas as atividades no seu conjunto e não melhorias isoladas em cada umas das atividades em que os processos se decompõem.

Ainda de acordo com a autora, estando a reengenharia situada num contexto nitidamente dirigida ao setor empresarial porquê aplicá-la ao setor público? Para ela tal justifica-se pelo facto da reengenharia se enquadrar numa perspetiva gestionária e, como tal, necessitar de atender a clientes, num contexto de competição e mudança, o que justifica a aproximação dos modelos de gestão pública aos modelos de negócio do setor privado tal como preconizado pelo NPM (vide Carvalho, 2001:79-82).

Independentemente de a reengenharia seguir ou não táticas radicais, é indiscutível que a reengenharia é uma ferramenta que visa a mudança (Carvalho, 2001).

Para Bilhim (2008), quando se fala de mudança fala-se normalmente de mudança incremental. Esta é fruto de uma análise racional e um planeamento. A Figura II-3 representa o modelo de mudança incremental preconizado por Bilhim (2008:425).

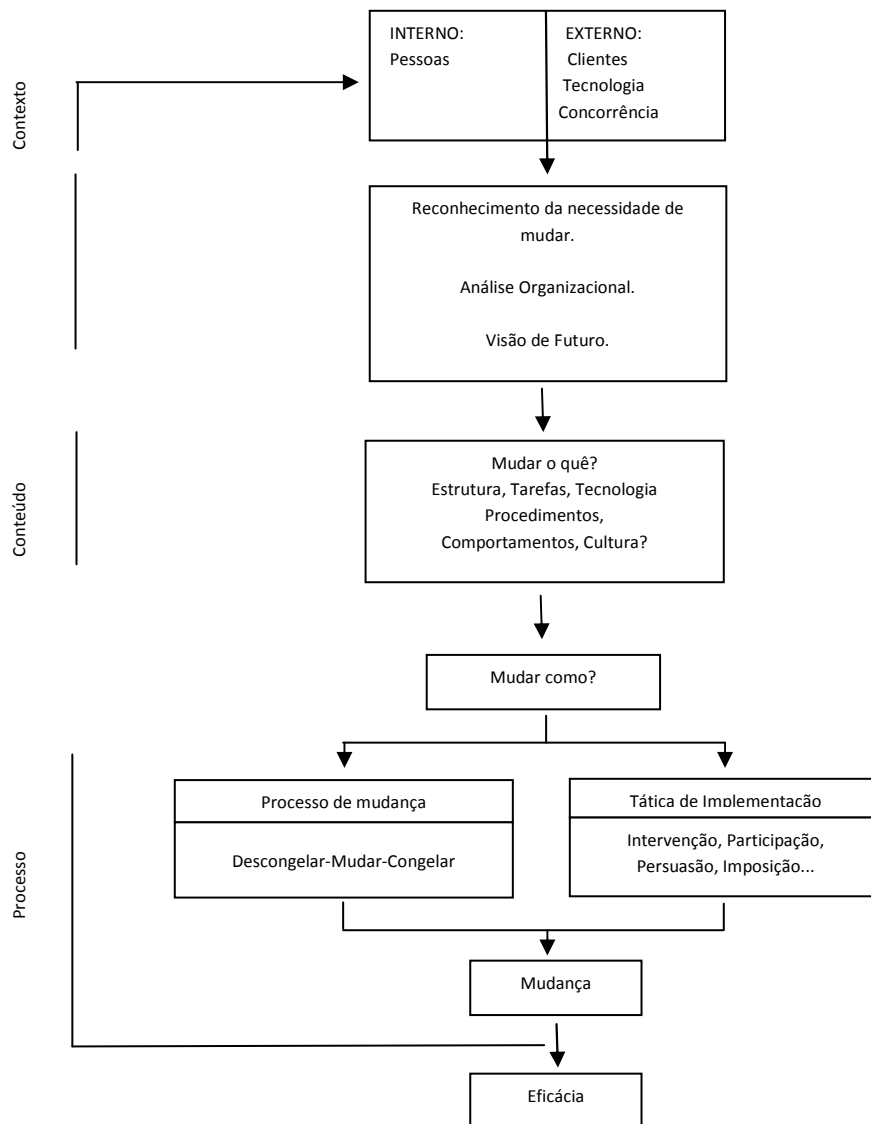


Figura II-3 - Modelo de mudança incremental. Fonte: Bilhim (2008: 425)

Para haver mudança organizacional é necessário que haja a combinação de três fatores: pressão exógena ou endógena; reconhecimento da necessidade de mudar por parte dos gestores e empenhamento dos membros da organização (Bilhim, 2008).

De acordo com Carvalho (2001), a reengenharia poderá encontrar justificação para a sua implementação nas organizações do setor público, ao conduzir ao redesenho dos processos:

- Com um serviço ao público com grandes ganhos de recursos, qualidade e tempo;
- Permite detetar processos que poderão passar para as mãos dos privados;

- Permite ao estado centrar a sua ação nas áreas onde deve realmente intervir deixando as outras para o mercado.

"Assim onde o estado terá de intervir, fá-lo-á com maior eficácia e eficiência" (Carvalho, 2001:81).

De acordo com Proença (2012), na Administração Pública o conceito de reengenharia tem estado presente desde a década de 90 do século passado como resultado da introdução massiva das novas tecnologias de informação e comunicação. Mas em muitos casos a inovação terá ficado pela introdução das tecnologias de informação e comunicação sem alterações significativas dos processos. De acordo com Bilhim e Neves (2007:376) o obstáculo "parece estar no facto de se desenhar o governo eletrónico de acordo com os processos da administração tradicional, o que não só impossibilita a potencialidade das TIC neste âmbito, como emaranha tudo, deixando dúvidas, dicotomias e contradições."

2.6. Consequências do *New Public Management*

O NPM é visto como o triunfo global de uma concepção gestonária da Administração Pública que se sobrepõe ao modelo burocrático que prevaleceu durante muitos anos. O excesso de burocracia gerador de dificuldades de rápida adaptação à mudança, a falta de visão acerca das necessidades dos cidadãos e empresas, para além de ineficiências diversas, geram um entendimento generalizado de que as práticas empresariais podem ser a solução para estes problemas (Carvalho, 2008b).

De acordo com Carvalho (2008a), é difícil avaliar de modo preciso qual o impacto da reforma da Administração Pública sob o mote do NPM. No entanto alguns autores, como Keraudren e Van Mierlo, citados por Carvalho (2008a:85), comentam com alguma "ponta de ironia" que: "por paradoxal que isso possa parecer para o desempenho de um proclamado-programa, o NPM é incapaz de fornecer informações adequadas sobre o seu próprio desempenho. É muito difícil dizer se a administração pública nos países da OCDE é, em geral, mais eficiente do que, digamos, há 20 anos atrás.

Rocha (2009) organiza os resultados do NPM em três dimensões:

- Primazia do mercado - dado que o setor público é ineficiente qualquer reforma administrativa terá que passar pela privatização. No entanto é importante que haja uma mudança cultural e administrativa por forma a que os funcionários públicos percebam que os cidadãos tornaram-se clientes dos serviços públicos que devem ser de elevada qualidade e que ficam sujeitos a avaliação;
- Estruturas organizativas - este novo modelo de gestão implica alterações a nível organizacional, substituindo o modelo hierárquico por estruturas flexíveis;
- Indicadores de performance - mesmo não sendo viável submeter a administração pública às leis do mercado, é importante criar uma cultura de responsabilização e avaliação de desempenho. Para isso devem ser desenvolvidos indicadores que permitam medir a eficiência, a eficácia e a qualidade.

O desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação permite que o NPM ganhe maior expressão e que possibilite o atingimento dos objetivos de uma melhor gestão e de uma atitude inovadora em matéria de Administração Pública (Carvalho, 2001). Para esta autora, é fundamental reduzir ou eliminar a burocracia e colocar o cidadão no centro das preocupações, melhorar as competências dos funcionários públicos de forma a orientá-los para os resultados, melhorando a administração pública e aumentando os ganhos de eficiência.

De acordo com Rocha (2009), o managerialismo permitiu benefícios aos serviços públicos através de:

- Ajuda à racionalização das despesas e do número de funcionários, sem perda de clientes;
- Adoção de estratégias por parte das instituições públicas com clarificação da sua missão e definição de objetivos;
- Maior responsabilização dos serviços, com os gestores a responderem pela performance dos organismos;
- Aumento da flexibilidade de gestão e conseqüente aumento da capacidade e inovação.

No entanto, para Asensio (2011), há algumas barreiras a esta inovação:

- Resistência profissional e tradição;
- Ausência de recursos ou recursos insuficientes;
- Resistência dos cidadãos à mudança;
- Ritmo e magnitude da mudança;
- Dimensão e complexidade das estruturas;
- Risco e responsabilidade;
- Barreiras técnicas;
- Ausência de capacidade de aprendizagem organizacional.

2.7. Críticas ao *New Public Management*

Para Rocha (2009) o managerialismo levanta sérios problemas e contradições. Este autor citando Hood refere, em síntese, as críticas que são feitas:

- Falta de conteúdo teórico, sendo visto como uma roupagem vazia;
- A grande consequência do NPM tem sido o aumento drástico dos controladores orçamentais e de performance sem que isso se traduza em melhorias dos serviços públicos, facto que é constatado pelos cidadãos;
- Apesar da sua apresentação como promotor do bem comum, de facto o NPM tem servido apenas como veículo para os interesses particulares, através da criação de uma elite de novos gestores públicos com muito mais privilégios que os anteriores administradores;
- Por fim, o NPM tem que ser entendido como um modelo de gestão pública de origem e matriz britânica dificilmente exportável para outras culturas administrativas.

De acordo com Merrien (1999), há dois níveis de críticas ao NPM, o primeiro refere-se aos efeitos perversos inesperados das reformas e o segundo à essência e às ambições deste modelo de gestão.

Segundo o mesmo autor, estas reformas foram anunciadas em nome da melhoria na eficácia, o que aconteceu algumas vezes, mas noutros casos nem tanto.

Rocha (2009) menciona que foram politizados os altos quadros da Administração Pública e os funcionários em geral sujeitados aos interesses de eficiência, o que levou à desmotivação, à diminuição da qualidade dos serviços e, por paradoxal que pareça, à diminuição da eficiência, uma das grandes bandeiras do NPM. Para além disso, o managerialismo provocou um aumento da centralização e não resolveu o problema da *accountability*.

Acresce a todas as críticas anteriores, o facto das tentativas de mudança esbarrarem no pensamento dos funcionários públicos que, segundo o autor, nem sequer querem ouvir falar em mudança. Deste ponto de vista, criou-se um ceticismo generalizado sobre as alterações no seio da Administração Pública, com efeitos extremamente negativos. O mesmo autor ainda menciona que se adicionarmos os custos organizacionais e os preços dos estudos, o período de adaptação e as incertezas para além dos efeitos externos, a redução de custos anunciada é pura ilusão (Merrien, 1999).

Para Bilhim (2000) adota-se uma gestão generalista, inspirada na gestão das organizações privadas, o que suscita dúvidas quanto à sua aplicação no domínio público. Para ele, o conceito de Gestão Pública tem seguido percursos contraditórios. Por um lado, confusão entre gestão pública e privada e por outro parece que a gestão pública substitui a Administração Pública ortodoxa e tradicional, isto é, seria uma Administração Pública moderna ou pós-moderna filha do "menagerialismo" (Bilhim, 2004:11). Assim este autor (Bilhim, 2004:12) defende que a expressão gestão pública deve estar reservada ao Setor Empresarial do Estado, enquanto a expressão Administração Pública "deverá continuar a cobrir o conjunto tradicional de atividades e o respetivo corpo teórico independentemente de se tratar da velha ou da nova Administração (...)".

De acordo com Neves (2002), a maior complexidade da Gestão pública, devido à sua dimensão e multiplicidade de papéis, à atitude gestonária de responsabilização e accountability, à gestão por objetivos, à redução de custos e à necessidade de uma rápida adaptação às exigências externas, incluindo as da sociedade e dos programas de governo, exige um reforço de competências e capacidade de gestão.

A entrada de Portugal na UE em 1986 é apontada pela OCDE como um marco na realização e orientação das reformas administrativas (OCDE, citado por Madureira, 2004).

Os anos 90 consubstanciaram ainda maiores necessidades de mudança estrutural ao nível da administração pública dada a pressão externa do mercado global e as exigências de cumprimento de diretivas comunitárias. Tais mudanças traduziram-se num menor peso do Estado e da Administração Pública, na privatização de empresas públicas e na introdução de conceitos da gestão privada, como a competitividade, na atuação dos serviços públicos, entre outras medidas (Madureira, 2004).

Para Merrien (1999:102): "o NPM promete um paraíso perdido ou futuro risonho: Um mundo em que os problemas encontram magicamente uma solução, um mundo em que as necessidades serão satisfeitas a um custo menor. Representa o desvanecimento do estado".

III. Propósito do estudo e metodologia de investigação

3.1. Propósito do estudo

A experiência profissional na Delegação de Leiria da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, com contacto frequente com cidadãos que procuravam informação para a sua candidatura a um projeto PRODER de Jovem Agricultor, aliada à percepção das dificuldades que estes indivíduos sentiam, foi o principal fator motivacional para o desenvolvimento deste estudo. O desejo de elaborar um trabalho de projeto que se traduzisse num contributo para a identificação dos pontos considerados críticos no processo de candidatura, avaliando a possibilidade de simplificação ou extinção de algumas etapas e, assim, obter ganhos de eficácia e eficiência, foi o principal impulsionador desta investigação.

Na Delegação em análise, uma das queixas mais frequentes é a de que o tempo decorrido entre o surgimento da ideia para instalação do Jovem Agricultor e a concretização dessa instalação é longo, tal como já foi referido na introdução do presente trabalho. Assim, propôs-se uma análise do processo nas suas etapas e procedimentos, procurando identificar os pontos de estrangulamento ou os procedimentos eventualmente desnecessários ou complexos, avaliando a possibilidade da sua simplificação ou extinção e consequente obtenção de ganhos de eficácia e eficiência. Nesse sentido foram definidos quatro objetivos:

- Efetuar um levantamento dos procedimentos prévios à apresentação do projeto de instalação de um Jovem Agricultor;
- Identificar as interações com os organismos da Administração Pública;
- Analisar, criticamente, os processos prévios à apresentação da candidatura;
- Propor uma simplificação de processos.

O estudo incidiu sobre os procedimentos prévios para apresentação de candidatura à instalação de Jovens Agricultores no Quadro Comunitário 2007/2013, no sentido de

identificar as interações com os organismos da Administração Pública e propor uma simplificação de processos, reduzindo o tempo decorrido entre o surgimento da ideia e a sua concretização. Face à análise do processo de candidatura à instalação de Jovens Agricultores, quais são as etapas tidas como críticas pelos seus destinatários? Na avaliação da criticidade atendeu-se às etapas que revelam maior ónus para os candidatos e que poderão ser simplificadas no âmbito da atuação dos organismos envolvidos, sem prejudicar a legalidade ou a finalidade do processo.

Este trabalho foi desenvolvido na zona de Abrangência da DRAP Centro, que corresponde sensivelmente à denominada zona Centro da NUT I (Figura III-1)



Figura III-1 - Mapa de Portugal Continental com representação da zona de abrangência da DRAP Centro

A DRAP Centro possui sete Delegações (Figura III-2): Aveiro, Viseu, Gouveia, Guarda, Coimbra, Castelo Branco e Leiria, que abrangem a região referida.



Figura III-2 - Área de abrangência das Delegações da DRAP Centro

Para o desenvolvimento deste trabalho de projeto colocou-se o foco nos Jovens Agricultores candidatos a projeto PRODER que manifestaram a sua opinião acerca do processo de candidatura e apresentaram as sugestões que entenderem pertinentes. De forma a obter um conhecimento mais profundo de todo o processo e analisar a perspetiva mais institucional recolheu-se a opinião dos Técnicos Analistas das Divisões de Investimento da DRAP Centro.

À recolha desta informação juntaram-se todos os dados necessários para ter uma visão 360 graus do processo e atingir os objetivos estabelecidos.

3.2. Metodologia de investigação

A questão-chave deste estudo é: feito o mapeamento do processo de candidatura à instalação de Jovens Agricultores quais são as etapas passíveis de serem redefinidas para obter maior eficácia? Para tal tentar-se-á responder às seguintes sub-questões:

- 1) Quais são as etapas tidas como críticas e problemáticas pelos destinatários para a apresentação de candidatura à instalação de Jovens Agricultores?
- 2) Que etapas das acima contempladas poderão ser simplificadas sem colocar em causa a legalidade e a finalidade do processo?
- 3) Que ganhos se obterão em termos de recursos, adotando essa simplificação?

Esta questão-chave foi considerada relevante pelas frequentes queixas dos Jovens Agricultores candidatos a uma projeto PRODER, que recorrem às instalações da DRAP Centro, tal como já se mencionou.

Para dar resposta à questão e consequentes sub-questões, cumprindo o objetivos previamente estabelecidos (item 0), procurou-se obter um conhecimento mais profundo de todo o processo de candidatura e da forma como a informação estava disponível para os candidatos. Para além de se conhecer melhor que tipo de interações com a Administração Pública eram necessárias para o desenvolvimento da candidatura. Depois desta parte, essencialmente de recolha de informação, passou-se ao tratamento dessa informação e à análise crítica da mesma, de forma a poder propor alguma simplificação neste processo.

Ao constatar que não havia informação clara, para os candidatos, acerca da sequência dos passos que deveriam dar, no sentido da apresentação da candidatura, procurou-se estabelecer um fluxograma de todo o processo (Anexo 1). O estabelecimento deste fluxograma permite uma abordagem mais focada e sequencial no estudo mas também orientar o candidato na preparação da candidatura.

Este fluxograma foi elaborado recorrendo a documentação disponibilizada nos sites do PRODER e da DRAP Centro e dos normativos PRODER. Para além disso, recorreu-se ao contributo de Técnicos da DRAP Centro, conhecedores do processo, que permitiram a validação do mesmo.

O fluxograma permitiu a divisão do processo em nove fases: fase I - requisitos do candidato; fase II - procedimentos prévios à candidatura; fase III - requisitos específicos, restrições especiais e licenciamento camarário; fase IV - elaboração da candidatura; fase V - submissão da candidatura; fase VI - análise da candidatura; fase VII - aprovação/indeferimento da candidatura; fase VIII – contratualização e fase IX – execução do projeto.

Ao longo deste estudo, procurou-se identificar os constrangimentos em cada uma das fases e apresentar as respetivas sugestões de melhoria. Todas estes constrangimentos foram identificados com base na informação recolhida junto dos candidatos e dos Técnicos Analistas dos projetos. A recolha de informação baseou-se em entrevistas, a Jovens Agricultores e a Técnicos Analistas das Divisões de Investimento da DRAP Centro, e num inquérito disponibilizado on-line, para que todos os candidatos a projetos PRODER pudessem responder.

Com o objetivo de fazer uma primeira aproximação à temática a abordar, nomeadamente, saber quais as motivações e as principais dificuldades sentidas pelos Jovens Agricultores, que apresentaram candidaturas ao PRODER, foram realizadas oito entrevistas a jovens candidatos. Todos eles possuíam área de residência no distrito de Leiria e encontravam-se distribuídos equitativamente por género (quatro do sexo masculino e quatro do sexo feminino). Para além disso teve-se o cuidado de selecionar jovens com diferentes áreas de projeto.

As entrevistas foram semiestruturadas, seguindo um guião elaborado previamente (Anexo 2). Este guião continha vinte e duas perguntas semi-direcionadas e uma completamente aberta, na qual, os jovens, poderiam fazer comentários livremente e/ou apresentar sugestões.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, codificadas de A1 a A4 e de B1 a B4 (Anexo 3) e tratadas respeitando estritamente, a confidencialidade das respostas e o anonimato dos entrevistados. Um tratamento prévio permitiu agrupar as opções de resposta (anexo 4).

Após estes procedimentos efetuou-se uma cuidada análise e interpretação da informação obtida (Anexo 5), de forma a conhecer melhor as motivações para os projetos e a facilitar a elaboração do inquérito, a aplicar a jovens candidatos.

A fim de conhecer a opinião dos analistas da Divisão de Investimento da DRAP Centro, nomeadamente quanto às principais dificuldades sentidas pelos Jovens Agricultores que apresentaram candidaturas ao PRODER, foram realizadas três entrevistas a trabalhadores que efetuam análises de projetos. Os entrevistados foram indicados pelo Diretor de Serviços de Investimento (um) e pelos Chefes da respetiva Divisão de Investimento a que os trabalhadores pertencem (dois). Para cobrir toda a área territorial de abrangência da DRAP Centro e uma vez que há especificidades Litoral/Interior, foram escolhidos três locais diferentes para efetuar as respetivas entrevistas: Zona Litoral (uma), Zona Interior (uma) e Zona mais Central (uma). Os indivíduos entrevistados foram dois do género feminino e um do género masculino.

As entrevistas foram semiestruturadas, seguindo um guião elaborado previamente (Anexo 6). Foram gravadas e posteriormente transcritas, codificadas de T1 a T3 (Anexo 7) e tratadas respeitando estritamente a confidencialidade das respostas e o anonimato dos entrevistados. Um tratamento prévio permitiu agrupar as opções de resposta (Anexo 8).

Após estas ações, procedeu-se à análise cuidada das entrevistas (Anexo 9), de modo a conhecer a perceção dos analistas de projetos, acerca da forma como o processo de candidatura e análise de projetos PRODER de Jovem Agricultor decorre e facilitar a elaboração do inquérito a aplicar a jovens candidatos a PRODER do QREN.

Depois de desenvolvido este trabalho ficou a conhecer-se, de forma mais aprofundada, as dificuldades sentidas pelos indivíduos que apresentaram projeto de Jovem Agricultor na área de atuação da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP Centro), para além de ter a perceção dos Técnicos Analistas deste projetos sobre o mesmo assunto. Nesta fase pôde partir-se para a elaboração do inquérito, com o rigor que este necessitava, para obter informação fidedigna.

O inquérito contém cinquenta e quatro questões (Anexo 10), cinquenta e três de seleção e uma aberta, onde os candidatos podiam apresentar sugestões ou abordar algum aspeto que não estivesse contemplado nas questões anteriores. Este inquérito foi disponibilizado *on-line* e os candidatos podiam aceder através de um *link* que lhes foi remetido por *email*.

Após a aplicação do questionário procedeu-se à codificação da informação e ao respetivo tratamento dos dados, recorrendo a software como o SPSS e o Excel.

O tratamento de toda a informação obtida nas entrevistas e no inquérito é apresentada nos capítulos seguintes, começando pela caracterização da amostra, seguindo-se a apresentação e discussão dos resultados, sugestões de melhoria e, por fim, a conclusão.

IV. Caracterização da amostra e da população

O inquérito foi elaborado e disponibilizado para resposta aos Jovens Agricultores que apresentaram candidatura a um projeto de investimento da Tipologia 1.3.1 na Região Centro, num total de 739 candidatos, ao qual responderam 208, o que corresponde a uma taxa de resposta de 28,15%. O inquérito continha questões que permitiam analisar as dificuldades dos candidatos em todas as fases consideradas do projeto (Anexo 1 - Fluxograma do processo).

Para além destas questões específicas, foram efetuadas outras mais genéricas que permitiram uma breve caracterização da amostra e conhecer a motivação para a apresentação do projeto.

4.1. Caracterização da amostra e população

No que se refere ao género dos Jovens Agricultores inquiridos (Figura IV-1): 65% são do sexo masculino e 35% do sexo feminino.

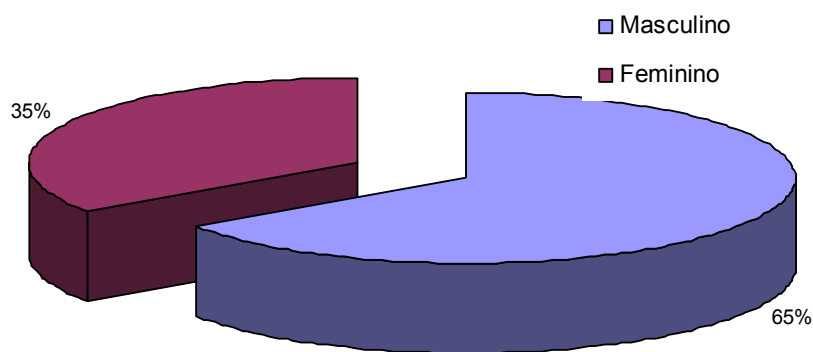


Figura IV-1 – Género dos candidatos inquiridos

Do total dos indivíduos da população, 64% são do género masculino e 36% do género feminino (Figura IV-2), valores semelhantes ao da amostra (Figura IV-1).

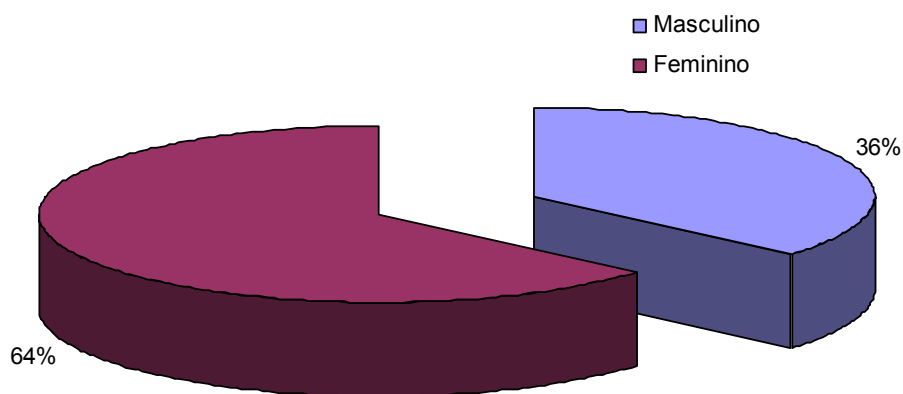


Figura IV-2 – Gênero dos indivíduos da população

Responderam ao inquérito candidatos com idades entre os 18 e os 39 anos (Figura IV-3), abrangendo todo o leque de idades possíveis para apresentação de candidaturas ao projeto de Jovem Agricultor. A maioria dos candidatos (46) tinha 39 anos na altura em que apresentaram a candidatura.

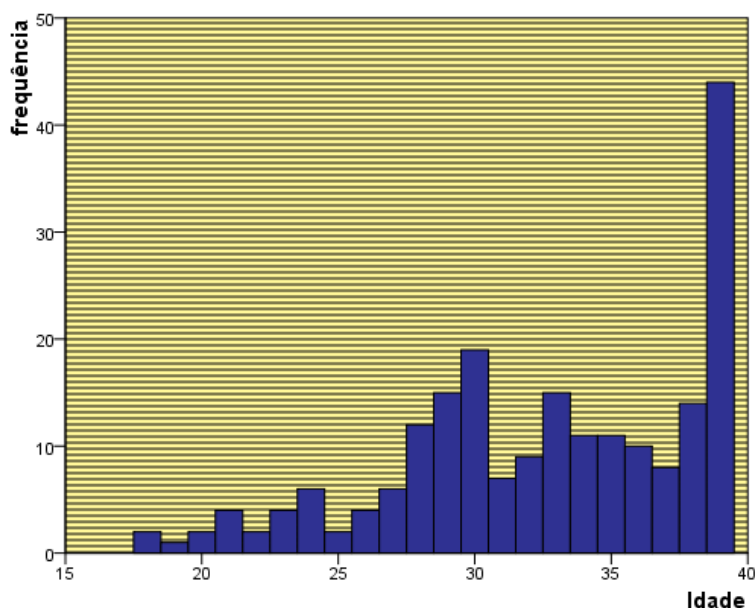


Figura IV-3 – Número de candidatos inquiridos por idade

Analisando as frequências das respostas ao inquérito (Tabela IV-1), verifica-se que a média de idades corresponde a 32,59 anos, com um desvio padrão de 5,45. Metade dos candidatos tem entre 18 e 33 anos (como se pode ver pela mediana), ou seja um intervalo de 15 anos (entre os 18 e os 33) que contem 50% das respostas. Um quarto dos indivíduos que responderam tem até 29 anos, o que significa que 75% dos

indivíduos têm 38 anos ou menos. Esta tendência para uma apresentação da candidatura por indivíduos mais próximos da idade limite, destaca-se ainda mais quando se constata que até 25% têm mais de 38 anos, ou seja 39 anos (os candidatos têm que ter menos de 40 anos). Realce, ainda, para os 50% centrais, que têm entre 29 e 38 anos, como se pode verificar pela amplitude inter-quartilica (Q3-Q1) que corresponde a 11 anos (entre os 29 e os 38).

N	Válido	208
	Ausente	0
Média		32,59
Mediana		33,00
Moda		39
Desvio Padrão		5,450
Variância		29,702
Intervalo de Variação		21
Mínimo		18
Máximo		39
Percentis	25	29,00
	50	33,00
	75	38,00

Tabela IV-1 – Análise das frequências das idades dos candidatos inquiridos

Os Jovens Agricultores inquiridos têm habilitações entre o 9º ano e o Doutoramento (Figura IV-4). Os níveis de habilitações correspondentes ao 12º ano e à Licenciatura totalizam mais de dois terços dos candidatos (66,8%).

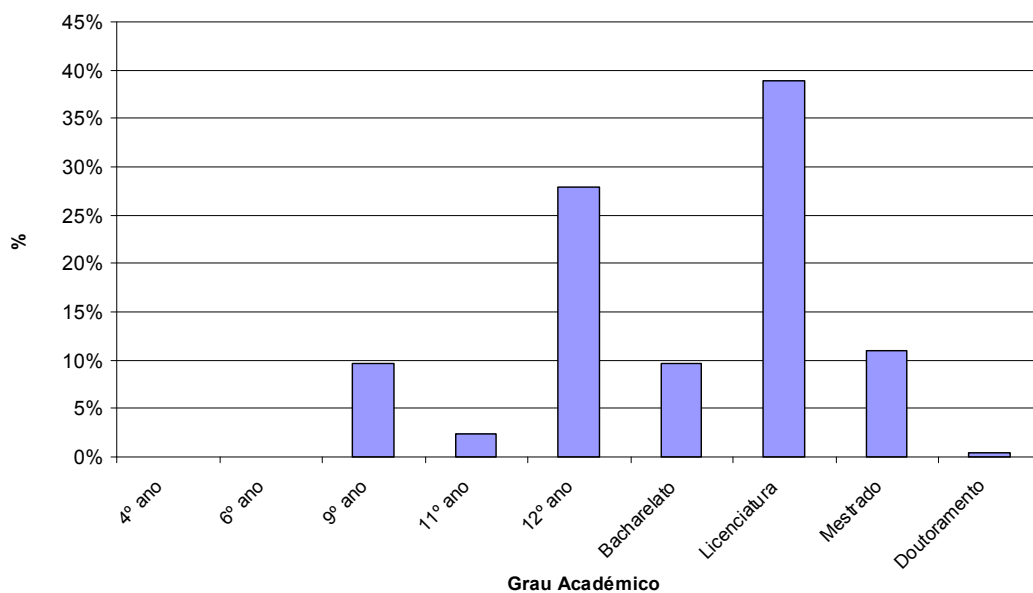


Figura IV-4 – Último grau académico concluído pelos candidatos inquiridos

Nos inquiridos, as habilitações de nível superior predominam (Figura IV-5), correspondendo a 60%.

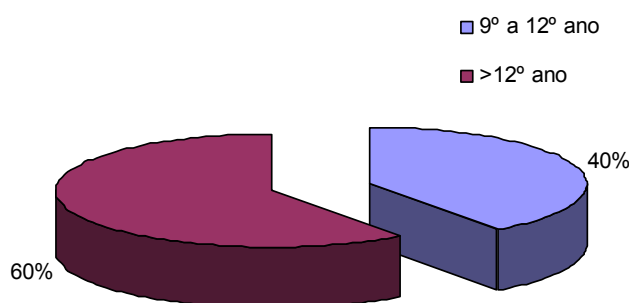


Figura IV-5 – Candidatos inquiridos por classe de habilitações académicas

No que se refere às habilitações académicas, 78% da população tem entre o 9º e o 12º ano e 22% têm habilitações de nível superior (Figura IV-6). Estes dados contrastam com os dados da amostra, onde 60% possuem habilitações de nível superior e apenas 40% possuem entre o 9º e o 12º ano. Tal situação era espectável num inquérito online, onde os indivíduos com maior nível de habilitações respondem em maior percentagem.

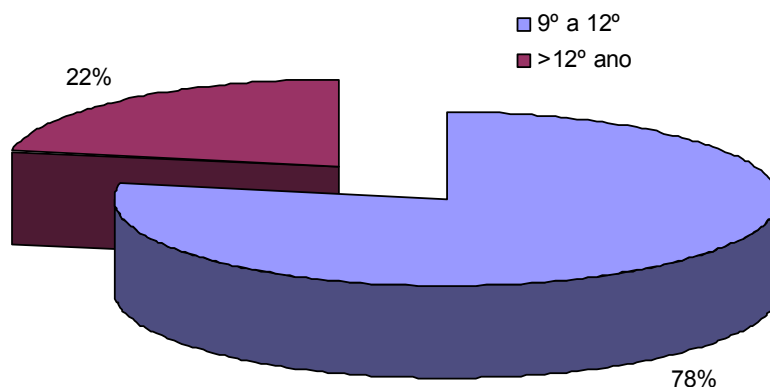


Figura IV-6 – Indivíduos da população por classes de habilitações académicas

As ciências agrárias correspondem à segunda área mais representada nos inquiridos (Figura IV-7), com 25% dos candidatos. As outras áreas de formação com 27,9% são as mais representadas. Esta situação demonstra que alguns Jovens tiveram dificuldade em enquadrar a sua área de formação. Destaque para os candidatos que possuem habilitações menores ou iguais ao 12º ano, que representam 69% dos que selecionaram outras áreas. 100% dos que possuem o 9º ano selecionaram outra área e o único candidato que tem doutoramento também selecionou essa opção (Figura IV-8).

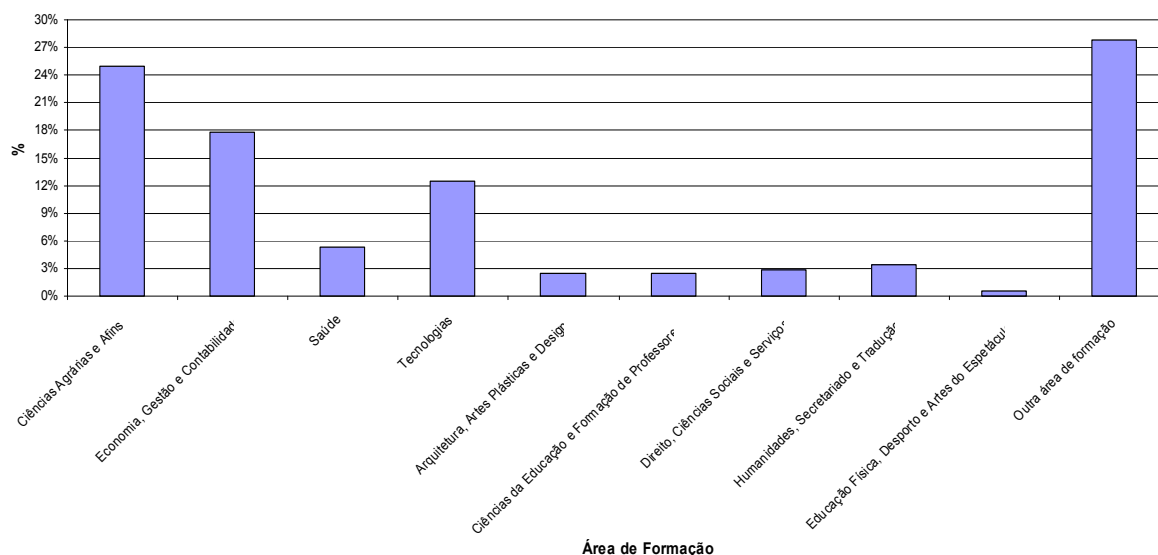


Figura IV-7 – Candidatos inquiridos por área de formação

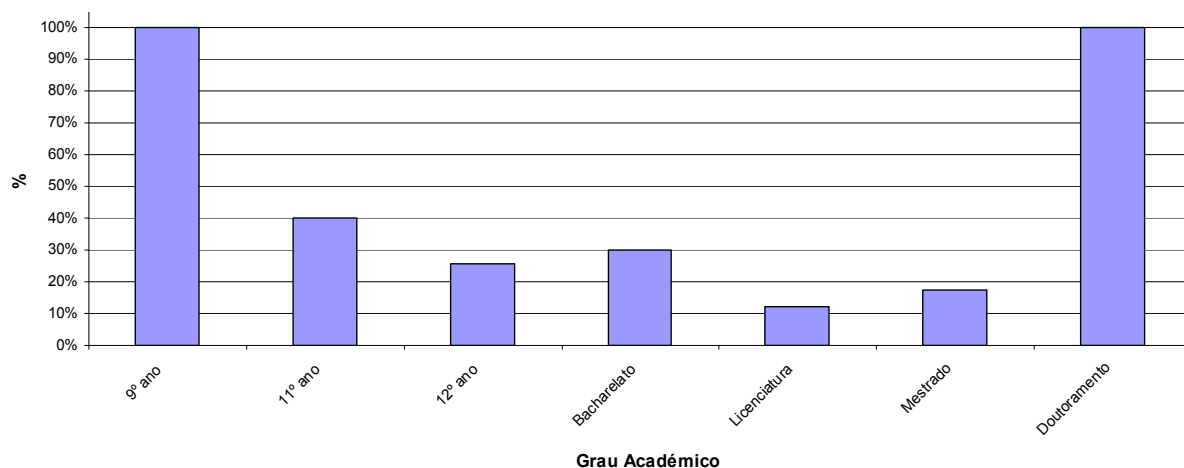


Figura IV-8 – Percentagem das outras áreas por nível de habilitações dos candidatos inquiridos

Por área de formação, constata-se que quase quatro quintos (79%) dos projetos submetidos são de indivíduos de áreas não agrícolas e apenas 21% têm formação na área agrícola (Figura IV-9). Analisando os dados dos inquiridos, 75% dos projetos foram apresentados por indivíduos de área não agrícola e 25% de área agrícola (Figura IV-7).

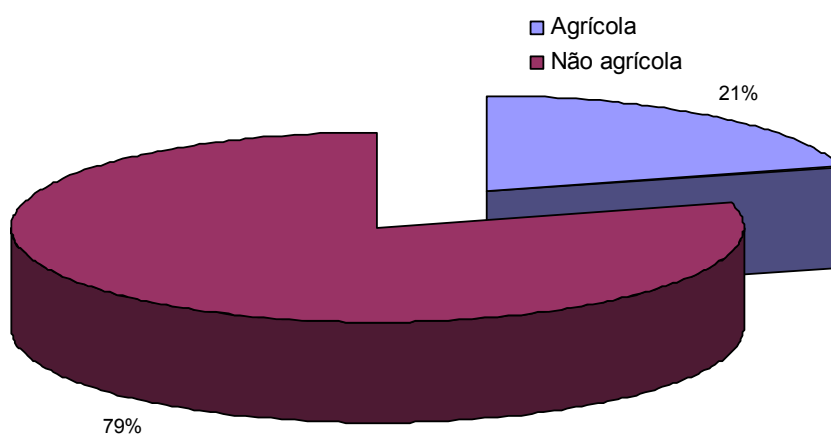


Figura IV-9 – População dos candidatos por área de formação

Dos candidatos que responderam ao inquérito, 71% tiveram necessidade de melhorar as suas habilitações para se poderem candidatar (Figura IV-10).

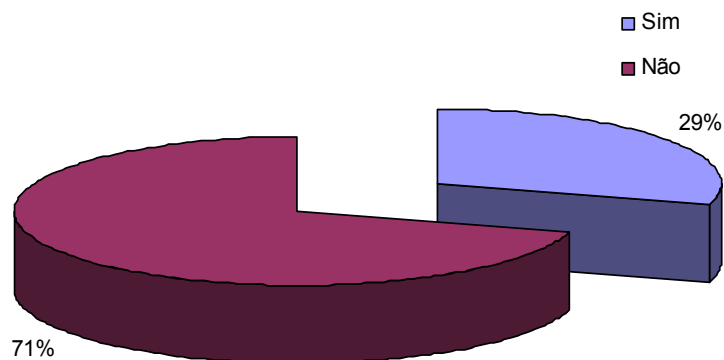


Figura IV-10 – Necessidade de melhoria das habilitações dos inquiridos para se candidatarem

Dos candidatos que não possuem formação na área das ciências agrícolas 70% tiveram que melhorar as suas habilitações (Figura IV-11), ao passo que os das áreas das ciências agrárias, apenas 16% necessitaram dessa melhoria. A melhoria aqui foi interpretada, por grande parte dos candidatos, como a melhoria das qualificações e não das habilitações. Saliente-se que para ser possível a candidatura aos projetos de Jovem Agricultor, os candidatos devem possuir competências que lhes permitam ser empresário agrícola e, assim, todos os candidatos que não forem da área agrícola necessitam de realizar formação.

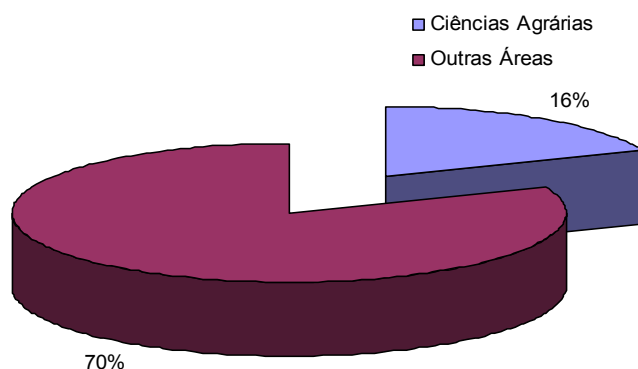


Figura IV-11 – Necessidade de melhoria das habilitações dos inquiridos para se candidatar, de acordo com a área de formação

Mais de metade dos candidatos (53%) residem em aldeias (Figura IV-12) e quase um terço (32%) reside em cidades.

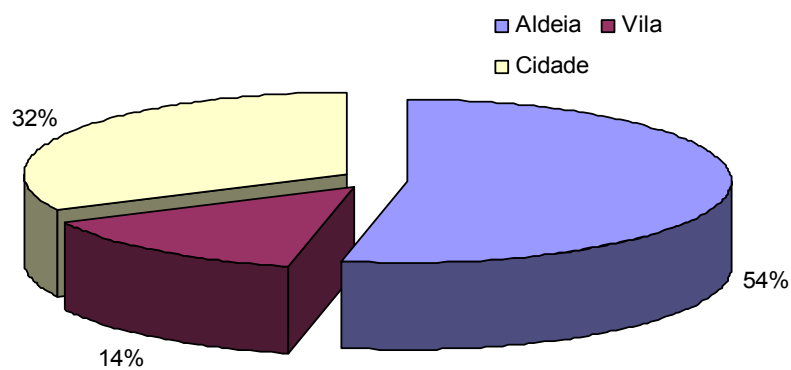


Figura IV-12 – Área de residência dos candidatos inquiridos

Quase dois terços (65%) dos candidatos efetuaram investimento na área de residência (Figura IV-13).

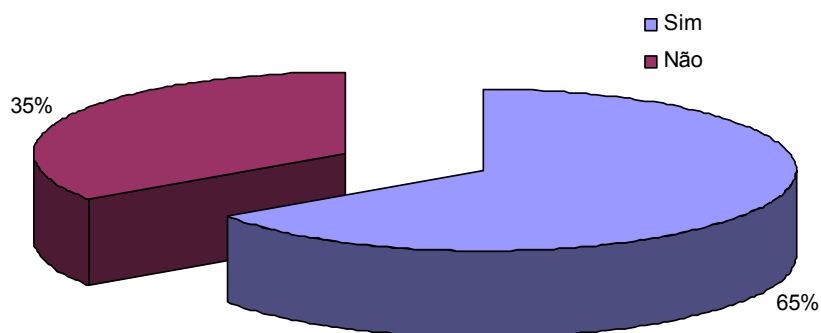


Figura IV-13 – Investimento realizado na área de residência dos inquiridos

As áreas, em que os Jovens que responderam ao inquérito mais apostaram, foram as da fruticultura e animal (Figura IV-14), totalizando essas duas 59,1% das respostas. Seguem-se as outras áreas e a horticultura com 11,1% e 10,1% respetivamente. Estas três áreas correspondem a mais de quatro quintos (80,3%) das respostas.

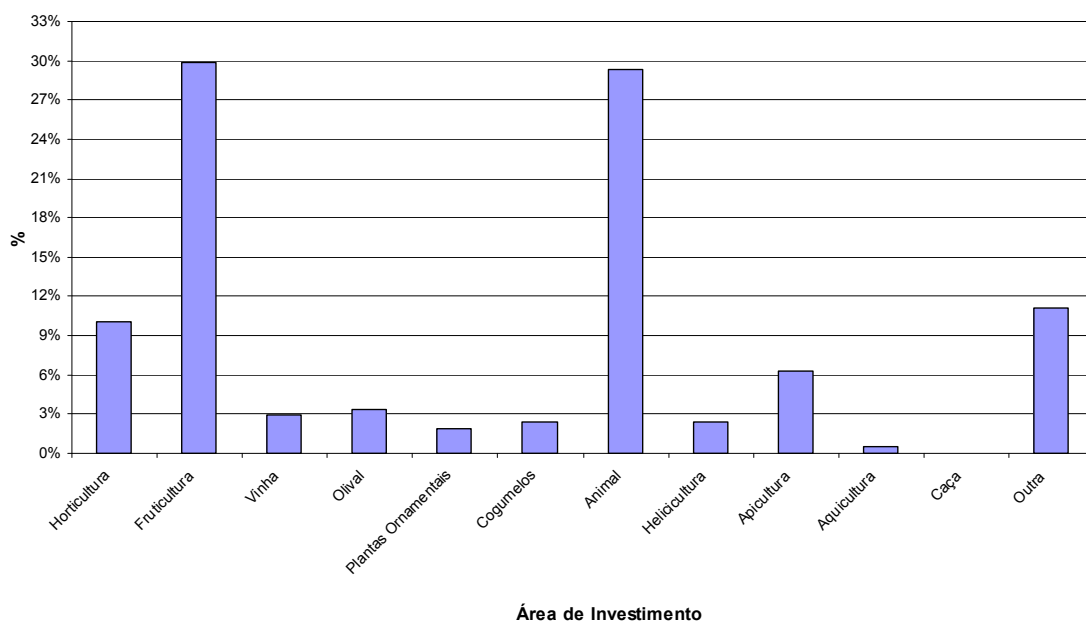


Figura IV-14 – Área do projeto com maior investimento dos inquiridos

No que concerne à percentagem de investimento por sector de atividade da população (Figura IV-15), a área animal representa 48,3%, segue-se a área da fruticultura com 17,1%, outras áreas com 10,9% e as hortícolas com 10,1%. Embora não estejamos a falar dos dados totalmente comparáveis, uma vez que no inquérito foi pedido para os candidatos indicarem a área em que houve maior investimento (Figura IV-14), os valores apontam no mesmo sentido, dado que as áreas de maior investimento da amostra foram a fruticultura, a área animal, as outras áreas e as hortícolas, as que apresentaram maior valor percentual. Se somarmos os valores da população para estas áreas dá 88,4% e na amostra o valor é de 80,3%.

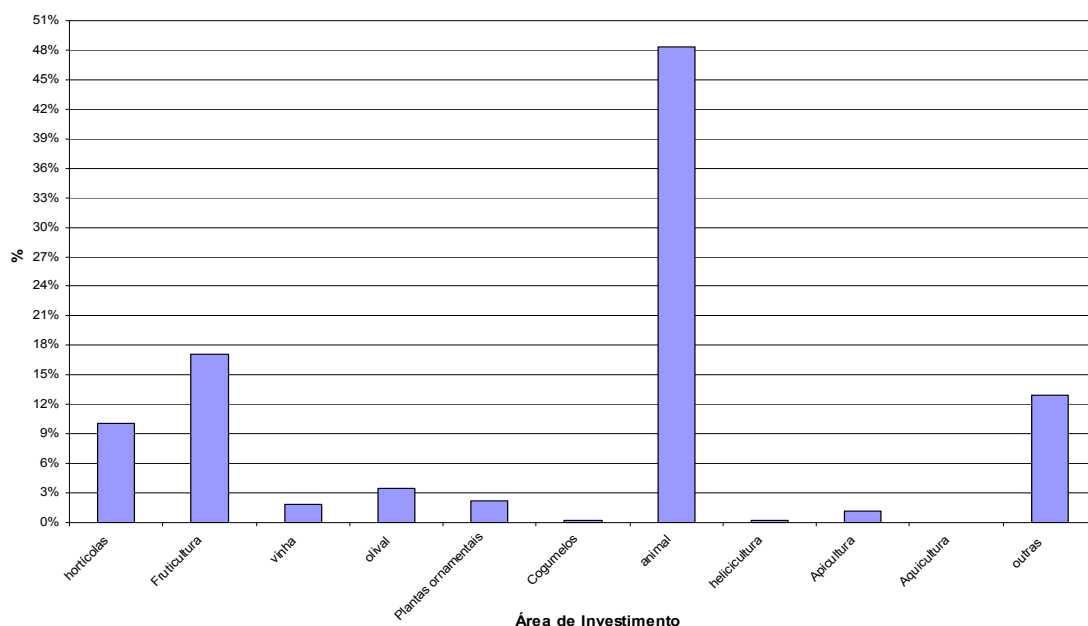


Figura IV-15 – Investimento percentual da população por sector de atividade

A Tabela IV-2 representa, em termos percentuais, as áreas de maior investimento dos projetos de Jovem Agricultor relativamente a cada uma das zonas de intervenção das Delegações da DRAP Centro. As células sombreadas a laranja claro representam os principais investimentos.

Assim, há uma clara predominância em termos de horticultura nas zonas de Viseu, seguindo-se Coimbra e Leiria. Estas três regiões representam 76,2% do total dos projetos. No que se refere à fruticultura a aposta é na zona de Castelo Branco, com 38,7%. No que concerne à vinha, as regiões da Guarda e Viseu possuem dois terços do total. O olival só existe na zona Interior (Castelo Branco e Guarda). Já as plantas ornamentais existem apenas na zona litoral e central (Coimbra, Leiria e Viseu). Os cogumelos surgem maioritariamente em Aveiro e Castelo Branco. As maiores apostas, em termos de animais, localizam-se em Castelo Branco e Viseu. A helicicultura tem expressão em Coimbra e Leiria, a apicultura surge em Coimbra, à semelhanças de outras culturas (Coimbra possui quase metade dessas outras culturas).

	Horticultura	Fruticultura	Vinha	Olival	Plantas Ornamentais	Cogumelos	Animal	Helicicultura	Apicultura	Aquicultura	Outra	Total
Aveiro	9,5%	6,5%	0,0%	0,0%	0,0%	40,0%	8,2%	0,0%	0,0%	0,0%	8,7%	7,2%
Castelo Branco	14,3%	38,7%	0,0%	57,1%	0,0%	40,0%	27,9%	0,0%	61,5%	0,0%	21,7%	30,3%
Coimbra	23,8%	12,9%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	9,8%	80,0%	7,7%	100,0%	47,8%	18,3%
Gouveia	0,0%	4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,9%
Guarda	0,0%	9,7%	33,3%	42,9%	0,0%	20,0%	18,0%	0,0%	15,4%	0,0%	4,3%	12,5%
Leiria	23,8%	9,7%	16,7%	0,0%	25,0%	0,0%	4,9%	20,0%	0,0%	0,0%	8,7%	9,1%
Viseu	28,6%	16,1%	33,3%	0,0%	25,0%	0,0%	29,5%	0,0%	15,4%	0,0%	8,7%	19,7%
Não Pertence Região Centro	0,0%	1,6%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela IV-2 - Área dos projetos onde houve maior investimento (% de projetos por Delegação de abrangência da DRAPC em relação ao total dos projetos de cada área de investimento)

Analisando o total de projetos, Castelo Branco, Viseu, Coimbra e Guarda, são as delegações que apresentam maior número de projetos nas suas áreas de intervenção (Figura IV-16), totalizando 81%. Em todas elas há Divisão de Investimento, o que pode indicar que a existência das divisões de investimento pode favorecer o investimento por parte dos candidatos. A única exceção a esta tendência é Aveiro que, apesar de ter Divisão de Investimento apresenta apenas 7% de projetos, atrás de Leiria (9%) que não possui Divisão de Investimento e apenas à frente de Gouveia.

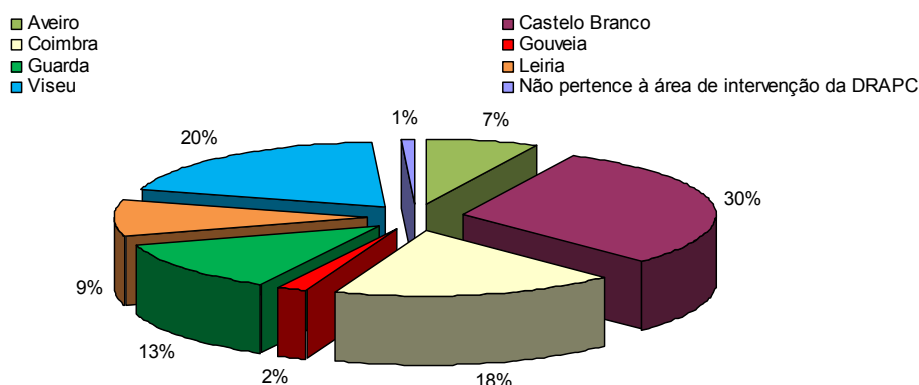


Figura IV-16 – Projeto dos inquiridos por área de abrangência de cada Delegação da DRAP Centro

As Delegações que correspondiam à anterior Direção Regional da Beira Litoral possuem 55% dos projetos e as da Beira Interior 45% (Figura IV-17). Note-se que a DRAP Centro resultou da fusão da DRABI e da DRABL².

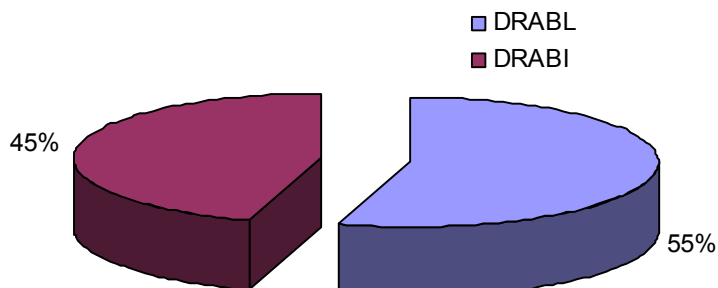


Figura IV-17 – Projeto dos inquiridos por área de abrangência de cada uma das ex-Direções Regionais de Agricultura

A análise do total de projetos submetidos por delegação (Figura IV-18) demonstra que as Delegações de Viseu, Guarda, Castelo Branco e Coimbra, com 24, 23, 21 e 11% respetivamente, representam em conjunto 79%, ficando os restante 21% distribuídos pelas restantes 3 Delegações em igual proporção. Embora as quatro Delegações com maior valor na população sejam as que apresentam maiores valores na amostra, as percentagens de cada Delegação apresentam diferenças (Figura IV-16). No entanto se considerarmos as anteriores duas Direções Regionais de Agricultura (Beira Interior e Beira Litoral), obtêm-se percentagens semelhantes. Assim a DRABL possui 54% na amostra e 49% na população e a DRABI 46% e 51% respetivamente, as percentagens ficam mais próximas.

² Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de fevereiro, na redação conferida pelo Decreto -Lei n.º 32/2008, de 25 de fevereiro.

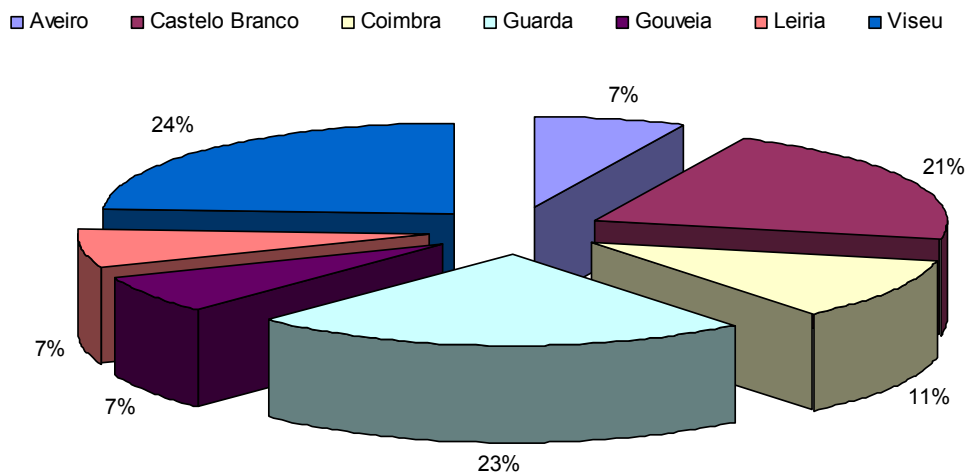


Figura IV-18 – Total de projetos submetidos, por área de abrangência de cada uma das Delegações da DRAP Centro (referentes à população)

Da comparação da caracterização da amostra com o que se conhece do universo, conclui-se que a primeira é bastante representativa, uma vez que para um conjunto alargado de características (variáveis) a distribuição observada na amostra é bastante idêntica à do universo. Assim sendo, podem as conclusões que se tirarem relativamente à amostra ser consideradas representativas das da população.

V. Apresentação e discussão de resultados

5.1. Fase I - Requisitos do candidato

Os requisitos do candidato encontram-se esquematizados na parte do fluxograma seguinte (Figura V-1). O fluxograma completo do processo de candidatura encontra-se em anexo (Anexo 1 - Fluxograma do processo).

Para um Jovem poder ser candidato a um projeto Jovem Agricultor tem de ter 18 anos e não pode ter completado 40, possuir no mínimo o 9º ano e não ter atividade prévia como Agricultor.

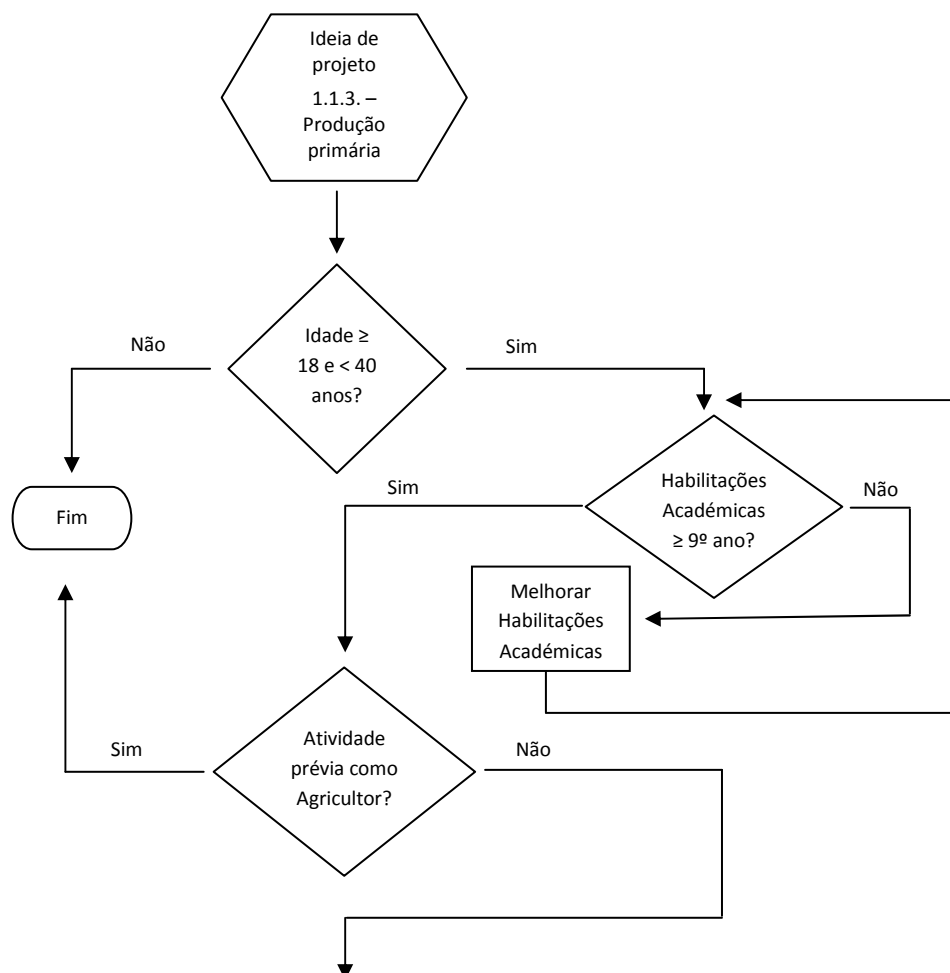


Figura V-1 – Fluxograma da fase I da candidatura – requisitos do candidato

Pelas respostas dadas ao inquérito constatou-se que a grande maioria (60%) possuía habilitações de nível superior (Figura IV-4), 10% possuía o 9º ano e os restantes tinham habilitações entre o 9º e o 12º ano. Apesar destes dados, 29% referiram que necessitaram de melhorar as habilitações (Figura IV-10). Uma explicação possível poderá ser a interpretação desta questão como a necessidade de melhoria das qualificações. Esse entendimento foi indiciado pelo facto de apenas 19,2% dos candidatos de áreas agrícolas identificarem essa necessidade e de os candidatos de áreas não agrícolas, mesmo com habilitações académicas superiores, identificarem frequentemente (32,5%) a necessidade de melhoria (Figura IV-10 e Figura IV-11).

No que se refere à ideia de projetos relacionada com a produção primária, os jovens referiram várias razões (Figura V-2), entre as quais se destacam: ter um projeto de futuro, criar o próprio emprego e continuar o negócio familiar. Em conjunto, estes três motivos, representam 56,3% do total das respostas.

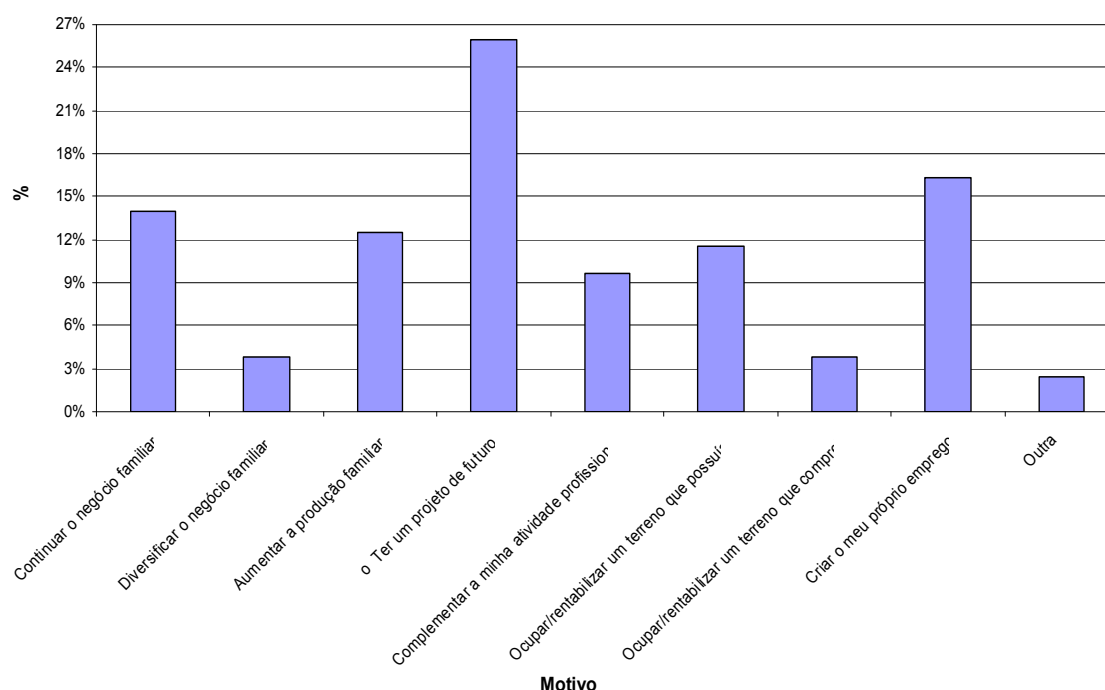


Figura V-2 – Motivo do surgimento da ideia para o projeto

A perceção dos trabalhadores da DRAP Centro, entrevistados relativamente a esta questão, vai ao encontro das respostas dos Jovens, apontando o desemprego como

uma das principais razões das candidaturas, o facto da agricultura estar novamente na moda e de ser uma possibilidade de futuro viável com baixo investimento. A última razão apontada pelos entrevistados foi a existência de património fundiário por parte dos Jovens.

Dois Jovens sugerem, no inquérito, que haja linhas de orientação dos candidatos acompanhadas e monitorizadas pelo governo para as áreas de investimento. Estas linhas devem ser regionais e adaptadas a cada exploração agrícola. Desta forma haveria um melhor desempenho do Jovem Agricultor. Esta opinião vai ao encontro da manifestada por um dos técnicos entrevistados, que defende a criação de linhas de orientação regionais, atendendo às especificidades da região e, a partir daí, proceder à subsídio de determinados produtos considerados essenciais nessa região.

Os principais motivos para os Jovens avançarem com a candidatura (Figura V-3) foram ter conhecimento e gosto pela área, totalizando 55,3% das respostas.

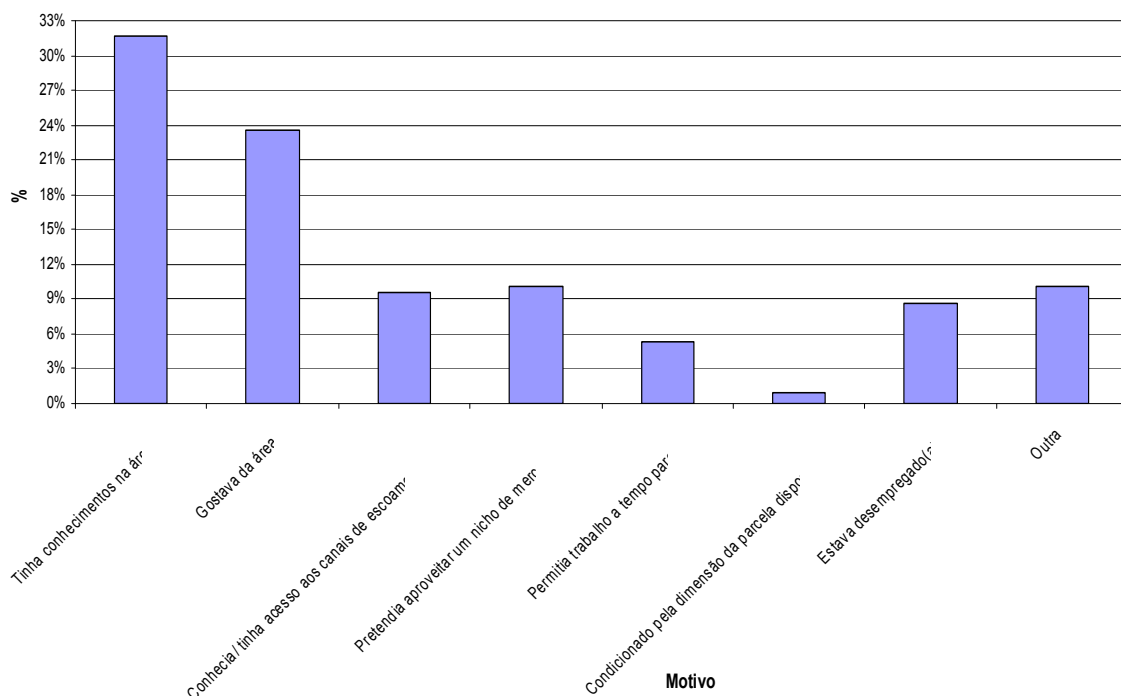


Figura V-3 – Motivo para avançar com o projeto

5.2. Fase II – Procedimentos prévios à candidatura

O fluxograma que se segue (Figura V-4) apresenta os procedimentos prévios à candidatura. Esta fase inclui três etapas que compreendem os procedimentos prévios, ou seja a obtenção da informação necessária e este procedimento, a inscrição como beneficiário do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) e a elaboração do parcelário e marcação do polígono.

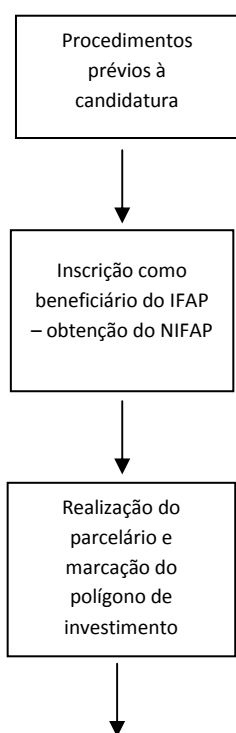


Figura V-4 – Fluxograma da fase II da candidatura – procedimentos prévios à candidatura

Quase dois quintos (38,5%) dos candidatos encontraram as informações através da pessoa ou empresa que elaborou o projeto (Figura V-5). As outras duas principais fontes de informação foram a internet (20,7%) e os Serviços Desconcentrados do Ministério da Agricultura (Delegação da Direção Regional de Agricultura do Centro - Delegação da DRAPC Centro), 13,9%, totalizando mais de 70% (70,1%) das respostas. As Organizações de Produtores (OP) representam apenas 6,4%.

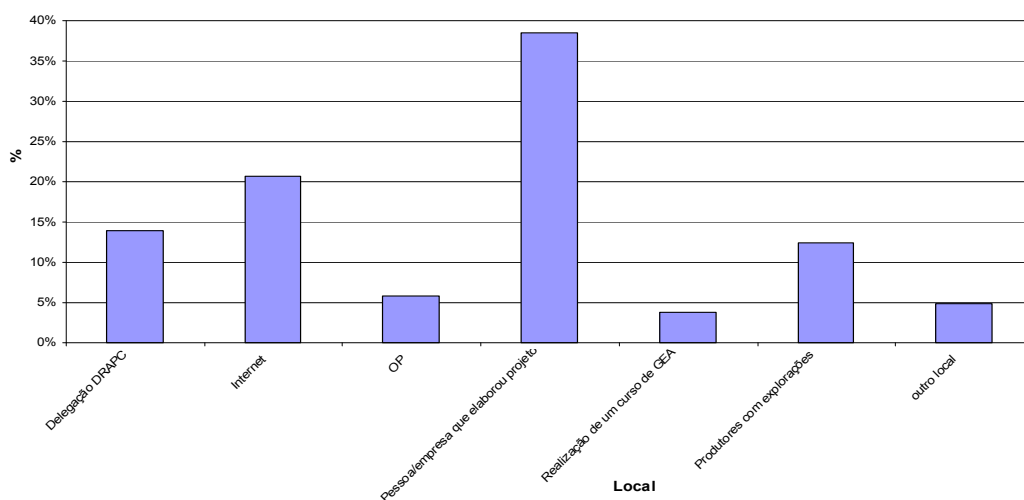


Figura V-5 – Local onde o candidato encontrou informação para a candidatura

Apenas 45% dos candidatos consideram que obtiveram informação completa (Figura V-6).

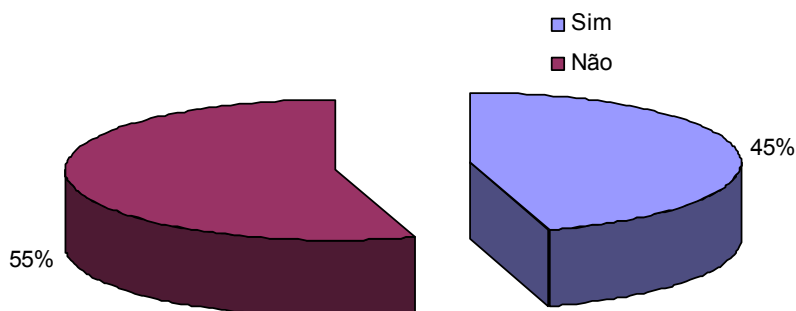


Figura V-6 – Forma como os candidatos consideram a informação para a candidatura

Nos que concerne às principais dificuldades dos candidatos (Tabela V-1) verifica-se que a falta de sistematização da candidatura é aquela que é apontada pelos candidatos que apostam principalmente nas áreas da horticultura e na área animal. Esta dificuldade é também salientada pelos indivíduos dos projetos das restantes áreas, exceto do olival, helicultura, apicultura e aquicultura. Não saber onde se dirigir para obter informações é a principal queixa dos candidatos com projetos nas áreas dos cogumelos e da aquicultura. O desconhecimento dos direitos e obrigações decorrentes de um projeto Jovem Agricultor é a principal dificuldade para quem aposta em vinha e

em plantas ornamentais. Não conhecer a área onde apresentar o projeto é o principal motivo de dificuldade para os candidatos que apresentaram projetos na área do olival.

Em síntese, a falta de informação e o desconhecimento dos direitos e obrigações são as principais dificuldades na fase prévia à apresentação da candidatura.

	Horticultura	Fruticultura	Vinha	Olival	Plantas Ornamentais	Cogumelos	Animal	Helicicultura	Apicultura	Aquicultura	Outra	Total
Desconhecimento da área onde queria apresentar o projeto	0,0%	12,9%	0,0%	28,6%	0,0%	20,0%	0,0%	20,0%	7,7%	0,0%	17,4%	8,2%
Não saber onde me dirigir para obter informação	9,5%	4,8%	0,0%	14,3%	0,0%	40,0%	9,8%	20,0%	15,4%	100,0%	4,3%	9,1%
Dificuldade em obter informação nos sites dos serviços	9,5%	6,5%	0,0%	14,3%	0,0%	20,0%	4,9%	0,0%	7,7%	0,0%	4,3%	6,3%
Falta de sistematização da informação necessária à candidatura	33,3%	16,1%	16,7%	0,0%	25,0%	20,0%	23,0%	0,0%	0,0%	0,0%	13,0%	17,8%
Falta de local onde fazer o investimento	0,0%	9,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,6%	20,0%	7,7%	0,0%	0,0%	5,8%
Desconhecimento dos direitos e obrigações decorrentes de um projeto Jovem Agricultor	19,0%	11,3%	33,3%	14,3%	75,0%	0,0%	14,8%	0,0%	15,4%	0,0%	21,7%	15,9%
Não tive quaisquer dificuldades	23,8%	25,8%	33,3%	14,3%	0,0%	0,0%	23,0%	40,0%	23,1%	0,0%	21,7%	23,1%
Outra	4,8%	12,9%	16,7%	14,3%	0,0%	0,0%	18,0%	0,0%	23,1%	0,0%	17,4%	13,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela V-1 - Principais dificuldades dos candidatos antes da apresentação da candidatura (% de dificuldades de acordo com a principal área de investimento do projeto)

Ao analisar a Tabela V-2 ganham especial relevo os problemas de informação, pois 54,8% dos inquiridos dizem que a informação obtida se revelou incompleta. Este dado ganha ainda maior destaque pelo facto de qualquer que seja a fonte de informação, com exceção das Delegações da DRAP Centro (cerca de 60% dos inquiridos consideram a informação completa) nenhuma outra fonte ser considerada maioritariamente completa. Os locais mais flagrantes, em termos de informação incompleta, são os produtores com explorações e a internet.

	A Informação obtida é Completa?		Total
	Sim	Não	
Delegação DRAPC	58,6%	41,4%	100,0%
Internet	39,5%	60,5%	100,0%
Organização de Produtores	50,0%	50,0%	100,0%
Pessoa/empresa que elaborou o projeto	48,8%	51,3%	100,0%
Curso de GEA	50,0%	50,0%	100,0%
Produtores com exploração	30,6%	69,4%	100,0%
Total	45,2%	54,8%	100,0%

Tabela V-2 - Local onde os candidatos recorreram para obter a informação para a candidatura e como consideram a informação obtida (completa ou incompleta)

Neste ponto, surgem dois aspetos importantes e que são alvo de diversas sugestões por parte dos candidatos. Um prende-se com questões de informação e o outro com as entidades que realizam os projetos.

No que refere ao primeiro ponto, as sugestões vão de encontro: à falta de informação relacionada com questões legais, nomeadamente: Segurança Social e Finanças (tributação); prazos de pedidos de reembolso e condições para tal, montantes máximos financiados; valores dos prémios a atribuir e maior divulgação das ajudas disponíveis. Para fazer face a esta situação é sugerida a “criação de um gabinete específico para esclarecimento de dúvidas de pretendentes Jovens Agricultores”. A falta de conhecimento das obrigações legais é corroborada por um dos Técnicos Analistas, realçando que essa é uma das principais falhas e que leva a que muitas das candidaturas não contenham toda a documentação necessária.

O segundo aspeto refere-se às dificuldades que os candidatos enfrentam quando têm de recorrer a uma entidade privada para a elaboração da candidatura. As queixas vão para os elevados encargos suportados para a elaboração da candidatura; para os atrasos na elaboração dos projetos e para a descoordenação das entidades. Neste caso, as sugestões vão de encontro à avaliação e eventual certificação/acreditação das entidades projetistas, que desta forma dariam “garantias ao promotor de serem

entidades responsáveis e idóneas (...). Há Jovens que vão mais longe e sugerem a “criação de um gabinete que ajude a submeter a candidatura” para evitar gastos avultados em empresas de consultadoria.

Este dado é especialmente realçado pelo facto da maioria dos candidatos (51,3%) que procuraram uma entidade projetista para obter informações, não as considerarem completas (Tabela V-2).

Para a criação do Número de Identificação como Beneficiário do IFAP (NIFAP), 79% dos indivíduos recorreram a uma das Delegações da DRAP Centro e apenas 21% efetuaram esse procedimento numa Organização de Produtores (Figura V-7).

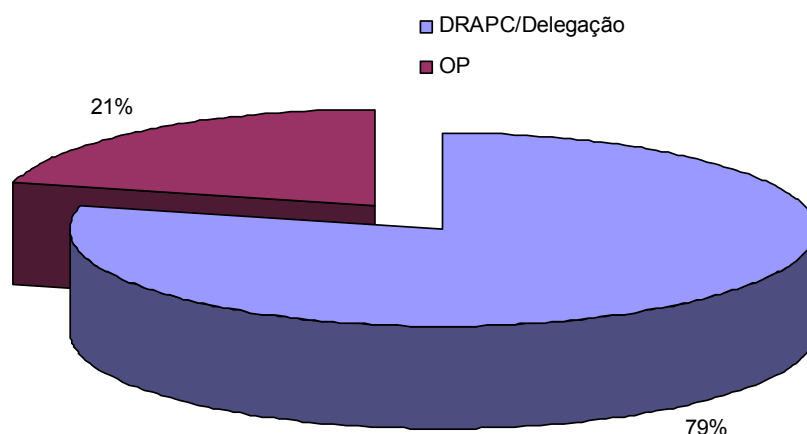


Figura V-7 – Entidade onde os candidatos criaram o NIFAP

Mais de metade dos candidatos (50,5%) não tiveram qualquer dificuldade para a criação do NIFAP (Figura V-8). Como dificuldades apresentadas destacam-se o mau funcionamento do sistema informático, considerado como muito lento por 19,2% dos candidatos e a difícil reunião da documentação necessária (14,9%).

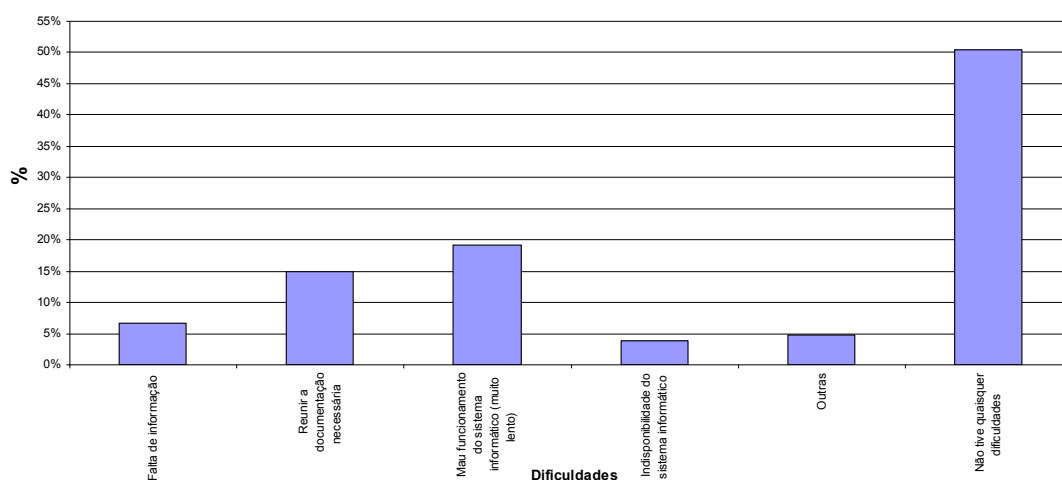


Figura V-8 – Principais dificuldades para a criação do NIFAP dos candidatos

A esmagadora maioria dos candidatos (80%) realizaram o parcelário e a marcação do polígono de investimento numa das delegações da DRAP centro e apenas 20% numa Organização de Produtores (Figura V-9).

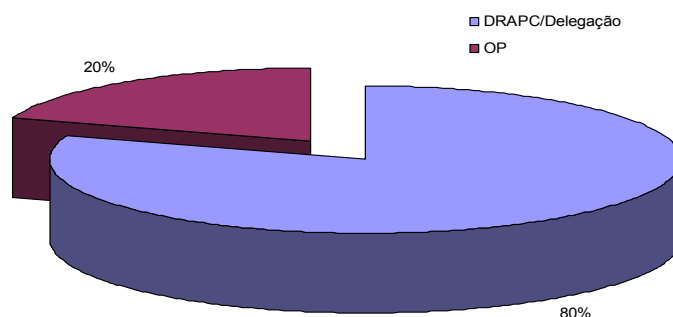


Figura V-9 – Entidade onde os candidatos realizaram o parcelário e a marcaram o polígono de investimento

51% dos Jovens que responderam ao inquérito não tiveram qualquer dificuldade na elaboração do parcelário e na marcação do polígono de investimento (Figura V-10). Os principais constrangimentos foram: a reunião da documentação necessária (9,6%), a marcação da(s) parcela(s) pelo facto de pertencerem a terceiros e ser necessário cedência/contrato de arrendamento/comodato/outras documentos (7,7%), parcela(s) já marcada(s) em nome de outro requerente e outra situação, ambas com 6,7% das respostas.

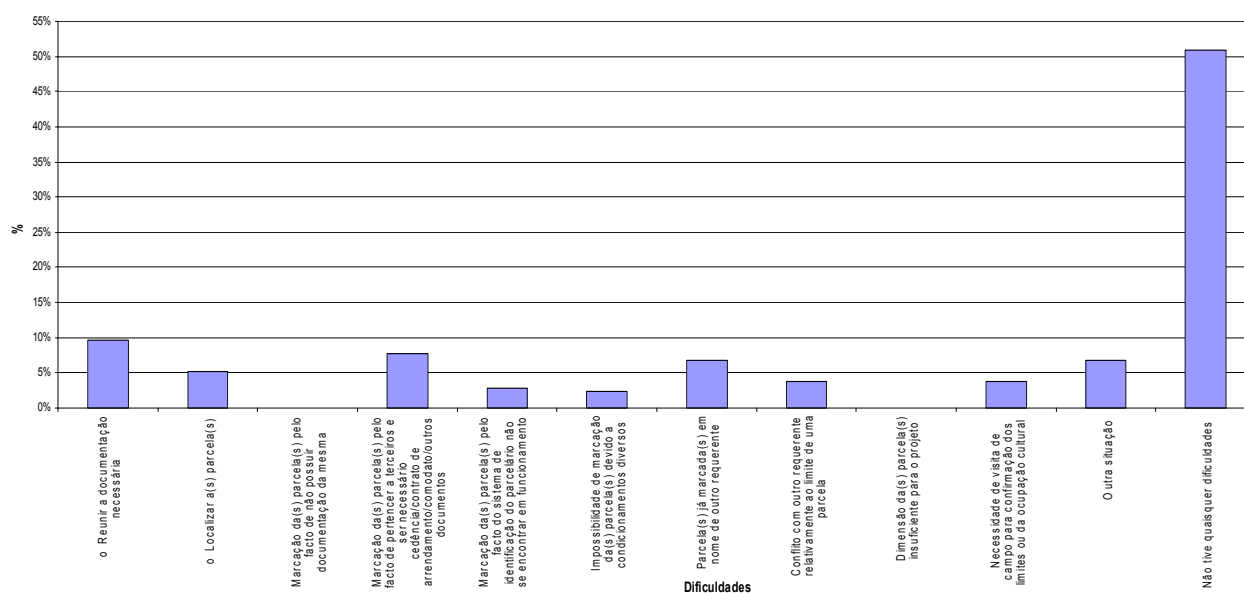


Figura V-10 – Principais dificuldades dos candidatos para a realização do parcelário e marcação do polígono de investimento

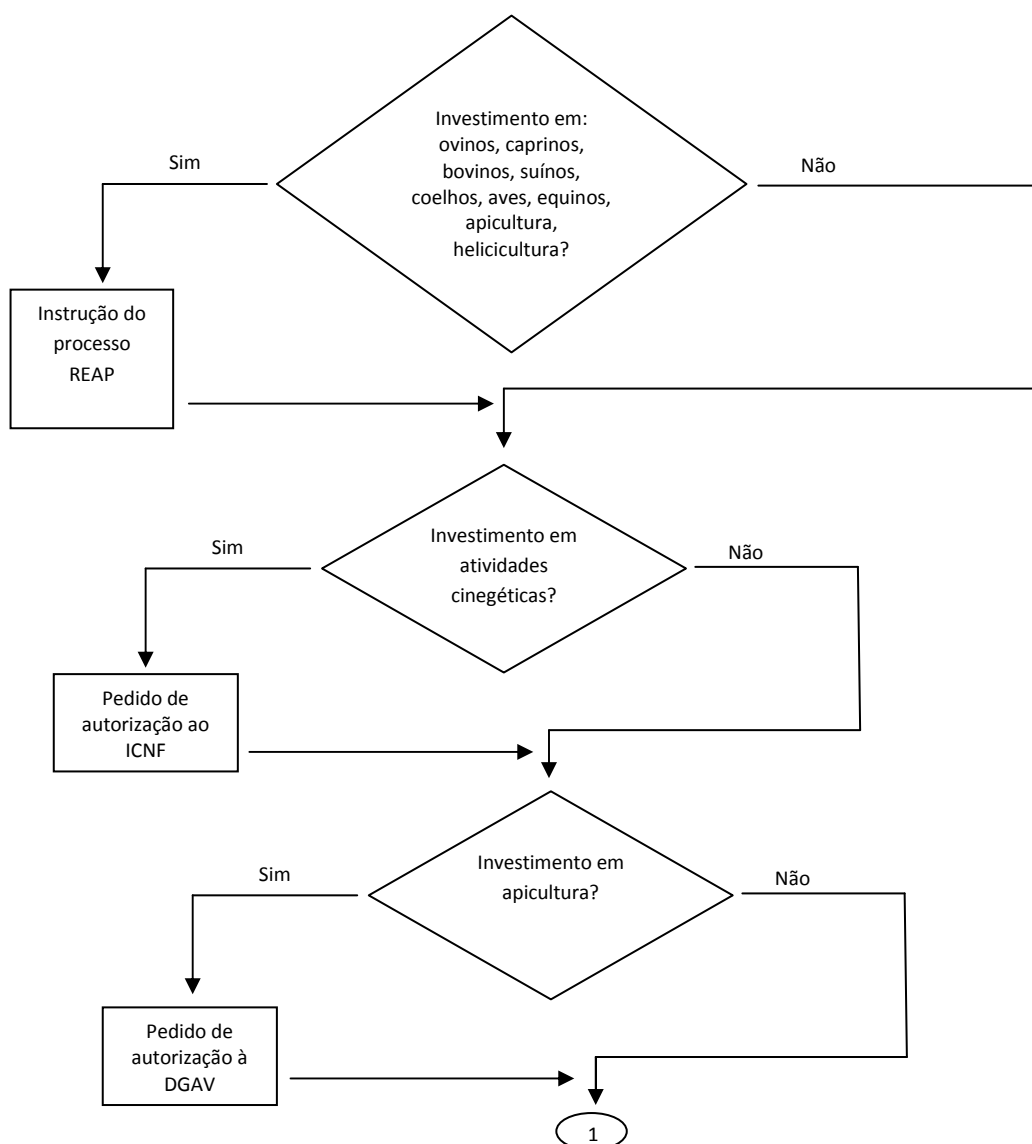
As sugestões relativas ao parcelário vão no sentido de melhorar o sistema informático, pois consideram que muitas vezes não funciona, o que aumenta significativamente o tempo gasto neste procedimento.

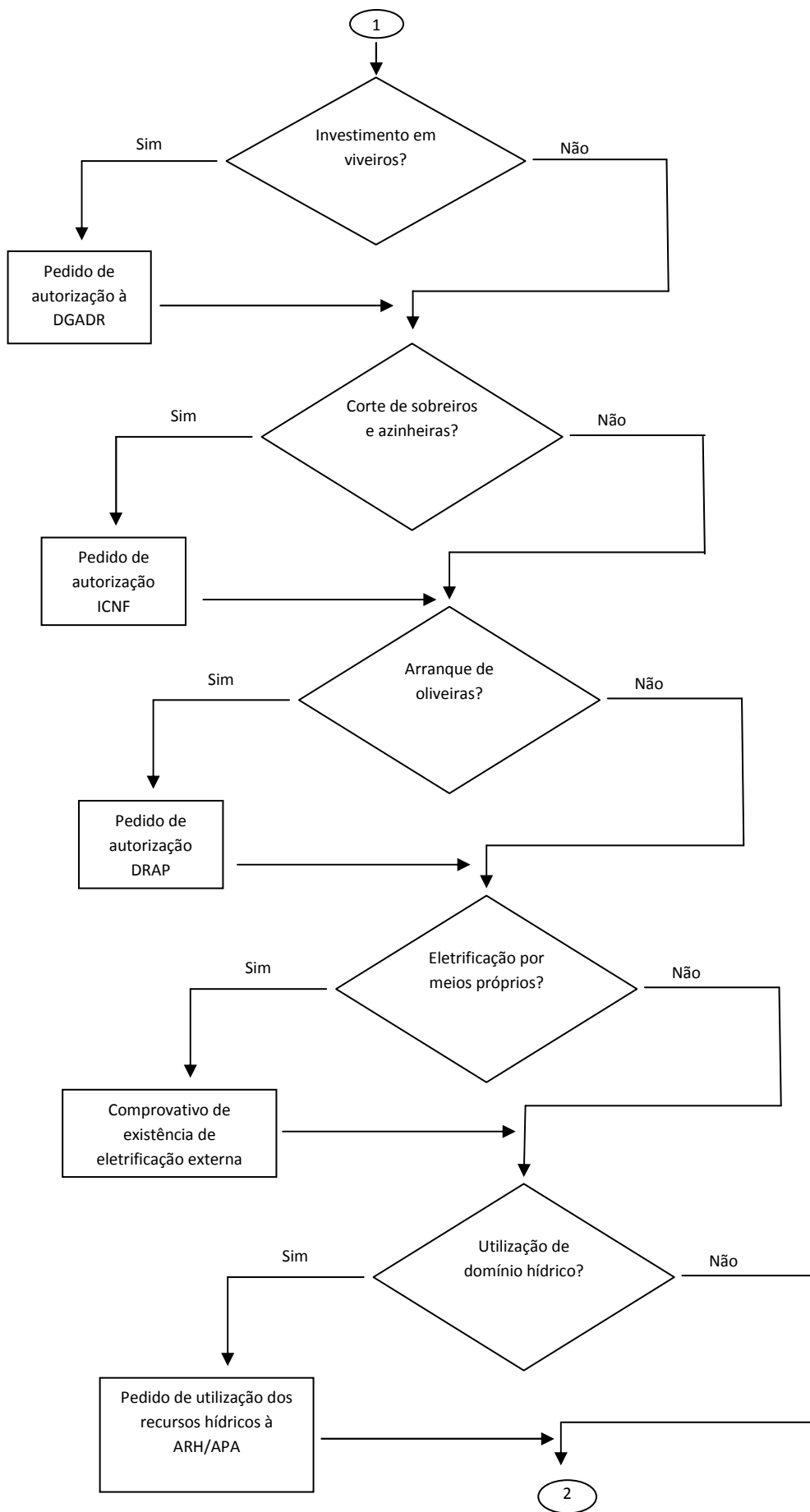
Há, ainda, sugestões no sentido de obrigar os proprietários das parcelas a fazer a sua limpeza ou, caso isso não aconteça, a serem obrigados a ceder a exploração dos mesmos a terceiros. Desta forma aumenta-se a disponibilidade de terras e contribui-se para a proteção das florestas e outras explorações.

5.3. Fase III – Requisitos específicos, restrições especiais e licenciamento camarário

5.3.1 Requisitos específicos

O fluxograma seguinte (Figura V-11) representa esquematicamente os requisitos específicos para a apresentação de uma candidatura a um projeto de Jovem Agricultor. Estes requisitos têm em conta a área de investimento, nomeadamente o investimento em animais, espécies cinegéticas, apicultura e viveiros. Para além destes, tem em conta o corte de sobreiros ou azinheiras, o arranque de oliveiras, a eletrificação por meios próprios, a utilização de domínio hídrico e a necessidade de licenciamento camarário.





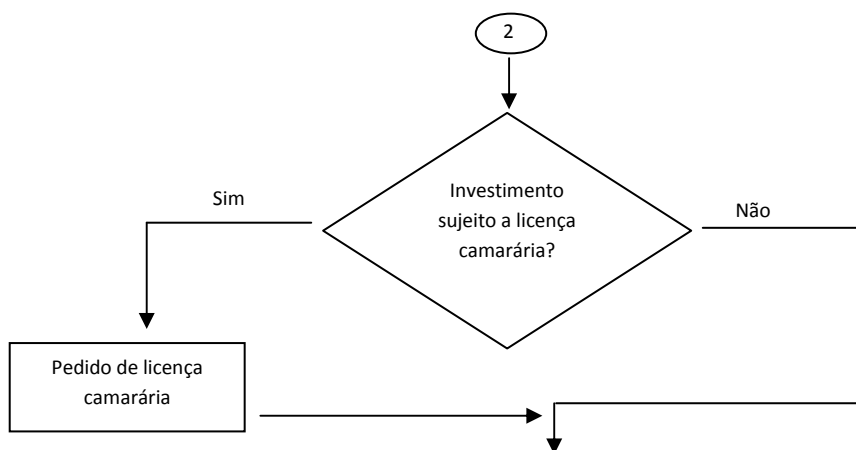


Figura V-11 – Fluxograma da fase III da candidatura – requisitos específicos da candidatura

Os candidatos selecionaram como requisitos específicos (Figura V-12) a instrução do processo de Regime de Exercício da Atividade Pecuária (REAP) (30,8%), a utilização dos recursos hídricos (30,8%) e outros requisitos (34,1%). Estranha-se este último valor, dado que a legislação não contempla quaisquer outros requisitos para além dos mencionados no inquérito. Apenas 20,2% dos candidatos referiram não ser necessário nenhum requisito específico. Note-se que nesta questão os candidatos podiam selecionar todas as opções que se aplicassem ao seu caso.

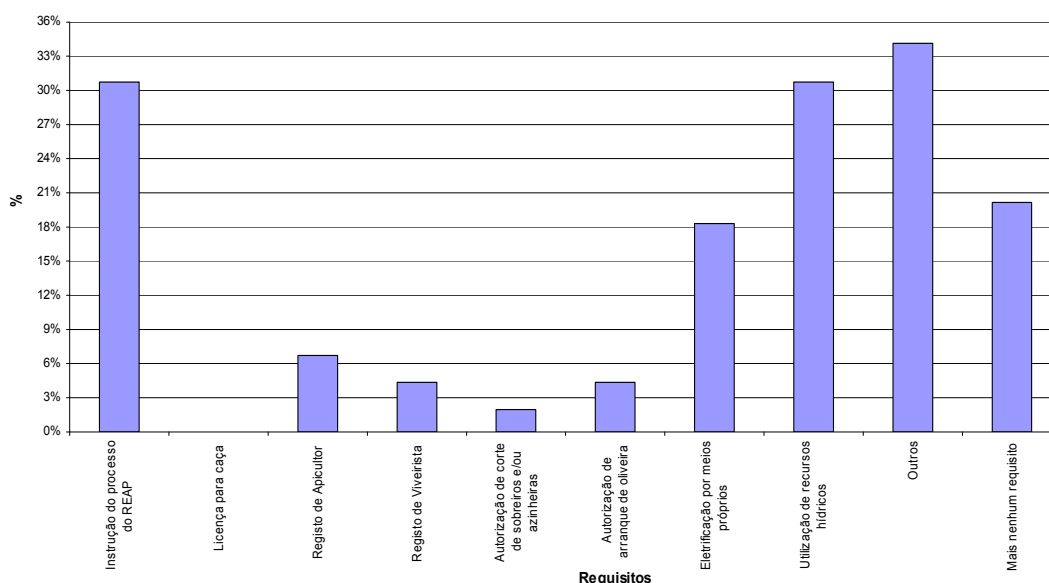


Figura V-12 – Requisitos específicos da candidatura

Os promotores do projeto realizaram a instrução do REAP, na sua grande maioria, (75%), numa das Delegações da DRAP Centro (Figura V-13); 13% efetuaram este procedimento numa Organização de Produtores e os restantes 12% ou recorreram a uma entidade registada no portal do REAP para esse efeito ou fizeram eles mesmos o registo e respetiva instrução (em partes iguais).

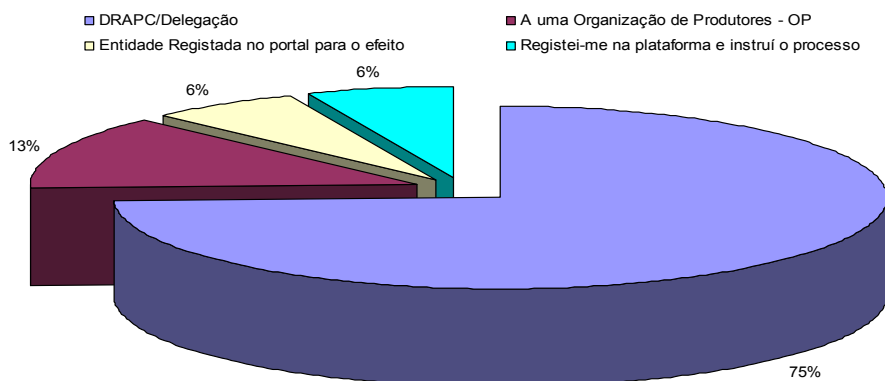


Figura V-13 – Entidade onde os candidatos realizem a instrução do REAP

Das respostas ao inquérito verificou-se que 44,2% dos indivíduos não apresentaram qualquer dificuldade na instrução do REAP (Figura V-14). Contudo, deve salientar-se que esta questão possuía uma gafe, apenas detetada depois do início das respostas dos inquiridos, e que constava na obrigatoriedade de responder, mesmo que não se aplicasse este requisito.

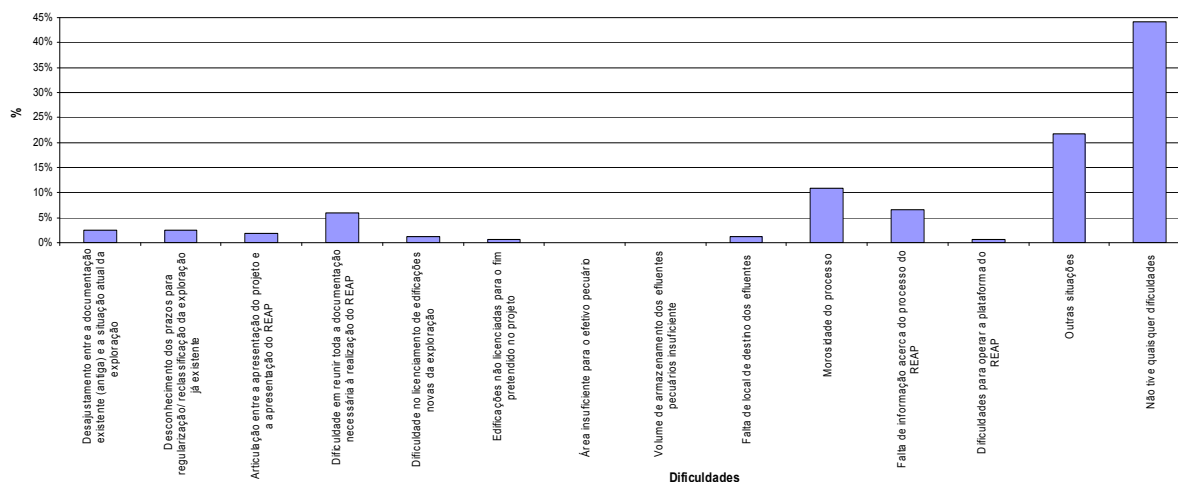


Figura V-14 – Principal dificuldade dos candidatos para realizarem a instrução do REAP (dados completos)

Considerando só os Jovens cujo projeto continha este requisito (Figura V-15) e que correspondem a 52,4% dos candidatos, cerca de um terço (33%) referiram outra situação; a morosidade do processo é mencionada por 16,5%, a falta de informação acerca do processo do REAP por 10,1% e a dificuldade em reunir toda a documentação necessária à realização do REAP por 9,2%. De todos os Jovens cujo requisito se aplicava, apenas 15,6% não tiveram qualquer dificuldade.

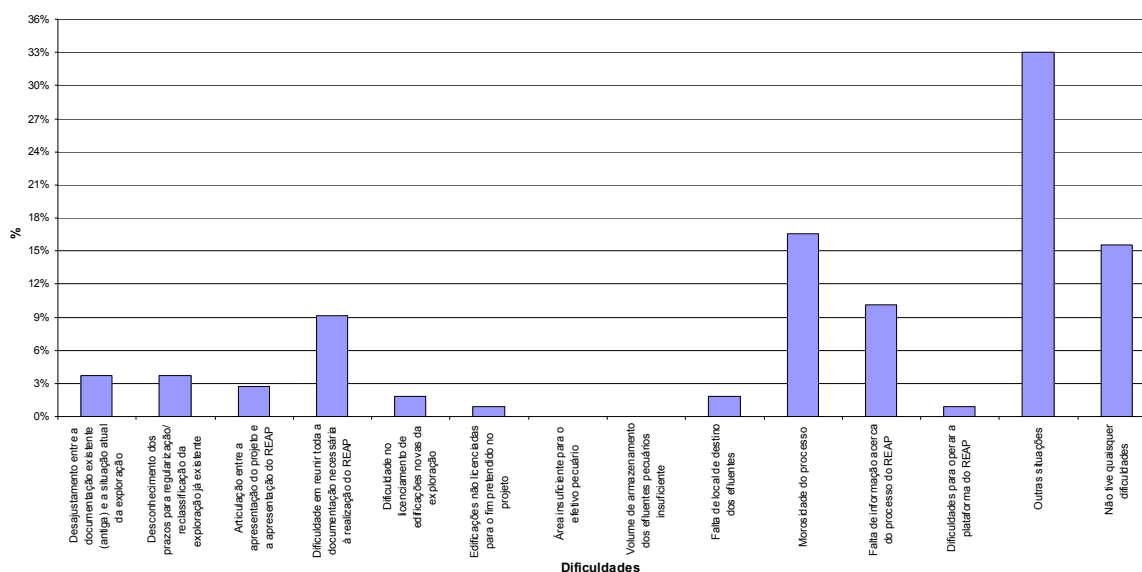


Figura V-15 – Principal dificuldade dos candidatos para realizarem a instrução do REAP (apenas casos aplicáveis)

No caso do REAP, os Jovens mencionam que a obtenção do título é difícil e demorada.

Os Técnicos Analistas mencionam que as principais dificuldades relacionadas com o REAP, têm a ver com o facto dos licenciamentos pecuários dependerem de inúmeras entidades, algumas delas fora do Ministério da Agricultura, como a veterinária e as autarquias. Esta situação dificulta a obtenção de toda a documentação das várias entidades.

De acordo com os entrevistados esta situação resolver-se-ia reduzindo o tempo dos pareceres e melhorando a comunicação entre as entidades. Assim, de acordo com T1, “há sempre documentos que são necessários (...) por exemplo, se for feita uma construção, tem que se fazer o licenciamento, porque claro, nós, como estado, vá

temos que nos certificar que o processo está todo legal, mas eu também acho que, (...) por exemplo a passar uma licença camarária, demora imenso tempo (...). T3 menciona que “há algum excesso de burocracia por razões que tem a ver com o sistema orgânico interior do sistema, nomeadamente as Direções Regionais. Não se entende como é que sendo as Direções Regionais que licenciam as atividades nomeadamente no REAP, não são elas que nos comunicam diretamente a outro serviço que somos nós, Serviço de Análise dos Projetos, (...) porque é que tem que ser comunicado ao agricultor e depois o agricultor é que vem aqui comunicar-nos a nós, (...) é um problema de comunicação interna das Direções Regionais porque não há justificação nenhuma para isso. E também mais uma questão, porque é que estes projetos de investimento que têm o caso que nós chamamos REAP não são analisados prioritariamente em relação a outros (...) assim evitava-se de estar tanto tempo à espera para ter licença para o exercício de uma atividade.”

Outra razão para as dificuldades prende-se com o desconhecimento dos requisitos legais, dado que muitas vezes as entidades que elaboram as candidaturas não esclarecem os promotores.

A eletrificação por meios próprios apresenta como principais dificuldades (Figura V-16) os encargos demasiado elevados (47,6%) e a morosidade do processo (14,3%). Quase um quarto dos inquiridos (23,8%) refere não ter tido qualquer dificuldade neste procedimento.

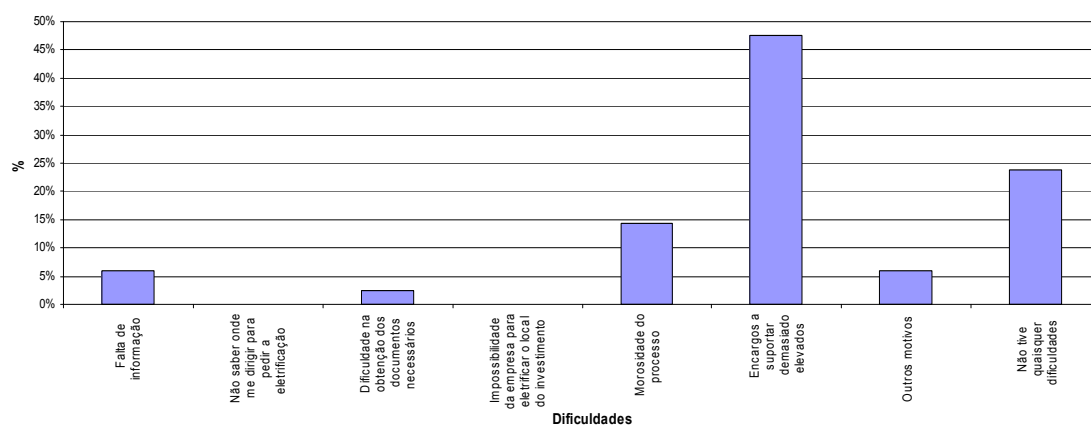


Figura V-16 – Principal dificuldade dos candidatos para realizarem eletrificação por meios próprios

Relativamente ao pedido de autorização para a utilização de recursos hídricos (Domínio Público Hídrico), 34,2% queixam-se da morosidade do processo, 13,9% de falta de informação e 10,1% de dificuldade na obtenção dos documentos necessários (Figura V-17). Cerca de um quarto (27,8%) dos candidatos, aos quais este requisito se aplica, referem não ter tido qualquer dificuldade.

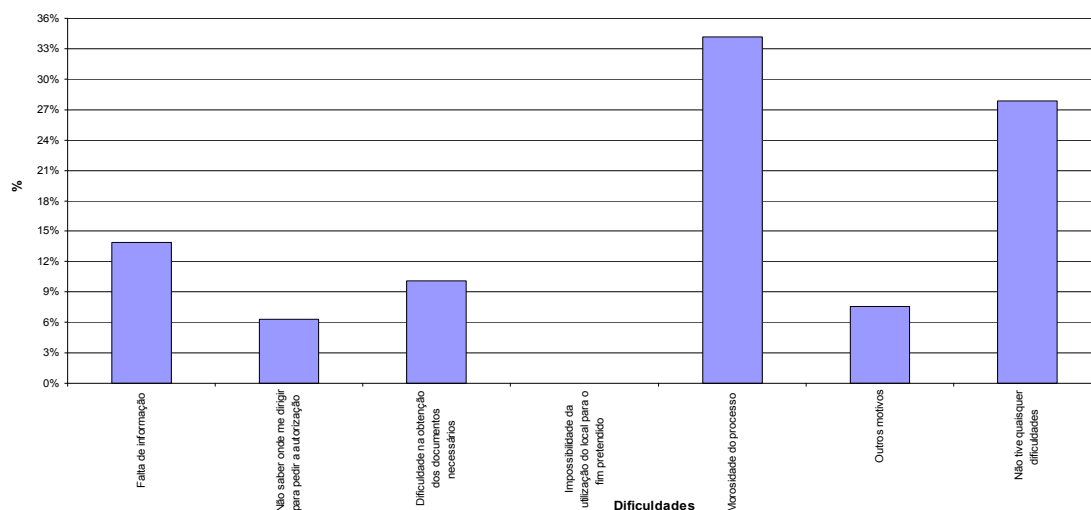


Figura V-17 – Principal dificuldade dos candidatos para obterem a autorização para a utilização dos recursos hídricos

Os trabalhadores entrevistados têm opinião semelhante à dos Jovens, nomeadamente no que concerne ao tempo para a emissão da autorização da utilização de recursos hídricos: T1 diz: “(...) por exemplo, os recursos hídricos, demoram imenso tempo a passar [autorização], tenho ali um processo já há imenso tempo a aguardar porque estão à espera de autorização para usarem água da barragem (...)”

No que se refere aos requisitos específicos que abrangem menor número de projetos (Tabela V-3), variando entre 0 e 6,7%, verifica-se que a grande maioria não tem qualquer dificuldade. Dos que apresentam dificuldades, estas prendem-se, na sua esmagadora maioria, com o desconhecimento da necessidade de efetuar o procedimento e do local onde o realizar, o que na prática se traduz por falta de informação/conhecimento.

		Principal dificuldade (%):							% dos inquiridos aplicável	
		Falta de informação	Desconhecimento da necessidade do procedimento	Não saber onde me dirigir para efetuar o procedimento	Falta de área para o projeto de investimento	Dificuldade na obtenção dos documentos necessários	Morosidade do processo	Outro motivo		Não tive quaisquer dificuldades
Requisito Específico:	Requerimento para arranque de oliveiras		55,56%					11,11%	33,33%	4,30%
	Pedido de autorização para corte de sobreiros ou azinheiras		33,33%	33,33%					33,33%	1,90%
	Pedido de autorização para criação de caça									0,00%
	Pedido de autorização para apicultura	7,69%			7,69%				84,62%	6,70%
	Pedido de autorização para atividade de viveirista			11,11%		11,11%	11,11%		55,56%	4,30%

Tabela V-3 – Dificuldades dos candidatos em 5 dos requisitos específicos que abrangem menor número de projetos

5.3.2. Restrições especiais

O fluxograma da *Figura V-18* apresenta as restrições especiais a que um projeto de Jovem Agricultor pode estar sujeito. Estas restrições são referentes ao facto da área de investimento se localizar em Zona de Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional (REN), Rede Natura, Zona de Proteção Especial (ZPE), Zona Especial de Conservação (ZEC) e em Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP).

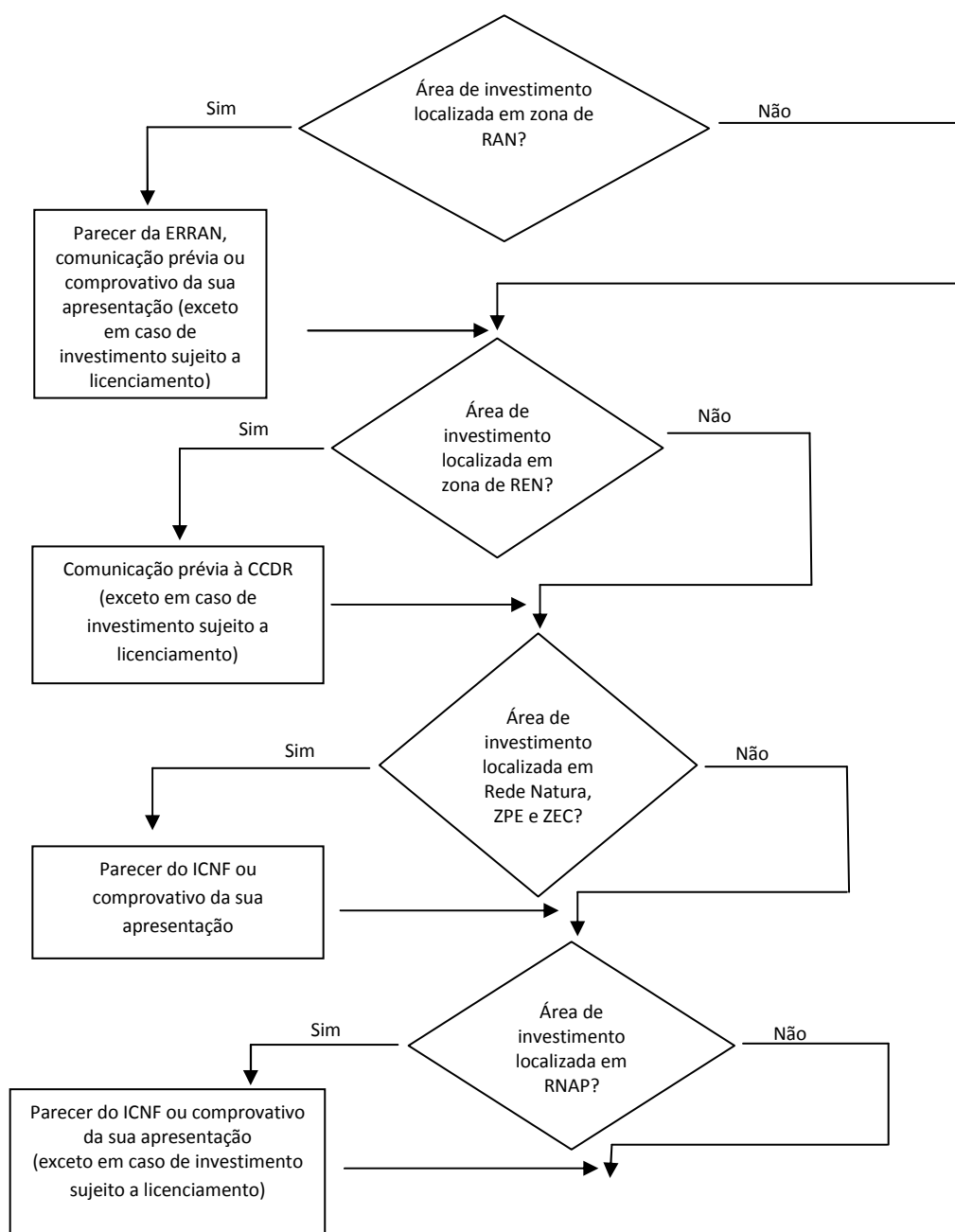


Figura V-18 – Fluxograma da fase III da candidatura – restrições especiais da localização da área de investimento

Estas restrições não são da responsabilidade das DRAP's, com exceção da Rede Agrícola Nacional (RAN), onde a DRAP Centro tem papel ativo. Por isso, apresentam-se apenas os dados acerca da percentagem de Jovens que tiveram de se sujeitar a essas restrições (Figura V-20).

Quase metade (49%) dos promotores mencionaram estarem sujeitos a restrições especiais da área de investimento (Figura V-19). Destaca-se, ainda, o facto de 16% não saberem se a área de investimento estaria sujeita a restrições especiais, mesmo depois de terem apresentado o projeto e, em muitos casos, após a sua aprovação. Este dado foi confirmado também nas entrevistas prévias que foram feitas a alguns candidatos.

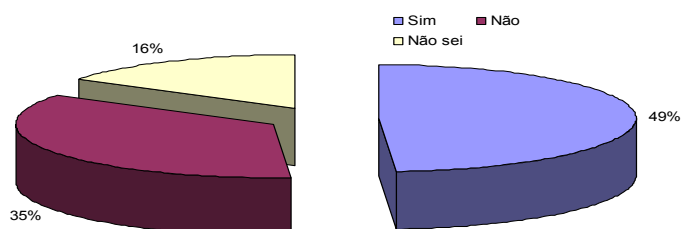


Figura V-19 – Percentagem de candidatos sujeitos a restrições especiais

Mais de 30% (31,7%) dos indivíduos que apresentaram candidatura a projeto tiveram que pedir parecer à Comissão de Coordenação da Região Centro (Figura V-20), 17,8% à Entidade Regional de Reserva Agrícola Nacional e 12,0% ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. 21,2% referem que pediram parecer a outra entidade (apesar de não haver mais nenhuma especificada na lista de documentação a apresentar com a candidatura para controlo documental e no site do PRODOR).

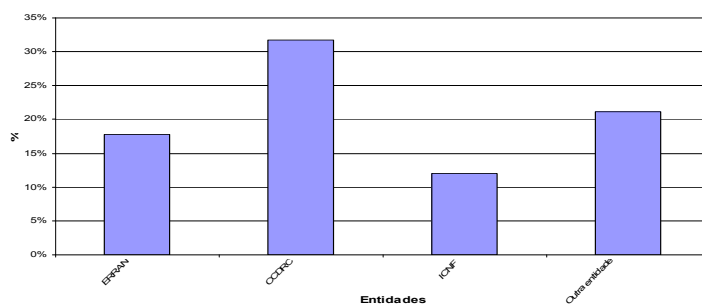


Figura V-20 – Percentagem de candidatos que tiveram que pedir parecer ou fazer comunicação prévia devido a restrições específicas

5.3.3. Licenciamento Camarário

Relativamente ao licenciamento camarário (Figura V-21) 59% dos projetos não estavam sujeitos e 37% necessitaram dele. Estes dados são condizentes com os das restrições específicas (Figura V-19), pois quando os investimentos são sujeitos a licenciamento, de uma maneira geral não se aplicam as restrições (serão vistas durante o licenciamento).

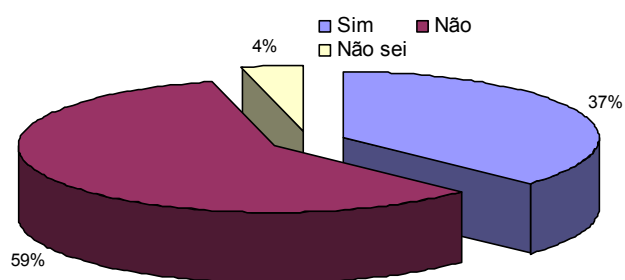


Figura V-21 – Percentagem de candidatos que tiveram que pedir parecer ou fazer comunicação prévia devido a restrições específicas

5.4. Fase IV – Elaboração da candidatura

A fase de elaboração contempla a elaboração da candidatura (Anexo 1 - Fluxograma do processo).

Na fase prévia à apresentação da candidatura, os candidatos queixam-se essencialmente de questões relacionadas com a informação, totalizando 49% das dificuldades. Esta situação materializa-se na falta de sistematização da informação necessária à candidatura, no desconhecimento dos direitos e obrigações decorrente de um projeto de Jovem Agricultor, em não saber onde se dirigir para obter informação e na dificuldade em encontrar a informação nos sites dos serviços (Figura V-22).

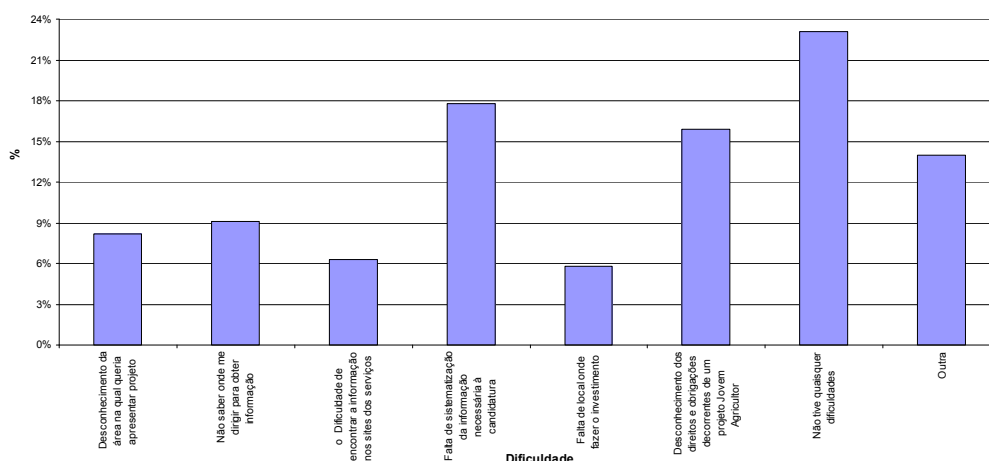


Figura V-22 – Principais dificuldades sentidas pelos candidatos na etapa prévia à apresentação da candidatura

Mais de 70% (72,6%) dos projetos foram elaborados por entidades privadas que se dedicam a esta atividade, quer seja um técnico empresário em nome individual, quer seja um gabinete de consultoria e elaboração de projetos (Figura V-23). Apenas 8,7% dos candidatos elaboraram a candidatura sozinhos e 7,2% elaboraram-na com a ajuda de amigos.

Nos casos em que recorreram a entidades de consultoria, apresentam as queixas já mencionadas no item 5.2.- procedimentos prévios à apresentação da candidatura.

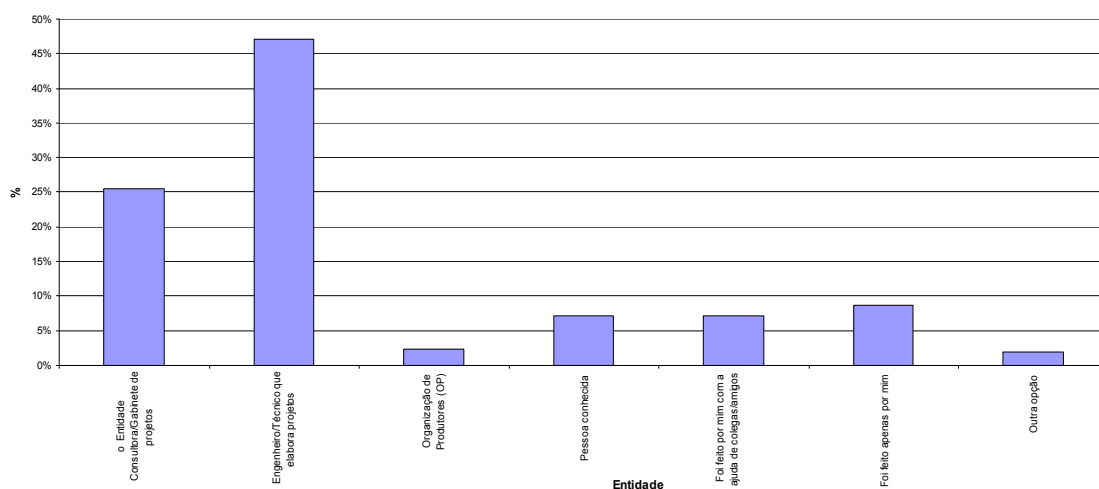


Figura V-23 – Entidade que elaborou a candidatura

A maior dificuldade dos Jovens para a elaboração da candidatura foi a obtenção da documentação necessária, representando 29,3% (Figura V-24). Segue-se a indisponibilidade de capital para o investimento (18,8%).

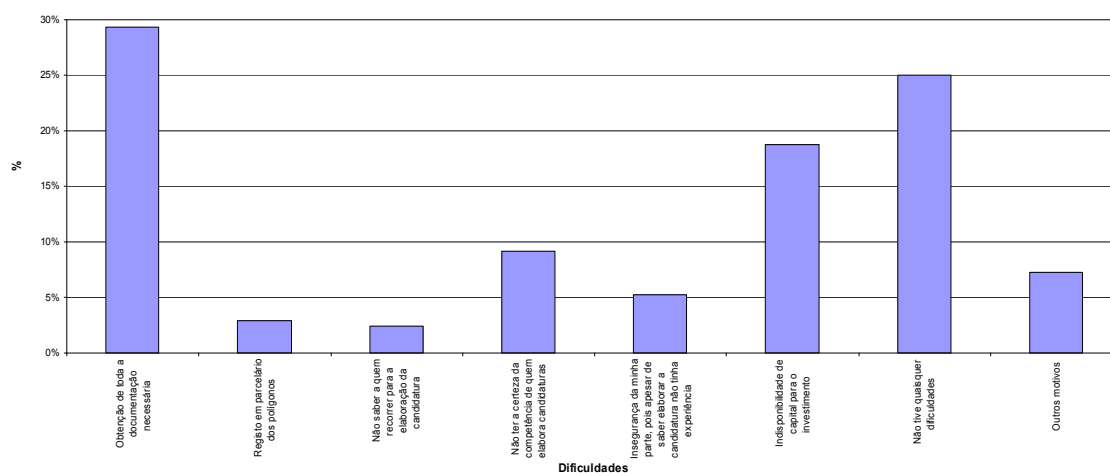


Figura V-24 – Principais dificuldades sentidas para a elaboração da candidatura

Atendendo a que 72,6% dos candidatos recorreram a profissionais da área para a elaboração da candidatura, é normal que as dificuldades sentidas estejam relacionadas com as questões que a entidade que elabora as candidaturas não faz. Assim, procurou-se saber quais as principais dificuldades dos indivíduos que elaboraram a candidatura eles próprios ou com a ajuda de amigos (15,9%). Nestes casos, as duas principais

dificuldades (Figura V-25) são a obtenção da documentação necessária e a insegurança por parte do Jovem, devido à falta de experiência, ambas com 18,2%.

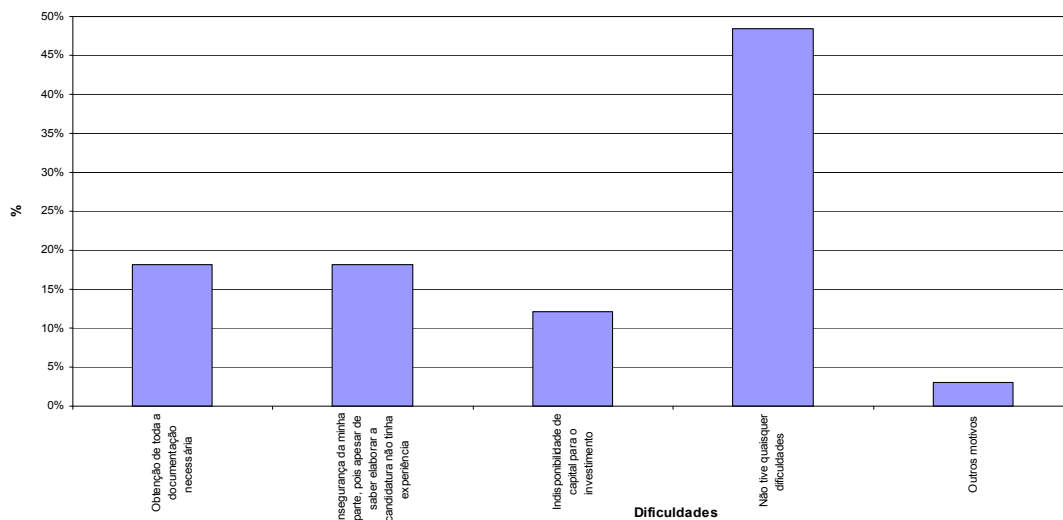


Figura V-25 – Principais dificuldades sentidas para a elaboração da candidatura nos casos em que o Jovem efetuou a candidatura sozinho ou com ajuda de amigos

Na altura da apresentação da candidatura, o recurso a várias entidades, quer seja para pedir pareceres ou para tratar de outros assuntos da candidatura, representa 36,6% das dificuldades (Figura V-26). Se a esta se adicionar a dificuldade em reunir a documentação necessária (16,8%) obtem-se mais de metade (53,4%) das dificuldades.

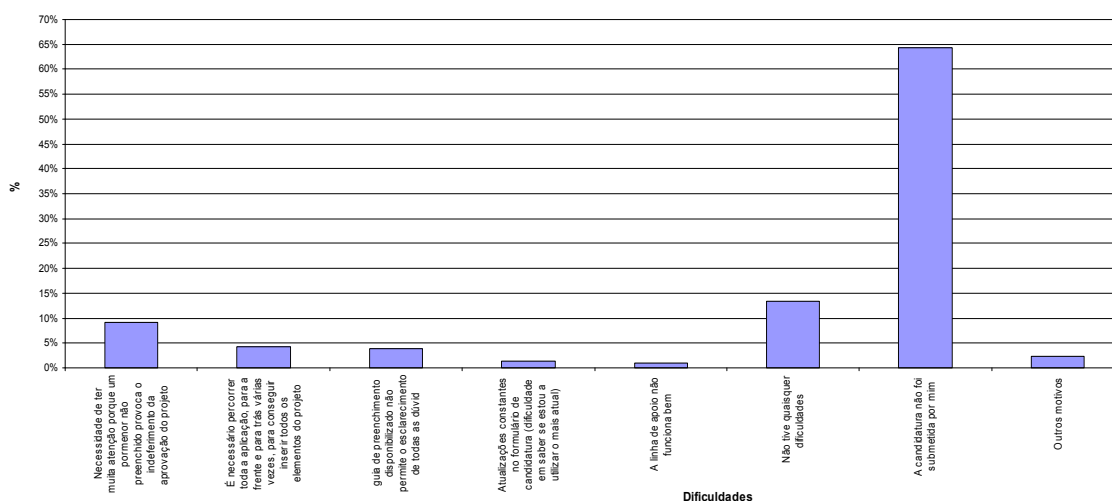


Figura V-26 – Principais dificuldades sentidas pelos candidatos na etapa de apresentação da candidatura

Em suma, as principais dificuldades são a falta de informação; ter de recorrer a várias entidades, quer seja para pedir pareceres, quer seja para tratar de outros assuntos da candidatura; reunir a documentação necessária e a indisponibilidade de capital para investir.

Para fazer face a essas dificuldades, os promotores reivindicam: simplificação da documentação exigida, com desburocratização (a palavra mais frequente nas sugestões); redução do número de pareceres; desmaterialização do dossier de candidatura e redução da burocracia inicial (ser pedida a documentação apenas numa fase posterior); facilitação do contacto com a entidade que analisa os projetos; processo de candidatura simples, para que qualquer indivíduo a possa elaborar, apenas com a ajuda dos Técnicos da DRAP. Há, ainda, sugestões no sentido da centralização de todo o processo de candidatura numa única entidade e a análise do trabalho dos gabinetes de consultadoria.

Pedem, também, a obrigatoriedade de formação de alguns módulos, nomeadamente relacionados com a gestão e procedimentos relativos à área a que se candidatam (formação específica), resolvendo, assim, grande parte das situações que se prendem com a falta de conhecimento dos requisitos legais e as questões específicas da área de candidatura.

Para fazer face à indisponibilidade de capital para o investimento são apresentadas várias sugestões pelos Jovens: a “interligação da instituição que aprova o projeto com as instituições de crédito. Assim seria possível a análise de viabilidade não só do projeto, mas também da capacidade de investimento do promotor”; [trabalho relacionado com parcerias junto dos bancos que facilitaria o pedido de crédito ou a criação de linhas de crédito específicas].

A informação relativa às principais falhas nas candidaturas analisadas pelos trabalhadores das Divisões de Investimento vai de encontro às dificuldades apresentadas pelos candidatos, nomeadamente a nível da falha de documentação e com os condicionamentos legais à atividade e documentação associada.

De acordo com T1 “Há muitas falhas em termos de formalização dos projetos, (...) os projetistas (...), às vezes falham bastante, em termos da forma como chegam as candidaturas (...) à Direção Regional, e também falham, às vezes, em termos de documentos e mesmo nos pedidos de pagamento (...)”. Nesta linha de pensamento, inclui-se T2, que menciona :“(...) projetos que veem mal instruídos, mal explicados. (...) mesmo a nível de elaboração, por vezes há ali algumas falhas que podem levar a que alguns projetos não reúnam condições na forma em que são apresentados, para poderem evoluir para aprovação”. T3 realça o desconhecimento dos requisitos legais e a falta da documentação necessária por parte dos agricultores como principais razões para a existência de falhas nos processos de candidatura: “(...) tem tudo a ver com os condicionamentos legais à atividade, que esses documentos que têm que ser apresentados sempre e é nesse aspeto a dificuldade.”

Estas dificuldades em obter a documentação necessária prendem-se, muitas vezes, com a falta de apoio técnico e de informação dos projetista aos candidatos.

5.5. Fase V – Submissão da candidatura

O fluxograma seguinte (Figura V-27) representa as etapas da submissão da candidatura

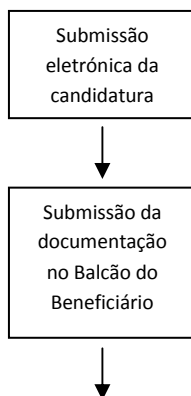


Figura V-27 – Fluxograma da fase V – Submissão da candidatura

A maioria dos candidatos (61,1%) submeteu a candidatura até seis meses após o surgimento da ideia para o projeto de Jovem Agricultor (Figura V-28). Se alargarmos esse prazo até um ano, verifica-se uma taxa de submissão de 84,6%. Apenas em 8,7% dos casos, há um prazo superior a vinte e quatro meses.

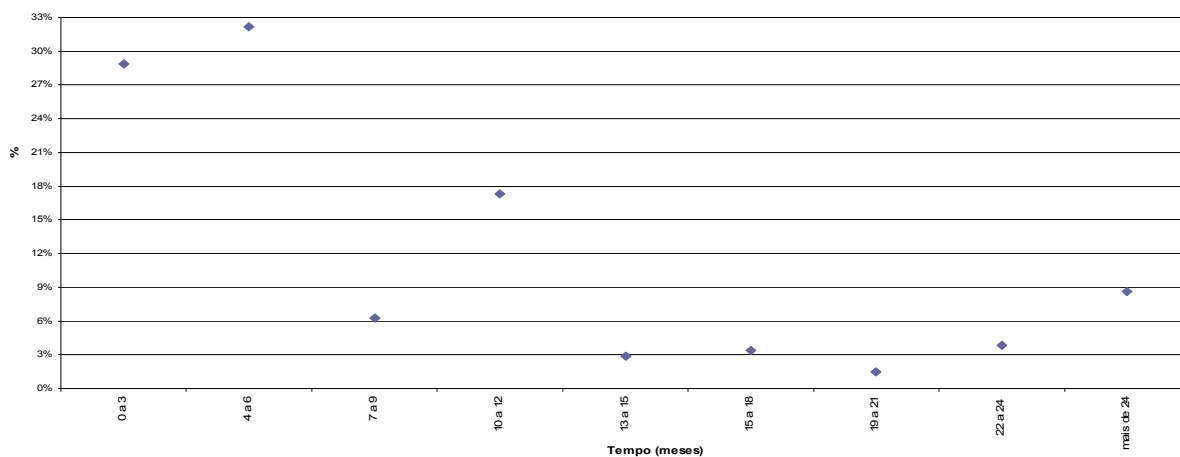


Figura V-28 – Tempo decorrido desde o surgimento da ideia para o projeto de Jovem Agricultor até à submissão da candidatura

No que respeita às dificuldades na submissão, quase dois terços (64,4%) referiram que a candidatura não foi submetida por eles (Figura V-29). Neste caso, a única dificuldade

digna de registo foi a necessidade de ter muita atenção, pois um pormenor não preenchido provoca o indeferimento da aprovação do projeto, 9,1% de respostas.

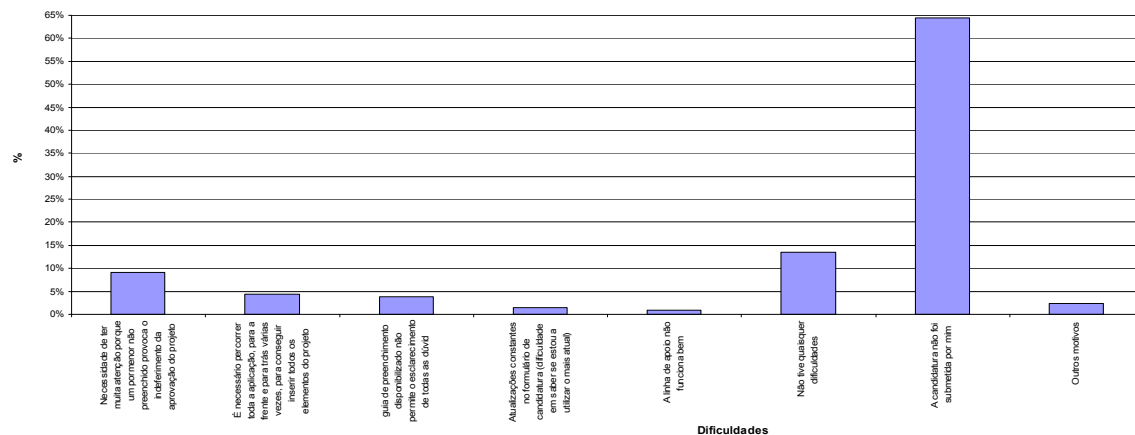


Figura V-29 – Principais dificuldades sentidas pelos candidatos para submeter a candidatura

Analisando as respostas, e excluindo os 64,4% que responderam não ter sido eles a submeter a candidatura (Figura V-30), verifica-se que mais de um quarto (25,8%) refere a necessidade de ter muita atenção para evitar erros de preenchimento. A segunda maior dificuldade (12,16%) é a necessidade de percorrer toda a aplicação, para a frente e para trás várias vezes, para conseguir inserir todos os elementos do projeto. Há, ainda, 10,81% que apontam que o guia de preenchimento disponibilizado não permite o esclarecimento de todas as dúvidas.

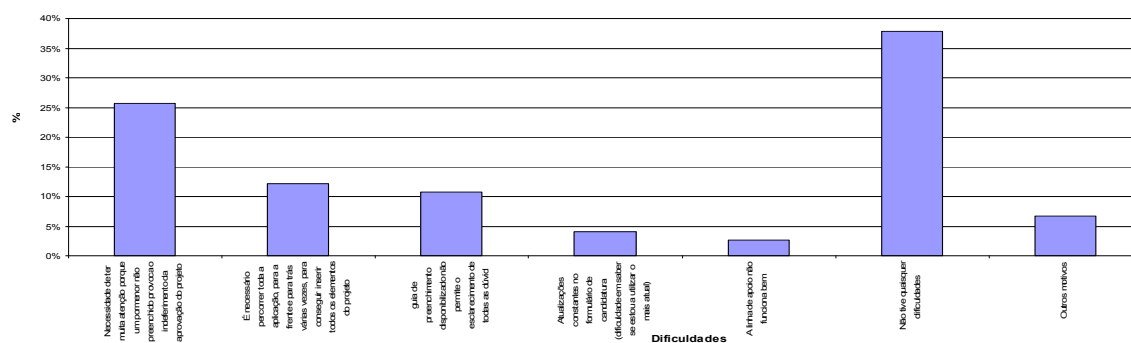


Figura V-30 – Principais dificuldades sentidas pelos candidatos para submeter a candidatura excluindo os candidatos que referiram não terem sido eles a submeter a candidatura

Neste item há candidatos que propõem a criação de um gabinete para submeter as candidaturas.

5.6. Fase VI – Análise da candidatura

A análise da candidatura é uma fase onde o candidato não tem qualquer intervenção e engloba a análise da viabilidade técnica e económica do projeto (Anexo 1 - Fluxograma do processo).

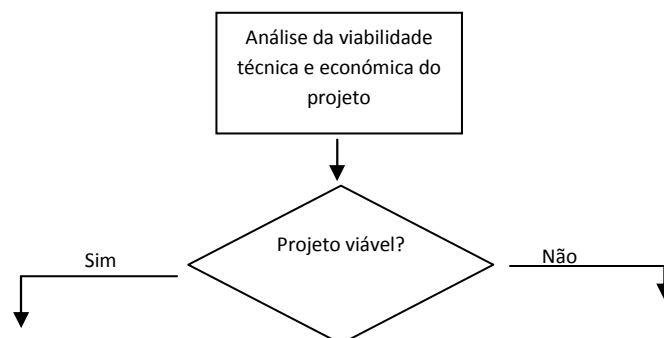


Figura V-31 – Fluxograma da fase VI – Análise da candidatura

Nesta fase (Figura V-31) o que se pode avaliar, relativamente ao candidato, é se ele conseguiu ou não acompanhar o estado da sua candidatura, desde a submissão até à aprovação (Figura V-32). Mais de um terço (35%) diz ter acompanhado essa etapa a par e passo, 27% referem que acompanharam em algumas fases e 13% que acompanharam com dificuldade. Houve alguns (13%) que afirmam não ter sabido nada durante esta etapa e 13% que obtiveram informações vagas.

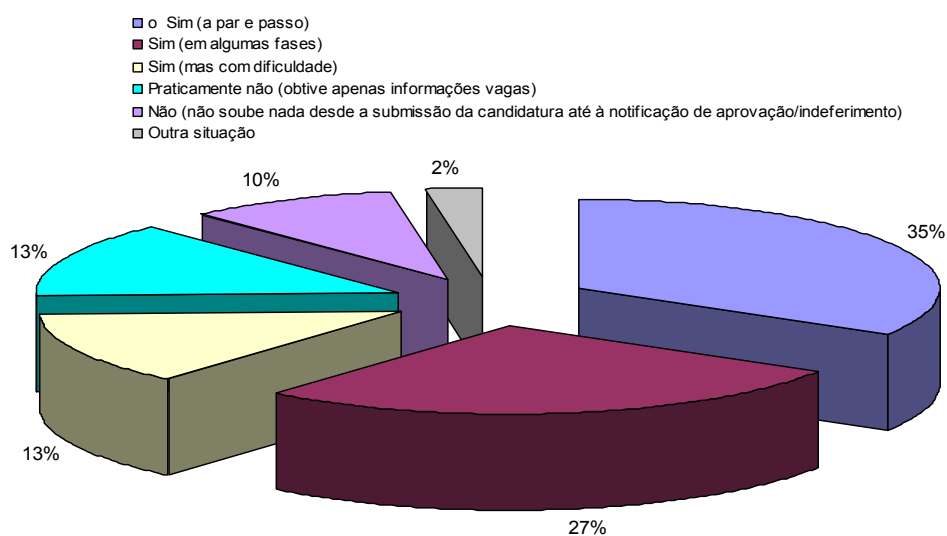


Figura V-32 – Acompanhamento feito pelos candidatos durante o período de análise da candidatura

Há sugestões dos promotores no sentido de ser facilitada a comunicação entre eles e a divisão da DRAP que analisa os projetos (Divisões de Investimento).

Relativamente à análise das candidaturas, os trabalhadores das Divisões de Investimento da DRAP Centro, referem que a análise é feita de forma bastante automatizada pelo sistema informático. A única forma de simplificar o processo de análise seria através da introdução do sistema de ajudas forfetárias. De acordo com T3 “(...) A análise é feita informaticamente e neste momento é muito difícil fazer aquilo mais simples do que o que está. Nós não perdemos muito tempo a analisar o projeto, visto que é só correr o programa e ver se está de acordo, ver se os dados estão todos inseridos, se os dados se adequam às produções previstas, se as explorações produzem aquilo, se os animais dão aquilo, é tudo feito nessa base e depois tem a análise económica que é feita com base nos critérios de avaliação económica, a VAL e a TIR, não saímos disso. Neste momento não há muito mais a simplificar, a única maneira que havia de simplificar era fazer um processo que eles chamam forfetário, (...)”.

A situação das ajudas forfetárias é, também, referida por diversos Jovens, que dizem que essa situação ajudaria a simplificar o processo e o tornaria mais transparente, pois não necessitaria de análise subjetiva do técnico.

5.7. Fase VII – Aprovação/indeferimento da candidatura

A imagem seguinte (Figura V-33) apresenta o fluxograma da fase de aprovação/indeferimento da candidatura.

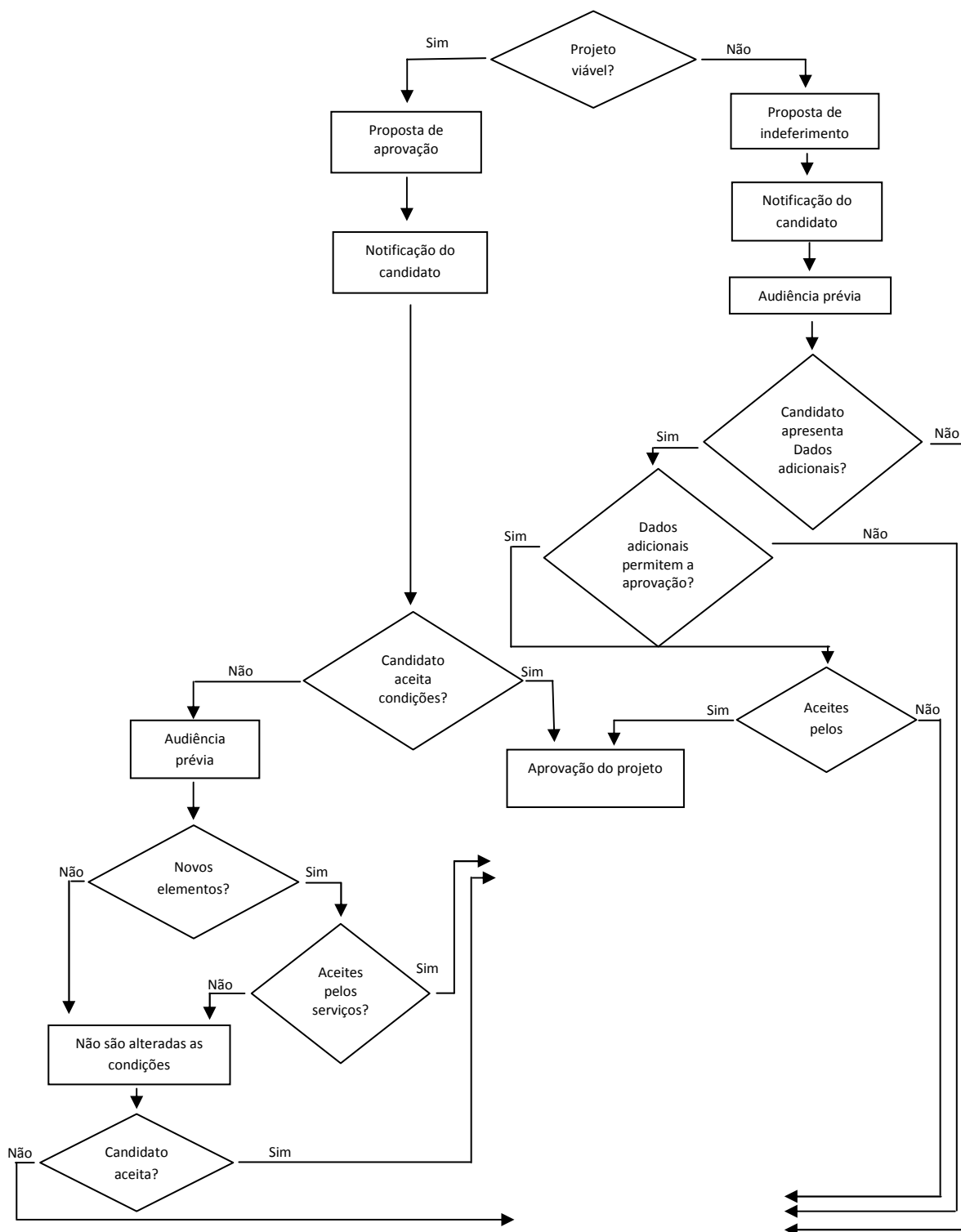


Figura V-33 – Fluxograma da fase VII – Aprovação/indeferimento da candidatura

Esta é uma fase burocrática, com muitos passos que resultam dos direitos que os cidadãos têm a audiência prévia e onde os candidatos podem apresentar novos elementos que possam viabilizar a candidatura.

Nesta fase o candidato só intervém caso não aceite as condições propostas pelos serviços da DRAP Centro e apresente novos dados. Por isso, a única questão colocada aos promotores dos projetos, relativamente a esta fase, foi a da perceção do tempo que decorreu desde a submissão da candidatura até à sua aprovação (Figura V-34). Quase 35% (34,6%) dos projetos foram aprovados até 3 meses e 40,9% entre os 4 e os 6 meses. O que significa que 75,5% dos projetos foram aprovados num período até meio ano, contado desde a sua submissão. Apenas 11,5% dos projetos demoraram mais de um ano a serem aprovados.

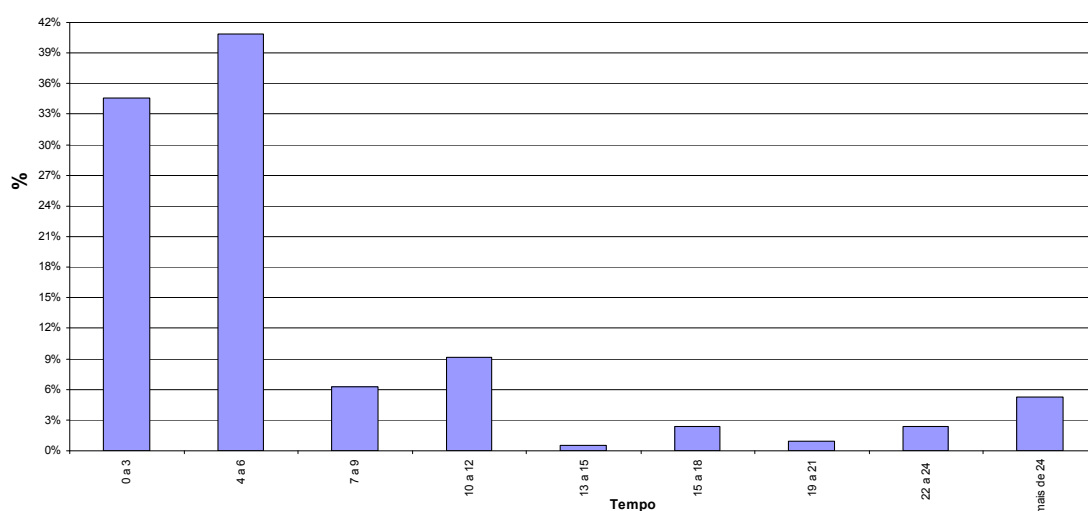


Figura V-34 – Tempo decorrido desde a submissão até à aprovação/indeferimento da candidatura

Os candidatos sugerem maior celeridade desde a submissão da candidatura até à sua aprovação. Há, inclusive uma sugestão no sentido de estabelecer prazos máximos para análise das candidaturas e penalização da entidade em caso de incumprimento, incluindo aprovação tácita. Esta situação, de acordo com eles, resolve-se reduzindo a burocracia, havendo maior coordenação das entidades, redução dos pareceres e eventual centralização de todo o processo numa entidade.

De acordo com os Técnicos muita da demora da análise dos processos deve-se à má instrução das candidaturas e à falta de documentação obrigatória para o processo, por falha dos projetistas. Outra das razões apontadas são os condicionamentos legais à atividade, que apresentam elevado grau de dificuldade e demoram muito tempo, por envolverem varias entidades. O caso do REAP é o mais flagrante, ainda que haja outros onde a demora por vezes é elevada, como é o caso da Entidade Regional da Rede Agrícola Nacional (ERRAN) e da Rede Ecológica Nacional (REN), licenciamentos municipais e utilização de recursos hídricos.

Para os Técnicos a redução do tempo de obtenção de pareceres, a melhoria da comunicação interna da DRAP Centro e entre esta e as restantes entidades envolvidas e a introdução de ajudas forfetárias podiam tornar o processo mais ágil. Um deles sugere que os processos REAP dos projetos de investimento sejam analisados prioritariamente em relação aos outros processos, evitando-se, assim, estar tanto tempo à espera para ter licença para o exercício de uma atividade.

5.8. Fase VIII – Contratualização

A contratualização compreende a assinatura do contrato por parte do(s) promotor(es), contrato esse que é emitido automaticamente pelo sistema e que contém todas as condições referentes ao projeto.

Nesta fase tentou aferir-se se de facto existia elevado interesse no projeto, questionando os Jovens acerca do tempo que decorreu entre a aprovação da candidatura e a assinatura do contrato (Figura V-35). Pode constatar-se que quase quatro quintos (78,4%) assinaram o contrato num prazo até 3 meses. Se alargarmos o prazo até 6 meses verifica-se que este valor aumenta para 93,8%. Ainda assim, 6,2% dos candidatos demorou mais de meio ano até assinar o contrato.

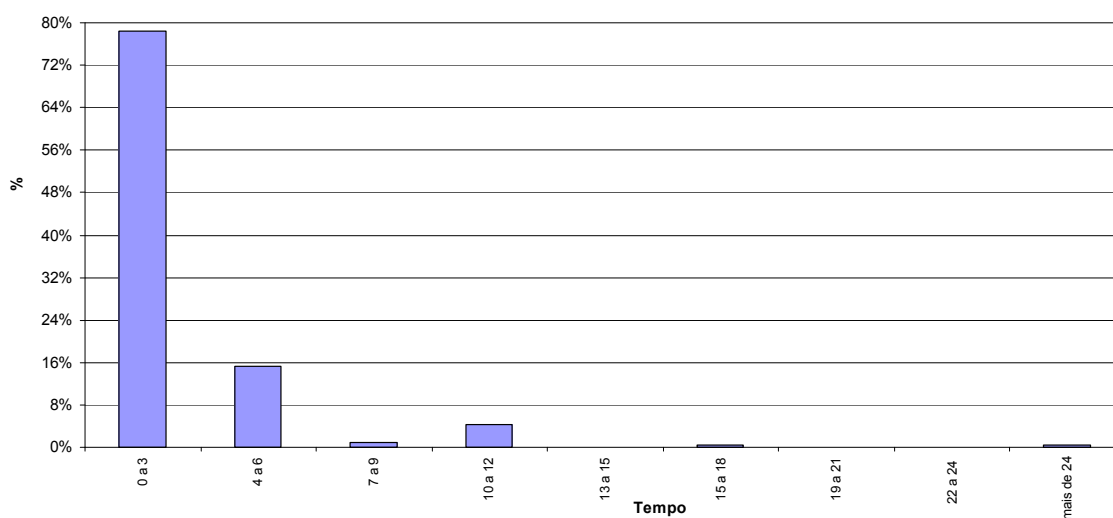


Figura V-35 – Tempo decorrido desde a aprovação da candidatura até à assinatura do contrato

5.9. Fase IX – Execução do projeto

A fase de execução do projeto contempla a concessão do prémio à instalação, a execução do investimento e os pedidos de reembolso (Figura V-36).

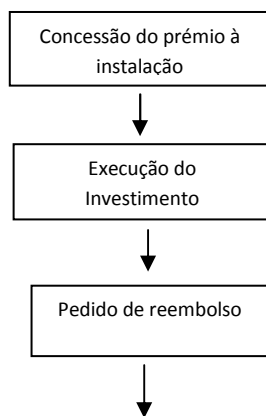


Figura V-36 – Fluxograma da fase IX – Execução do Projeto

No que concerne a esta fase, procurou-se saber quais os principais investimentos feitos pelos Jovens (ou que pretendem fazer). Constatou-se que quase metade (49%) dos projetos contemplava a aquisição de um trator ou outro equipamento agrícola (Tabela V-4) e 59,1% a aquisição de outros equipamentos de produção. Destaque para o facto de apenas 10,1% referirem a compra de equipamento administrativo e construção/reparação de escritório.

Tipo de Investimento	% de respostas
Aquisição de terreno	26,9%
Aquisição de trator/equipamento agrícola	49,0%
Aquisição de outros equipamentos de produção	59,1%
Implantação de uma estufa	20,2%
Compra de plantas plurianuais	23,1%
Plantações plurianuais/pomares/vinha	27,4%
Estruturas de suporte à plantação	23,6%
Vedação da exploração	40,9%
Furo para captação de águas	32,2%
Aquisição de bomba/motor para rega	40,4%
Construção de tanque para rega	19,7%
Aquisição de sistema de rega	46,6%
Outros pequenos equipamentos	43,8%
Construção/reparação de estábulo	10,6%
Construção/reparação de armazém	37,0%
Aquisição de sistema de frio	14,4%
Instalação de sistema de hidroponia	2,9%
Construção/reparação de escritório	10,1%
Equipamentos administrativos	10,1%
Equipamento informático	21,2%
Software	15,9%
Trabalhos de estudo e consultadoria	30,3%
Outros	28,4%

Tabela V-4 – Percentagem de candidaturas por cada um dos tipos de investimento

Após a assinatura do contrato, os Jovens recebem o prémio de Instalação que vai até 40% do valor do investimento, com um máximo de 30.000 Euros. Após o início da execução, os promotores podem ir pedindo reembolsos de acordo com as regras estipuladas e mediante apresentação dos respetivos comprovativos. Estes reembolsos podem ficar dependentes de alguns condicionalismos serem ultrapassados.

As figuras seguintes (Figura V-37, Figura V-38, Figura V-39 e Figura V-40) refletem a existência desses condicionalismos e o tempo que demorou a serem ultrapassados.

A grande maioria (60,1%) dos pedidos de reembolso não ficou condicionado por qualquer requisito (Figura V-37) e 17,8% dos Jovens não sabem se isso aconteceu ou não.

No que respeita a condicionamentos, 8,2% mencionam questões de licenciamento de edificações, 7,2% questões de REAP, 3,4% parecer da Administração Regional Hidrográfica (ARH), 2,4% parecer da Comissão de Coordenação da Região (CCDR) e 0,5% parecer do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).

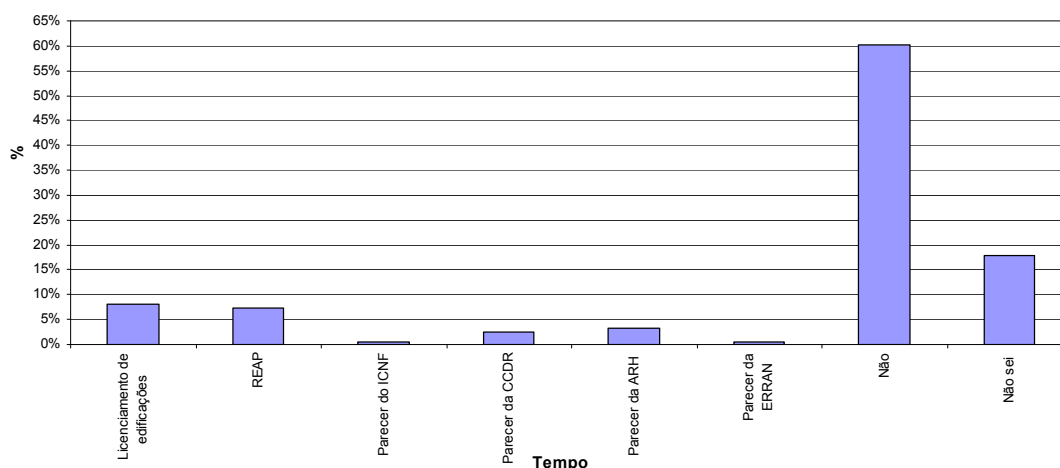


Figura V-37 – Condicionamento aos pedidos de reembolso

Dos candidatos que estiveram sujeitos a condicionalismos nos pedidos de reembolso, 73% responderam que, na altura em que responderam ao inquérito já tinham sido ultrapassados e 27% que ainda se mantinham (Figura V-38).

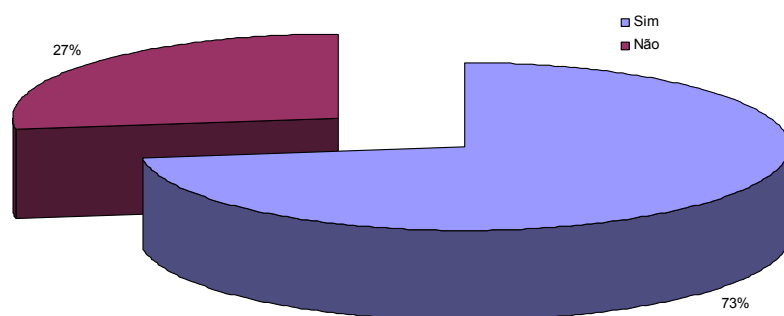


Figura V-38 – Percentagem de condicionalismo ultrapassados à altura da resposta ao inquérito

Mais de metade dos indivíduos (57,5%) que foram sujeitos a condicionalismos, após a aprovação da candidatura, mas que já tinham sido ultrapassados, mencionaram que tudo ficou resolvido até três meses após a aprovação da candidatura (Figura V-39). Se considerarmos até 6 meses, esse valor sobe para 70% e no prazo de um ano foram superados 95% dos condicionalismos. Ainda assim, 2,5% dos condicionalismos demoraram até 2 anos para serem ultrapassados.

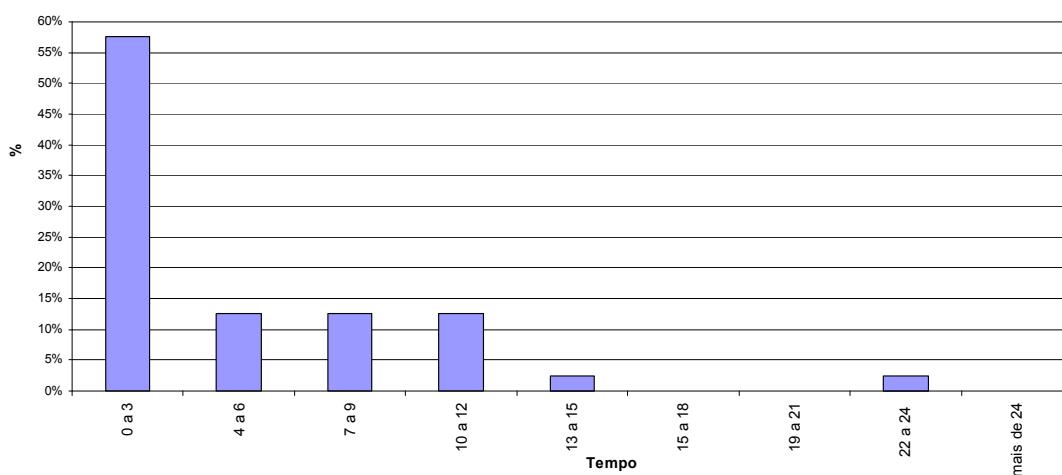


Figura V-39 – Tempo decorrido desde a aprovação da candidatura até o condicionalismo ser ultrapassado

Dos indivíduos que na altura do preenchimento do inquérito ainda não tinham os condicionalismos ultrapassados, 35% responderam que a candidatura tinha sido aprovada até 3 meses antes (Figura V-40) e um total de 75% tinha visto a candidatura

aprovada até um ano antes. Para além destes há, ainda, 5% cuja candidatura já havia sido aprovada até dois anos antes e os condicionalismos mantinham-se

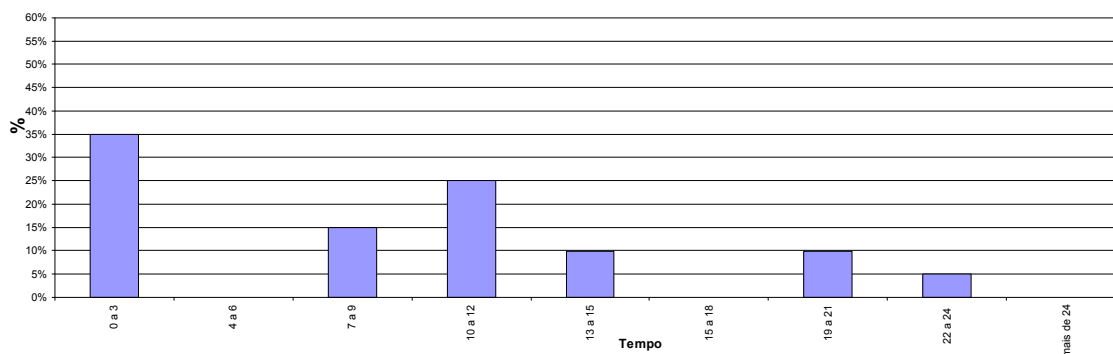


Figura V-40 – Tempo decorrido desde a aprovação da candidatura sem que o condicionalismo tenha sido ultrapassado

Relativamente ao acompanhamento aos Jovens durante a execução do projeto dois dos Técnicos (T1 e T3) referem que não é feito acompanhamento, mas que era útil haver uma extensão rural de apoio aos Jovens como já existiu. Assim T1 “(...) também poderia ser melhorado com os tais núcleos de extensão rural, se houvesse aqui um núcleo de apoio, digamos assim, a nível de Técnicos Especialistas, dessa extensão rural, porque o que eu acho que é feito atualmente, nós analisamos a candidaturas sem ir ao terreno, mas isso, pronto, foi mesmo ditado pelo PRODER nesse sentido, quando eu fui às formações, foi dito isso, os Técnicos das Direções Regionais até estavam um bocadinho em desacordo porque às vezes é difícil analisar uma coisa que não se vai ver, é difícil! É super difícil, e depois apercebemo-nos de determinadas falhas no terreno que poderiam não acontecer se o Técnico lá fosse, porque às vezes há locais de plantação que não são os melhores para aquelas culturas e para mim o acompanhamento deveria ser feito desde a fase inicial antes da apresentação do projeto até à instalação (...)”, T3 considera que não fazem “(...) acompanhamento aos Jovens Agricultores durante a sua instalação, nós o que fazemos é simplesmente, (...) analisar os investimentos, nós depois só acompanhamos a execução física dos investimentos e claro financeira também. Tudo o resto devia competir aos órgãos da Direção Regional de Agricultura, que fizessem extensão agrícola, e ajudassem o agricultor em algumas situações, o que é difícil devido aos meios que neste momento

existem. Mas a verdade é que deveria haver algum acompanhamento especialmente em casos de plantações, em casos de explorações de animais, deveria haver algum acompanhamento da Direção Regional de Agricultura, que ajudassem os Jovens nessas instalações.” Ao passo que T2 considera que “Neste momento esse apoio se calhar está mais com as entidades privadas mas isso agora é parte da política económica e agrícola que já não tem a ver com a nossa opinião, tem a ver com algo que está acima de nós.”

Esta informação dada pelos Técnicos das Divisões de Investimento vai de encontro ao que os Jovens sugerem quando chamados a deixar sugestões de melhora (questão 54 do inquérito). Entre as sugestões apresentadas, neste âmbito, destacam-se: “acompanhamento do projeto por parte de um Técnico”; “(...) os Técnicos que têm poder de decisão sobre as mesmas [candidaturas] deviam sair para o terreno para conhecer a realidade e perceber as dificuldades dos agricultores”; “os serviços devem preocupar-se mais com a parte prática do que com a parte burocrática (...)”; “apoio na definição do investimento a realizar através de uma análise detalhada e concreta do tipo de exploração agrícola é necessária a um bom desempenho por parte do Jovem Agricultor”; “apoio técnico para aconselhar sobre faltas ou investimentos desnecessários, funcionalidades de equipamentos, mercados, espécies de animais, plantas e adaptação da cultura ao clima existente” e “a credibilidade do projeto deve ser mais analisada na parcela em causa (no terreno) e menos na secretária”.

VI. Sugestões de melhoria

O inquérito aplicado aos Jovens continha três questões para averiguar se os candidatos achavam que o processo de candidatura deveria ser simplificado. Se sim, em que domínios e quais as vantagens provenientes dessa simplificação.

Como resposta à questão se consideram que a Administração Pública deve simplificar o processo, 96,6% dos inquiridos consideram que sim (Figura VI-1). Destes, 35,1% referem que esta simplificação deve ser feita a nível das entidades, ou seja, a centralização do processo numa entidade (19,2%) e melhorar a comunicação entre as entidades intervenientes (15,9%). 54,8% referem que essa melhoria deve ser a nível de procedimentos, nomeadamente, reduzir o tempo de análise da candidatura (13,9%), simplificar numa fase inicial e pedir comprovativos só em caso de aprovação do projeto (12,5%), reduzir a documentação exigida (12,0%), melhorar ou clarificar os procedimentos (10,1%) e melhorar/permitir o acompanhamento da análise da candidatura passo a passo on-line (6,3%). Há, ainda, 3,4% dos candidatos que dizem que se deveria simplificar, mas não sabem bem em que aspetos.

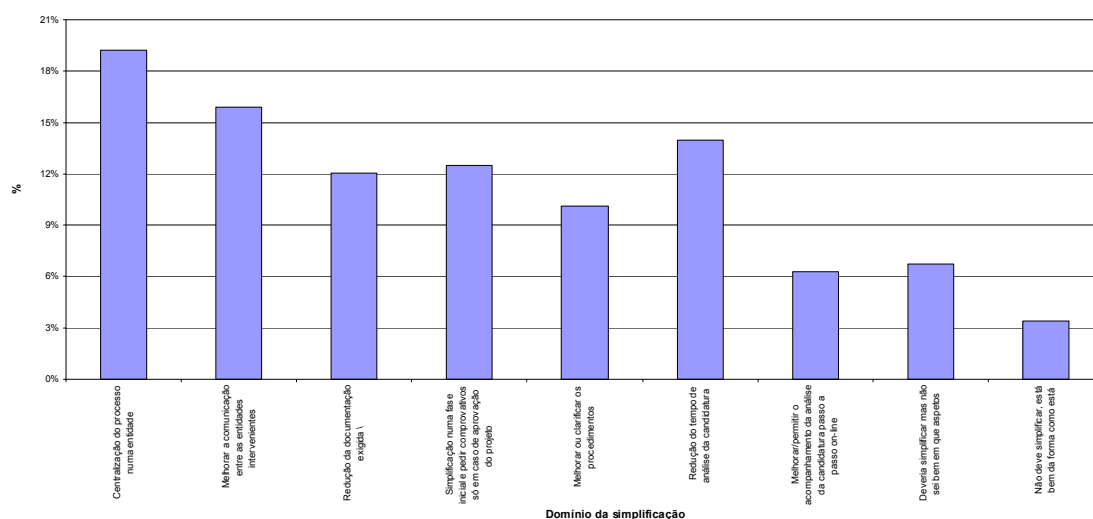


Figura VI-1 – Domínios em que os candidatos consideram que a Administração pública deve simplificar o processo de candidatura

Dos Jovens que responderam ao inquérito, 45,7% consideraram extremamente útil a centralização do processo de candidatura numa única entidade (Figura VI-2), 23,6% consideraram muito útil e 14,9% como útil. Apenas 2,9% consideraram pouco útil, o mesmo acontecendo com a afirmação nada útil. Há 10,1% de indivíduos que não têm opinião.

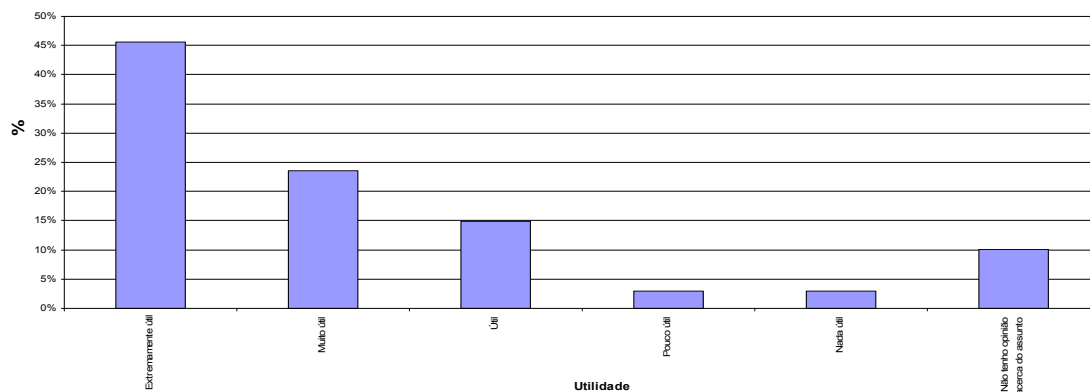


Figura VI-2 – Utilidade da centralização do processo de candidatura numa única entidade

Dos candidatos que consideram que seria útil a centralização do processo numa entidade, quase um terço (31,8%) referem que permite obter toda a informação necessária num único local (Figura VI-3), 14,6% haver uma entidade que coordene todo o processo, 13,5% maior orientação do candidato e 9,9% maior controlo de todo o processo.

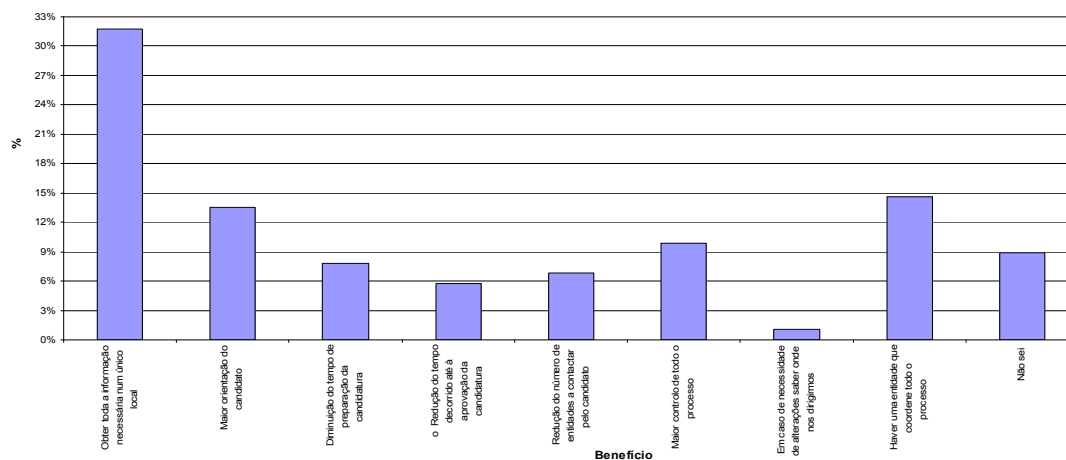


Figura VI-3 – Benefícios da centralização do processo de candidatura numa única entidade

Os técnicos analistas partilham a opinião da necessidade de melhoria a nível da coordenação das entidades intervenientes e simplificação do processo.

Globalmente, os intervenientes no processo, quer sejam os Candidatos ou os Técnicos Analistas, são unânimes ao referirem que grande parte dos constrangimentos resolviam-se com: a criação de linhas de orientação estratégicas para cada região; a melhoria da informação; a melhoria de comunicação interna e entre entidades; desburocratização; centralização do processo com a criação de balcão do beneficiário e uma eventual certificação/acreditação das entidades projetistas, poderia melhorar o desempenho destas e conseqüentemente a satisfação dos clientes.

VII. Conclusão

Este trabalho tinha como principal finalidade a análise do processo de candidatura do Jovem Agricultor ao PRODOR. Para isso foram propostos quatro objetivos:

Efetuar um levantamento dos procedimentos prévios à apresentação do projeto de instalação de um Jovem Agricultor;

- Identificar as interações com organismos da Administração Pública;
- Analisar, criticamente, os processos prévios à apresentação da candidatura;
- Propor uma simplificação de processos.

Estes objetivos pretendiam responder a uma questão-chave deste estudo: feito o mapeamento do processo de candidatura à instalação de Jovens Agricultores quais são as etapas passíveis de serem redefinidas para obter maior eficiência e eficácia?

Por sua vez esta questão comportava três sub-questões:

- Quais são as etapas tidas como críticas e problemáticas pelos destinatários para a apresentação de candidatura à instalação de Jovens Agricultores?
- Que etapas das acima contempladas poderão ser simplificadas sem colocar em causa a legalidade e a finalidade do processo?
- Que ganhos se obterão em termos de recursos, adotando essa simplificação?

Para a persecução dos objetivos traçados recorreu-se a uma metodologia mista, adotando métodos e técnicas quantitativos e qualitativos.

Inicialmente foi construído um fluxograma com todas as fases consideradas do processo e as respetivas etapas de cada fase. Como base neste fluxograma recolheu-se informação através de entrevistas a Jovens Candidatos ao PRODOR e a Técnicos

Analista de projetos da DRAP Centro e através de inquéritos disponibilizados on-line para todos os Candidatos poderem responder.

Todos os dados recolhidos foram tratados e analisados, conforme se pode ver em anexo, e a síntese dessa informação vertida na apresentação e discussão de resultados. Nesta análise de resultados foi tida em consideração toda a informação considerada relevante, quer seja por parte dos Jovens Candidatos, quer por parte dos Técnicos Analistas de projetos da DRAP Centro, de forma a ter uma visão 360 graus do processo e dos principais constrangimentos apresentados.

Tratada a informação, conclui-se que existem constrangimentos em todas as fases do processo (vide fluxograma, Anexo I), com exceção da contratualização (envolve apenas a assinatura do contrato por parte dos Jovens Candidatos e a aceitação das condições). A tabela seguinte (Tabela VII-1) apresenta a síntese desses principais constrangimentos detetados e sugestões de melhoria para os ultrapassar.

Nº	Nome da fase	Constrangimentos detetados	Sugestões de melhoria
Fase I	Requisitos do Candidato	<ul style="list-style-type: none">• Falta de informação sobre questões legais• Pouca divulgação das ajudas disponíveis• Falta de informação dada pelas entidades projetistas/encargos elevados/descoordenação das entidades• Indisponibilidade de terreno para investimento	<ul style="list-style-type: none">• Melhorar a qualidade da informação disponível on-line• Aumentar a divulgação• Certificação/acreditação das entidades/técnicos projetista• Avaliação da qualidade dos gabinetes de projetistas• Criação de um gabinete do candidato• Criação de uma linha telefónica de apoio• Obrigatoriedade dos proprietários limparem os seus terrenos ou terem que os ceder a quem os pretenda explorar

Nº	Nome da fase	Constrangimentos detetados	Sugestões de melhoria
Fase II	Procedimentos prévios à candidatura	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades na marcação do parcelário por mau funcionamento do sistema informático • Dificuldades em reunir documentação 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do sistema informático • Simplificação burocrática
Fase III	Requisitos específicos, restrições especiais e licenciamento camarário	<ul style="list-style-type: none"> • Morosidade do processo REAP • Morosidade de outros requisitos nomeadamente pareceres • Dificuldade de obtenção da documentação • Falta de informação/ desconhecimento das obrigações 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a comunicação interna entre Divisões • Melhorar a comunicação entre entidades • Criação de um gabinete do candidato • Criação de uma linha telefónica de apoio • Dar prioridade ao licenciamento REAP dos projetos de investimento • Redução do tempo para obtenção de pareceres • Estabelecer prazos máximos de resposta • Melhorar a comunicação ente entidades • Redução do tempo para emissão de pareceres • Desburocratização • Melhorar a qualidade da informação disponível on-line • Criação de um gabinete do candidato • Criação de uma linha telefónica de apoio
Fase IV	Elaboração da candidatura	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de Informação (sistematização/local onde obter/sites dos serviços) • Dificuldade na obtenção da Documentação • Recurso a várias entidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade da informação disponível on-line • Criação de um gabinete do candidato • Criação de uma linha telefónica de apoio • Redução da documentação exigida previamente à análise do

Nº	Nome da fase	Constrangimentos detetados	Sugestões de melhoria
		<ul style="list-style-type: none"> • Insegurança para o candidato realizar a sua própria candidatura • Indisponibilidade de capital para investir 	<p>projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desburocratização • Desmaterialização do dossier de candidatura • Simplificação do processo de candidatura (Reengenharia de processos) • Obrigatoriedade de frequência dos módulos de gestão e procedimentos específicos (área de candidatura) • Intervenção junto das instituições bancárias no sentido de criação de linhas de crédito bonificadas e/ou melhoria da conceção de crédito ao investimento
Fase V	Submissão da candidatura	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de preenchimento dos formulários de candidatura • Guia de apoio ao preenchimento não é totalmente esclarecedor 	<ul style="list-style-type: none"> • Reengenharia do formulário de candidatura • Criação de campos de validação com avisos claros • Remodelação do guia de apoio ao preenchimento • Gabinete de apoio ao candidato • Criação de uma linha telefónica de apoio
Fase VI	Análise da candidatura	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de comunicação entre entidades • Morosidade do processo • Análise da candidatura "apenas burocrática" 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a comunicação interna e entre as entidades • Introdução do sistema de ajudas forfetárias • Deslocação dos técnicos ao terreno em todas as candidaturas para análise "in loco"
Fase VII	Aprovação/ indeferimento da candidatura	<ul style="list-style-type: none"> • Demasiado tempo entre a submissão e a aprovação das candidaturas 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do tempo de análise • Estabelecimento de prazos máximos para análise

Nº	Nome da fase	Constrangimentos detetados	Sugestões de melhoria
			<ul style="list-style-type: none"> • Redução de burocracia • Maior coordenação entre entidade • Redução do tempo de obtenção de pareceres • Introdução do sistema de ajudas forfetárias
Fase VIII	Contratualização	• -----	• -----
Fase IX	Execução do projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de acompanhamento do projeto • Falta de aconselhamento técnico 	<ul style="list-style-type: none"> • Reintrodução das "extensões rurais" onde os técnicos das DRAP's pudessem acompanhar a implementação e desenvolvimento do projeto

Tabela VII-1 - Síntese dos Constrangimentos detetados por fase do projeto e sugestões para ultrapassar esses constrangimentos

De uma forma global, e como já acima se estabeleceu, os intervenientes no processo, quer sejam os Candidatos ou os Técnicos Analistas, são unânimes ao referirem que grande parte dos constrangimentos resolviam-se com: a criação de linhas de orientação estratégicas para cada região; a melhoria da informação; a melhoria de comunicação interna e entre entidades; desburocratização; centralização do processo e a criação de balcão do beneficiário. Para além disso uma eventual certificação/acreditação das entidades projetistas poderia melhorar o desempenho destas, e conseqüentemente a satisfação dos clientes.

Foram assim atingidos os objetivos delineados, dando-se resposta às questões-chave.

Como pistas para investigação futura, sugere-se o estudo de cada uma das etapas de forma a verificar a viabilidade técnica e económica de serem postas em prática as sugestões de melhoria e proceder à reengenharia de processos visando aumentar a qualidade do serviço e conseqüentemente a satisfação dos "clientes", melhorando ainda a eficiência e eficácia do processo, de acordo com os princípios do *New Public Management*.

VIII. Bibliografia

Anónimo, 2005. NP EN ISO 9000:2005. Caparica: Instituto Português da Qualidade

Anvari, Alireza; Yusof Ismail e Seyed Mohammad Hossein Hojjati. 2011. "A Study on Total Quality Management and Lean Manufacturing: Through Lean Thinking Approach". *World Applied Sciences Journal*. 12(9):1585-1596.

Araújo, Joaquim. e J. Francisco Angelino Branco. 2009. "Implementing Performance-Based Management in The Traditional Bureaucracy of Portugal". *Public Administration*. 87(3):557-573.

Araújo, Joaquim. 2001. "Improving Public Service Delivery: The Crossroads Between NPM and Traditional Bureaucracy". *Public Administration*. 79(4):915-932.

Asensio, Maria. 2011. "La Participación Pública y la Innovación Social en la Elaboración de Políticas Públicas". XVI Congreso Internacional Congreso Anual do Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD), Asunción, Paraguay.

Berman, E. M. e J. P. West. 1996. "Total Quality Management in Local Government". in John J. Gargan Ed. *Handbook of Local Government Administration*. pp.213-237. New York: CRC Press.

Bilhim, João Abreu de Faria. 2008. *Teoria Organizacional estrutura e Pessoas*. 6ª Ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa.

Bilhim, João e Bárbara Barbosa Neves. 2007. "O Governo Eletrónico em Portugal". *A Sociedade da Informação em Portugal*. Lisboa: APDSI.

Bilhim, João. 2004. *Qualificação e Valorização de Competências*. Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação.

Bilhim, João. 2000. *Ciência da Administração*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carapeto, Carlos e Fátima Fonseca. 2005. *Administração Pública: Modernização, Qualidade e Inovação*. Lisboa: Edições Sílabo.

Carvalho, Cláudia; Carlos Brito e José Sarsfield Cabral. 2010. "Toward a Conceptual Model For Assessing The Quality of Public Services". *Int Rev Public Nonprofit Mark.* 7:69-86

Carvalho, Elisabete. 2008a. *Agendas e Reforma Administrativa em Portugal*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Ramo Administração Pública. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa.

Carvalho, Elisabete. 2008b. *Os Novos Regimes de Emprego Público no Contexto da Reforma Administrativa*. Congresso Anual do Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD), Buenos Aires, Argentina.

Carvalho, Elisabete. 2008c. *Reforma Administrativa sob o Mote do New Public Mangement: os Casos de Portugal, Espanha e Irlanda*: Centro de Administração e Políticas Públicas - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa.

Carvalho, Elisabete. 2007. *Políticas de Reforma Administrativa em Portugal*: Centro de Administração e Políticas Públicas - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa.

Carvalho, Elisabete. 2001. *Reengenharia na Administração Pública: A procura de novos modelos de Gestão*. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Carvalho, Manuel Ferreira. 2011. *Gestão Pública: um novo paradigma para a governação da Administração Local em Portugal*. Comunicação apresentada no 8º Congresso Nacional de Administração Pública "Desafios e Soluções".

Creech, B. 1994. "A TQM Path to Tomorrow: New Ways for New Days". *The Five Pillars of TQM: How to Make Total Quality Management Work for You*. p. 478. New York: Truman Talley Books..

Di Pietro, Laura; Roberta Guglielmetti Mugion e Maria Francesca Renzi. 2013. "Total Quality Management & Business Excellence. An integrated approach between Lean and customer feedback tools: An empirical study in the public sector". *Total Quality Management*. 24(8):899–917. <http://dx.doi.org/10.1080/14783363.2013.791106>.

Dunleavy, Patrick. C. Hood. 1994. "From Old Public Administration to New Public Management". *Public Money and Management*. 14(3):9-16.

Gueret-Talon, Lyvie. 2004. "Management par la Qualité : et si le service public devenait une référence sur le marché?". *Politiques et Management Public*. 22(2):39-54 http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pomap_0758-1726_2004_num_22_2_2839

Hood, Christopher. 1995. "The 'New Public Management' in The 1980s: Variations on a Theme". *Accounting Organizations and Society*. 20(2/3): 93-109.

Hood, Christopher. 1991. "A Public Management for All Seasons?". *Public Administration*. 69(1): 3-19.

Madureira, Cesar. 2009. *Reinventar o Welfare State ou construir o pós-managerialismo? Comunicação apresentada no 7º Congresso Nacional de Administração Pública "Estado e Administração na resposta à crise"*. <http://hdl.handle.net/10782/520>.

Madureira, César. 2004. *A formação comportamental no contexto da reforma da Administração Pública Portuguesa*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração.

Merrien, François-Xavier. 1999. "La Nouvelle Gestion Public: Un Concept Mythique". *Lien Social et Politiques - RIAC*. 41: 95-103. <http://id.erudit.org/iderudit/005189ar>

Moreira, J. Manuel, e A. A. Alves. 2010. *Gestão Pública e Teorias das Burocracias*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração Editora.

Neves, Arminda. 2002. *Gestão na Administração Pública*. 1ª ed. Cascais: Editora Pergaminho.

Osborne, David. e Ted Gaebler. 1992. *Reinventing Government: How the Entrepreneurial Spirit is Transforming the Public Sector from Schoolhouse*. Nova Iorque: Addison-Wesley Publ. Co.

Pollitt, Christopher. 2004. "From There to Here, From Now Till Then Buying and Borrowing public Management Reforms". Madrid. CLAD Ninth International Conference.

Pollitt, Christopher. 2003. *The Essential Public Manager*. Philadelphia. Open University Press.

Proença, Maria Luisa Lambelho. 2012. *Desmaterialização na Administração Pública*. Trabalho de Projeto para a obtenção do Grau de Mestre em *Master in Public Administration*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa.

Radnor, Zoe e Paul Walley. 2008. "Learning to Walk Before We Try to Run: Adapting Lean for the Public Sector". *Public Money & Management*. 28(1):13-20. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9302.2008.00613.x>

Rocha, J. A. Oliveira. 2009. *Gestão Pública e Modernização Administrativa*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração Editora.

Rocha, J. A. Oliveira. 2006. *Gestão da Qualidade Aplicada aos Serviços Públicos*. Lisboa: Escolar Editora.

Rocha, J. A. Oliveira. 2001. *As Relações entre o Poder Político e os Funcionários. Colóquios sobre o Estatuto dos Funcionários Municipais*. Lisboa: CEDEREL.

Rodríguez Pablo Gutiérrez; José Luis Vázquez Burguete; Roger Vaughan e Jonathan Edwards, 2009. "Quality dimensions in the public sector: municipal services and citizen's perception". *Int Rev Public Nonprofit Mark*. 6:75-90

Rolo, Nuno Miguel Cunha. 2010. *Modelos de administração pública e reforma da gestão de recursos humanos - Regimes gerais de vinculação, carreiras e remunerações, do contrato de trabalho em funções públicas e da gestão e avaliação do desempenho*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresas. Instituto Universitário de Lisboa.

Rowley, Jennifer. 1998. "Quality measurement in the public sector: Some perspectives from the service quality literature". *Total Quality Management*. 3(2/3):321-333.

Sabadie, William. 2001. *Contribution a la mesure de la qualité perçue d'un service public. Thèse pour l'obtention du titre de Docteur ès Sciences de Gestion*. Université des Sciences Sociales de Toulouse. Toulouse: Institut D'Administration des Entreprises.

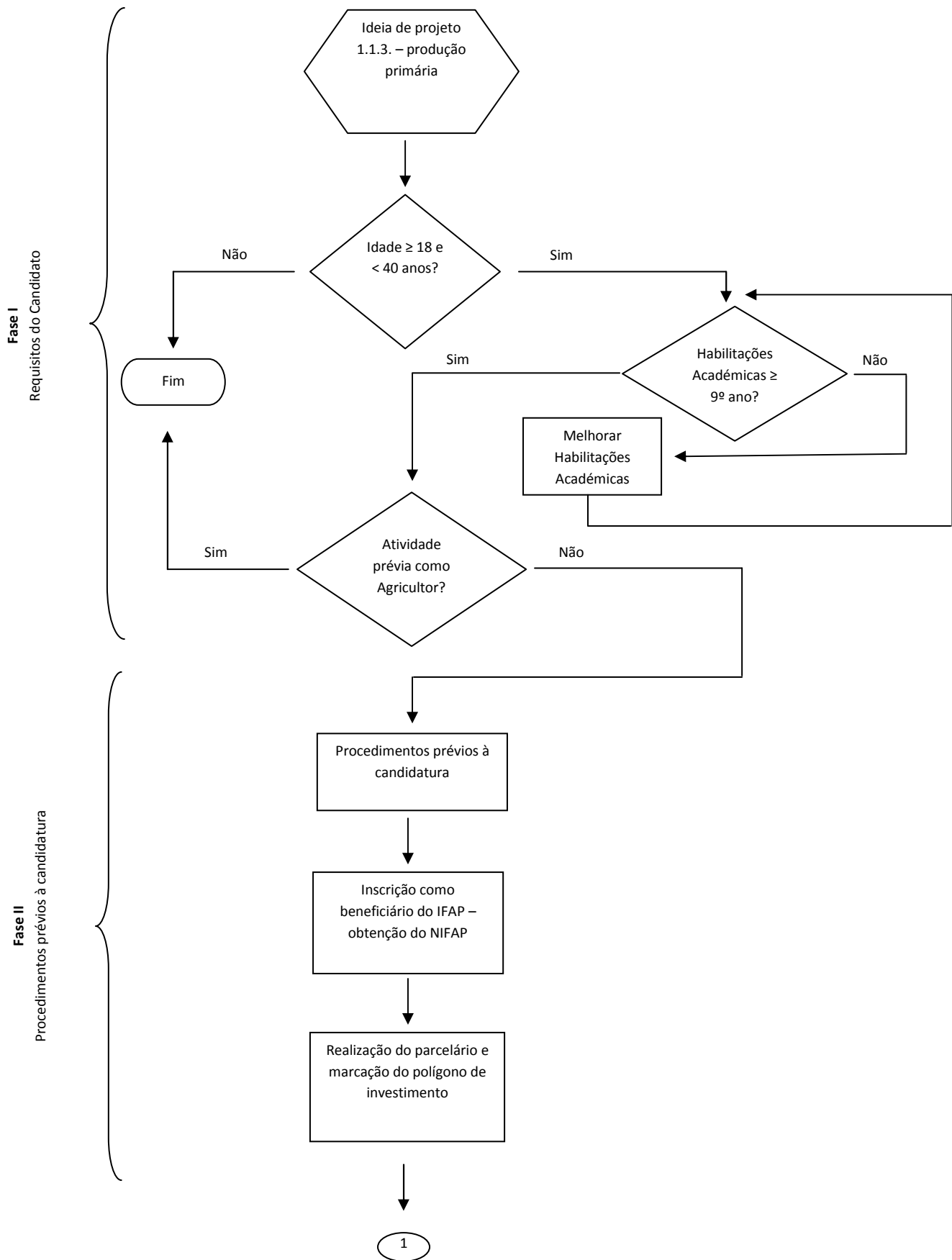
Santos, J. Albano. 2010. *Finanças Públicas*. Oeiras: Ina Editora.

Swiss, James E. 1992. *Adapting Total Quality Management (TQM) to Government*. *Public Administration Review*. 52(4):356-360.

Tavares, L.V. e André. A. Alves. 2006. "The Future of Portuguese Public Administration and a New Agenda for Public Administration Science in the 21st Century". *Public Administration*. 84(2): 389-406.

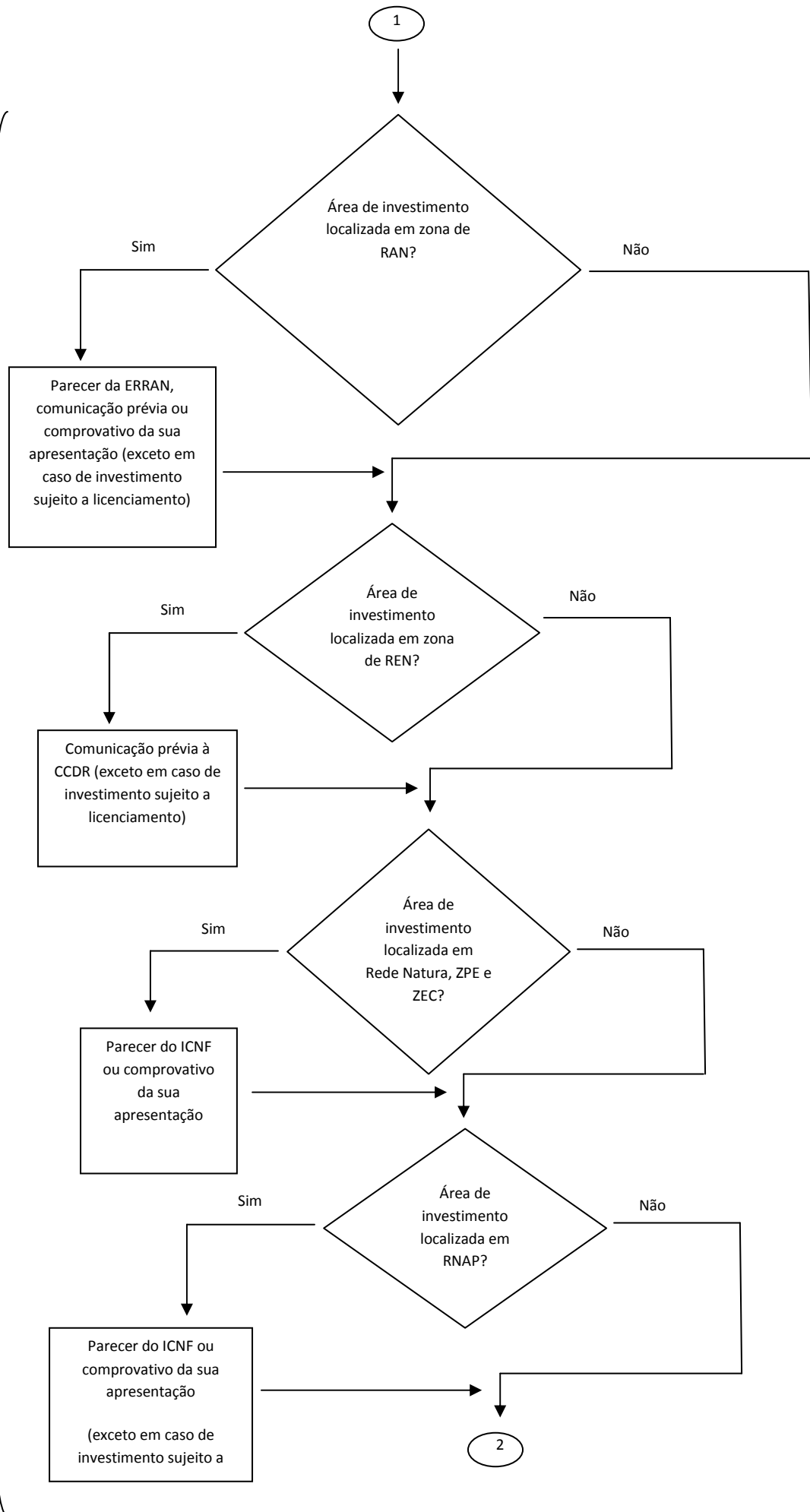
Anexos

Anexo 1 - Fluxograma do processo



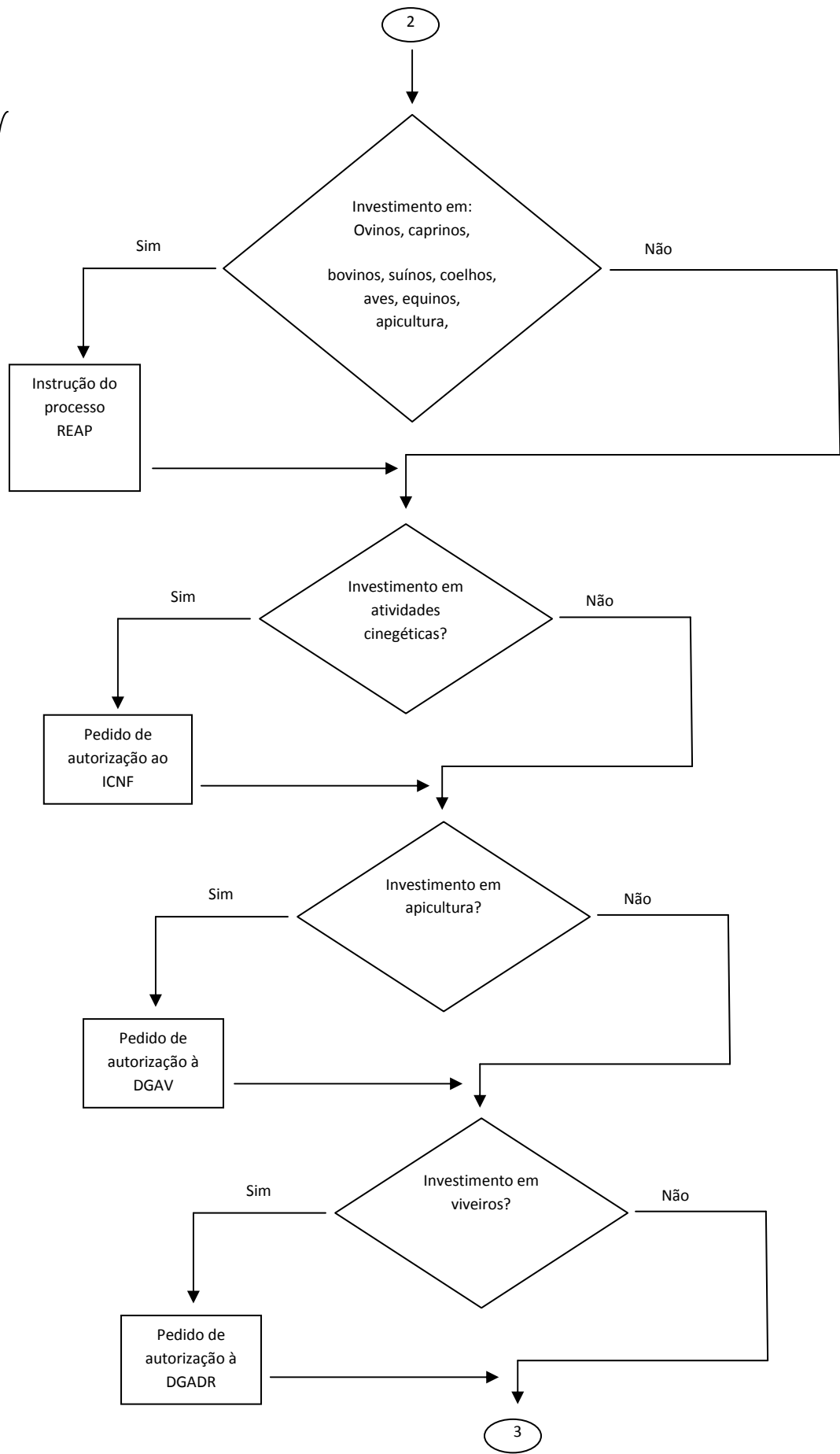
Fase III

Requisitos Específicos, Restrições Especiais e Licenciamento Camarário



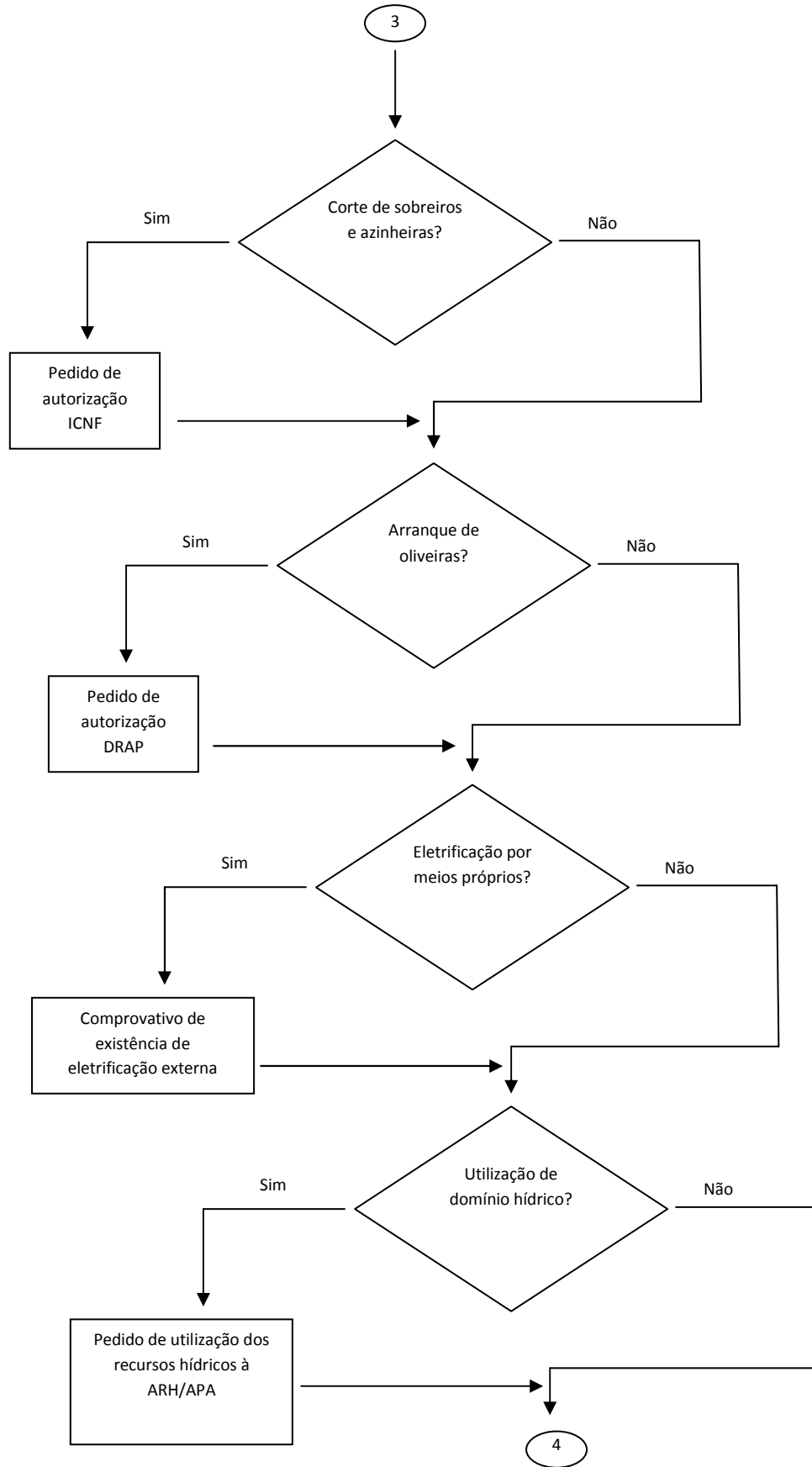
Fase III

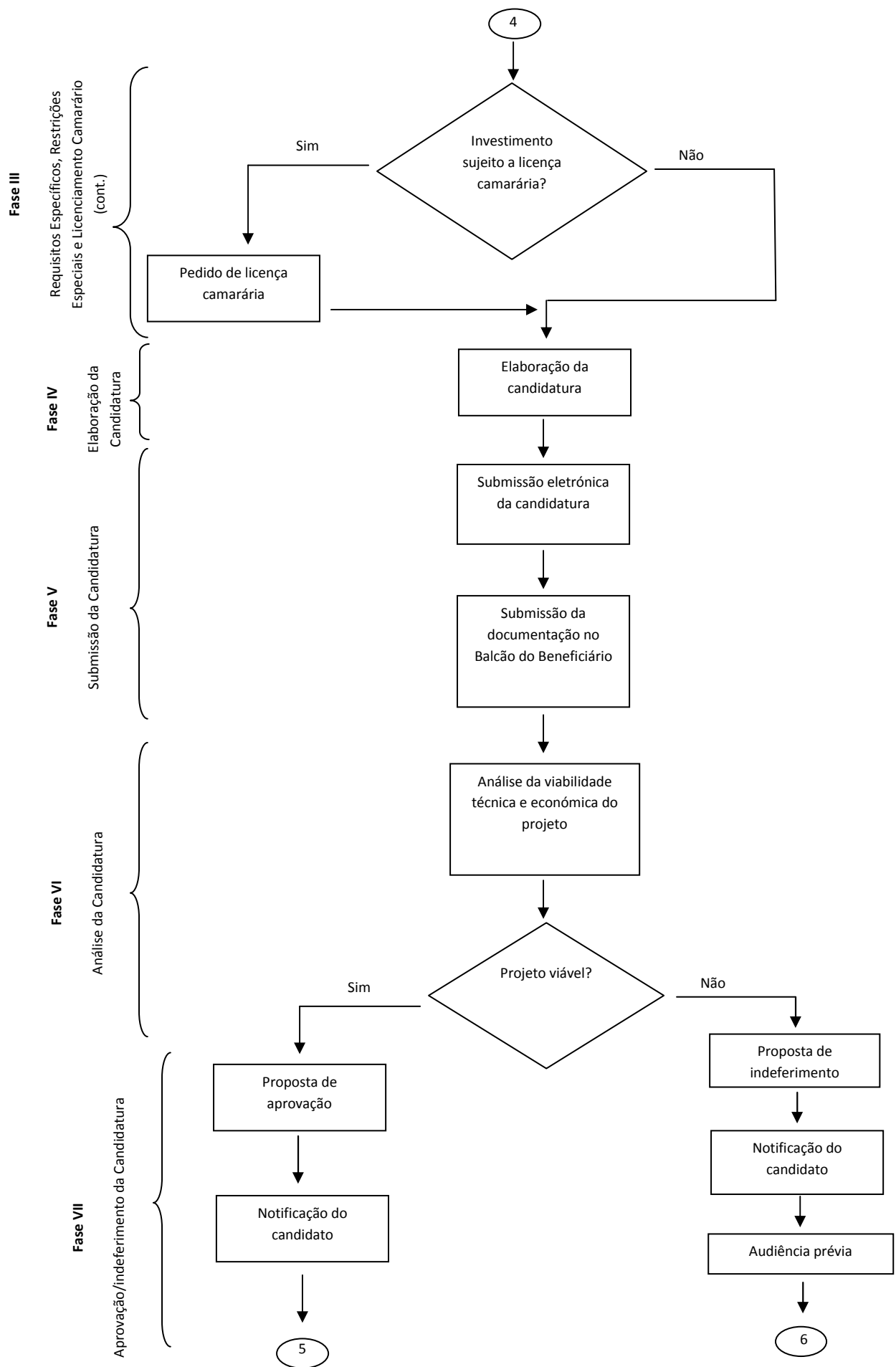
Requisitos Específicos, Restrições Especiais e Licenciamento Camarário (cont.)

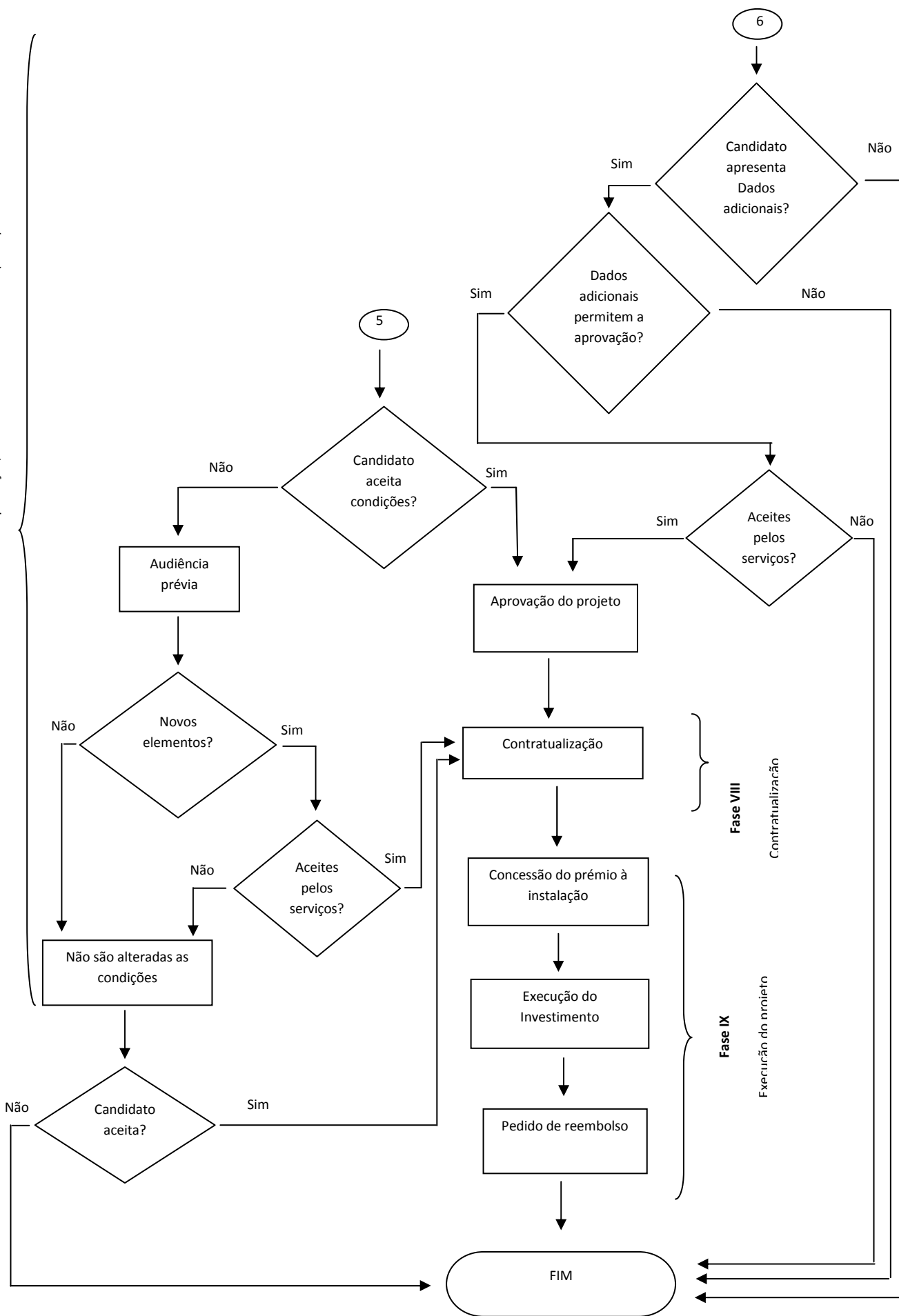


Fase III

Requisitos Específicos, Restrições Especiais e Licenciamento Camarário (cont.)







Anexo 2 - Guião de entrevistas aos Jovens Agricultores

Questões para entrevistas – JA

- 1) Apresentou ou encontra-se a preparar um projeto PRODER de Jovem Agricultor de....
- 2) Como surgiu a ideia do projeto?
- 3) O que o levou a avançar com o projeto?
- 4) Onde procurou informação sobre os procedimentos de candidatura ao projeto?
- 5) Teve acesso à informação sobre os procedimentos de candidatura?
- 6) Onde encontrou essa informação?
- 7) Considera a informação obtida completa?
- 8) Que tipo de investimentos fez ou pretende fazer?
- 9) Onde se localiza a zona de investimento?
- 10) Essa zona tem algumas restrições especiais?
- 11) Qual/quais?
- 12) A que entidades teve de pedir pareceres?
- 13) Como estudou a viabilidade técnica e financeira do projeto?
- 14) A que entidades recorreu para a elaboração dos estudos de viabilidade?
- 15) Já identificou os mercados de destino dos produtos?
- 16) Já sabe quais são os canais de distribuição desses produtos?
- 17) Quanto tempo demorou desde o surgimento da ideia de investimento até à aprovação da candidatura?
- 18) Quais as principais dificuldades sentidas na realização da candidatura?
- 19) Considera que a Administração Pública deveria simplificar o processo de candidatura?
- 20) Em que domínios deveria ser simplificados esse processo?

- 21) Até que ponto seria útil a centralização do processo de candidatura numa única entidade?
- 22) Que benefícios considera que poderiam decorrer desta centralização?
- 23) Tem algum comentário ou sugestão a fazer?

Anexo 3 - Transcrição das entrevistas aos Jovens Agricultores

A1

- 1) Apresentou ou encontra-se a preparar um projeto PRODER de Jovem Agricultor?

Sim, apresentei um em 2010. Um projeto de fruticultura e horticultura.

- 2) Como surgiu a ideia do projeto?

Estava numa fase em que ou desistia ou investia. O meu pai já faleceu há mais de 20 anos, a minha irmã também já foi jovem agricultora e estava numa fase descendente e resolvi apostar nesta área. Antes não pude apostar porque os jovens agricultores tinham que ser (agricultores) a tempo inteiro e eu tinha outra atividade e por isso não o poderia fazer.

- 3) O que o levou a avançar com o projeto?

A horticultura era a parte em que eu tinha menos conhecimento mas como a minha irmã já tinha o canal de escoamentos, uma loja, resolvemos associar-nos. O que eu sabia fazer era a fruticultura e a viticultura.

- 4) Onde procurou informação sobre os procedimentos de candidatura ao projeto?

Na internet e na delegação de Leiria [da DRAP Centro].

- 5) Teve acesso à informação sobre os procedimentos de candidatura?

Sim. Sempre que tinha dúvidas perguntava.

- 6) Onde encontrou essa informação?

Através das pessoas que fizeram o projeto. O preenchimento dos formulários não fui eu que o efetuei.

- 7) Considera a informação obtida completa?

Sim.

- 8) Que tipo de investimentos fez ou pretende fazer?

Comprei um trator, plantei este pomar (1,3ha), fiz a estufa, recuperei aquele tanque para captação de água de superfície. Já tinha feito um furo mas também não era elegível, mas foi elegível a bomba com variação de velocidade e depois para complementar o projeto fiz a instalação de 2ha de vinha, fora desta área.

- 9) Onde se localiza a zona de investimento?

Aqui na Barreira.

- 10) Essa zona tem algumas restrições especiais?

É uma zona urbana. Aquele pousio está em REN mas já tenho autorização mas já é posterior ao projeto. A zona mais em baixo é RAN.

- 11) Qual/quais?

REN e RAN.

- 12) A que entidades teve de pedir pareceres?
Tive que pedir por causa das margens do ribeiro e, por isso, tive que pedir parecer à CCDR (ARH).
- 13) Como estudou a viabilidade técnica e financeira do projeto?
Arriscando, há um plano com mais ou menos desvios que vai sendo cumprido. Quando apresentei um projeto tive que apresentar um plano de viabilidade.
- 14) A que entidades recorreu para a elaboração dos estudos de viabilidade?
Recorri à Ambilis, uma entidade privada de consultoria.
- 15) Já identificou os mercados de destino dos produtos?
Tinha a cooperativa da fruta, a adegas da batalha e as lojas da minha irmã.
- 16) Já sabe quais são os canais de distribuição desses produtos?
Já conhecia os canais.
- 17) Quanto tempo demorou desde o surgimento da ideia de investimento até à aprovação da candidatura?
Demorou muito, cerca de três anos. Foi dos primeiros a ser aprovado mas esteve tudo atrasado.
- 18) Quais as principais dificuldades sentidas na realização da candidatura?
A nível formal tive um serviço contratado que tratou de toda a documentação. Foram eles que trataram de tudo, apenas tive que pedir os orçamentos.
- 19) Considera que a Administração Pública deveria simplificar o processo de candidatura?
Não tenho razão de queixa.
- 20) Em que domínios deveria ser simplificado esse processo?

- 21) Até que ponto seria útil a centralização do processo de candidatura numa única entidade?
Sim, facilitava.
- 22) Que benefícios considera que poderiam decorrer desta centralização?
Ter menos tempo perdido, rentabilizando o tempo.
- 23) Tem algum comentário ou sugestão a fazer?
Não, penso que está a funcionar.

A2

- 1) Apresentou ou encontra-se a preparar um projeto PRODER de Jovem Agricultor?

Já apresentei um projeto de horticultura em estufa, cultura forçada.

- 2) Como surgiu a ideia do projeto?

A ideia do projeto já tinha surgido anteriormente com a instalação da minha mãe na agricultura, julgo que através de projeto e depois não foi tanto uma saída profissional que eu vi, naquela altura, mas mais uma escolha para o futuro, uma vez que eu tinha trabalho, mas foi uma ideia que eu tive e como já estava habituado desde pequeno a trabalhar naquilo [área da horticultura em estufa] foi, no fundo, a continuação do trabalho.

- 3) O que o levou a avançar com o projeto?

O que eu disse anteriormente, foi no fundo a continuação de uma atividade de família que se desenvolvia em hortícolas em estufa.

- 4) Onde procurou informação sobre os procedimentos de candidatura ao projeto?

Aqui [delegação de Leiria da DRAP Centro] e depois quando tirei o curso de jovem agricultor, fui informado lá.

Fez posteriormente?

Fiz anteriormente.

- 5) Teve acesso à informação sobre os procedimentos de candidatura?

Antes de apresentar o projeto (...), julgo que tive informação suficiente.

- 6) Onde encontrou essa informação?

Na DRAPC e quando fui encaminhado para a pessoa que tratou da elaboração física do projeto e aí é que fui mais esclarecido.

- 7) Considera a informação obtida completa?

(...) julgo que tive informação suficiente.

- 8) Que tipo de investimentos fez ou pretende fazer?

A estufa. Não cheguei a fazer armazém porque a minha mãe já tinha esse investimento feito e, por isso, não foi preciso avançar nessa área. Foi mesmo só a área coberta e o investimento básico para um jovem agricultor iniciar a sua atividade.

- 9) Onde se localiza a zona de investimento?

Na caranguejeira.

- 10) Essa zona tem algumas restrições especiais?

Onde tenho a estrutura não.

11) Qual/quais?

12) A que entidades teve de pedir pareceres?

Não tive de pedir pareceres a nenhuma entidade.

13) Como estudou a viabilidade técnica e financeira do projeto?

Foi elaborada pela pessoa que elaborou o projeto. Não estou muito a favor dessa situação porque se faz o projeto à medida da aprovação e não à medida da realidade da instalação.

14) A que entidades recorreu para a elaboração dos estudos de viabilidade?

Foi uma entidade privada, o Eng^o. Albuquerque.

15) Já identificou os mercados de destino dos produtos?

Já tinha parte da estrutura comercial (não foi uma questão de seleção), era a mesma da minha mãe, só que havia e julgo que ainda há espaço para maior produção.

16) Já sabe quais são os canais de distribuição desses produtos?

Sim, no fundo era continuar o trabalho da minha mãe mas numa escala maior.

17) Quanto tempo demorou desde o surgimento da ideia de investimento até à aprovação da candidatura?

A ideia começou em 2002 (2002, 2003, 2004, 2005, 2006/2007) – quatro anos.

18) Quais as principais dificuldades sentidas na realização da candidatura?

A dificuldade não foi assim tão elevada, julgo que a dificuldade está depois da instalação.

19) Considera que a Administração Pública deveria simplificar o processo de candidatura?

Simplificar em que sentido? Burocrático?

Em algum aspeto que ache importante?

A burocracia também é necessária e eu julgo que em alguns pontos não deveriam ser mais burocráticos mas sim mais criteriosos.

20) Em que domínios deveria ser simplificado esse processo?

A burocracia também é necessária e eu julgo que em alguns pontos não deveriam ser mais burocráticos mas sim mais criteriosos.

21) Até que ponto seria útil a centralização do processo de candidatura numa única entidade?

No meu caso não era necessário pareceres, mas deveria ser só uma entidade a coordenar todo esse processo.

22) Que benefícios considera que poderiam decorrer desta centralização?

[Não sabia responder].

23) Tem algum comentário ou sugestão a fazer?

Tenho, isso é que tenho e críticas. Desde já o facto de se fazerem projetos à medida da aprovação e não do estado real da agricultura porque é muito bonito fazer, como no meu caso, em que tinha duas unidades de trabalho, foi necessário, porque entregamos o projeto a um engenheiro privado e no fundo para fazer aquela aprovação, com aquele investimento era necessário um determinado requisito de produção que era impossível concretizar fisicamente. No papel é fácil, talvez mas, no dia-a-dia, no próprio processo de produção é impossível numa escala tão grande e especialmente a trabalhar 8 horas por dia (se formos calcular assim, ainda é pior).

A tal centralização numa única entidade que fizesse a supervisão técnica e de campo, incluindo a estrutura, atendendo aquilo que se quer produzir. Por exemplo, tenho os 5000 metros numa área ampla, mas eu já sabia que ia fazer parte de alface, parte de feijão e parte de tomate, está errado fazer tudo numa única estufa, isso seria bom se fosse um única cultura de cada vez. Se nós fizéssemos, por exemplo, só tomate naquele 5000 metros. Fazendo várias culturas em simultâneo torna-se mais difícil os tratamentos. Mas nós não sabemos, a não ser que já tivéssemos por trás um historial que dissesse, eu vou fazer assim. Nesse tipo de implementação física do projeto devia ser assim: este senhor vai fazer um terço de alface, então deve fazer estufas separadas, em termos de controlo de pragas e de aspetos climáticos de abertura das estruturas e etc. que são diferentes. Então vamos aconselha-lo a não implementar estes 5000 metros num único pavilhão, fazer por setores, por exemplo, um conselho para a estrutura física. Tem a ver com as questões técnicas de viabilidade que não existiu!!!! Outros, o acompanhamento do processo burocrático que pode ser pós aprovação ou não, pois após a entrada da candidatura já podia começar a fazer o investimento. Em termos de papelada, em vez de passar por um engenheiro, porque não existir uma entidade em que, em vez do agricultor ter que fazer aquele investimento e fazer o pagamento, daquele material, existir uma entidade que colaborasse no fundo na, não diria, fiscalização mas colaborasse nos pagamentos e houvesse uma transação abrindo uma conta provisória ou outra coisa semelhante com uma entidade que pudesse fazer um circuito do dinheiro que vem da U E e também do Estado Português, para que não houvesse aquelas aldrabices que ainda há muita gente a fazer, que é passar faturas inflacionadas. Eu fiz umas estufas a 18€ o metro mas eles sabem que existe uma estrutura mais barata (as pessoas são livres de escolher), eu há uns tempos andava a chorar que tinha gasto muito dinheiro mas agora já não estou arrependido e, depois existe a tal situação (se isso está a gravar eu não me importo) em que os senhores das estufas perguntam “é para si ou é para o IFADAP, portanto isso ainda existe, julgo que eles agora já não se arriscam a falar tanto nisso mas existe”. Portanto, isso é uma coisa que ninguém fala mas existe e portanto nesse sentido era uma coisa que devia haver controlo. O controlo era melhor, por exemplo, ter um controlo mais rigoroso e melhor acompanhamento pois isso compensava, tanto para o estado como para a União Europeia. Por exemplo se houver agricultores a inflacionarem os projetos, com meia dúzia de projetos já dava para implantar mais área, para alguém que realmente quisesse trabalhar. Em termos de mais sugestões era adequar a viabilidade técnica e financeira do projeto à realidade da agricultura do mercado e não estarmos a fazer contas de secretária, a pensar que não existem encargos que não são colocados no projeto, que são inerentes e também as oscilações de preços e o estádio do preço muito baixo durante algum tempo, muito baixo, o que faz com que uma pessoa não consiga

avançar para a frente, o não existir, como existia anteriormente, períodos em que o preço estava durante algum tempo bom e conseguia complementar durante algum tempo os preços maus e que compensava as produções anteriores. Em termos de projeto é só, tinha muitas coisas a dizer depois do projeto instalado.

O acompanhamento no projeto, posso dizer que não existiu!!!

Mais sugestões, uuummm,

- A Administração Pública deveria ver quais os agricultores cuja instalação correu mal e porquê?

- Poderiam ser as DRAP's a elaborar os projetos.

A primeira instalação gasta muito mais que a segunda (já têm infraestruturas base) e isso devia ser tido em conta.

A3

- 1) Apresentou ou encontra-se a preparar um projeto PRODER de Jovem Agricultor?

Apresentei na área de exploração de kiwis.

- 2) Como surgiu a ideia do projeto?

Eu na altura decidi comprar um terreno, com a ideia de fazer lá qualquer coisa na área agrícola. Entretanto pensei, fui vendo as possibilidades e optei pelos kiwis porque o meu pai já tinha um pomar. Como já tinha o pomar, já tinha ali alguns conhecimentos, já tinha as alfaias todas, e por isso tomei essa decisão.

- 3) O que o levou a avançar com o projeto?

Como referi anteriormente foi o conhecimento que já tinha da área, e depois já tinha o escoamento garantido, isso foi fundamental, pois não tinha de me preocupar como isso.

- 4) Onde procurou informação sobre os procedimentos de candidatura ao projeto?

Eu dirigi-me ao engenheiro Martim, que é de uma empresa que faz projetos, uma empresa privada. Já o conhecia, pois ele é conhecido no meio, dos kiwis e sabia que ele fazia projetos e por isso fui logo diretamente ter com ele.

- 5) Teve acesso à informação sobre os procedimentos de candidatura?

Sim.

- 6) Onde encontrou essa informação?

Na altura ele disponibilizou toda a informação e eu fui seguindo as indicações deles.

- 7) Considera a informação obtida completa?

Sim.

8) Que tipo de investimentos fez ou pretende fazer?

Investimentos no âmbito do PRODER?

Sim.

Foi a plantação toda.

Foi apenas a plantação, não fez nenhum armazém ou outro investimento?

Não, fiz um furo mas, nessa altura, não podia por furos que não eram elegíveis. Fiz uma baixada elétrica, a plantação e a estrutura de suporte e de rega.

Teve que comprar equipamentos?

Não, porque já tinha do meu pai e, na altura, combinei com ele que iria utilizar a maquinaria dele e por isso resolvi não comprar.

9) Onde se localiza a zona de investimento?

Pombal, freguesia de Santiago de Litém.

10) Essa zona tem algumas restrições especiais?

Sim, é assim, na altura o PRODER exigiu parecer da RAN e da REN, das duas. Aliás o projeto não é só nessa freguesia, é em duas parcelas, uma na freguesia de Santiago de Litém e outra na de Almagreira.

11) Qual/quais?

RAN e REN, como referi anteriormente.

12) A que entidades teve de pedir pareceres?

À REN, fui à CCDR e depois eles pediram-me o parecer..., que tem a ver com a hidráulica., da ARH. E depois levei-o à CCDR e só aí é que eles deram o parecer da REN.

Na RAN, foram vocês, aqui, que disseram que não era preciso parecer pois como era agricultura não era necessário qualquer autorização especial.

13) Como estudou a viabilidade técnica e financeira do projeto?

A viabilidade técnica, é simples, já tinha um pomar em produção e por isso não tinha grandes dúvidas em termos técnicos, que havia viabilidade. Em termos financeiros... teve que se apertar um bocado o cinto, como se costuma dizer e pronto, recorri a algumas economias que tinha, recorri também a empréstimos a nível familiar, não recorri a empréstimos bancários, tudo a nível familiar e pronto lá se instalou.

14) A que entidades recorreu para a elaboração dos estudos de viabilidade?

Foi a empresa do engenheiro Martin que o fez.

15) Já identificou os mercados de destino dos produtos?

Sim, nós vendemos para a kiwicup, eles depois têm os mercados deles que é essencialmente Espanha e o mercado português. Para exportação para Espanha e para o mercado português.

16) Já sabe quais são os canais de distribuição desses produtos?

Através dessa empresa.

17) Quanto tempo demorou desde o surgimento da ideia de investimento até à aprovação da candidatura?

Olhe, desde a ideia até à submissão da candidatura não foi muito tempo, uma questão de seis meses no máximo. Que foi o tempo de eu reunir os elementos todos, fazer o projeto e submeter o projeto. Depois de submeter o projeto, até à aprovação foi... um ano. No total foi um ano e meio que demorou.

18) Quais as principais dificuldades sentidas na realização da candidatura?

Olhe, a maior dificuldade que eu tive foi que, eu estive ali um ano e meio à espera sem saber se ia ser aprovado ou não ia, se ia demorar muito tempo, ou não, foi um período, pronto, digamos assim, crítico, porque eu não sabia o que havia de fazer. Não sabia se tinha muita probabilidade de ser aprovado, se não tinha, se devia avançar, se não devia, se devia esperar ou não e com isto perdi dois anos no desenvolvimento das plantas.

Não tinha informação em que fase se encontrava a sua candidatura?

Aquilo esteve mais de ano em análise e a única coisa que me diziam era que tinha que esperar.

19) Considera que a Administração Pública deveria simplificar o processo de candidatura?

(...) é assim, o processo não me parece que seja muito complicado, fazer a candidatura em si não acho que seja muito complicado.

20) Em que domínios deveria ser simplificado esse processo?

21) Até que ponto seria útil a centralização do processo de candidatura numa única entidade?

Pois, eu, falando do meu caso pessoal acho que é melhor como está, sermos nós a pedir o parecer, porque assim eles pedem-nos os elementos e nós vamos diretamente e assim ganha-se algum tempo.

Se acelerar o processo acho que sim [ser uma única entidade] se facilitar acho que sim, no meu caso como tenho facilidade em pedir esses pareceres acho que não é relevante o que deveria ser mais rápido é o tempo de análise.

22) Que benefícios considera que poderiam decorrer desta centralização?

23) Tem algum comentário ou sugestão a fazer?

É assim, acho que deveriam arranjar forma da resposta ser mais rápida, acho eu que no máximo deveria ser de dois ou três meses, ou sim, ou não, para nós também sabermos com o que contamos, por exemplo agora estou a fazer um novo projeto, eu estou num dilema, eu se não começar a trabalhar agora em Março, já não consigo plantar este ano. Se começar a trabalhar em Março não tenho garantia nenhuma que a minha candidatura vá ser aprovada. Estou no mesmo dilema que no primeiro projeto.

Não teve que pedir pareceres agora?

Tive que pedir os mesmos pareceres.

Quanto tempo demoraram esses pareceres?

Agora foi rápido, da outra vez demoraram muito tempo, muito tempo, aquele ano e meio de processo..., aliás, eu andei dois anos, porque já tinha o projeto aprovado e ainda não tinha o parecer, para aí dois anos.

Qual foi a entidade que demorou?

A CCDD e depois a ARH, eu ia lá e telefonava para Coimbra e foi um processo moroso.

A4

1) **Apresentou ou encontra-se a preparar um projeto PRODOR de Jovem Agricultor?**

Na de helicultura. Entreguei a candidatura em Dezembro e encontra-se em análise.

2) **Como surgiu a ideia do projeto?**

Através de algumas pesquisas e tentando fazer mais alguma coisa além da nossa atividade profissional. Não é uma atividade que requeira muita ocupação de tempo de uma pessoa, tendo uma pessoa a gerir, durante o dia, e nós irmos, atendendo a que é relativamente..., é perto, são 50 quilómetros e hoje a deslocação não é muito..., não acaba por demorar muito tempo.

3) **O que o levou a avançar com o projeto?**

É assim, há as condições, as condições que nós estamos a atravessar, temos, um modo de vida, uma forma de estar na vida e, agora com estes cortes todos, tentamos fazer mais alguma coisa para adquirir mais alguma rentabilidade, ter mais rendimentos. Em relação à helicultura, a helicultura não sendo uma área que requer ocupação total de tempo nossa, em que podemos ter uma pessoa, digamos, vamos criar um posto de trabalho, e através da exportação, vendo que a França, falando com uma das pessoas que nos vai fazer aquisição dos caracóis é francesa e depois de ter ido a França, também, acabamos por optar por isso [helicultura].

4) **Onde procurou informação sobre os procedimentos de candidatura ao projeto?**

Através, já, de uma pessoa que tem exploração na helicultura, já tem alguma experiência e já lá estivemos duas tardes em formação, ver a atividade, para também, antes de arrancar, ver como é que funciona.

5) **Teve acesso à informação sobre os procedimentos de candidatura?**

[Respondido nas questões anteriores].

6) **Onde encontrou essa informação?**

[Respondido nas questões anteriores].

7) **Considera a informação obtida completa?**

Não, não, inclusive agora a semana passada entrei em contacto lá com a senhora que é para irmos lá na apanha, porque o que tivemos foi parte teórica e, pronto, alguma informação de

aquilo que ela faz, da reprodução, mas nada de contacto direto, só à base de ver e agora queríamos passar lá um dia, um sábado deste, dois fins-de-semana, dois sábados, que é quando a gente [ele e a esposa] tem disponibilidade para ir, para vermos a apanha.

8) Que tipo de investimentos fez ou pretende fazer?

Fiz o investimento para aquisição do terreno, foi o único investimento.

Em termos de infraestruturas, vou fazer a parte toda de edificado, é o armazém que vai ter sala de reprodução, uma sala de purga, uma câmara frigorífica para o armazenamento, antes de efetuar o transporte. Como vai ser para o estrangeiro tem de se guardar, tem de ser em alguma quantidade, para depois fazer o transporte e, vai ter o escritório normal, a parte sanitária, balneário, tudo o que a legislação requer. E a estufa, pela vantagem de podermos fazer duas reproduções anuais e tirar mais rentabilidade.

9) Onde se localiza a zona de investimento?

Em Alvaiázere, freguesia de Pussos.

10) Essa zona tem algumas restrições especiais?

Sim.

11) Qual/quais?

É REN e RAN.

12) A que entidades teve de pedir pareceres?

Tive, recebi agora, até foi a minha esposa que foi buscar à câmara, esta carta que a CCDR respondeu à câmara, só que agora a câmara, penso que isto é, são as câmaras que vão ficar com isto, de serem eles a pedir os pareceres às entidades e as entidades, respondem, só que eles agora não andaram mais e entregaram-nos isto. Não está nada feito, se formos ver o que está aqui no ofício da CCDR, não tem nada. E tem que se entregar aqui agora, pode-se entregar novamente na Câmara mas não sei se compensa, assim são deslocações que nós temos que ter e nós podemos tratar aqui [na DRAP Centro], diretamente em Leiria, uma vez que nós residimos aqui.

13) Como estudou a viabilidade técnica e financeira do projeto?

Dentro do conhecimento que adquiri, falando com a pessoa em concreto. Eu antes de fazer, ter ideia de..., falei com a pessoa, pois sem o escoamento do produto nada feito. Falei com ele para ser ele a escoar, agora, estou a tentar arranjar viabilidade para Espanha, para ter uma segunda hipótese. Vendo o preço de mercado, no nosso país, Espanha e França, optei pela exportação para França atendendo ao preço que fica por cada quilo de produção e na venda para o exterior, neste caso França, compensa porque o valor é mais elevado por cada quilo, havendo uma maior rentabilidade, sendo viável. Uma parte do investimento vai ser suportada pelo banco, com algum capital nosso, embora agora já não seja muito, atendendo ao investimento no terreno. Depois a parte que é dada pelo incentivo do projeto. Fiz uma estimativa de quanto tinha que produzir para o projeto ser rentável.

14) A que entidades recorreu para a elaboração dos estudos de viabilidade?

Recorri a um engenheiro que elabora projetos e ao arquiteto que fez a planta da minha casa, expliquei-lhe o que era e ele, ... passei lá e fizemos isso num sábado à tarde, até, para não transtornar muito a atividade dele e depois sim, à partida será ele que vai fazer a parte de (...) do resto que é parecido para a construção...edificação do armazém, porque as estufas não carecem de projeto.

15) Já identificou os mercados de destino dos produtos?

Neste caso a França.

16) Já sabe quais em são os canais de distribuição desses produtos?

É uma pessoa que tem uma cadeia de supermercado, ele tem produção dele mas a produção dele não chega porque eles em França só fazem produção uma vez por ano e ele fornece três cadeias de supermercados em França e, ele inclusive vem a Portugal fazer compra de caracóis cá, levando para lá. Ele é o intermediário de França e depois ele é que transforma, porque ele tem transformação e embalamento para os supermercados para França, para as cadeias todas, no caso dos escargots à burgonhe, vários tipos que os franceses consomem.

17) Quanto tempo demorou desde o surgimento da ideia de investimento até à aprovação da candidatura?

[A candidatura ainda não está aprovada].

18) Quais as principais dificuldades sentidas na realização da candidatura?

Para apresentar, depois de tudo o que temos, agora, a vantagem é que temos tudo, e depois quando for para a assinatura do contrato, podemos ter tudo em definitivo e tratado. Nesta parte é fácil, só que depois, nós pedimos tudo mas há aqui, uma coisa que quando nós submetemos a candidatura, há o pedido prévio na câmara, sendo eles a enviar para a CCDR, se já tivesse estas situações agora que eles vêm pedir, já vai com 2 meses, nós enviamos em dezembro e já estamos em fevereiro e temos as coisas um bocadinho demoradas, deveriam ser 20 dias úteis.

19) Considera que a Administração Pública deveria simplificar o processo de candidatura?

Eu acho que sim. Eu acho que deve ser centralizado nas câmara, sim em virtude deles conhecerem a área e verem se os projetos são uma mais-valia para o desenvolvimento local e, eles, a câmara, aí responde às entidades o que acha, dando o parecer mas com coisas mais simples porque eles acabam por pedir as plantas, o que encarece o projeto e ele pode ser reprovado, porque nada, é definitivo. Tudo o que é projetos de edificação, temos que ir a um projetista, a um arquiteto e isso..., fazer um projeto engloba uma renda significativa, não é? Não é significativa, até é avultada e ninguém faz um projeto com 200 ou 300€. Se fosse 200 ou 300 no planeamento do investimento não era muito, agora, imagine que chumba.... É como a própria candidatura em si, nós temos que entregar dinheiro a pessoas que são responsáveis pelas candidaturas, e eles logo levam um dinheiro inicial para submeter a candidatura e a responsabilidade deles é zero. Isto é..., é assim, eu até acho que ...muita gente desiste de fazer alguma coisa por estes motivos, uma vez que é estar a dar um tiro no escuro e ainda outro dia falei disto, eu acho que é assim. As pessoas desanimam e não se avança com mais algumas coisas porque..., eu acho muito bem que deve ser fiscalizado,

todos os incentivos que são dados, tudo deve ser alvo de acompanhamento e fazer cumprir, agora é que se deve simplificar a que quer fazer e não haver tanta burocracia no início e assim quando se vai assinar o projeto que nós já temos a certeza que o projeto já está aprovado, dizer assim, agora, os senhores têm 20 ou 30 dias, ou 45 para entregar os documentos todos em falta. E aí o projeto devidamente feito em condições, tudo, tudo, não antes porque assim vai limitar um bocadinho, porque isto é dar um tiro no escuro. Nós já fizemos a aquisição do terreno, foi, pronto é um investimento que se não der para aquilo, logo teremos que fazer outra coisa, se o projeto for chumbado, mas agora relativamente a todos os papéis mais burocráticos, caso de projetos, deveria sim ser dado isso, mas só no caso de aprovação já do PRODER, porque estando feita a memória descritiva para a REN e para a RAN, eles têm plena consciência do que vai ser feito. Agora a edificação pode haver uma coisa que eles podem dizer que, só pode construir até 3 ou 4 metros de altura, a gente não vai fazer 5 e isso, havendo comunicação entre as entidades, atenção que para o PRODER, neste caso, que depois vai supervisionar isto tudo, diziam atenção que as edificações não podem ter 5 metros de altura, porque se não há projeto e penso que isso facilitaria muito a parte burocrática, que nós nos vemos aqui um bocado à rasca.

20) Em que domínios deveria ser simplificado esse processo?

Penso que deveria haver uma simplificação inicial e depois de estar aprovado, tendo estes pareceres da REN e da RAN, das entidades competentes pela aprovação prévia, dizendo que é viável, e os condicionalismos, sendo as próprias entidades a fazer os condicionalismos, nós pela memória descritiva inicial do que vamos fazer, eles depois dentro daquilo, dizerem, isto adapta-se assim..., porque nós enviamos inicialmente as plantas do terreno para eles também fazerem a localização. São coisas simples, nós chegamos à câmara, ou tiramos na net, são coisas mais simples, hoje pode fazer-se com facilidade. Mas fazer a parte de infraestruturas, projeto e mais não sei o que?, colocá-las no projeto já é preciso ter algum conhecimento. Ou está vocacionado para ser o arquiteto a fazer o projeto ou as pessoas não conseguem. Serem eles só a fazer os projetos, é difícil ser o cidadão comum a tomar a iniciativa de querer avançar. Neste caso eu não tenho conhecimento...tenho conhecimento do básico, chegar, tirar, declarações, agora coisas que tivemos que enviar para a informação prévia, já tive que ir pedir a um arquiteto para me fazer isso e já tive que pagar, foi um valor irrisório mas já foi um custo que agora ao início não teria muita utilidade.

21) Até que ponto seria útil a centralização do processo de candidatura numa única entidade?

É assim, eu acho que pode ser vantajoso, agora... as pessoas têm que ter alguma formação específica na área, uma vez que penso que isto também será novo para eles, não é? E..., e depois é eles tentarem enquadrar as pessoas, porque, é assim, nós... a apresentar os projetos, dentro do licenciamento, depois é a legislação, a legislação é muito omissa, não digamos omissa, há muita legislação, para tratar de assuntos e depois manda para um lado, depois manda para outro, outro decreto, outra portaria, não sei, e isso, isso é complicado para quem não tem o conhecimento jurídico das coisas, não é? Independentemente de nós termos as pessoas que ...estão tratar do projeto, mas eles também nessa parte, têm algumas restrições, pelo facto de ser muito burocrático e depois não querem estar a fazer essa parte se não mais vai encarecer o projeto, à parte do formulário, candidatura.

22) Que benefícios considera que poderiam decorrer desta centralização?

Sim, é importante, agora não sei até que ponto eles depois vão ter em conta, eu acho que se for a legislação toda englobada dentro de um todo para o projeto agrícola neste caso, porque depois lá está remetem para o regulamento das urbanizações e cada zona é uma, está um pouco complexo. O que é que se há-de fazer. Tendo vontade de fazer é possível mas leva um bocadinho à exaustão e ao desespero, leva a que as pessoas às vezes desistam.

23) Tem algum comentário ou sugestão a fazer?

Para mim o projeto, é tudo aquilo que temos estado aqui a falar, a parte burocrática é que acaba por ser..., obrigados a despende de algum dinheiro, e não temos a certeza que o projeto vá ser aprovado.

Esta primeira parte da informação prévia à câmara fomos nós que fizemos e depois só contactei um engenheiro responsável para submeter a candidatura. Depois tem os pedido de pagamento e mais não sei o quê? É preciso algum controle. Digamos que os pagamentos (...) voltamos à questão, deveria haver fiscalização exaustiva e mais não sei quê? (...) mas acho que os pagamentos devem ser aligeirados, são faseados em quatro semestre na execução do projeto sendo um bocado, ... os pedido de pagamento... um bocado desfasados em longevidade porque seis meses é muito tempo.

Acho que outra coisa, nós fazermos, dentro disto do primeiro parecer o que é viável para aprovação do projeto, nós fazermos aqui o parcelário onde é que vamos por mais ou menos as coisas e essa parte da DRAP não chegar para a câmara, para a REN e para a RAN, pois acho que está tudo interligado, não tenho conhecimento exato mas acho que isto tudo faz parte do mesmo e isso no parcelário, ... digamos que o parcelário não tem utilidade nenhuma, só tem para nós darmos entrada no projeto porque tem que ir lá com o numero e mais nada. Está a ver, isto..., eu acho que o parcelário (...), está bem que é uma coisa provisória, mas com o parcelário nós quando estamos a submeter os papeis da candidatura não há uma análise global dessa informação e eu acho que isso é fundamental, porque aqui as pessoas têm algum conhecimento e, acho que os bonecos, os desenhos em si, eles dizem, está aqui, está acolá e depois havendo um ajuste que eu estava a falar, correto e depois é enviado para lá e aí quebra-se ... ao nós termos a aprovação é enviar o mais rápido possível para termos resposta mais rápido, isso é definido o período de tempo... temporal. O parcelário, digamos que é uma peça fundamental para o projeto. Se nós já definirmos é aqui, é aqui e aqui. Se houver algum inconveniente destas entidades, diziam assim, não pode dar aqui porque tem que estar desviada tantos metros, tudo bem, quando forem fazer vamos ter em atenção. Isto poderia ser uma coisa que já vem do antecedente e é só ver se respeitava os condicionalismos que já foram definidos

Há muitos projetos a serem submetidos e não sei quê, só que as pessoas às vezes desistem, ou acabam por meter e depois perdem o amor ao dinheiro já gasto, o que é o caso, pois é tanta burocracia e não precisava de ser tanta. É como vimos, agora metemos isto na câmara e chegamos lá e agora dizem-nos, se calhar agora é melhor recorrer a quem está a fazer o projeto para dar resposta a estes pontos. ... Tudo bem que a gente tem de recorrer a ele mas ao recorrer temos que pagar, foi o que eu já fiz. Já enviei há bocado um pagamento. Temos estes pontos todos e certeza que a candidatura vai ser aprovada? Não temos e as

peessoas têm que se pagar, só que eu acho que isto deve ser tudo muito bem definido, só que esta parte inicial deve ser um bocadinho aligeirado para não obrigar as pessoas a gastar dinheiro que depois não vai ter retorno se a candidatura não for aceite. Isto são tiros no escuro...Só acho que isto é (...) é mesmo um bocado burocrático. Eu até tenho aqui, ... este ponto... estruturas de apoio à atividade, tenho aqui a planta do terreno, o caminho é paralelo, é em terra, vai levar só tugnã, aqui já me estão a dizer que tem que ser no máximo seis metros, mas isto é aqueles pormenorzinhos, que seja permeável ou semi-impermeável..., são estas coisas que se tornam complicadas.

B1

1) Apresentou ou encontra-se a preparar um projeto PRODER de Jovem Agricultor?

[apresentou um projeto, que já foi aprovado] Huummmm Na área das ornamentais e frutícolas em estufa.

2) Como surgiu a ideia do projeto?

É assim, os meus pais estão ligados a esta área já há muitos anos, e como temos uma engenheira que é nossa amiga e também temos os viveiros e ela é que nos disse. Pois nós nem sequer tínhamos conhecimento deste tipo de ajuda na altura em que nós metemos o projeto. Nessa altura não conhecíamos este tipo de apoio ao jovem agricultor. Depois, então ela explicou-nos como era o processo e decidimos então colocar o projeto de candidatura de jovem agricultor. Fiz eu em meu nome e a minha irmã fez em nome dos viveiros.

3) O que o levou a avançar com o projeto?

É assim, sendo sincera, é, o que me levou a optar pelo projeto foram mesmo as dificuldades que esta área está a atravessar, não é? Os tempos estão completamente diferentes, não..., a crise que se está a instalar agora, nós já a estávamos a sentir antes de se falar nisto e então também foi uma maneira de incentivar..., de investir, se calhar noutras áreas, porque por exemplo, o meu pai, é presidente da associação de viveiristas de Coimbra e, pronto, é associado e, como ele tem um projeto dos citrinos certificados, e então aquilo está em desenvolvimento e nós estamos a aproveitar esta parte, relativamente aos citrinos certificados, porque é uma coisa que ainda está pouco em voga e então estamos a apostar um bocado em tentar inovar e dar às pessoas um bocado mais de qualidade e certificação, que hoje, uma pessoa não sabe muito bem o que compra, não é?

4) Onde procurou informação sobre os procedimentos de candidatura ao projeto?

Foi através dessa engenheira, uma engenheira que é nossa conhecida e amiga já há muitos anos e ele faz este tipo de projetos.

5) Teve acesso à informação sobre os procedimentos de candidatura?

Fuuu (...), sei lá, eu sou sincera, entrei nisto um bocadinho sem saber o que é que me esperava, éeee, tive muitas questões no início mas informei-me bastante, na altura estive a ler legislação, só que é tudo muito..., muito burocrático, acho que é muita informação e se calhar, não sei como (...).

6) Onde encontrou essa informação?

É como digo, essa engenheira é que nos tratou praticamente de tudo, nós não tivemos que fazer grande coisa, até porque ele já tem muita experiência a fazer projetos.

7) Considera a informação obtida completa?

[Respondido nas duas questões anteriores].

8) Que tipo de investimentos fez ou pretende fazer?

Plantas, foi pés mães de estrelícias, rúsculos, orquídeas, cindidios neste caso, são orquídeas de rua e depois foi a parte dos citrinos, que estamos a (...), os viveiros fazem os citrinos certificados, a planta pequena e eu agora estou lá a engordá-los nas estufas, a fazer engorda para depois vender a planta já maior, já formada.

E fez estufas? E armazém?

Não, aluguei o espaço. Não necessitei de fazer mais nenhum espaço de armazém, aquilo já estava, já era uma área de (...) utilizada para agricultura, mas era para hortícolas, antes de ir para lá, era para hortícolas. Mas sim, tivemos que fazer alguns investimentos lá, porque as estufas não estavam em condições.

9) Onde se localiza a zona de investimento?

Freguesia das Colmeias.

10) Essa zona tem algumas restrições especiais?

Não, não faço a mínima ideia.

11) Qual/quais?

12) A que entidades teve de pedir pareceres?

Não tive que pedir.

13) Como estudou a viabilidade técnica e financeira do projeto?

Foi a engenheira que tratou de tudo. Sou sincera, eu na altura em que me meti nisto, não percebia nada disto. Não estava minimamente dentro do assunto. A minha área é ciências farmacêuticas, aaaa (...), foi nesta altura que me meti nos projetos que eu comecei a dedicar-me mais a esta área e também ao projeto e comecei a, pronto a dedicar-me mais e a ter noção das coisas, mas quando meti o projeto não fazia a mínima ideia de nada, estava completamente às escuras.

14) A que entidades recorreu para a elaboração dos estudos de viabilidade?

Não sabia nada, foi tudo a engenheira que através das áreas das estufas, daquilo que tínhamos combinado em fazer lá, o projeto que era para executar lá. Consoante isso é que ela efetuou esse estudo.

15) Já identificou os mercados de destino dos produtos?

Sim, já tinha mercado de destino. É como digo, os meus pais já tinham uns viveiros, clientes não faltam, vamos tentar, não fazemos a mesma coisa, mas tentar, aquilo que eles não conseguem produzir, eu produzo, tentando complementar.

16) Já sabe quais são os canais de distribuição desses produtos?

Sim, sim, pronto, eles [os pais] estavam dentro do assunto.

17) Quanto tempo demorou desde o surgimento da ideia de investimento até à aprovação da candidatura?

Acho que foi para aí um ano, mais ou menos.

18) Quais as principais dificuldades sentidas na realização da candidatura?

Eu, eu realmente não senti dificuldades, porque eu não tratei de nada praticamente, a engenheira é que tratou de tudo. O que lhe posso dizer é que desde a altura de assinarmos os contratos até receber o apoio estivemos muito tempo, demorou muito tempo até que esse apoio viesse. Mas de resto (...).

19) Considera que a Administração Pública deveria simplificar o processo de candidatura?

Sinceramente, (...) a fase de elaboração do projeto não passou praticamente pelas minhas mãos, o que passou pelas minhas mãos foi o chegar à conclusão do que íamos produzir, em que áreas íamos apostar, quais eram as culturas em que íamos apostar. De resto a nível do processo burocrático, dos documentos e isso, que era necessário, eu (...).

Mas se eu não conhecesse essa pessoa não sabia o tipo de apoios que havia. Agora é que se começa a ouvir muito, até mesmo na televisão este tipo de apoios, porque na altura em que eu meti o projeto não se ouvia sequer falar nisso. Penso que não havia muita divulgação sobre este tipo de apoios, foi mesmo através dela.

20) Em que domínios deveria ser simplificado esse processo?

21) Até que ponto seria útil a centralização do processo de candidatura numa única entidade?

Sim penso que seria importante, não foi no meu caso [não precisou de pedir licenças nem pareceres] mas se fosse o caso penso que era importante, porque neste tipo de coisas, uma pessoa já sabe que tem que andar muito de um lado para o outro quando podia tratar tudo no mesmo sítio.

22) Que benefícios considera que poderiam decorrer desta centralização?

[Respondido em conjunto com a questão anterior].

23) Tem algum comentário ou sugestão a fazer?

Eu, o único comentário que eu tinha a fazer é que eu, hoje em dia penso que se calhar não foi uma boa opção, porque temos tido muitos azares, porque é uma zona que é pouco vigiada, é

um bocado isolada e na altura não foi, eu queria fazer uma vedação para poder proteger um bocadinho mais, por causa dos assaltos e isso não foi apoiado na candidatura, tive que fazer a vedação por mim mesma, eu a pagar a vedação, porque eles não apoiaram, ammm e temos tido assaltos, quando aconteceu o temporal, passado um dia foram-nos assaltar aquilo e levaram-nos os cabos de cobre, antes tinha sido a tempestade que nos levou as estufas que tinham sido reparadas há pouco tempo, com plástico novo, e pronto, temos tido alguns azares, agora temos as estufas sem plástico, agora tenho lá as estrelícias, que agora com este tempo se queimam, andamos a colocar plástico nas estrelícias mas estamos a ver que aquilo também não é uma boa opção porque não deixa respirar bem. Ou seja tivemos o trabalho para por o plástico para não se queimarem, agora estamos a ver que não é uma boa opção, estamos a tirar, do chão e a colocá-las em vasos. Estamos a ter muito azar mesmo e eu acho que ... pronto, foi bom o apoio, não digo que não, quem souber aproveitar é um apoio muito bom para incentivar os jovens a entrar para esta área que penso que até é bastante interessante, mas acho que devia haver mais jovens a entrar por esse caminho mas eu não tenho tido muita sorte, não tenho tido muita sorte (...).

B2

- 1) Apresentou ou encontra-se a preparar um projeto PRODER de Jovem Agricultor?

Na área de agricultura,(...)uuuu de hortícolas em estufa.

- 2) Como surgiu a ideia do projeto?

A ideia surgiu porque os meus pais já estão na área e estão a pensar reformar-se da atividade e nós pensamos em seguir aquilo.

- 3) O que o levou a avançar com o projeto?

É uma área que eu gosto bastante desde sempre e por isso foi só seguir em frente.

- 4) Onde procurou informação sobre os procedimentos de candidatura ao projeto?

Uuuu, na internet, depois tinha conhecimento de um engenheiro que fazia os projetos e fui-me informar.

- 5) Teve acesso à informação sobre os procedimentos de candidatura?

Sim, sim (...) digamos que sim.

- 6) Onde encontrou essa informação?

Foi mesmo o engenheiro que me esclareceu mais a nível de (...) mais na nossa área.

- 7) Considera a informação obtida completa?

Sim, sim.

- 8) Que tipo de investimentos fez ou pretende fazer?

Uuuu, tudo, desde estruturas de estufas, tratores, pronto foi o investimento inicial.

- 9) Onde se localiza a zona de investimento?

É aqui na zona da batalha e uma parte na Maceira. Freguesias da Batalha e da Maceira.

10) Essa zona tem algumas restrições especiais?

Tem da REN, da RAN, das linhas de água, e depois a nível de estufas.

11) Qual/quais?

[Respondido na questão anterior].

12) A que entidades teve de pedir pareceres?

À REN, à RAN e às outras entidades por causa das linhas de água. Foi à ERAN, à ARH e à CCDR.

13) Como estudou a viabilidade técnica e financeira do projeto?

Como é que eu estudei? (...) uuum, quem fez esse trabalho até foi o engenheiro que nos fez o projeto. Fez mesmo o estudo a ver se era viável ou não e fez algum trabalho. E nós também já tínhamos a nível prático..., os meus pais já tinham alguma coisa e nós já tínhamos alguma experiência. Já sabíamos mais ou menos o que tínhamos que produzir para ser rentável. Em termos práticos e depois em termos de número viemos a saber, com o engenheiro.

14) A que entidades recorreu para a elaboração dos estudos de viabilidade?

Foi a esse engenheiro que tem um gabinete de projetos.

15) Já identificou os mercados de destino dos produtos?

Sim, o mercado abastecedor de Coimbra.

16) Já sabe quais são os canais de distribuição desses produtos?

Sim, sim.

17) Quanto tempo demorou desde o surgimento da ideia de investimento até à aprovação da candidatura?

A ideia já vinha de há muito tempo, só que ainda tínhamos andado a adiar um bocadito, mas o ano passado em janeiro começamos a falar e a tratar das coisas. Por isso até àquela altura demorou cerca de oito meses. Talvez um pouco mais, até termos a certeza que era aprovado foram cerca de 9 meses, desde janeiro até setembro.

18) Quais as principais dificuldades sentidas na realização da candidatura?

Uuuu, as principais dificuldades, foram algumas, mas não houve assim nada de muito grave, foi mais a papelada que tivemos que tratar, mais as autorizações da REN, da RAN e foram esses papéis que demoraram mais tempo. Mais chatices, tirando isso não houve. Agora a dificuldade maior será a formação.

19) Considera que a Administração Pública deveria simplificar o processo de candidatura?

Uuu, penso que sim e penso que não. Tenho as duas opiniões, porque ao mesmo tempo que é preciso estes papéis todos, se não qualquer pessoa fazia e podia haver também fugas de dinheiros, não sei, se calhar em tempos já aconteceu isso. Mas por outro lado, as pessoas que

estão realmente interessadas chegam a um ponto que estão cansadas de tanto papel. Mas pronto, penso que tem que haver um meio-termo de tudo.

20) Em que domínios deveria ser simplificado esse processo?

[Respondido na questão anterior].

21) Até que ponto seria útil a centralização do processo de candidatura numa única entidade?

Isso pouparia muito, muito, muita chatice mas não sei se seria possível fazerem isso assim. Isso seria ótimo, facilitaria bastante.

22) Que benefícios considera que poderiam decorrer desta centralização?

Poupar-se-ia tempo e já sabíamos onde teríamos que ir porque havia sítios que nós não sabíamos que existiam.

23) Tem algum comentário ou sugestão a fazer?

Comentário, uuum, não estou a ver agora. Tinha muitas na altura em que andava a tratar dos papéis mas agora já passou essa fase e agora estou noutra fase. Mas o processo poderia ser menos demorado, haver mais facilidade, até a nível de uma coisa que eu senti na altura, nós queríamos fazer uma vedação do terreno e na altura os engenheiros que foram lá a ver perguntaram-nos para que é que queríamos a vedação e foi-nos difícil explicar que embora não seja de produção, uma coisa que produz mas é uma coisa que nos vai proteger a produção, a nível de coelhos, a nível de roubos, cada vez mais nós vemos isso e isso foi uma coisa que nos foi recusada no projeto. Tivemos que investir na mesma, porque é preciso e, pronto, isso é uma coisa, uma dificuldade e algo que eles também teriam que ver, porque há uns anos, os furos para captação de água não entrava para o projeto e agora já viram que há necessidade de entrar para o projeto. As vedações, pelo menos para mim, no nosso caso, eram bastante importantes, penso que têm que ser mais flexíveis nesse sentido. De caso para caso, é um caso e no nosso caso, fazia falta. Penso que era só isso.

B3

1) Apresentou ou encontra-se a preparar um projeto PRODER de Jovem Agricultor?

Na área de helicicultura.

2) Como surgiu a ideia do projeto?

Aaa (...) A ideia nasceu um bocado da necessidade de ocupação de uma área e aproveitar todos os estudos que tinha dentro da área agrícola, limitado ao espaço que eu podia, no fundo, gerir e daí que foram estudadas várias soluções com alguma rentabilidade e surgiu a helicicultura como uma oportunidade para poder conjugar todas as situações.

3) O que o levou a avançar com o projeto?

[Respondido na questão anterior].

4) Onde procurou informação sobre os procedimentos de candidatura ao projeto?

Aaaa (...), quanto ao projeto, eu sabia que havia alguns gabinetes que efetuavam projetos, também sabia de alguns engenheiros que o fazem, aaa, no entanto, decidi aprofundar mais como é que se efetuava a candidatura, como é que se elaborava um projeto, aumentar o conhecimento mesmo sobre tudo o que envolve e tirei um curso de gestão de empresa agrícola (GEA).

5) Teve acesso à informação sobre os procedimentos de candidatura?

Sim, aliás é um curso fomentado mesmo pelo PRODER, onde se aprende a elaborar todo um projeto.

6) Onde encontrou essa informação?

No curso.

7) Considera a informação obtida completa?

Sim.

8) Que tipo de investimentos fez ou pretende fazer?

O investimento total ronda os 75 mil euros, em estufas, aaa, tudo o que é ligado a helicicultura. A tipologia, quer dizer, os estudos mais avançados que há dentro deste tipo de cultura, os pavilhões, tudo, mesmo câmaras de frio, todas as estruturas necessárias para fazer uma coisa a nível de tecnologia de ponta, digamos assim.

9) Onde se localiza a zona de investimento?

Na Barosa, mais precisamente nos fundos da Barosa.

10) Essa zona tem algumas restrições especiais?

Não, não.

11) Qual/quais?

12) A que entidades teve de pedir pareceres?

Não tive de pedir.

13) Como estudou a viabilidade técnica e financeira do projeto?

Aaaa, como não sentia capacidade a 100% de me envolver sozinha na parte mesmo da elaboração do projeto, pedi ajuda a um colega, que também está ligado aos projetos, para me ajudar a fazer o estudo de viabilidade do projeto e ver qual era a rentabilidade, no fundo, de toda esta atividade e foi com ele que chegamos, no fundo, a um parecer positivo de toda a atividade.

14) A que entidades recorreu para a elaboração dos estudos de viabilidade?

Não, apenas pedi ajuda a uma pessoa conhecida.

15) Já identificou os mercados de destino dos produtos?

Sim, já tenho um contrato comercial que, durante 5 anos, ele compra toda a produção para exportação da mercadoria.

16) Já sabe quais são os canais de distribuição desses produtos?

É através dessa entidade. Acho que o que é mais importante antes de iniciar um projeto ou qualquer outra coisa, escoar o produto torna-se mesmo importante.

17) Quanto tempo demorou desde o surgimento da ideia de investimento até à aprovação da candidatura?

Foi uma questão de alguns meses [até à submissão da candidatura], embora no nosso este pensamento já andava há muitos anos, não é a primeira candidatura que faço, mas a ideia de utilizar o terreno é mesmo muito forte e a concretização, ou seja neste último, demorou talvez meio ano.

18) Quais as principais dificuldades sentidas na realização da candidatura?

É assim, as dificuldades sentidas, é uma questão às vezes de encontrar os sítios certos que nos levem a determinados, no fundo, caminhos que às vezes por falta de informação ou não estar a contactar com os meios mais diretos e talvez por isso tenha levado mais algum tempo, talvez uns anitos.

19) Considera que a Administração Pública deveria simplificar o processo de candidatura?

Sim, eu acho que há, há... muita coisa, talvez a desenvolver neste sentido, não só porque, talvez, as coisas ainda estejam um bocado agarradas um pouco ao passado, talvez a umas estruturas muito rígidas. Talvez daqui para a frente se pudesse tentar com que haja um sítio, onde, nesse sítio conseguimos conjugar todas as informações, todos as necessidades do processo, no fundo conseguir com que todas estas coisas demorem muito menos tempo.

20) Em que domínios deveria ser simplificado esse processo?

No fundo no sentido de centralizar numa entidade, havendo um gabinete de apoio mas que estivesse interligado, tal e qual como um balcão do cidadão, que hoje já existe, com as novas tecnologias torna-se tudo mais fácil.

21) Até que ponto seria útil a centralização do processo de candidatura numa única entidade?

Exato.

22) Que benefícios considera que poderiam decorrer desta centralização?

No fundo ir a um lado, depois ir a outro, marcar entrevista ou pareceres com uma entidade, esperar pela outra, no fundo isto tudo acaba por demorar muito tempo e depois tem a ver com o tempo disponível que as pessoas têm de conseguir, no fundo concretizar estas informações num só processo.

23) Tem algum comentário ou sugestão a fazer?

Não, acho que no fundo está tudo. Agradeço à zona agrária [DRAP Centro] pela grande disponibilidade, na parte que me toca do meu processo.

B4

- 1) Apresentou ou encontra-se a preparar um projeto PRODER de Jovem Agricultor?

Sim, projeto de jovem agricultor na área de hidroponia, cultura de ervas aromáticas.

- 2) Como surgiu a ideia do projeto?

A ideia surgiu por, primeiro porque sou filha de agricultores, trabalho na agricultura desde sempre e depois porque ninguém consegue produzir tudo, para diversificar aquilo que a nossa exploração agrícola já produzia. Foi nesse sentido e também porque já tínhamos os canais de distribuição.

- 3) O que o levou a avançar com o projeto?

Foi, foi o facto de ter ficado desempregada, foi o facto de ter terminado uma licenciatura numa outra área, completamente diferente e foi essa necessidade de trabalhar que me levou a por em prática aquilo que já tinha pensado antes.

- 4) Onde procurou informação sobre os procedimentos de candidatura ao projeto?

A informação que eu recolhi foi toda na internet.

- 5) Teve acesso à informação sobre os procedimentos de candidatura?

Sim.

- 6) Onde encontrou essa informação?

Na internet.

- 7) Considera a informação obtida completa?

Não, o que falta é explicar o que é um processo de candidatura, é por aí, ou seja, quando nós nos dirigimos a várias entidades nós não temos noção de como concretizar as coisas. Passo a explicar, um dos primeiros sítios onde me dirigi, foi ao IAPMEI, eles, de, agricultura, não têm dados nenhuns, não querem sequer saber de agricultura, depois aqui [na DRAP Centro] também não temos muita resposta, porquê? Nas DRAP's, as DRAP's não existem para isso, quem tenta recolher informação, tenta ir a todos os sítios que nos são disponibilizados, esta falta de informação é desmotivadora.

- 8) Que tipo de investimentos fez ou pretende fazer?

O investimento, parte dele já está concretizado, a parte de hidroponia está neste momento a ser implementada, nós estamos a fazer outros projetos PRODER, mais tarde posso explicar, uma vez que não é nesse âmbito que aqui estamos. O investimento está a 50%, isto porquê? (...) porque pela necessidade de investimento ser muito grande, parte dele está a produzir, a parte em solo. A parte de hidroponia, está neste momento a ser completada. Uma parte das estufas já estava feita e outras foram construídas. Tive necessidade de completar em termos de infraestruturas. No meu caso tive mesmo que procurar um espaço para armazém, digno desse

nome e com essa capacidade. Porque também temos a necessidade de fazer a logística, que não pode ser de facto no espaço da cultura. Precisei de dois espaços distintos, que podem ser contíguos, eu não tive a felicidade de conseguir fazer, ou seja, tenho um espaço de armazém, depois temos toda a parte de frio, onde o carro de frio tem que carregar, onde existem uma série de coisas que não são muito complexas, mas são o software de faturação, o controlo de produção, que não pode ser na unidade de produção.

9) Onde se localiza a zona de investimento?

A freguesia é de Regueira de Pontes, o local é Chãs.

10) Essa zona tem algumas restrições especiais?

Na parte da produção propriamente dita, sim, é REN e RAN, simultaneamente.

11) Qual/quais?

REN e RAN.

12) A que entidades teve de pedir pareceres?

Ora bem, pareceres propriamente ditos, dignos desse nome, só tive que pedir um, à Câmara Municipal de Leiria, a respeito da implantação das estruturas não permanentes, que são as estufas nas zonas sensíveis, REN e RAN, porque, apesar de nós sabermos, eu sei, porque conheço o PDM de Leiria mas apesar de podermos ser nós a transmitir essa informação, digamos que é pública, houve essa necessidade de pedir parecer. Mas foi o único que tive mesmo como esse nome, com essa chancela, por assim dizer, que pedir e que foi mesmo obrigatório, foi esse.

13) Como estudou a viabilidade técnica e financeira do projeto?

Tive que recorrer a uma consultora, porque uma das lacunas precisamente para quem produz é fazer essa outra parte. A viabilidade, quer técnica, quer financeira foi feita por pessoas contratadas por uma consultora. Tanto uma como outra foi uma coisa feita em conjunto, não foi um estudo encomendado, por assim dizer, foram estudos feitos à medida, eu expliquei aquilo que precisava, precisei de procurar no mercado, foi feito um estudo de mercado, e daí passamos para a viabilidade técnica.

14) A que entidades recorreu para a elaboração dos estudos de viabilidade?

Recorri a uma consultora.

15) Já identificou os mercados de destino dos produtos?

Sim, já os tinha selecionado, mas o mercado tratou de fazer uma seleção ainda mais restrita. Especificamente neste momento os mercados com que estou a trabalhar não eram os que estavam na viabilidade económico-financeira. Os mercados, neste momento, que nós temos de escoamento são da média distribuição.

16) Já sabe quais são os canais de distribuição desses produtos?

Sim.

17) Quanto tempo demorou desde o surgimento da ideia de investimento até à aprovação da candidatura?

A candidatura de jovem agricultor já está aprovada. Foi feita em duas fases, mas a de jovem agricultor propriamente dita está aprovada. Demorou muito tempo, demorou quase um ano e meio, desde que foi submetida a candidatura até que foi aprovada. A ideia já surgiu há muito tempo, mas para ser justa, desde o surgimento da ideia a concretizar, até que foi feita a aprovação, posso afirmar que foram cerca de 4 anos.

18) Quais as principais dificuldades sentidas na realização da candidatura?

Foi lidar com toda a papelada que é exigida. Essa foi de longe a maior dificuldade.

19) Considera que a Administração Pública deveria simplificar o processo de candidatura?

Sim, devia simplificar. É a resposta que tenho que dar, não quer dizer que não seja necessário tudo o que nos é pedido.

20) Em que domínios deveria ser simplificado esse processo?

Tudo aquilo que nós temos que apresentar, tudo aquilo que nos é exigido para a candidatura, no projeto, faz sentido. Eu não acho, neste momento, olhando para trás, que haja documentos supérfluos. Acho que devia haver uma maior articulação entre as entidades porque acabam por nos exigir determinadas coisas que são incongruentes, pois uma depende da outra e depois se temos a segunda, porque é que havemos de ir buscar a primeira, entende? Este encadeamento de informação, por vezes não é assim tão linear.

21) Até que ponto seria útil a centralização do processo de candidatura numa única entidade?

Até que ponto? Muito útil, era 100%.

22) Que benefícios considera que poderiam decorrer desta centralização?

O primeiro era diminuir o tempo de preparação com o projeto, porque acho que se nós estivermos a trabalhar num sentido e não em dois, tudo se torna mais fácil.

23) Tem algum comentário ou sugestão a fazer?

Sugestões, tenho imensas, mas para não ir a situações concretas, mas falando de uma forma mais abrangente:

A primeira forma de simplificar todos os projetos, é colocar uma check-list muito simples, onde exista a informação. A informação existe mas não é facilmente interpretável. Ou seja, quando eu queria uma informação, eu tenho lá dois dossiers cheios de informação acerca do PRODER e acerca de tudo aquilo que o PRODER permite para tudo, em relação à escala, (...) enfim a informação existe, mas não está facilmente legível, a informação está em grosso e quem procura uma informação muito específica não a consegue encontrar de uma maneira simples. Não há uma check-list e não há um princípio, meio e fim para um projeto de investimento. Se nós não recorrermos a um consultor privado, eu não sei quem é que consegue, neste momento elaborar um projeto de forma autónoma, eu acho que é impossível. Eu não tentei, mas daquilo que eu vejo, e já fiz quatro candidaturas ao PRODER, eu acho impossível e isso é de facto um entrave, porque quem quer, hoje em dia, avançar para a área da agricultura, que está a contar com um investimento já razoável, neste momento, não pode abarcar mais essa despesa e para além de

tudo é uma grande incerteza que é pagarmos um projeto que não chegamos a concretizar, ou que não sabemos quando vamos concluir, colocando melhor a coisa.

A segunda sugestão era a articulação entre as entidades, e porque não, a criação de um gabinete de apoio ao PRODER, porque não existe. Não existe, a nossa falta de informação é também um bocadinho esta divisão territorial que também não se entende muito bem, eu pelo menos não a consigo entender. Eu estou numa DRAP, estou em Leiria, estou numa capital de distrito, já tive que me deslocar a Coimbra para tratar de alguns assuntos, sei que a minha candidatura há-de passar por Castelo Branco e depois é que vai para Lisboa, em termos físicos sei que a informação flui neste sentido e eu não consigo perceber e quando procuro alguma coisa em relação ao meu projeto, respondem-me que a informação está em qualquer um destes sítios e, para mim, isto é completamente incongruente.

Anexo 4 - Tratamento das entrevistas aos Jovens Agricultores

TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS AOS JOVENS AGRICULTORES

1	Apresentou ou encontra-se a preparar um projeto PRODER de Jovem Agricultor	Apresentei	Encontro-me a preparar	Hortícolas	Frutícolas	Helicicultura	Ornamentais	Hidroponia	2 jovens apresentaram projetos em 2 áreas diferentes			
		8		3	3	2	1	1				
2	Como surgiu a ideia do projeto	Já estava na área - negócio de família	Apostar na área - projeto de futuro	Compra de terreno/ terreno	Complemento à atividade profissional	Ampliação do negócio/diversificação						
		7	2	2	1	2						
3	O que o levou a avançar como projeto	Conhecimentos na área	Ter canais de escoamento	Diversificação/ aumento da produção familiar	Continuação do negócio familiar	Aumentar rendimentos	Trabalho e tempo parcial	Aproveitar novo nicho de mercado	Gosto pessoal	Limitação de espaço	Estar desempregado/a	
		4	2	1	1	1	1	1	1	1	1	
4	Onde procurou informação sobre os procedimentos de candidatura ao projeto	Zona Agrária/DRAPC	Eng. Amigo	internet	Fez Curso de GEA/JA	Empresa/Eng. - consultadoria e projetos	Produtores com exploração					
		2	1	3	2	3	1					
5	Teve acesso à informação sobre os procedimentos de candidatura	Sim	Nem por isso									
		7	1									
6	Onde encontrou essa informação	Internet	Quem fez o projeto	DRAPC	Produtores com exploração	Curso GEA						
		1	5	1	1	1						
7	Considera a informação obtida completa	Sim	Não									
		5	3									
8	Que tipo de investimentos fez ou pretende fazer	Compra de equipamentos /trator	Estufa de raiz ou reparação	Plantação Plurianuais/ pomares/vinha	Tanque para água	Sistema de rega	Armazém/escritório/reparações	Estrutura de suporte/tutores	Aquisição de terreno	Camara de frio	Hidroponia	Equipamentos de escritório/faturação...
		2	6	4	1	4	5	2	1	2	1	1
9	Onde se localiza a zona de investimento	Barreira	Caranguejeira	S. Tiago de Liém - Pombal	Pussos - Alvaizere	Colmeias	Maceira - Batalha	Barosa	Chãs - freq. Regueira de Pontes			
		1	1	1	1	1	1	1	1			
10/11	Essa zona temalgumas restrições especiais. Quais?	REN	RAN	REN e RAN	Linhas de água	Não	Não sei					
		1	1	5	1	2	1					
12	A que entidades teve de pedir pareceres	Nenhuma	CCDR e ARH	ERAN	Camara Municipal	CCDR						
		3	3	3	1	2						
13	Como estudou a viabilidade técnica e financeira do projeto	Arcando, tentando cumprir um plano	Entidade consultora	Já conhecia ao ramo de atividade	Falando com várias pessoas e pesquisando mercados para fazer estimativa	Com ajuda de colegas						
		1	4	2	1	1						
14	A que entidades recorreu para a elaboração dos estudos de viabilidade	Entidade consultora/gabinete de projetos	Engenheiro	Pessoa conhecida								
		4	3	1								
15	Já identificou os mercados de destino dos produtos	Cooperativas de frutas	Lojas	Adegas	Exportação	Mercados abastecedores	Kiwicup	Familiares que já tinham escoamento	Contrato comercial com entidade de privada	Média distribuição		
		1	1	1	2	2	1	1	1	1		
16	Já sabe quais são os canais de distribuição desses produtos	Sim	Continuação do trabalho de família em maior escala									
		8	2									

17	Quanto tempo demorou desde o surgimento da ideia de investimento até à aprovação da candidatura	Cerca de três anos	Quatro anos	Um ano e meio	Um ano	Cerca de nove meses	Meio ano	Ainda não está aprovada	Há jovens que dizem que a ideia surgiu muitos anos antes e só em determinada altura é que decidiram avançar.		
		1	1	2	1	1	1	1			
18	Quais as principais dificuldades sentidas na realização da candidatura	Foi tudo resolvido pela entidade que apresentou o projeto	Documentação exagerada	Dificuldade na instalação	Tempo de indecisão durante a análise da candidatura	Reunir a documentação para apresentação da candidatura	Decisão do que produzir/falta de divulgação	Quantidade de entidades a recorrer	Encontrar formação para jovens	Sugestão de uma entidade que agrupasse tudo	
		1	1	1	1	1	1	3	1		
19	Considera que a Administração Pública deveria simplificar o processo de candidatura	Não tenho razão de queixa	A burocracia é necessária mas em certos pontos deveriam ser mais criteriosos	A candidatura em si não é complicada	A camara deveria simplificar o licenciamento	Só devia ser necessário apresentar comprovativos e licenças depois de aprovado o projeto	O projeto não passou por mim	Deveria haver um meio termo em termos de papeis	Centralização do processo numa entidade	Sim, mas não quer dizer que tudo o que pedem não seja necessário	
		1	1	1	1	1	1	1	2		
20	Em que domínios deveria ser simplificado esse processo	Nenhum/sem opinião	Mais criteriosos	Simplificação da fase inicial e depois pedir os comprovativos e projetos (arquitetura)	Haver um meio termo sem exaustão de papeis	Centralizar numa entidade	Maior ligação/comunicação entre as entidades				
		3	1	1	1	1					
21	Até que ponto seria útil a centralização do processo de candidatura numa única entidade	Sim, facilitava	Muito útil	Uma entidade a coordenar o processo	Se agilizar e facilitar o processo, acho que sim	Poupar-se-ia muito tempo					
		3	2	1	1	1					
22	Que benefícios considera que poderiam decorrer desta centralização	Diminuir o tempo de preparação do projeto	Rentabilização do tempo	Nenhum/Não tem opinião	Sim é importante						
		1	4	2	1						

Tem algum comentário ou sugestão a fazer

1	Não/penso que está a funcionar
2	Os projetos são feitos à medida e não atendem ao estado da agricultura
3	Calculos e orçamentos inflacionados
4	Falta de apoio técnico à implementação
5	Haver maior controlo/acompanhamento da instalação do projeto
6	O processo de análise deveria ser mais rápido, no máximo 2 a 3 meses
7	Muito dinheiro dispendido para elaboração do projeto devido às exigências sem ter certeza de aprovação
8	Deveria haver análise global de todo o processo com base no parcelário
9	As vedações não são elegíveis e muitas vezes são necessárias - análise caso a caso - 2 respostas
10	Agradeço à DRAP a grande disponibilidade
11	Colocar no site um check list com toda a informação de forma simples e clara
12	Articulação entre as entidades
13	Informação permanente sobre o estado da candidatura

Anexo 5 - Análise das entrevistas aos Jovens Agricultores

Análise das entrevistas a Jovens Agricultores com projeto PRODER

Com o objetivo de fazer uma primeira aproximação à temática a abordar, nomeadamente, saber quais as motivações e as principais dificuldades sentidas pelos Jovens Agricultores, que apresentaram candidaturas ao PRODER, foram realizadas oito entrevistas a jovens candidatos. Todos eles possuíam área de residência no Distrito de Leiria e encontravam-se distribuídos equitativamente por género (4 do sexo masculino e 4 do sexo feminino). Para além disso teve-se o cuidado de selecionar jovens com diferentes áreas de projeto.

As entrevistas foram semiestruturadas, seguindo um guião elaborado previamente. Este guião continha vinte e duas perguntas semidirecionadas e uma completamente aberta, na qual, os jovens, poderiam fazer comentários livremente e/ou apresentar sugestões.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, codificadas de A1 a A4 e de B1 a B4 (Anexo 3) e tratadas respeitando o estritamente, a confidencialidade das respostas e o anonimato dos entrevistados. Um tratamento prévio permitiu agrupar as opções de resposta (anexo 4).

Após estes procedimentos começaram a analisar-se as entrevistas, de forma a conhecer melhor as motivações para os projetos e a facilitar a elaboração do inquérito, a aplicar a jovens candidatos a PRODER no último quadro comunitário (entre 2007 e 2013). Dessa forma ficar-se-á a conhecer, de forma mais aprofundada, as dificuldades sentidas pelos indivíduos que apresentaram projeto de Jovem Agricultor na área de atuação da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP Centro).

A primeira questão da entrevista efetuou-se no sentido de confirmar se o jovem tinha apresentado ou se encontrava a preparar um Projeto PRODER de Jovem Agricultor (Tabela A.1).

Questão 1	Resposta	Frequência Absoluta	Área do projeto	Frequência Absoluta
Apresentou ou encontra-se a preparar um projeto PRODER de Jovem Agricultor de...	Apresentei	8	Hortícolas	3
			Frutícolas	3
			Plantas ornamentais	2
			Hidroponia	1
			Helicicultura	1
	Encontro-me a preparar	0		0

Tabela A.1 - Estado da candidatura ao projeto de Jovem Agricultor

Confirmou-se que todos os jovens entrevistados tinham apresentado projeto. Estes projetos distribuíam-se por cinco áreas diferentes, sendo as predominantes as hortícolas e as frutícolas, constantes em três projetos cada. Seguindo-se as plantas ornamentais com dois projetos e a hidroponia e heliciculturas com frequência unitária.

Da análise desta questão pode, ainda, constatar-se que dois jovens (A1 e B1) apresentaram projeto em duas áreas. Assim A1 apresentou um projeto que contemplava a horticultura e a fruticultura e B1 apresentou projeto para frutícolas e plantas ornamentais. Os restantes jovens apresentaram projeto apenas numa área.

Seguidamente questionaram-se, os jovens acerca da forma como surgiu a ideia do projeto (Tabela A.2).

Questão 2	Resposta	Frequência Absoluta
Como surgiu a ideia do projeto	Continuar negócio familiar	5
	Diversificar o negócio familiar	3
	Complementar a atividade profissional	1
	Ter terreno/compra de um terreno	1

Tabela A.2 - Surgimento da ideia do projeto

Da análise desta questão constata-se, claramente que a grande maioria dos jovens entrevistados, eram filhos de agricultores e já trabalhavam na exploração, ajudando os pais no negócio. Assim cinco deles pretendem continuar o negócio familiar e três, diversificar esse negócio, a fim de alargar os mercados de destino.

Apenas A4 e B3 não trabalhavam diretamente na agricultura e, por isso, o primeiro apresentou o projeto no sentido de complementar a sua atividade profissional, recorrendo a mão-de-obra que contratará, para o ajudar no negócio, o segundo possuía um terreno que queria ocupar e, como tinha estudos superiores na área da agricultura decidiu apostar nessa atividade.

No seguimento da questão anterior perguntou-se o que os levou a avançar com o projeto (Tabela A.3).

Questão 3	Resposta	Frequência Absoluta
O que o levou a avançar com o projeto	Conhecer a área	4
	Existirem canais de escoamento	2
	Diversificar/aumentar a produção familiar	1
	Continuar o negócio familiar	1
	Aproveitar um novo nicho de mercado/innovar	1
	Trabalhar a tempo parcial	1
	Aumentar o rendimento disponível	1
	Gosto pessoal pela área	1
	Ter área disponível limitada	1
	Estar desempregado	1

Tabela A.3 - Motivo do avanço do projeto

Como seria de esperar, as respostas a esta questão têm grande ligação à anterior uma vez que a maioria dos entrevistados apresentou motivos relacionados com a continuação do negócio familiar e o conhecimento que têm da área onde se instalam devido ao facto de terem trabalhado como mão-de-obra familiar.

No caso de A3, avançou com esse projeto concretamente porque tinha conhecimentos na área, o pai possuía um pomar e tinha todas as alfaías necessárias, para além disso tinha canais de escoamento. A4 procurou esse projeto por três razões, permitir trabalho a tempo parcial, aumentar o rendimento disponível, servindo como complemento à sua atividade profissional que não é ligada à agricultura e conseguir escoar facilmente o produto, estabelecendo um contrato comercial para exportar toda a

produção. Por fim ainda pretende criar um posto de trabalho com este projeto. B1 apostou na diversificação da produção familiar e na inovação, procurando um nicho de mercado com grande potencial de crescimento. B4 apresentou o projeto por estar desempregado e apesar de ter formação numa área diferente, é filho de agricultores e tem conhecimento na área.

Tentou-se averiguar a fontes de informação dos jovens acerca dos procedimentos da candidatura (Tabela A.4).

Questão 4	Resposta	Frequência Absoluta
Onde procurou informações sobre os procedimentos de candidatura ao projeto	“Zona Agrária/DRAPC”	2
	Engenheiro/ empresa de consultoria e projetos	4
	Internet	2
	Curso de Gestão de Empresa Agrícola/ de Jovem	2
	Agricultor	2
	Produtores com explorações	1

Tabela A.4 - Local de procura de informação

A maioria deles (A3, B1, B2, B3) procurou informação em empresas ou engenheiros que faziam consultoria e projetos. Um dos jovens, B3, para além de procurar informação numa empresa de consultoria e projetos, “(...) decidi aprofundar mais como é que se elaborava um projeto, aumentar o conhecimento mesmo sobre tudo o que envolve [um projeto] e tirei um curso de Gestão de Empresa Agrícola”.

A internet foi o veículo de informação referido por dois jovens (A1,B4), mas A1, teve necessidade de complementar essa informação com outra fonte “Zona Agrária/DRAPC” e A2 recorreu apenas à esta última instituição. A4 limitou-se a procurar um produtor e a obter toda a informação “Através de uma pessoa que tem exploração na helicicultura, já tem alguma experiência e já lá estivemos [ele e a esposa] duas tardes em formação, ver a atividade, para, também, antes de arrancar, ver como é que funciona”.

Cinco dos oito jovens entrevistados procuraram informação num só canal e apenas três recorreram a mais que um local, casos de A1, A2 e B2.

Quando questionados sobre o facto de conseguirem a informação pretendida (Tabela A.5), os Jovens, responderam da seguinte forma:

Questão 5	Resposta	Frequência Absoluta
Teve acesso à informação sobre os procedimentos de candidatura ao projeto	Sim	7
	Nem por isso	1

Tabela A.5 - Acesso à informação

Sete deles referiram que sim, por exemplo, A2 afirmou “antes de apresentar o projeto (...) acho que tive informação suficiente” e B3 salientou “sim, aliás é um curso [Gestão de Empresa Agrícola] fomentado pelo PRODER, onde se aprende a elaborar todo um projeto”. Apenas um dos entrevistados (B1) demonstrou ter ficado baralhado, “(...) sei lá, eu sou sincera, entrei nisto um bocadinho sem saber o que me esperava, (...), tive muitas questões no início mas informei-me bastante, na altura estive a ler a legislação, só que é tudo muito (...), muito burocrático, acho que é muita informação (...)”.

Tentou-se averiguar onde tinham encontrado a informação (Tabela A.6) e verificou-se que a esmagadora maioria dos jovens (A1, A2, A3, B1 e B2) encontraram a informação, para a candidatura, através da entidade/técnico que elaborou o projeto. B1 afirmou “É como digo, essa engenheira é que nos tratou praticamente de tudo, nós não tivemos que fazer grande coisa, até porque ela já tem muita experiência a fazer projetos.” Com exceção de A2 que refere que encontrou informação em dois locais “Na DRAPC e quando fui encaminhado para a pessoa que tratou da elaboração física do projeto e aí fui mais esclarecido”, todos os restantes referem que encontraram informação apenas num local. O que contrasta com a pergunta 4 onde três jovens (A1, B1 e B2), mencionam que procuraram informação em mais que um local.

Questão 6	Resposta	Frequência Absoluta
Onde encontrou essa informação	Internet	1
	Quem fez o projeto	5
	“Zona Agrária/DRAPC”	1
	Produtores com explorações	1
	Curso de Gestão de Empresa Agrícola	1

Tabela A.6 - Local de acesso à informação

Seguidamente cada um dos jovens foi questionado no sentido de saber se considera a informação obtida completa (Tabela A.7).

Cinco dos oito Jovens, responderam afirmativamente, “(...) julgo que tive informação suficiente” referiu A2.

Apesar disso, 37,5%, ou seja três dos entrevistados mencionam não ter tido informação completa acerca dos procedimentos da candidatura. A4, ainda não teve tempo para ter toda a informação, embora já tenha apresentado o projeto “não, não, inclusive agora, a semana passada, entrei em contacto, lá com a senhora, que é para irmos lá na apanha [dos caracóis], porque o que tivemos foi a parte teórica e, pronto, alguma informação daquilo que ele faz, da reprodução. Mas nada de contacto direto, só à base de ver e agora queríamos passar (...) dois fins-de-semana, dois sábados que é quando a gente [o Jovem e a esposa] pode, para vermos a apanha.” B4 refere que a informação não foi completa e apresenta algumas críticas ao processo. “Não, o que falta é explicar o que é um processo de candidatura, é por aí, ou seja quando nós nos dirigimos a várias entidades nós não temos noção de como concretizar as coisas. Passo a explicar, um dos primeiros sítios onde me dirigi foi ao IAPMEI, eles, de agricultura não têm dados nenhuns, não querem sequer saber de agricultura, depois aqui [Delegação Regional da DRAPC] também não temos muita resposta, porquê? As DRAP’s não existem para isso. Quem tenta recolher informação, tenta ir a todos os sítios que nos são disponibilizados, esta falta de informação é desmotivadora.”

Questão 7	Resposta	Frequência Absoluta
Considera a informação obtida completa	Sim	5
	Não	3

Tabela A.7- Nível de informação obtida

Após esta fase, a entrevista focou-se no tipo de investimentos que os jovens efetuaram ou pretendem efetuar (Tabela A.8).

Questão 8	Resposta	Frequência Absoluta
Que tipo de investimentos fez ou pretende fazer	Compra de trator/alfaia	2
	Construção/reparação de estufas	7
	Plantações plurianuais / pomares/vinha	4
	Tanque para armazenamento de água	1
	Sistema de rega	4
	Construção/reparação de escritório/armazém	5
	Estruturas de suporte/tutores	2
	Aquisição de terreno	1
	Câmara de frio	2
	Hidroponia	1
	Equipamento de escritório /faturação	1

Tabela A.8 – Investimentos efetuados/a efetuar

Dos oito jovens entrevistados, sete deles contemplaram nos respetivos projetos a construção ou reparação de estufas. A única exceção foi A3 que apostou apenas na área da fruticultura de ar livre.

Apesar de metade dos entrevistados terem feito plantações plurianuais, três deles apostaram também em hortícolas em estufa.

Ambos os jovens que apostaram em helicicultura (A4 e B3), investiram numa câmara de frio, “(...) uma câmara frigorífica, para armazenamento antes de efetuar o transporte. Como vai ser para o estrangeiro têm de se guardar, tem de se ter alguma quantidade para depois fazer o transporte (...)”, referiu A4.

Para além disto, merece destaque o facto de apenas dois jovens (A1 e B2) adquirirem trator. B3 refere que “não [comprou trator] porque já tinha o do meu pai e, na altura, combinei com ele que iria utilizar a maquinaria dele e por isso resolvi não comprar”.

No que se refere à zona de investimento (Tabela A.9) constatou-se que as explorações dos jovens entrevistados localizam-se nos concelhos de Leiria (4), de Pombal (1), de Alvaiázere (1) e uma exploração dividida entre os concelhos de Leiria e Batalha.

Questão 9	Resposta	Frequência Absoluta
Onde se localiza a zona de investimento	Barreira	1
	Barosa	1
	Caranguejeira	1
	Chãs – Regueira de Pontes	1
	Colmeias	1
	Maceira	1
	Pussos	1
	S. Tiago de Litém	1

Tabela A.9 – Localização da zona de investimento

Da área de abrangência da Delegação de Leiria da DRAP Centro, apenas os Concelhos de Porto de Mós, Ansião e Marinha Grande (com número muito reduzido de explorações agrícola) não se encontravam representados nesta amostragem.

Das freguesias onde estes jovens investiram ou pretendem investir, apenas duas delas são consideradas zonas desfavorecidas, S. Tiago de Litém, que é uma zona desfavorecida com *handicaps* específicos e Pussos, que é uma zona desfavorecida de montanha. Um destes jovens investiu nessa zona uma vez que já era a sua zona de residência e o local onde os pais já tinham exploração. O outro jovem escolheu esse local mesmo sem estar ligado direta ou indiretamente à agricultura, apesar de viver a cerca de 50 quilómetros dessa zona, referindo “atendendo a que é relativamente (...) perto, são 50 quilómetros e hoje a deslocação não é muito [cara] (...), acaba por não demorar muito tempo.” Perante isto podem ter acontecido três situações, ou o jovem comprou o terreno por ser barato, ou por ser em zona desfavorecida e logo contar com maior apoio, ou ambas as hipóteses em conjunto. Com a realização dos inquéritos poder-se-á, eventualmente, esclarecer se os jovens procuram ou não zonas desfavorecidas.

No que se refere a restrições específicas (Tabela A.10), cinco dos oito entrevistados afirmam que o investimento se localiza numa zona REN e RAN e um deles (B2), para além destas duas restrições ainda tinha as de Domínio Público Hídrico (DPH). Foi, ainda curioso constatar que um dos jovens (B1) referiu, “não faço a mínima ideia.”

Questões 10/11	Resposta	Tipo de Restrições	Frequência Absoluta
Essa zona tem algumas restrições especiais. Quais?	Não	-----	2
	Não sei	-----	1
		REN e RAN	5
		Linhas de Agua (DPH)	1

Tabela A.10 – Restrições especiais da zona de investimento

Uma vez que a maioria das zonas de investimento tinham restrições especiais, questionaram-se os jovens no sentido de saber a que entidades tiveram de pedir parecer (Tabela A.11).

Questão 12	Resposta	Frequência Absoluta
A que entidades teve de pedir pareceres	Nenhuma	3
	CCDR	4
	ERRAN	1
	ARH	2
	Câmara Municipal	2

Tabela A.11 - Pedidos de pareceres

Três deles não tiveram que pedir parecer a nenhuma entidade. Dos restantes cinco, quatro tiveram que pedir parecer a duas entidades, assim A1 e A3 tiveram que recorrer à CCDR e ARH, B2 necessitou de parecer da CCDR e da ERRAN. A4 teve que pedir parecer apenas à CCDR.

Tentou averiguar-se de que forma tinha sido feito o estudo da viabilidade técnica e financeira do projeto (Tabela A.12).

Questão 13	Resposta	Frequência Absoluta
Como estudou a viabilidade técnica e financeira do projeto	Arriscando, tentando cumprir um plano	1
	Entidade consultora	4
	Já conhecia o ramo de atividade	1
	Falando com várias pessoas e pesquisando mercados para fazer estimativa	1
	Com ajuda de colegas	1

Tabela A.12 – Estudo da viabilidade técnica do projeto

Metade dos jovens em estudo recorreram diretamente a uma entidade consultora, pois não faziam qualquer ideia como deveria ser feito esse estudo. A2 refere “Foi elaborada pela pessoa que elaborou o projeto. Não estou muito a favor dessa situação porque se faz o projeto à medida da aprovação e não à medida da realidade da instalação”; B1 refere “Foi a Engenheira que tratou de tudo. Sou sincera, eu na altura em que me meti nisto não percebia nada disto (...)”; B2 menciona “(...) quem fez esse trabalho foi o Engenheiro que nos fez o projeto (...)” B4 afirma “Tive que recorrer a uma consultora, porque uma das lacunas precisamente para quem produz é essa outra parte. A viabilidade quer técnica, quer financeira foi feita por pessoas contratadas, por uma consultora (...) não foi um estudo encomendado, por assim dizer, foram estudos feitos à medida. Eu expliquei aquilo que precisava, precisei de procurar no mercado, foi feito um estudo de mercado e daí passamos para a viabilidade técnica”.

Os restantes jovens optaram por soluções diversas: A1 “arriscando, há um plano com mais ou menos desvios que vai sendo cumprido. Quando apresentei um projeto tive que apresentar um plano de viabilidade”; A3 “a viabilidade técnica é simples, já tinha um pomar em produção e por isso não tinha grandes dúvidas em termos técnicos havia viabilidade. Em termos financeiros (...) teve que se apertar um bocado o cinto, como se costuma dizer e pronto, recorri a algumas economias que tinha, recorri também a empréstimos a nível familiar (...) e pronto lá se instalou”; A4 refere que “dentro dos conhecimentos que adquiri, falando com a pessoa em concreto. (...) falei com a pessoa, pois sem o escoamento do produto nada feito (...) uma parte do investimento vai ser suportado pelo banco, com algum capital nosso, embora agora já não seja muito, atendendo ao investimento no terreno. Depois a parte que é dada pelo incentivo do projeto. Fiz uma estimativa de quanto tinha que produzir para ser rentável”

B3 pediu ajuda a um colega “(...) como não sentia capacidade a 100% de me envolver sozinha na parte mesmo da elaboração do projeto, pedi ajuda a um colega, que também está ligado aos projetos, para me ajudar a fazer o estudo de viabilidade do projeto e ver qual era a rentabilidade, no fundo, de toda esta atividade e foi com ele que chegamos, no fundo, a um parecer positivo de toda a atividade.”

Questionaram-se todos os jovens no sentido de saber a que entidade tinham recorrido para a elaboração do estudo de viabilidade a apresentar no projeto (Tabela A.13).

Questão 14	Resposta	Frequência Absoluta
A que entidades recorreu para a elaboração dos estudos de viabilidade	Entidade Consultora / Gabinete de Projetos	4
	Engenheiro	3
	Colega	1

Tabela A.13 – Entidades elaboradoras do estudo de viabilidade

Apesar do estudo inicial, em alguns casos, ser feito pelos jovens, noutros casos nem sequer ter havido qualquer estudo, todos tiveram que apresentar um estudo de viabilidade técnico-financeiro na candidatura ao projeto. Por isso recorreram a técnicos, quer de entidades consultoras (quatro), quer profissionais liberais (3).

Apenas um jovem B3, elaborou o projeto recorrendo a ajuda de um colega “(...) apenas pedi ajuda de uma pessoa conhecida”.

Relativamente aos mercados de destino obtiveram-se as respostas de acordo com a Tabela A.14

Questão 15	Resposta	Frequência Absoluta
Já identificou os mercados de destino dos produtos	Adegas	1
	Contrato comercial com entidade privada	1
	Cooperativas de frutas	2
	Exportação	1
	Familiares já tinham escoamento	2
	Lojas	1
	Média distribuição	1
	Mercados abastecedores	1

Tabela A.14– Mercados de destino dos produtos

Dos jovens entrevistados, mesmo os que não tinham o projeto aprovado, já tinham acautelado o mercado de destino dos produtos.

Assim alguns deles referiram: A2 “Já tinha parte da estrutura comercial, era a mesma da minha mãe, só que havia e julgo que ainda há espaço para maior produção; B1 – “Sim, (...), os meus pais já tinham uns viveiros, clientes não falta, não fazemos a mesma coisa, (...), aquilo que eles não conseguem produzir, eu produzo, tentando complementar” e B3 “sim, já tenho um contrato comercial que, durante 5 anos ele compra toda a produção para exportação da mercadoria.”

Apenas um dos entrevistados (A1) referiu ter mais que um mercado de destino, neste caso, três, “tinha a Cooperativa das Frutas, Adega da Batalha e as lojas da minha Irmã.”

Quando questionados se conheciam os canais de distribuição (Tabela A.15), todos referiram que sim. Sendo que dois deles usaram diretamente os canais que os pais já tinham, A2 “sim, no fundo era continuar o trabalho da minha mãe mas numa escala maior” e B1 “sim, sim, pronto, eles [os pais] já estavam dentro do assunto”.

Questão 16	Resposta	Frequência Absoluta
Já sabe quais os canais de distribuição desses produtos	Sim	8
	Continuação do trabalho de família em maior escala	2

Tabela A.15 – Conhecimento dos canais de distribuição

Relativamente ao tempo que demorou desde o surgimento da ideia de investimento até à aprovação da candidatura, os jovens deram as respostas constantes da Tabela A.16.

Questão 17	Resposta	Frequência Absoluta
Quanto tempo demorou desde o surgimento da ideia de investimento até à aprovação da candidatura	Ainda não está aprovada	1
	Meio ano	1
	Nove meses	1
	Um ano	1
	Um ano e meio	2
	Cerca de 3 anos	1
	Quatro anos	1

Tabela A.16– Tempo decorrido entre o surgimento da ideia e a aprovação da candidatura

De todos os jovens entrevistados, apenas uma das candidaturas (A4) ainda não está aprovada.

Alguns dos jovens demoraram muito tempo desde o surgimento da ideia até à aprovação do projeto, casos de: A1, “Demorou muito, cerca de três anos. Foi dos primeiros a ser aprovados mas esteve tudo atrasado”; A2 “ a ideia começou em 2002 (...) Quatro anos”, este jovem só apresentou a candidatura passado muito tempo de surgir a ideia e B4 – “(...) demorou muito tempo, demorou quase um ano e meio, desde que foi submetida a candidatura até que foi aprovada. A ideia surgiu há muito tempo, mas para ser justa, desde o surgimento da ideia a concretizar, até que foi feita a aprovação posso afirmar que foram cerca de quatro anos.”

Houve dois jovens que demoraram cerca de um ano e meio: A3 “desde a ideia até à submissão da candidatura não foi muito tempo, uma questão de seis meses no máximo (...) depois de submeter o projeto, até à aprovação foi (...) um ano. No total foi um ano e meio que demorou” e B2 “ a ideia já vinha de há muito tempo, só que tínhamos andado a adiar um bocadito, mas no ano passado em janeiro começamos a falar e a tratar das coisas. Por isso até aquela altura demorou cerca de oito meses, talvez um pouco mais. Até termos a certeza que era aprovado foram cerca de nove meses, desde janeiro a setembro.”

Por fim, dois deles referiram que desde que pensaram seriamente em apresentarem candidatura até que esta foi aprovada demoraram até um ano: B1 “Acho que foi para aí um ano, mais ou menos” e B3” foi uma questão de alguns meses [até à aprovação da candidatura], embora no nosso pensamento já andasse há muitos anos...demorou talvez meio ano”.

No que concerne às principais dificuldades sentidas na realização da candidatura (Tabela A.17), os jovens apresentaram sete dificuldades como sendo as principais, dados que dois jovens (A1 e B1) dizem que foi tudo resolvido pela entidade que apresentou o projeto e por isso não tiveram quaisquer dificuldades nestas fases.

Questão 18	Resposta	Frequência Absoluta
Quais as principais dificuldades sentidas na realização da candidatura	Tudo resolvido pela entidade que apresentou o projeto	2
	Falta de informação/saber onde se dirigir	1
	Quantidade de entidades a recorrer	2
	Reunir a documentação para apresentar candidatura	2
	Tempo de indecisão durante a análise do projeto	1
	Tempo decorrido desde a assinatura do contrato até receber apoio	1
	Dificuldades depois da instalação	1
	Encontrar formação para jovens	1

Tabela A.17 - Principais dificuldades na realização da candidatura

Das sete principais dificuldades destaca-se a quantidade de entidades a recorrer (A4 e B2), que pode ser associada com a falta de informação/saber onde se dirigir (B3), e as dificuldades para reunir a documentação (B2 e B4). Refira-se que B3 menciona o seguinte: “É assim, as dificuldades sentidas, é uma questão às vezes de encontrar os sítios certos que nos levem a determinados, no fundo, caminhos que às vezes por falta de informação, ou não estar a contactar com os meios mais diretos e talvez por isso tenha levado mais algum tempo (...)”.

As restantes dificuldades referem-se a questões de análise do projeto, caso de A3 “...a maior dificuldade que eu tive foi que, eu estive ali um ano e meio à espera sem saber se ia ser aprovado ou não ia, se ia demorar muito tempo ou não, foi um período, pronto, digamos assim, crítico, porque não sabia o que havia de fazer (...) aquilo esteve em análise e a única coisa que me diziam é que tinha que esperar” e questões pós aprovação do projeto (A2 e B2). A2 refere “(...) a dificuldade está depois da instalação”. Ainda nesta questão (pós instalação) refira-se B2, o jovem que mencionou ter sentido maior número de dificuldades no projeto “(...) as principais dificuldades, foram algumas, mas não houve assim nada de grave, foi mais a papelada que tivemos que tratar, mais as autorizações da REN e RAN e foram esses papéis [pareceres] que demoraram mais tempo (...) agora a dificuldade maior será a formação [de Jovem Agricultor].

B1 refere outra dificuldade “(...) o que lhe posso dizer, é que desde a altura de assinarmos o contrato até receber o apoio estivemos muito tempo, demorou muito tempo até que o apoio viesse.”

Quando questionados acerca da Administração Pública dever ou não simplificar o processo de candidatura, as respostas não são diretas mas podem agrupar-se nas opções presentes na Tabela A.18.

Questão 19	Resposta	Frequência Absoluta
Considera que a Administração Pública deveria simplificar o processo de candidatura	O projeto não passou por mim	1
	Não tenho razão de queixa	1
	A candidatura em si não é complicada	1
	A burocracia é necessária mas deveria ser mais criteriosa	1
	Deveria haver “meio-termo” nos papéis	1
	A câmara deveria simplificar o licenciamento	1
	Só deveria ser necessário apresentar comprovativos e licenças depois de aprovado o projeto	1
	Sim, não quer dizer que o que pedem não seja necessário	1
	Centralização do processo numa entidade	2

Tabela A.18 - Possibilidade de simplificação da candidatura

De todos os entrevistados, cinco referem que o processo deveria ser simplificado, um menciona que o projeto não passou por ele e os restantes dois acham a candidatura não é complicada (A3) ou não têm razão de queixa (A1).

Dos cinco que referem que o processo deveria ser simplificado, dois deles mencionam que o processo deveria ser centralizado numa entidade (A4 e B3). B3 refere "(...) talvez as coisas ainda estejam um pouco agarradas ao passado, talvez a umas estruturas muito rígidas. Talvez daqui para a frente se pudesse tentar com que haja um sítio, onde, nesse sítio conseguíssemos conjugar todas as informações, todas as necessidades do processo, no fundo conseguir com que todas as coisas demorem muito menos tempo." A4 vai mais longe nas sugestões, mencionando a centralização, a simplificação no licenciamento e a apresentação de licenças e comprovativos apenas após a aprovação do projeto "(...) eu acho que deve ser centralizado [o processo] nas câmaras (...) a câmara responde às entidades o que ela acha, dando pareceres mas coisas mais simples porque eles acabam por pedir plantas, o que encarece o projeto (...) eu acho muito bem que devem ser fiscalizados todos os incentivos, tudo deve ser alvo de acompanhamento e fazer cumprir, agora é que se deve simplificar a quem quer fazer e não haver tanta burocracia no início e assim, quando se vai assinar o projeto que nós já temos a certeza que o projeto já está aprovado, dizer assim, agora os senhores têm vinte, ou trinta, ou quarenta e cinco dias para entregar os documentos todos em falta (...)".

À questão em que domínios deveria ser simplificado (Tabela A.19), os três jovens, que na pergunta anterior, tinham respondido que não consideravam a candidaturas complicada/não tinham razão de queixa, não apontam nenhum domínio a simplificar, como seria de prever.

Questão 20	Resposta	Frequência Absoluta
Em que domínios deveria ser simplificado o processo	Nenhum/sem opinião	3
	Mais criterioso	1
	Simplificação na fase inicial	1
	Haver um meio-termo sem exaustão de papéis	1
	Centralizar numa entidade	1
	Maior ligação/comunicação entre as entidades	1

Tabela A.19 - Domínios de simplificação da candidatura

Os restantes jovens respondem em consonância com a resposta à questão anterior.

Refira-se que um dos entrevistados que tinha mencionado a centralização numa entidade, na pergunta anterior (B3) "(...) no fundo no sentido de centralizar numa entidade, havendo um gabinete de apoio mas que estivesse interligado, tal e qual como um balcão do cidadão, que hoje já existe, com as novas tecnologias tudo se torna mais fácil."

O outro dos jovens que tinha como uma parte da resposta a centralização (A4), acaba por frisar principalmente a simplificação inicial do projeto.

Para além destas opções, surge uma resposta no sentido da coordenação entre entidades (B4) " Tudo aquilo que nós temos que apresentar, tudo aquilo que nos é exigido para a candidatura, no projeto, faz sentido. Eu não acho, neste momento, olhando para trás, que haja documentos supérfluos. Acho que

deveria haver maior articulação entre entidades porque acabam por nos exigir determinadas coisas que são incongruentes, pois uma depende da outra e depois se temos a segunda porque havemos de ir buscar a primeira, entende? Este encadeamento de informação não é assim tão linear.”

Quando questionados sobre a possível utilidade da centralização do processo de candidatura numa única entidade (Tabela A.20), os jovens responderam afirmativamente de forma praticamente unânime.

Questão 21	Resposta	Frequência Absoluta
Até que ponto seria útil a centralização do processo de candidatura numa única entidade	Muito útil	2
	Poupar-se-ia muito tempo	1
	Sim, facilitava	3
	Uma entidade a coordenar o processo	1
	Se agilizar o processo acho que sim	1

Tabela A.20 - Utilidade da centralização do processo de candidatura

Apenas um deles (A3) não tem certeza de que seja a melhor opção e por isso responde “(...) se acelerar o processo acho que sim, se facilitar acho que sim, no meu caso concreto tenho facilidade em pedir esses pareceres, acho que não é relevante, o que deveria ser mais rápido é o tempo de análise.”

No que se refere a benefícios que essa centralização poderia trazer, são mencionados na Tabela A.21

Questão 22	Resposta	Frequência Absoluta
Que benefício considera que poderiam decorrer desta centralização	Rentabilização do tempo	3
	Diminuir o tempo de preparação do projeto	2
	Sim é importante...	1
	Nenhum/não tem opinião	2

Tabela A.21 - Benefícios decorrentes da centralização

Da análise desta tabela constata-se que a maioria dos jovens entrevistados (cinco) consideram como principais benefícios: a rentabilização do tempo (A1, B1 e B3) e a diminuição do tempo do projeto (B2 e B4).

Para além disso há mais um jovem (A4) que diz que é importante mas vê algumas dificuldades nessa implementação “Sim, é importante, agora não sei até que ponto eles depois vão ter em conta, eu acho que se a legislação for englobada dentro de um todo para o projeto agrícola neste caso, porque depois lá está, remetem para o regulamento das urbanizações e cada zona é uma, está um pouco complexo (...)”

Apenas dois jovens (A2 e A3) não apresentam qualquer opinião sobre o assunto.

No fim da entrevista existia uma pergunta aberta para saber se, os jovens tinham algum comentário ou sugestão a fazer.

Analisando as respostas fez-se uma síntese dos principais comentários e sugestões que são apresentados na Tabela A.22.

Questão 23	Resposta	Frequência Absoluta
Comentários/ sugestões	Articulação entre as entidades	1
	O processo de análise deveria ser mais rápido, no máximo 2 a 3 meses	1
	Deveria haver análise global de todo o processo com base no parcelário	1
	Muito dinheiro despendido para elaboração do projeto devido às exigências sem ter certeza de aprovação	1
	Os projetos são feitos à medida e não atendem ao estado da agricultura	1
	Cálculos e orçamentos inflacionados	1
	Haver maior controlo/acompanhamento da instalação do projeto	1
	Colocar no site um check list com toda a informação de forma simples e clara	1
	Informação permanente sobre o estado da candidatura	1
	Falta de apoio técnico à implementação	1
	As vedações não são elegíveis e muitas vezes são necessárias - análise caso a caso - 2 respostas	2

Tabela A.22 - Comentários/Sugestões

Globalmente estes comentários/sugestões podem ser agrupados em quatro grandes categorias:

- Simplificação e desburocratização com articulação entre entidades;
- Disponibilização de informação clara e concisa para a elaboração da candidatura e possibilidade de consulta permanente do estado de análise do projeto;
- Maior rigor na análise e aprovação de projetos de forma a serem adequados à realidade do mercado e da agricultura portuguesa;
- Mais apoio técnico à implementação dos projetos no terreno;
- Tornar alguns investimentos elegíveis como é o caso das vedações, que deveriam ser analisados caso a caso.

Após a análise global das entrevistas efetuadas aos Jovens Agricultores pode referir-se que, dos oito jovens, todos eles tinham apresentado candidatura, com destaque especial para as áreas das culturas hortícolas e culturas frutícolas, cada uma presente em três projetos. Destaque-se o facto de haver dois jovens cujo projeto contemplava duas áreas (A1 em horticultura e fruticultura e B1 em fruticultura e plantas ornamentais). Estes jovens são, maioritariamente, filhos de agricultores e por norma, já trabalhavam na exploração como mão-de-obra familiar, sendo o principal objetivo do projeto a continuação do negócio familiar.

Para a apresentação do projeto, a maioria dos entrevistados procurou e obteve informação junto das empresas ou engenheiros que elaboravam projetos. No entanto quase quarenta por cento destes indivíduos consideram a informação que lhes foi facultada como incompleta.

No que se refere aos investimentos efetuados, constata-se que sete, dos oito projetos, contemplaram a construção ou reparação de estufas, e a localização destes investimentos foi em zonas não desfavorecidas (apenas dois projetos contemplavam investimento em zona desfavorecida).

No que concerne a restrições específicas, cinco dos jovens mencionam que o investimento se localiza em zona REN e RAN e um deles, para além destas duas restrições ainda tinha Domínio Público Hídrico. Um dos jovens entrevistados revelou desconhecer as restrições aplicáveis à zona de investimento. Assim, quatro dos entrevistados tiveram que pedir parecer a duas entidades e um teve que pedir um parecer, os restantes três não tiveram necessidade de pareceres de qualquer entidade.

Para o estudo da viabilidade técnica e económica, quatro recorreram a entidades consultoras e três a profissionais liberais. Entre os entrevistados, apenas um elaborou e apresentou candidatura sem ajuda especializada, embora tenha recorrido ao auxílio de uma pessoa conhecida.

Todos os entrevistados referem já terem acautelado o mercado de destino dos produtos, mesmo no caso do jovem cujo projeto ainda não estava aprovado.

Relativamente ao tempo decorrido desde o surgimento da ideia até à aprovação do projeto, mais de 60% (62,5%) dos entrevistados referem que decorreu entre meio ano e um ano e meio.

Das sete principais dificuldades para a realização da candidatura destaca-se a quantidade de entidades a que tiveram de recorrer, associada à falta de informação do local onde se dirigir e dificuldades para reunir a documentação necessária. Cinco dos entrevistados consideram que o processo deveria ser simplificado e dois destes referem que deveria ser centralizado numa única entidade, funcionando como um gabinete de apoio, "...tal como um balcão do cidadão..." (B3) e um deles que deveria haver maior coordenação entre entidades. As grandes vantagens apontadas com essa simplificação seriam a rentabilização do tempo (A1, B1 e B3) e a diminuição do tempo do projeto (B2 e B4).

Para além de todas as simplificações propostas são feitas duas sugestões de um âmbito diferente mas que devem ser focadas: a necessidade que alguns jovens sentiram de apoio técnico à implementação dos projetos no terreno e o facto de se ponderar tornar elegíveis alguns investimentos, como é o caso das vedações.

Anexo 6 - Guião de entrevistas aos Técnicos Analistas das Divisões de Investimento da DRAP Centro

Guião de entrevistas aos Técnicos Analista das Divisões de Investimentos da DRAPC

1. No seu caso, na divisão de investimento, analisa maioritariamente projetos de JA?
 - a. Em que áreas?
2. Há quanto tempo analisa projetos de JA?
3. O processo de análise foi sempre o mesmo ou sofreu alterações?
 - a. Quais?
 - b. Acha que essas alterações simplificaram o processo?
 - c. Em que aspetos?
4. Na sua opinião quais são as principais razões que levam os jovens a candidatarem-se a um projeto?
5. Quanto tempo demora, em média, a ser analisado um projeto de JA?
6. Qual a sua perceção acerca da taxa de aprovação dos projetos de JA?
7. Pensa que o processo funciona bem?
 - a. Porquê?
8. Quais são as principais falhas detetadas nos projetos JA?
9. Quais os aspetos em que sente que os jovens têm mais dificuldades para a apresentação de candidatura a JA?
10. Pensa que o processo desde a candidatura até à instalação do JA corre bem?
 - a. Porquê?
11. Entre os candidatos, há quem aponte o excesso de burocracia como um defeito do processo de candidatura. Concorda?
 - a. Porquê?
12. Quais são, a seu ver, os principais aspetos onde o processo apresenta mais falhas?

- a. Porquê?
 - b. O que se poderia fazer para as reduzir ou minimizar?
13. Proporia algumas alterações no processo de candidatura com vista à simplificação?
- a. Quais?
14. E no processo de análise dos projetos?
- a. Quais?
15. Qual a sua perceção acerca dos pedidos de pagamento, costumam ficar condicionado a alguns requisito específicos?
- a. Quais?
16. Acha que há uma boa coordenação entre as entidades intervenientes no processo?
- a. Porquê?
17. O que acha da centralização de todo o processo numa entidade que fizesse a coordenação entre todas as entidades intervenientes e onde os candidatos se pudessem dirigir para obter informação ou para resolver qualquer questão relacionada com a candidatura?
- a. Que vantagens poderia trazer?
18. Na sua opinião qual seria a entidade mais adequada para essa centralização?
- a. Porquê?
19. O que acha do acompanhamento que é feito aos Jovens Agricultores durante a sua instalação?
20. O que acha da forma como se processam os pedidos de pagamento?
21. Quer deixar mais alguma sugestão?

**Anexo 7 - Transcrição das entrevistas aos Técnicos Analistas das
Divisões de Investimento da DRAP Centro**

Transcrição das entrevistas aos Técnicos Analistas da Divisão de Investimento da DRAP Centro

T1

1. No seu caso, na divisão de investimento, analisa maioritariamente projetos de JA?

Eu analiso de jovens agricultores, de investimentos de pequena dimensão e de modernização e capacitação das empresas, ou seja, pronto, além dos de jovens, são os investimentos de pequena dimensão que vão até aos 25 000 €, na área de produção agrícola, e também os referentes à modernização e capacitação de empresas que são projetos com investimento superior aos 25 000 €.

Temos bastantes [projetos] de pequenos investimentos, que são assim maioritariamente, depois vêm os de jovens e a seguir os de modernização.

Os projetos de jovens devem andar mais ou menos pelos 30% do total de projetos que analiso.

2. Há quanto tempo analisa projetos de JA?

Desde este quadro comunitário, portanto desde 2009, porque o quadro começou mais tarde, devia ser a partir de 2007 mas só se realizou, os primeiros, entraram em 2009.

3. O processo de análise foi sempre o mesmo ou sofreu alterações?

Não, foi sofrendo alterações, houve uma altura em que houve uma simplificação. Pronto, eu, comecei neste quadro comunitário a analisar projetos, com análise SIG, por sistemas de informação geográfica, portanto, depois esse processo constatamos que era um processo muito, pronto, havia poucos técnicos, na altura para fazer esse tipo de análise, e então simplificou-se e depois houve uma base informática da parte do IFAP nesse sentido, na parte de análise SIG e simplificou bastante. Isso foi a primeira etapa em termos de simplificação relativamente aos projetos, depois também com a entrada desta nova gestora do PRODER também houve simplificação em termos de documentação e abreviou bastante em termos de processo de análise, eu acho que ficou bastante melhor.

Um exemplo, inicialmente eram pedidos documentos de titularidade, por exemplo, depois simplificou-se, usando só como base o parcelário, isto foi um dos exemplos, depois, o que é que houve mais em termos de documentos? Eu acho que houve uma simplificação bastante acentuada nessa parte do controlo documental.

4. Na sua opinião quais são as principais razões que levam os jovens a candidatarem-se a um projeto?

Nesta fase, eu acho que é um bocadinho a falta de emprego, tanto que constatamos que há jovens de outras áreas, licenciado em outros cursos [que não ciências agrárias] e que atualmente estão-se a candidatar a esta área. Talvez um bocadinho por falta, pronto, de conseguirem emprego na área deles e então, acharem que a agricultura é talvez, pronto, um futuro, solução. Talvez, a falta de emprego e eu acho que a produção primária tem que ser aposta, tanto na agricultura como nas pescas.

5. Quanto tempo demora, em média, a ser analisado um projeto de JA?

Isso depende um pouco, porque é assim, depende da dimensão, digamos assim do projeto, não é? E também das próprias culturas, se são culturas já mais tradicionais em que a gente tem já um conhecimento, pronto, é mais abreviado. Se é uma nova cultura, obriga a que haja uma pesquisa sobre essa nova cultura e demora um pouco mais tempo. E não só isso, também depende, às vezes há candidaturas que aqui chegam e não estão devidamente formalizadas, e por isso demoram mais tempo porque temos que andar a pedir documentação, temos que pedir esclarecimentos e aí o processo demora um pouco mais.

6. Qual a sua perceção acerca da taxa de aprovação (pareceres favoráveis) dos projetos de JA?

A taxa, aqui, também estou a falar um pouco por mim, eu tento sempre resolver as situações de modo a ajudá-los e de modo a que o projeto consiga ter parecer favorável, se estiver devidamente formalizado há pormenores que a gente pode, com um pedido de esclarecimento, solucionar e resolver de modo a que a candidatura não caia, não é? É evidente que quando está mesmo mal formalizada, eles têm que a reformular, mas a taxa de aprovação é bastante elevada, na ordem de ... 80 a 90%, dos que eu analiso, mais ou menos.

7. Pensa que o processo funciona bem?

Eu acho que há coisas que podiam ser melhoradas e acho que este novo quadro, pelos menos do que eu ouvi falar, como pretendem que vá funcionar, já vai resolver algumas delas, uma delas tem a ver com, fala-se em ajudas forfetárias, que, pronto, os investimentos estarem tabelados, acho que torna muito mais uniforme o critério de análise por parte dos técnicos analistas. Acho que ajudaria muito mais porque o critério é mais uniforme e além disso, depois na parte dos pedidos de pagamento se forem mais ou menos no sentido do que são atualmente os VITIS, escusavam de haver documentos de despesa, era dada uma verba, não é? E nesse sentido escusava de haver aqui os documentos de despesa que acabam por atrasar um pouco o processo. Eu acho que era muito mais rápido. Portanto, se for feito nesse sentido, eu acho que sim, não é, desde que as contas de culturas sejam bem-feitas e se consigam, pronto, apurar bem os valores desses investimentos, eu acho que vai simplificar bastante, tanto na parte da análise, como depois na parte posterior dos pedidos de pagamento.

8. Quais são as principais falhas detetadas nos projetos JA?

Há muitas falhas em termos de formalização dos projetos, eu acho que os projetistas que fazem os projetos, às vezes falham bastante, em termos da forma como chegam as candidaturas aqui à Direção Regional, e também falham às vezes em termos de documentos e mesmo nos pedidos de pagamento. Ainda continuam a vir formulários mal preenchidos, faltam documentos, eles não verificam, porque depois há ali, documentos, mesmo em termos de prorrogações de datas e pronto, tudo isto acaba por complicar. Eu tenho ali imensos pedidos de pagamento a aguardar que esteja o processo completo, por falha de documentos, bastavam os projetista, pronto, estarem um bocadinho mais atentos e verificarem se toda a documentação que chega aqui é aquela que deveria chegar. Está a ver e acho que não há essa preocupação por parte deles, mesmo a ajudá-los, eu acho que, eu pelo menos, falo por mim e pelo meu colega, a gente tem tentado sempre telefonar-lhes e dizer-lhes vejam lá, faltam estes documentos, pronto, ainda agora, eu tenho aqui o caso de um parecer camarário que não vem descrito qual é o investimento concretamente, está a ver? Poderia ter havido mais cuidado no sentido de trazer logo a documentação correta ou uma declaração da câmara, anexa à licença da câmara, que me permitisse verificar que aquele era o investimento. Por exemplo aqui diz ampliação, alteração, e poderia vir logo a dizer que esta licença se referia ao investimento. Uma declaração da câmara e pronto, falha, assim coisas e que às vezes atrasam bastante os processos.

Em minha opinião, isto é uma opinião pessoal, acho que a Direção Regional deveria ter, mas isso é uma coisa que eu já venho a defender há muito tempo, deveria ter uma extensão rural, ou seja, eu acho que deveria haver técnicos especializados em determinadas áreas, por exemplo aqui esta região, aquelas que, eu também sou um bocadinho mais apologista dos sistemas de produção tradicionais, apostarmos na qualidade e naquilo que queremos realmente produzir, haver uma linha que dissesse assim, eu aqui nesta zona quero fazer isso, por exemplo aqui nesta zona implanto olivicultura e vou plantar e vou apoiar, portanto os investimentos nestas áreas e nestas culturas concretamente e haver logo estruturas de escoamento que permitissem logo escoar os produtos, porque o que deteto é que as pessoas também se queixam muito a nível de comercialização, eu penso que as pessoas muitas vezes metem os projetos, ainda sem, pronto, têm uma ideia mas, por vezes já falaram até com estruturas de comercialização e eles já têm uma parte que devem fomentar essas estruturas de comercialização, mas acho que isso não está bem assente, e eu acho que eles vão ter muita dificuldade a nível de escoamento do produtos, há casos e casos, há casos em que não mas de um modo geral, o que nós ouvimos muito, não só nos jovens mas nos outros projetos também, queixam-se muito a nível depois da parte de escoar o produtos. Outra coisa que eu penso que vai ser feita também no próximo quadro comunitário e que também pode funcionar corretamente, é darem um nível de apoio suplementar a quem pertencer a organizações de produtores, porque se eles se unirem, pronto, nós temos um grande problema que é mudar mentalidades, porque é difícil, mas eu acho que se as pessoas se associassem tinham um maior poder negocial, tanto em termos de escoamento dos produtos, como na compra dos fatores de produção, pronto, essa ideia de dar uma maior ajuda a quem esteja associada a uma organização de produtores, é um bocadinho nesse sentido. No novo quadro penso que eles estão a pensar em dar uma maior percentagem de ajuda às pessoas que pertençam a associações de produtores e eu penso que aí, é outro ponto que também é essencial. Estávamos a falar de haver também estruturas de apoio técnico, se calhar a esses jovens agricultores, atualmente, eu sei que por exemplo aqui, a nossa delegação, que corresponde às ex-zonas agrárias, estão a apoiar alguns desses jovens, estão a visitar as explorações e a apoiar os jovens prestando-lhes algum tipo de apoio nesse sentido, eu acho que era bom que as Direções Regionais tivessem núcleos de apoio com técnicos especializados em cada uma das áreas. Mas principalmente nas principais aqui da zona, por exemplo na olivicultura, na viticultura, na parte da pecuária, núcleos concretos que pudessem apoiar esses jovens e as estruturas de comercialização também é uma parte que se podia pensar, é que se tivéssemos na região, zonas concentradas de grande produção e os pudessem escoar, nós neste momento temos as adegas cooperativas e estruturas que se calhar não estão a agilizar bem o processo, penso que há muito a trabalhar nessa área.

9. Quais os aspetos em que sente que os jovens têm mais dificuldades para a apresentação de candidatura a JA?

Maioritariamente são projetistas que apresentam, elaboram essas candidaturas, que as formalizam, digamos assim, que as inserem no sistema informático e que também, depois fazem os processos de pedidos de pagamento. Agora, pronto, as dificuldades, as dificuldades, é isso, eu acho que eles deviam ter mais apoio, e técnicos especialistas nessas tais áreas, agora a dificuldade é um bocadinho difícil para mim perceber qual é a documentação que causa mais problemas, a parte burocrática, porque essa parte é tratada diretamente com os projetistas, pronto, claro que quando faltam documentos, nós informamos tanto para o promotor como para os projetistas e quando há alguma incoerência no processo, nós tentamos contactá-lo e perceber o que é que se passa, mas basicamente é isto.

10. Pensa que o processo desde a candidatura até à instalação do JA corre bem?

É isso, pode sempre correr melhor, porque ao longo do processo, a gente vai-se apercebendo de determinadas coisas que poderiam ser melhoradas, e aquelas que eu falei, que estão a

pensar fazer no próximo quadro comunitário que irá agilizar um bocado no sentido burocrático, que talvez com essa parte que eu estava a dizer com a ajuda fortetária ia ajudar bastante, porque o processo ia ficar mais ágil, havendo tabelas e os investimentos tabelados e não havendo tanta divergência mesmo depois em termos de análise e depois essa parte também de dar maior majoração às organizações de produtores, porque acho que é isso que se pretende no futuro.

11. Entre os candidatos, há quem aponte o excesso de burocracia como um defeito do processo de candidatura. Concorda?

É assim, também há sempre documentos que são necessários, não é? Claro que para eles, talvez não seja fácil, isso também depende um bocado de projetos, há projetos que acarretam um maior grau de complexidade em termos de documentação, por exemplo, se for feita uma construção, tem que se fazer o licenciamento, porque claro, nós, como estado, vá temos que nos certificar que o processo está todo legal, mas eu também acho que isto é a minha opinião, eu noto que em termos de licenças camarárias, a culpa não se deve só a nós, porque há outros organismos que demoram muito, por exemplo a passar uma licença camarária, demora imenso tempo. Nós temos prazos e por vezes têm que se fazer prorrogações de prazos, porque estão à espera da licença, por exemplo, os recursos hídricos, demoram imenso tempo a passar [autorização], tenho ali um processo já há imenso tempo a aguardar porque estão à espera de autorização para usarem água da barragem, pronto, há determinados processos que também demoram mais tempo e dificultam porque essas próprias entidades demoram muito tempo a passar esses mesmos documentos. Mas é necessário porque a gente tem que salvaguardar e saber que estes processos estão devidamente legalizados. Agora devia-se talvez responsabilizar um bocado essas entidades no sentido de acelerar esses documentos porque são para projetos que estão aqui a aguardar, no sentido de agilizarem também um bocado esses processos.

12. Quais são, a seu ver, os principais aspetos onde o processo apresenta mais falhas?

Pois acho que no nosso país deveríamos trabalhar um bocado mais em conjunto, acho que temos um bocado esse defeito, temos que alterar um bocadinho as nossas mentalidades, é o que eu acho que às vezes as coisas não funcionam tão bem por isso. E como não dependemos só de nós, é difícil, isto é uma cadeia, não é? Se todos funcionarem bem, as coisas funcionam bem. E é talvez isso, as pessoas sentarem-se, conversarem entre entidades que estão aqui inseridas neste processo e talvez as coisas possam ser agilizadas de outra forma.

13. Proporia algumas alterações no processo de candidatura com vista à simplificação?

Era isso, era talvez as entidades sentarem-se um pouco e tentarem acelerar esse processo, dentro da casa já se faz, por exemplo, nós temos o processo de licenciamento pecuário, o REAP e nós quando contactamos com os colegas, eles agilizam o processo e fazem-no rapidamente, agora com as outras entidades, como não estão aqui dentro da Direção Regional é mais complicado, portanto agilizar esse processo. Às vezes já me tem acontecido eu ligar para essas entidades no sentido de acelerar o processo, mas acho que não é a mim que me compete, acho que devíamos todos conversar um pouco e não só nós Direção Regional.

14. E no processo de análise dos projetos?

È isso que eu tinha referido, relativamente ao novo quadro, aquilo que se pretende fazer, se as coisas forem no sentido daquilo que eu penso, eu penso que ainda vai melhorar mais o processo.

[Resposta da questão 7:].

Eu acho que há coisas que podiam ser melhoradas e acho que este novo quadro, pelos menos do que eu ouvi falar, como pretendem que vá funcionar, já vai resolver algumas delas, uma delas tem a ver com, fala-se em ajudas forfetárias, que, pronto, os investimentos estarem tabelados, acho que torna muito mais uniforme o critério de análise por parte dos técnicos analistas. Acho que ajudaria muito mais porque o critério é mais uniforme e além disso, depois na parte dos pedidos de pagamento se forem mais ou menos no sentido do que são atualmente os VITIS, escusavam de haver documentos de despesa, era dada uma verba, não é? E nesse sentido escusava de haver aqui os documentos de despesa que acabam por atrasar um pouco o processo. Eu acho que era muito mais rápido. Portanto, se for feito nesse sentido, eu acho que sim, não é, desde que as contas de culturas sejam bem-feitas e se consigam, pronto, apurar bem os valores desses investimentos, eu acho que vai simplificar bastante, tanto na parte da análise.

15. Qual a sua perceção acerca dos pedidos de pagamento, costumam ficar condicionado a alguns requisitos específicos?

Respondido em questões anteriores – [Recursos hídricos e Câmaras municipais].

16. Acha que há uma boa coordenação entre as entidades intervenientes no processo?

Acho que poderia ser melhor, acho que as entidades poderiam sentar-se e pronto verem onde o processo poderia ser melhorado.

17. O que acha da centralização de todo o processo numa entidade que fizesse a coordenação entre todas as entidades intervenientes e onde os candidatos se pudessem dirigir para obter informação ou para resolver qualquer questão relacionada com a candidatura?

É assim, pronto, isto está centralizado a nível do PRODER em Lisboa, eu sou um bocadinho apologista que deveriam ser mais ao nível da região, mesmo as ajudas, era aquilo que estava a dizer, nós deveríamos ter uma linha orientadora daquilo que queríamos para a região – ponto 1 e depois, deveria subsidiar-se a nível de produção agrícola, determinados produtos, ver quais são os produtos essenciais nessa região e aglomerar, aqui também há muitas coisas que deveriam ser feitas, o emparcelamento era uma delas, mas que é muito difícil o consenso entre as pessoas e alteração de mentalidades, eu acho. Mas concretamente ver muito bem o que se quer para a região e as coisas deveriam estar centralizadas não a nível de Lisboa mas a nível regional, é a minha opinião e a nível regional poder-se-ia tentar juntar os intervenientes e haver se calhar a tal entidade que fizesse essa coordenação.

Pergunta se acha que deveria ser a AP a solicitar pareceres em vez do promotor

Se tivessem a centralização a nível de uma entidade que conseguisse fazer esse procedimento mas isso é uma questão que as entidades devem juntar-se e ter vontade de arranjar solução.

A seu ver achava positivo?

Sim achava.

18. Na sua opinião qual seria a entidade mais adequada para essa centralização?

É assim isso é discutível mas se os projetos entram aqui na Direção Regional, poderia haver aqui um núcleo que pudesse agilizar essa situação, não sei se é fácil em termo burocrático e de processos em si mas poderia ser a DRAP.

19. O que acha do acompanhamento que é feito aos Jovens Agricultores durante a sua instalação?

É assim, é aquilo que eu disse, também poderia ser melhorado com os tais núcleos de extensão rural, se houvesse aqui um núcleo de apoio, digamos assim, a nível de técnicos especialistas, dessa extensão rural, porque o que eu acho que é feito atualmente, nós analisamos a candidaturas sem ir ao terreno, mas isso, pronto, foi mesmo ditado pelo PRODER nesse sentido, quando eu fui às formações, foi dito isso, os técnicos das Direções Regionais até estavam um bocadinho em desacordo porque às vezes é difícil analisar uma coisa que não se vai ver, é difícil! É super difícil, e depois apercebemo-nos de determinadas falhas no terreno que poderiam não acontecer se o técnico lá fosse, porque às vezes há locais de plantação que não são os melhores para aquelas culturas e para mim o acompanhamento deveria ser feito desde a fase inicial antes da apresentação do projeto até à instalação, com a ajuda de todo o apoio técnico, inclusive, eu estou a falar no caso concreto das plantações, deveriam ser dadas determinadas maneiras e procedimentos para fazer essas plantações, eles agora têm um critério livre. Pronto, a gente só lá vai ver e vemos se as coisas lá estão e pronto, validamos o investimento, mas eu acho que devia haver um acompanhamento desde o início até ao fecho dos compromissos, que eu acho que os 5 anos são muito pouco tempo para um jovem se instalar, acho que o compromisso deveria ser prolongado, pelo menos na minha opinião, para 10 anos. Mas isto é a minha opinião concreta, mas acho que falta um bocadinho de estrutura, mas isto também porque existem associações, que a gente supõe que elas tenham essa ajuda a esse nível. Foram tiradas um bocadinho, digamos assim, as competências à Direção Regional para haver esse nível de acompanhamento por essas entidades. Mas eu acho que isso deveria ser feito, é a minha opinião.

20. O que acha da forma como se processam os pedidos de pagamento?

Lá está a tal ajuda forfetária ia ajudar bastante porque não haviam aqui documentos a entrar de um lado para o outro, nós só iríamos verificar se o investimento lá estava e depois não havia tanta burocracia em termos de papéis. Depois haver controlos aleatórios, que já são feitos agora também, de ver depois a contabilidade de alguns para verificarmos as falhas, digamos assim.

21. Quer deixar mais alguma sugestão?

A minha sugestão é basicamente aquilo que eu disse:

- Acho que deviam haver estruturas de apoio técnico;
- Devia-se trabalhar mais nas estruturas de comercialização que acho que o novo quadro vai um bocado no sentido das organizações de produtores, não sei se vai resultar mas a ideia é de eles se unirem e conseguirem vender melhor os seus produtos e conseguirem ter uma baixa nos fatores de produção;
- Depois essa parte das ajudas forfetárias, que eu acho que vais agilizar muito em termos de pedidos de pagamento e vai ser mais equitativa para toda a gente em termos dos valores estarem tabelados e depois poder-se-ia canalizar mais o processo, ter uma linha, saber o que se pretende para a região em termos de culturas;
- E, basicamente, acho que as entidades se devem sentar e coordenarem-se vendo o que é melhor para a região, é isso que eu penso.

T2

1. No seu caso, na divisão de investimento, analisa maioritariamente projetos de JA?

Sim, no último ano concretamente, a maioria dos projetos terão sido no âmbito da medida 113, ou seja apoio aos Jovens Agricultores. No último Quadro Comunitário, se tiver em consideração que além da medida 113, temos também analisado projetos 111, agricultores sem a definição se é jovem ou não, ou pelo menos agricultores que já estão instalados e portanto enquadram-se no 111, ou medidas de calamidades, medida 152, ou mesmo os pequenos investimentos, nesse caso não temos a preocupação se são jovens ou não, não decorre da lei a necessidade de confirmar. Contudo devo salientar que os Jovens Agricultores tiveram um peso bastante significativo mesmo na análise de projetos PRODER, sim.

Em que áreas?

As áreas têm sido diversificadas, continuamos com aquelas áreas tradicionais, por exemplo aqui no vale do Mondego, com a cerealicultura, com destaque para o arroz e o milho; as hortícolas de ar livre, as hortícolas protegidas. Nos últimos tempos têm surgido projetos com atividades sugeneris, neste momento, saliento horticultura em hidroponia, pequenos frutos vermelhos, mirtilos, framboesas, groselhas; cogumelos, cogumelos não só os cogumelos tradicionalmente produzidos ou seja o champignon, mas também outro tipo de cogumelos, pleurotus, o shiitake, são produzidos utilizando troncos de madeira, portanto em outros sistemas de produção, a destacar alguma floricultura, já não tanta como em outros quadros comunitários, também alguma fruticultura. Mas destacaria mesmo os que salientei em primeiro lugar.

Esqueci-me de salientar que aqui na nossa zona também há muitos projetos na área dos bovinos de leite e suínos e aves [referido na questão 4].

2. Há quanto tempo analisa projetos de JA?

Há 23, 24 anos, porque não me posso esquecer que não é só neste Quadro Comunitário que há projetos desde agro, ao PAMAF, já vou no 3º Quadro Comunitário. Neste quadro, desde o início, 2008.

3. O processo de análise foi sempre o mesmo ou sofreu alterações?

O processo de análise não sofreu alterações de fundo, o que quero dizer é que o PRODER foi tendo algumas, do meu ponto de vista, melhorias de funcionamento, reduzindo muitas vezes a carga de documentação que era necessária à cabeça, a documentação necessária para instruir o processo foi sendo organizada de modo a que os projetos pudessem ser submetidos, iniciada a sua análise, e posteriormente, através de condicionamentos à contratação, ou aos pagamentos, conseguir reunir todo esse material, portanto documentação que sustentasse legalmente, ou tecnicamente o processo e assim fazer evoluir a análise do projeto e desta forma encurtar os períodos de tratamento/análise dos projetos.

E acha que essas alterações simplificaram o processo?

Melhoraram bastante.

Em que aspetos?

No aspeto que podemos designar por burocrata, logo no início do PRODER não era preciso apresentar orçamentos, na minha opinião foi um erro, um erro grave, posteriormente veio a

colmatar-se porque a partir de certa fase do PRODER começou-se a sentir necessidade de apresentar, tal como nos quadros anteriores, os orçamentos de modo a sustentar documentalmente, tecnicamente os projetos. Os melhoramentos, ao longo do processo PRODER, foram sendo feitos, nessa tal hipótese dos jovens, ou dos agricultores de uma maneira geral, terem que apresentar determinados documentos fundamentais à cabeça mas conseguirem ir apresentando outro tipo de documentos [ao longo do tempo de análise] que nos permitiam proceder à análise, fazer evoluir o processo até ao ponto de chegar as vias de decisão e dessa forma não obrigar alguns projetos a estar n tempo parados.

4. Na sua opinião quais são as principais razões que levam os jovens a candidatarem-se a um projeto?

São diversas, infelizmente nos últimos tempos o que temos assistido é pessoas com elevado grau de literacia a ter que recorrer a projetos agrícolas porque, na sua área de formação, não encontram saída profissional. Por esse motivo, ou por terem património fundiário da família ou, apesar de não o terem, sentirem alguma atração por algumas áreas do setor agropecuário, têm acabado por fazer projetos e de facto o que temos sentido é que pessoas que à partida não teriam o tal perfil para fazerem um projeto de investimento no campo agrícola, fizeram-no e fizeram-no bem, estão a ter algum sucesso, têm ideias interessantes, até dinamizam o setor. Na minha opinião, inclusivamente procuram outro tipo de atividades que à partida não seriam vulgares e que não apareceram em fases anteriores destes Quadros de Apoio e que está neste momento a aparecer, tais como o caso da hidroponia, algum tipo de cogumelos, mesmo os pequenos frutos, sobretudo isso.

5. Quanto tempo demora, em média, a ser analisado um projeto de JA?

Essa é a tal pergunta que eu não lhe posso responder com dados muito certos, com patamares, intervalos, de tempo, porque isso depende da complexidade do processo, se o processo vem ou não vem bem instruído, se traz a documentação que nós necessitamos. Imagine que é um projeto que está bem documentado, bem instruído, bem explicado, a necessidade de investimento, os investimentos que são propostos são, perfeitamente claros, percutíveis, sei lá, eventualmente uma semana, 4 dias. Mas depois há aqueles projetos que por qualquer motivo têm que se fazer correções, têm que se pedir esclarecimentos, pode ir para os 15 dias, 1 mês. É altamente subjetivo, depende inclusivamente, na minha opinião, do técnico que está a analisar o projeto, para mim pode ser mais fácil avaliar um projeto de horticultura e ser mais complicado um projeto do setor leiteiro, que eu há pouco esqueci-me de salientar que aqui na nossa zona também há muitos projetos na área dos bovinos de leite e suínos e aves, esqueci-me destes três setores que são importantes. Mas é difícil dar-lhe tempos certos, é subjetivo, mesmo.

6. Qual a sua perceção acerca da taxa de aprovação (pareceres favoráveis) dos projetos de JA?

No nosso serviço, eu creio que estamos com uma taxa bastante positiva de aprovações, não lhe sei dizer exatamente as percentagens mas tenho a perceção que são bastante positiva, superiores a 50%, à vontade.

7. Pensa que o processo funciona bem?

Sim, eu acho que, como lhe disse de início, o PRODER começou com bastantes deficiências, com alguns processos que não estavam bem esclarecidos, até porque era tudo novo, era uma plataforma informática, tudo novo, era algo a que nós técnicos analistas que já tínhamos experiência nesta área de análise de projetos de quadros anteriores não estávamos habituados a este tipo de funcionamento e se calhar custou-nos um bocadinho de início mas depois foi feito um esforço, tanto da nossa parte, analistas, como do PRODER também para melhorar

alguns aspetos que não estariam satisfatórios, acho que começou a funcionar bastante melhor e neste momento acho que estamos bastante satisfeitos com a evolução do quadro, com a evolução dos projetos apoiados pelo PRODER e inclusivamente sabemos que este programa, comparando com os outros quadros comunitários, AGRO, PAMAF, os programas de apoio dos quadros anteriores têm tido uma taxa de sucesso superior. Estamos a executar bem, os projetos estão a ser executados, estão a ser pagos, estamos muito empenhados em, digamos, ter sucesso e ajudar, sobretudo tendo em consideração o outro lado, dos promotores dos investimentos, para que as coisas corram bem.

8. Quais são as principais falhas detetadas nos projetos JA?

Acontecem projetos que vêm mal instruídos, mal explicados. Há gabinetes que fazem projetos e que se calhar não têm tanta experiência ou tanta capacidade de verter em formulários explicações que para nós são importantes. Mesmo a nível de elaboração, por vezes há ali algumas falhas que podem levar a que alguns projetos não reúnam condições na forma em que são apresentados, para poderem evoluir para aprovação. No entanto nós tentamos, ou reunir com os promotores e elaboradores, tentar esclarecer as questões, ou seja no limite tentar que o projeto, com apresentação de esclarecimentos, mais orçamentos, mais elementos nos quais nos possamos basear possa evoluir favoravelmente, se efetivamente chegarmos à conclusão que não, isso aí, aconselhamos a que o projeto de facto caia e que façam um projeto novo, com outro tipo de explicações, outro tipo de elementos, vertidos em formulário e que nos permitam fazer o nosso trabalho também bem feito.

Está a querer-me dizer que são apenas entidades (projetistas) que fazem os projetos, que os jovens em si não fazem os projetos?

Não, os jovens por norma não fazem, quem faz os projetos normalmente são gabinetes com elaboradores, ou são técnicos que não tendo gabinete, têm capacidade para fazer esses projetos, uns com mais capacidades, outros com menos capacidades, como em tudo na vida.

9. Quais os aspetos em que sente que os jovens têm mais dificuldades para a apresentação de candidatura a JA?

Consoante os setores, há várias entidades que também interferem num determinado projeto, estou a lembrar-me, por exemplo, projetos que tenham setor pecuário, portanto animais, neste momento necessitam de ter os licenciamentos pecuários. Os licenciamentos pecuários neste momento não dependem só das entidades relacionadas com o Ministério da Agricultura, dos licenciamentos feitos pela área veterinária mas também muitas vezes dependem das autarquias, porque as autarquias têm que dar os seus pareceres para licenciamentos de construções, de saúde pública. Há uma envolvimento de várias entidades, o que por vezes torna-se complicado, para o promotor do investimento, conseguir reunir toda esta informação das várias entidades, porque é necessário o parecer de uma, o parecer de outra e, para mim, esta nuance de necessitarmos de vários pareceres, de várias entidades, torna-se por vezes muito complicado. Eu salientei o caso da pecuária porque para mim é aquele que se destaca mais, as pessoas têm muitas dificuldades, porque têm que conjugar aquela história das licenças camarárias, com licenças veterinárias, com REAP. Pronto mas noutras áreas, suponha que há uma adega, há necessidade sempre de uma licença da câmara, a licença de utilização daquele espaço, portanto, de facto parece-me que o mais complicado para um jovem é conseguir reunir todos os pareceres que são necessários e que decorre da lei, porque uma pessoa para ter uma determinada atividade, desenvolver um determinado projeto precisa de estar legalmente documentado, sustentado. Depois conseguirmos gerir tudo isto, ou Jovem ter capacidade para, ou seja, lá está, ou é bem assessorado, ou já é um Jovem que tem algum grau de maturidade na área e consegue fazer tudo isto ou então começa a ser um processo complicado, perde-se, perde-se um bocadinho. Aí compete-nos a nós ajudá-lo, tentar encaminhá-lo e tentar com tudo

isto conjugar prazos de execução, porque não nos podemos esquecer que há sempre prazos. Temos o prazo após contratação, para apresentar o 1º pedido de pagamento, para executar o projeto, também há um determinado prazo definido por lei. Eles próprios quando não têm formação no setor são obrigados a fazer cursos de formação e também saliento que muitos deles sentem dificuldade em arranjar a entidade que lhes vá dar o curso, formação, o curso de empresários agrícolas, para terem os tais certificados de formação a que são obrigados para ter o estatuto de Jovens Empresários agrícolas. Portanto, quando o jovem se candidata a um projeto deste género parece-me que é muito importante ver qual é o sector em que está, em que vai investir, todas as obrigações que decorrem da lei e que ele tem que reunir, para que o projeto chegue a um bom porto, porque senão é muito complicado, começa a adiar, começa a prorrogar e isso vai-lhe dificultar certamente a vida.

10. Pensa que o processo desde a candidatura até à instalação do JA corre bem?

Sim, quer dizer, o que entende por instalação, entende à data da contratação, corre bem, desde que o projeto venha claro, desde que tenhamos todos os documentos necessários, muitas vezes quando estamos em processo de análise condicionamos à apresentação de documentos que não obrigamos à cabeça mas que condicionamos à contratação ou aos primeiros pagamentos. Desde que neste período, o jovem, consiga reunir os documentos a que é obrigado, sim de uma maneira geral não é complicado.

11. Entre os candidatos, há quem aponte o excesso de burocracia como um defeito do processo de candidatura. Concorda?

Digamos que esta pergunta já traz a reboque tudo o que lhe tenho estado a dizer atrás. Porque o excesso de burocracia, há sempre necessidade, processos destes por mais voltas que possamos dar têm sempre de ter documentação que nos sustente legalmente o processo, não é? Obviamente que uns consoante a atividade em que o jovem se vai instalar há necessidade do documento A, B ou C, conforme lhe disse projetos como pecuária, para mim são os projetos mais complicados para a obtenção dos licenciamentos, contudo temos uma pequena agro-indústria, uma adega, precisamos sempre os tais licenciamentos, de utilização, de construção. Isto é burocracia? Bom, são documentos que em qualquer situação da nossa vida estamos sempre a necessitar, por exemplo para fazer uma casa temos sempre a necessidade de ter a licença de construção, licença de utilização, portanto, digamos que vai dar mais ou menos ao mesmo. Eles têm é que ter a noção que quando nos estamos a candidatar a ajudas também temos determinadas obrigações, também, não é só receber o apoio, nós temos que nos comprometer a fazer aquelas obrigações e as obrigações legais são normais neste tipo de processos e acho que sinceramente o PRODER tem tido uma evolução tão positiva na forma como tem lidado com os assuntos, na forma como tem tentado conjugar prazos legais com capacidade de obtenção de documentos legais por parte dos promotores dos projetos que não me parece que possamos reduzir muito o tal grau de burocracia.

12. Quais são, a seu ver, os principais aspetos onde o processo apresenta mais falhas? Ou acha que está quase perfeito?

Falhas há sempre, não é, até porque nós temos um universo considerável de projetos. Pois, quase perfeito não, porque não há nada que seja perfeito, nós podemos sempre melhorar, para irmos ao encontro das necessidades dos nossos, ao fim e ao cabo cliente, que são os promotores dos projetos e temos que ser cordiais, que os tratar bem porque estamos aqui uns para servir outros. É uma relação biunívoca, temos que ser cordiais, temos que ser esclarecedores, apoiar, obviamente que do outro lado também temos que ter pessoas corretas, educadas e com vontade de fazer as coisas bem, não só com vontade de receber os apoios, não é? Porque quando nos comprometemos a fazer um projeto desta natureza temos que ter noção que as coisas são para executar, são para realizar.

Mas há algum aspeto que a seu ver poderia melhorar o processo? Alguma coisa que pudesse ser feito?

Melhorar o processo, é assim, eventualmente, os jovens hoje em dia já não têm muita obrigação de acharem complicado, eventualmente o processo de documentos informáticos, eu creio que ainda há alguma confusão por parte de alguns jovens quando solicitamos documentação, porque neste momento o que se utiliza são as vias informáticas, correio eletrónico, coisas desse género e alguns têm alguma dificuldade neste processo, de resto sinceramente, nesta fase, já estamos numa fase tão avançada e já quase a terminar o programa que não lhe vou salientar muito mais.

13. Proporia algumas alterações no processo de candidatura com vista à simplificação?

Não, nesta fase não.

14. E no processo de análise dos projetos?

Há sempre hipótese de melhorar as ferramentas de análise, o nosso programa de análise, há sempre hipótese, de o enriquecer. Tem sido enriquecido, tem sido melhorado, mas nesta fase penso que também não, estamos mesmo no fim e não vamos mexer nestas ferramentas.

Pensando também em termos futuros.

Sim há sempre hipótese de melhorar, termos um leque de informações mais alargado, enriquecer a nossa base de dados, para nós há sempre hipótese de evoluirmos, não é? E acho que devemos sempre melhorar o nosso trabalho enriquecê-lo mas há muita coisa que não depende de nós, técnicos analistas, porque o âmago destas questões é sempre gerido em Lisboa pela entidade de gestão do PRODOR, obviamente que em muitos casos nós temos dado sugestões que temos vindo a sentir que tem vindo a ser melhoradas, a tal história de enriquecer as capacidades da análise, hipótese de análises, mas não muito mais que isso.

15. Qual a sua perceção acerca dos pedidos de pagamento, costumam ficar condicionado a alguns requisitos específicos?

É assim, como lhe disse em sede de análise e de facto também para permitir que os processos evoluíssem optou-se por condicionar os projetos em determinada fase da sua vida à apresentação de determinados documentos, alguns destes documentos são condicionados logo à contratação, a partir do momento em que o projeto evolui da contratação para a frente, para a realização do investimento há documentos que são fundamentais, em fase de pagamento, nomeadamente o que é normalíssimo e vulgar declarações da segurança Social e Finanças, regulares e em ordem e muitas vezes licenças de construções, licenças pecuárias, licenças de viveiristas, de acordo com o tipo de atividades envolvidas no projeto, assim há necessidade de licenças. Por exemplo da hidráulica para abertura de furos, ao nível dos pedidos de pagamento, em muitos casos temos de facto também necessidade de reunir documentação que nos vá sustentar a legalidade daquele investimento, mas atenção, as pessoas, os promotores são informados de tudo isto em fase de decisão do projeto, quando o projeto evolui para aprovação e para a contratação, o Jovem só assina o contrato efetivamente se estiver de acordo com aquelas condições e as condições são como lhe disse esse tipo de documentação que sustenta legalmente o processo.

Mas há algumas situações recorrentes nesse tipo de condicionamento?

Muitas das vezes o que tem acontecido é que alguns destes nossos projetos estão parados e nós temos casos desses, nomeadamente casos de pecuária, porque há uma grade dificuldade,

ou tem havido uma grande dificuldade de articular os pareceres das câmaras municipais com os licenciamentos pecuários e parece-me que este é o aspeto mais negativo que eu saliento nos nossos projetos e concretamente nas pecuárias, nos projetos de pecuária. Projetos que muitas vezes são executados em explorações pecuárias que já existem, que fizeram melhoramentos precisamente no seu aspeto, no seu aspeto da laboração, depois não conseguem junto das câmaras municipais obter o licenciamento, que por sua vez, vão permitir o parecer final ao nível do licenciamento pecuário. Isto vai implicar que muitos desses projetos tenham atrasos brutais e que alguns deles corram o risco de vir a ser encerrados compulsivamente o que de facto é triste e é mau para o sector.

16. Acha que há uma boa coordenação entre as entidades intervenientes no processo?

Eu acho que tem havido bastante preocupação de haver articulação, de haver diálogo entre estas entidades, nomeadamente entre a Direção Regional de Agricultura, nomeadamente a divisão de licenciamento e as câmaras municipais. Nós digamos aqui na área do investimento temos tentado, se calhar, incentivar a que haja esse diálogo, incentivamos os nossos promotores a dialogar mais diretamente com as câmaras municipais e estimulado a que haja diálogo entre as câmaras municipais e as entidades licenciadoras a nível pecuário de modo a que os investimentos consigam avançar, serem realizados, obterem portanto os pareceres necessários ao seu sucesso.

17. O que acha da centralização de todo o processo numa entidade que fizesse a coordenação entre todas as entidades intervenientes e onde os candidatos se pudessem dirigir para obter informação ou para resolver qualquer questão relacionada com a candidatura?

Pois, tipo um balcão verde, eventualmente isso seria interessante, poderíamos pensar quase uma loja do cidadão ao nível do Jovem Agricultor, em que tivesse um representante das divisões de licenciamento e investimento, da câmara municipal,... Eu não diria um balcão mas digamos que uma rotatividade, haver um compromisso de que essas entidades periodicamente levariam à mesa aqueles processos que estão parados, um diálogo entre essas entidades, um diálogo mais acentuado, mais intenso talvez fosse interessante, talvez, porque nós temos sentido muitas dificuldades em alguns projetos, nomeadamente da pecuária, em chegarem a bom porto com celeridade devido a problemas relacionados com as autarquias que por sua vez os licenciamentos pecuários. Tem havido aqui aquela conversa de círculo, anda tudo à volta e se as pessoas periodicamente, houvesse aquela necessidade de se sentarem e levarem à mesa, temos o processo A,B e C que estão com este problema. Só que atenção, não se esqueça que isso implica que sejam várias autarquias, não é? Geograficamente algumas delas afastadas, tinha que haver uma articulação e uma organização, isso poderia ser interessante.

Concordaria com uma centralização?

Centralização! Penso que não. Centralização parece-me que isso é difícil, isso é quase sugestão da criação de uma nova entidade que supervisionasse as outras parece-me que isso é um bocadinho utópico, eu parece-me que seria bastante mais interessante haver um compromisso de diálogo, com uma maior frequência, que houvesse diálogo entre as entidades, entre as várias partes que estão envolvidas no assunto, agora criar uma nova entidade que viesse gerir, não. Parece-me que neste momento seria utópico, ainda por cima quando estamos a tentar reduzir determinados organismos, não me parece fácil. Agora criar tipo uma comissão que reunisse membros destas entidades, as autarquias, licenciamento, investimento, com uma obrigatoriedade de reunião de x em x tempo, onde levassem esses assuntos que estavam pendentes, aí sim.

Isso seria no fundo melhorar a coordenação?

Exato, mais a articulação e o diálogo do que criar outra entidade, de todo.

Penso que muitas vezes alguns deles [Jovens Agricultores] tentam colocar o ónus em cima dos elaboradores, há elaboradores que se preocupam com isso mas eu penso que cada um tem que se preocupar com os seus próprios assuntos. É um facto que se houvesse hipótese de melhorar a articulação e o diálogo entre as partes envolvidas, nomeadamente entre sectores que obrigatoriamente têm que emitir pareceres para que os projetos possam evoluir, isso estimularia a evolução mais célere e mais favorável dos processos, é verdade.

No fundo seria quase o jovem a entregar a candidatura e seriam as entidades a reunir?

Não propriamente, o jovem entregar a candidatura, porque a candidatura já está connosco, já está a ser avaliada por nós, é no fundo o Jovem digamos ter a certeza que os organismos que estão envolvidos neste processo conseguem dialogar de uma forma mais positiva, mais autónoma, conseguirem gerir eles essa articulação, não ser muito aquilo, agora o senhor tem que ir à câmara, agora o senhor tem que ir a CCDR, agora o senhor tem que ir ... pronto, eventualmente pensar numa hipótese de haver uma tal comissão, quase comissão paritária, que vai agarrar os diversos elementos e que de 15 em 15 dias se senta a uma mesa e diz, tenho o projeto A, B e C, este Jovem está com problema com a Câmara 1, o outro está com a câmara 2, você tem o licenciamento pecuário X, entende. Talvez mais isso.

18. Na sua opinião qual seria a entidade mais adequada para essa centralização?

[Não concorda com centralização (respondido nas perguntas anteriores)].

19. O que acha do acompanhamento que é feito aos Jovens Agricultores durante a sua instalação?

É assim, eu não estou a perceber muito bem o que quer dizer com acompanhamento. A minha função aqui de há uns anos a esta parte é avaliar a candidatura no ato de decisão da mesma, não é? Analisá-la, tentar chegar a uma conclusão mais ou menos fiável se aquela candidatura, se aquele projeto terá 'pernas para andar', se será no fundo interessante. Se será uma empresa capaz de gerar lucro para aquela sociedade, ou para aquele indivíduo. A partir do momento em que a candidatura me sai das mãos, eu não tenho mais ação, os pedidos de pagamento também são analisados, não por mim mas acompanho uma serie de pedidos de pagamento. A partir daí vou fazer o acompanhamento da realização material desse investimento. O pós, em que o jovem vai tendo aquela necessidade, em que digamos tem dúvidas se o pomar está a ser bem adubado, etc., nessa base o ministério da Agricultura teve divisões, direções que se dedicavam a esse tipo de apoio no local ao jovem e eu acho que isso é muito interessante, nós tivemos casos de sucesso nessa ótica do apoio permanente. Temos exemplos de outros colegas nossos, nomeadamente aqui em Espanha que têm o Ministério da Agricultura muito ativo no planeamento no local e acho que isso é muito importante, no entanto, se calhar esse aspeto tem sido reduzido se calhar tem passado pelas entidades privadas, não sei se neste momento caberá ou haverá hipótese do ministério da agricultura voltar a ter esse tipo de procedimentos que eram procedimentos interessantes e que os jovens e os agricultores de uma maneira geral se sentiam apoiados e esclarecidos pelos nossos colegas que no local davam apoio técnico. Neste momento esse apoio se calhar está mais com as entidades privadas mas isso agora é parte da política económica e agrícola que já não tem a ver com a nossa opinião, tem a ver com algo que está acima de nós.

20. O que acha da forma como se processam os pedidos de pagamento?

Só lhe posso falar pelo que acontece aqui no nosso serviço e aqui nós temos o máximo de atenção de não ter muito tempo um pedido de pagamento em mãos, tentar analisá-lo, quando esse pedido de pagamento tem algum problema, temos o cuidado de contactar o promotor e pedir, ou para esclarecer, ou mesmo no limite dizer-lhe que aquele pedido de pagamento não está em condições e portanto, para proceder a uma alteração.

Em termos de timings?

De uma maneira geral as coisas não têm corrido mal, obviamente que há casos que por vezes são pedidos aos agricultores e vamos outra vez cair na história dos tais licenciamentos que são completamente alheios aos agricultores, e portanto eles não conseguem executar, ou mesmo executando parte desse investimento, depois não conseguem terminá-lo porque não têm o tal licenciamento final que permita, por exemplo, apresentarem o último pedido de pagamento mas de uma maneira geral as coisas têm corrido bem. Não quer dizer que seja fácil, a plataforma do IFAP, onde são carregados os pedidos de pagamento, sentimos que há muitos agricultores que não conseguem fazer esses pedidos de pagamento, não conseguem trabalhar sozinhos e, portanto, mais uma vez vão ter que ter o apoio do gabinete que lhes fez o projeto ou de outra entidade que os ajude. Mas aqui connosco, o trabalho que temos desenvolvido, as coisas de uma maneira geral, têm corrido muito bem.

21. Quer deixar mais alguma sugestão?

Não, neste momento acho que as sugestões foram sendo dadas ao longo deste período de vida do PRODOR e as coisas digamos que já estão a decorrer com alguma celeridade e em velocidade cruzado. Dizer essencialmente que tem sido interessante avaliar estes projetos, que temos visto coisas boas que têm tido sucesso e que obviamente como em tudo na vida, tem havido alguns projetos de jovens agricultores em que alguns sentimos logo à cabeça que é complicado conseguirem realizar e chegarem a um patamar de sustentabilidade. Mas acho que o balanço final é positivo.

T3

1. No seu caso, na divisão de investimento, analisa maioritariamente projetos de JA?

Não, nós analisamos projetos de qualquer tipo ligado à agricultura, quer sejam jovens agricultores, quer agricultores já instalados. Não existe indicação para qualquer técnico analisar só projetos de Jovem Agricultor.

Neste quadro a percentagem, neste momento, a percentagem de jovens que concorreram é substancial, é muito elevada relativamente aos agricultores já instalados, portanto é a maioria. A maioria do que nos aparece para analisar são Jovens Agricultores. Não tenho uma ideia precisa da percentagem de projetos jovens.

Em que áreas surgem maioritariamente?

Aqui na nossa região a candidatura à base da pecuária e das plantações, fundamentalmente esses dois campos.

2. Há quanto tempo analisa projetos de JA?

Há 30 anos, desde que estou ao serviço, neste quadro comunitário desde o início.

3. O processo de análise foi sempre o mesmo ou sofreu alterações?

O processo de análise foi sempre o mesmo, ou seja não houve alterações no sistema de análise dos projetos, houve algumas adequações de sistema de enquadramento, por exemplo o cálculo da VAL, o cálculo da TIR, teve pequenos ajustamentos mas nada mais que isso, o processo de análise manteve-se sempre desde o início do quadro.

Mas esses ajustamentos simplificaram alguma coisa?

Não, esses ajustamentos foram ajustamentos temporários porque se verificou que alguns não se encontravam devidamente preparados para determinados projetos que eram apresentados.

4. Na sua opinião quais são as principais razões que levam os jovens a candidatarem-se a um projeto?

Duas razões, uma é a falta de perspectivas de emprego noutros sectores e portanto faz com que os jovens de virem para um sector onde basta ter um bocado de terra e um projeto que seja viável, que é a agricultura, outra situação que ocorre neste momento é que parece-me que a agricultura está outra vez na moda, ou seja há perspectivas de com pequenos investimentos se obterem projetos agrícolas bem enquadrados e disseminados, com perspectivas de futuro, não é preciso fazer investimentos muito grandes ou ter capital muito grande para fazer um projeto agrícola e isso é fundamental.

5. Quanto tempo demora, em média, a ser analisado um projeto de JA?

Nós demoramos, em média, pode dizer-se que é um mês, mas isso não é muito exato porque depende do número de projetos que entram, nós já tivemos médias de um mês e de três meses na região onde estou. Teve a ver fundamentalmente com o número de projetos entrados, nós temos ao longo do ano meses em que entram muitos projetos, especialmente os meses de inverno e outros em que entram poucos projetos, tem a ver com o ciclo de férias e com o ciclo das pessoas, mas em média pode considerar um mês e meio a dois meses para nós conseguirmos ter um projeto analisado.

6. Qual a sua perceção acerca da taxa de aprovação (pareceres favoráveis) dos projetos de JA?

É elevado, nós não temos dados finais sobre isso mas a taxa de aprovação é elevada desde que os projetos venham bem elaborados e tenham perspectivas técnicas e económicas de serem viáveis o projeto é aprovado. Atinge os 70 a 80%.

7. Pensa que o processo funciona bem?

Globalmente o processo tem funcionado, poderia funcionar melhor nalgumas situações poderia funcionar melhor.

8. Quais são as principais falhas detetadas nos projetos JA?

As falhas no processo têm a ver com a dificuldade em arranjar determinados documentos da parte dos agricultores, o não conhecimento do regulamento da parte dos agricultores candidatos. Normalmente são os técnicos elaboradores que o conhecem mas não o transmitem ao agricultor. Depois ele tem dificuldades em arranjar esses documentos. Tem tudo a ver com os condicionamentos legais à atividade, que esses documentos têm que ser apresentados sempre e é nesse aspeto a dificuldade.

9. Quais os aspetos em que sente que os jovens têm mais dificuldades para a apresentação de candidatura a JA?

Os aspetos que apresentam maior dificuldade neste momento para se candidatarem são sem dúvida os aspetos do condicionamento legal da atividade.

10. Pensa que o processo desde a candidatura até à instalação do JA corre bem?

Corre, os processos têm corrido bem, tem havido alguns atrasos temporários, como eu disse o caso dos problemas que têm a ver com os condicionamentos da atividade, por exemplo o caso do Regime de Exercício da Atividade Pecuária que é obrigatório para as explorações e que têm tido dificuldades em obtê-lo. Outros licenciamentos da parte da Reserva Agrícola Nacional, da Reserva Ecológica, da Rede Natura, no caso das construções, o licenciamento obtido através das câmaras municipais, são esses condicionamentos que muitas vezes emperram os processos mais do que qualquer outro sistema aqui dentro porque o resto como documentos de compromisso, as pessoas comprometem-se a ter aquelas condições, portanto eles conseguem obter esses processos sem grande problema.

11. Entre os candidatos, há quem aponte o excesso de burocracia como um defeito do processo de candidatura. Concorda?

Há algum excesso de burocracia por razões que tem a ver com o sistema orgânico interior do sistema, nomeadamente as direções regionais. Não se entende como é que sendo as Direções Regionais que licenciam as atividades nomeadamente no REAP, não são elas que nos comunicam diretamente a outro serviço que somos nós, serviço de análise dos projetos, não nos comunicam diretamente que o processo A, B ou C do agricultor está nesta situação, nesse exercício, porque é que tem que ser comunicado ao agricultor e depois o agricultor é que vem aqui comunicar-nos a nós, isso é uma situação. É um problema de comunicação interna das Direções Regionais porque não há justificação nenhuma para isso. E também mais uma questão, porque é que estes projetos de investimento que têm o caso que nós chamamos REAP não são analisados prioritariamente em relação a outros que não têm qualquer projeto de investimento e que facilmente podem ser analisados posteriormente. Assim evitava-se de estar tanto tempo à espera para ter licença para o exercício de uma atividade.

12. Quais são, a seu ver, os principais aspetos onde o processo apresenta mais falhas?

[Respondido na questão 10:].

Não se entende como é que sendo as Direções Regionais que licenciam as atividades nomeadamente no REAP, não são elas que nos comunicam diretamente a outro serviço que somos nós serviço de análise dos projetos de análise, não nos comunicam diretamente que o processo A, B ou C do agricultor está nesta situação, nesse exercício, porque é que tem que ser comunicado ao agricultor e depois o agricultor é que vem aqui comunicar-nos a nós, isso é uma situação. É um problema de comunicação interna das Direções Regionais porque não há justificação nenhuma para isso. E também mais uma questão, porque é que estes projetos de investimento que têm o caso que nós chamamos REAP não são analisados prioritariamente em relação a outros que não têm qualquer projeto de investimento e que facilmente podem ser analisados posteriormente. Assim evitava-se de estar tanto tempo à espera para ter licença para o exercício de uma atividade.

Há também fatores externos que tem a ver com reserva ecológica, com licenciamentos da rede natura, com o ICNF, neste caso, e outras entidades que têm que passar licenciamentos e que demoram 6 ou 7 meses e que as pessoas têm que estar a aguardar porque nós não podemos

fazer contratações ou avançar com os projetos sem ter esses pareceres emitidos por essas entidades.

13. Proporia algumas alterações no processo de candidatura com vista à simplificação?

É difícil haver uma simplificação neste momento, o sistema é todo efetuado informaticamente, todo baseado na informatização e por isso é difícil, porque existe um regulamento comunitário que nos obriga a ter determinadas regulamentações internas e pareceres que são obrigatórios para o processo e isso não se pode ter. Outra questão que se põe depois com a análise dos projetos, sem termos esses documentos não podemos fazer uma análise criteriosa desse projeto e depois não sabemos a viabilidade das coisas naquele campo, o caso das construções, não sabemos se a construção pode ser feita no local sem licenciamento da câmara, no caso da reserva ecológica nós não sabemos se aquela plantação ou aquela estrutura, organização do terreno em patamares, etc. pode ser feita sem a CCDR dar um parecer sobre isso, é difícil.

14. E no processo de análise dos projetos?

Não, a análise neste momento é muito feita à base do que vem descrito no sistema em que é inserido. A análise é feita informaticamente e neste momento é muito difícil fazer aquilo mais simples do que o que está. Nós não perdemos muito tempo a analisar o projeto, visto que é só correr o programa e ver se está de acordo, ver se os dados estão todos inseridos, se os dados se adequam as produções previstas, se as explorações produzem aquilo, se os animais dão aquilo, é tudo feito nessa base e depois tem a análise económica que é feita com base nos critérios de avaliação económica, a VAL e a TIR, não saímos disso. Neste momento não há muito mais a simplificar, a única maneira que havia de simplificar era fazer um processo que eles chamam forfetário, ou seja dizer você quer plantar um hectare de macieiras, um hectare de macieiras custa-lhe 25.000 euros, nós damos 75% de 25.000, damos 18.750 euros, você quer plantar tome lá 18.750€. Este sistema dá bem para alguns casos mas para outros é muito difícil de ocorrer, por exemplo quer comprar uma máquina, a máquina pode custar 22, 23, 25 0000, podia ser um sistema por cavalos, um cavalo custa X, são sistemas que são complicados. Nesse aspeto poder-se-ia alterar para esse sistema forfetário.

15. Qual a sua percepção acerca dos pedidos de pagamento, costumam ficar condicionado a alguns requisitos específicos?

[Respondido na pergunta 10:].

Tem a ver com reserva ecológica, com licenciamentos da rede natura, com o ICNF, neste caso, e outras entidades que têm que passar licenciamentos e que demoram 6 ou 7 meses e que as pessoas têm que estar a aguardar porque nós não podemos fazer contratações ou avançar com os projetos sem ter esses pareceres emitidos por essas entidades.

16. Acha que há uma boa coordenação entre as entidades intervenientes no processo?

Há alguma coordenação mas poderia haver mais, porque haver duas entidades que gerem o PRODOR, uma análise propriamente dita e a outra entidade que gere o sistema de pagamento, há sempre alguma descoordenação entre as entidades e isso ocorre com alguns problemas que depois têm que ser resolvidos mas são resolvidos sempre com atrasos.

E com outras entidades externas que intervêm no processo?

Nós não temos interveniência com essas entidades, isso faz parte da parte do candidato, o candidato é que tem que apresentar todos esses pareceres, nós sabemos que há alguns problemas que os candidatos falam connosco, não é em relação as todas as entidades mas

algumas levantam problemas. Se eles fizerem os pedidos não temos muita situação de queixa dessas entidades, é óbvio que as entidades defendem-se também por regulamentos internos que têm para emitirem os pareceres que o candidato Jovem ao PRODER necessita para ter a sua candidatura devidamente elaborada.

17. O que acha da centralização de todo o processo numa entidade que fizesse a coordenação entre todas as entidades intervenientes e onde os candidatos se pudessem dirigir para obter informação ou para resolver qualquer questão relacionada com a candidatura?

Sim, isso resolve questões de aspeto burocrático e aspetos que não falei antes de relação entre entidades, haver uma entidade que elabore as portarias, faz uma portaria para estabelecer quais são as grandes linhas dos regulamentos comunitários que se transpõem para Portugal e haver outra que faz os regulamentos para os processos de pagamento é evidente que existe sempre alguma dificuldade de coordenação entre elas. Penso que sim que deveria haver só uma entidade que fizesse uma e outra. Uma entidade superior que tivesse um órgão gestor e depois uma entidade que se dividisse em duas, uma que fizesse a análise, outra os pagamentos.

18. Na sua opinião qual seria a entidade mais adequada para essa centralização?

Ela já existe é o IFAP, o IFAP já existe, já teve essa situação, em quadros anteriores já se teve ambas as situações, uma tudo centralizado no IFAP, outra havendo um órgão gestor exterior e sendo o IFAP o organismo pagador, chegou-se sempre à conclusão que o melhor processo era ter tudo numa entidade. Neste momento no PRODER voltou-se outra vez a ter duas entidades, um órgão gestor exterior e uma entidade de pagamento e isso levou a alguns problemas a nível de articulação entre eles que nós notamos aqui na região. Notamos que esse problema existia e apenas mais tarde, agora, que estamos no fim do quadro comunitário é que essas situações estão a ser resolvidas, claro com alguns atrasos que prejudicam essencialmente os beneficiários.

19. O que acha do acompanhamento que é feito aos Jovens Agricultores durante a sua instalação?

Nós não fazemos acompanhamento aos Jovens Agricultores durante a sua instalação, nós o que fazemos é simplesmente, a divisão de investimentos, é analisar os investimentos, nós depois só acompanhamos a execução física dos investimentos e claro, financeira também. Tudo o resto devia competir aos órgãos da Direção Regional de Agricultura, que fizessem extensão agrícola, e ajudassem o agricultor em algumas situações, o que é difícil devido aos meios que neste momento existem. Mas a verdade é que deveria haver algum acompanhamento especialmente em casos de plantações, em casos de explorações de animais, deveria haver algum acompanhamento da Direção Regional de Agricultura, que ajudassem os jovens nessas instalações.

20. O que acha da forma como se processam os pedidos de pagamento?

Neste momento a situação está mais aliviada, o sistema de pagamentos não é fácil para quem não tem alguns conhecimentos de contabilidade, exige que a pessoa saiba o que é que os documentos têm que conter, o que é necessário para fazer e que domine o sistema informático onde se vai fazer a inserção desses documentos. O sistema não é fácil embora, nós também referimos às pessoas e nomeadamente às associações de agricultores, que nós não estamos só aqui para analisar projetos e efetuar pedidos de pagamento. Nós damos formação, sobre como fazer e retiramos as dificuldades disso e normalmente nestes casos os pedidos de formação pelas associações de modo a contemplar o preenchimento do modelo dos pagamentos nunca nos foi solicitado e portanto é por isso que existe dificuldade. Qualquer pessoa que teve dificuldade nesse aspeto veio cá aos nossos serviços, nós explicamos como é que aquilo era

feito, ele trazia um documento ou dois, isso depois é igual para todos, e depois resolvia-se a situação mas o modelo não é simples, não.

21. Quer deixar mais alguma sugestão?

Não, nós neste momento estamos a funcionar e ainda a trabalhar com os modelos que temos, não há muitas alterações a fazer neste momento, talvez no próximo quadro comunitário, algumas situações possam ser corrigidas mas isso são situações que internamente estão a ser colocadas a quem de direito até por nós próprios técnicos que estamos a propor alterações a alguns instrumentos.

**Anexo 8 - Tratamento das entrevistas aos Técnicos Analistas das
Divisões de Investimento da DRAP Centro**

TRATAMENTO PRÉVIO DAS ENTREVISTAS AOS TÉCNICOS ANALISTAS DAS DIVISÕES DE INVESTIMENTO DA DRAP CENTRO

1	Na divisão de investimento, analisa maioritariamente projetos de J.A.	Sim	Não	Cerca de 30%	Peso bastante significativo/ maioria	Áreas destacadas: cereali cultura (arroz e milho); hortícolas de ar livre; hortícolas protegidas; frutos vermelhos (groselha, mirtilo e framboesas); cogumelos, floricultura, fruticultura e pecuária
2	Há quanto tempo analisa projetos de J.A.	Des de início do Quadro Comunitário	Todos os técnicos entrevistados analisavam já projetos nos 2 Quadros Comunitários anteriores			
3	O processo de análise foi sempre o mesmo ou sofreu alterações	Foi sofrendo alterações	Não sofreu alterações de fundo	Simplificação com introdução do sistema de identificação parcelar	Simplificação documental/ alguns documentos puderam ser entregues ao longo do processo de análise	Alterações pontuais mas não simplificações
4	Na sua opinião quais são as principais razões que levam os jovens a candidatarem-se a um projeto	Desemprego/falta de perspetiva na sua área de formação	A agricultura está outra vez na moda	Agricultura é uma possibilidade de futuro	Terem património fundiário	Um projeto agrícola bem feito pode ser viável com baixo investimento
5	Quanto tempo demora, em média, a ser analisado um projeto de J.A.	Depende	1 mês e meio a 2 meses	de 4 a 5 dias até 1 mês	Depende de vários factores: complexidade do projeto; tipo de cultura (tradicional ou inovadora); nível da instrução do processo (bem ou mal); documentação (completa/incompleta); número de candidatura entradas num determinado período	
6	Qual a sua perceção acerca da taxa de aprovação dos projetos de J.A.	Bastante superior a 50%	70 a 80%	80 a 90%	Um dos técnicos referiu que sempre que necessário solicitava esclarecimentos e documentação adicional de forma a esclarecer a viabilidade do projeto	
7	Pensa que o processo funciona bem	Sim	Há coisas/situações que poderiam ser melhoradas/ funcionar melhor	Os dois técnicos que referem que poderia ser melhorada sugerem que as ajudas em sistema forfetário reduziria a documentação e tornaria o processo mais célere e um dos técnicos (que refere que funciona bem) está muito satisfeito com a evolução do quadro relativamente a pequenas falhas		
8	Quais são as principais falhas detetadas nos projetos JA	Projetos mal instruídos/explicados/falta de documentação	Condicionamentos legais à atividade e documentação associada	Por vezes os técnicos reúnem com promotores e projetista / pedem explicações/documentação e em última instância sugerem que o projeto caia e façam novo projeto		
9	Quais os aspetos em que sente que os jovens têm mais dificuldades para a apresentação de candidatura a J.A.	Falta de apoio técnico	Reunir toda a documentação/ pareceres/ condicionamentos legais à atividade	Ter a formação específica adequada	Dois dos entrevistados referem que a principal dificuldade prende-se com falhas por parte dos projetistas/ ou na elaboração das candidaturas ou na orientação dos J.A. para reunirem a documentação. Dois deles também referem problemas com a obtenção de documentos (condicionalismos legais da atividade)	
10	Pensa que o processo desde a candidatura até à instalação do J.A. corre bem	Sim de uma maneira geral	Sim/excepto os condicionamentos legais que atrasam o processo	Pode sempre correr melhor/redução burocrática com ajudas forfetárias		
11	Entre os candidatos, há quem aponte o excesso de burocracia como um defeito do processo de candidatura. Concorda	A burocracia é necessária/ salvaguarda legal	Por vezes talvez se pudesse diminuir o tempo de obtenção de pareceres/melhorar comunicação	Há algum excesso de burocracia por falta de comunicação entre as entidades		
12	Quais são, a seu ver, os principais aspectos onde o processo apresenta mais falhas	Falta de trabalho conjunto das entidades	Ir de encontro às necessidades dos candidatos	Comunicação interna	Tempo para emissão de pareceres por parte de entidades externas	
13	Proporia algumas alterações no processo de candidatura com vista à simplificação	Conversa regular entre entidades	Nesta fase não	É difícil neste momento		
14	Eno processo de análise dos projetos	Sistema de ajudas forfetárias	Melhoria das ferramentas de análise/ enriquecimento das bases de dados	É muito difícil simplificar o sistema de análise		

15	Qual a sua perceção acerca dos pedidos de pagamento, costumam ficar condicionado a alguns requisitos específicos	Licenças camarárias/ articulação dos pareceres camarários com REAP	Licença para utilização de recursos hídricos	Pareceres do ICNF (Rede ecológica e Rede Natura)
		2	1	1
16	Acha que há uma boa coordenação entre as entidades intervenientes no processo	Poderia ser melhor (mais diálogo)	Tem havido bastante preocupação em incentivarmos o diálogo	Há alguma coordenação mas poderia haver mais se não fossem duas entidades a gerir o PRODER
		1	1	1
17	O que acha da centralização de todo o processo numa entidade que fizesse a coordenação entre todas as entidades intervenientes e onde os candidatos se pudessem dirigir para obter informação ou para resolver qualquer questão relacionada com a candidatura	Deveria haver uma linha orientadora para a região e centralização numa entidade regional em vez de ser em Lisboa (juntar os intervenientes regionais e criar a entidade que fizesse a coordenação)	Centralização não mas compromisso das entidades levarem à mesa os projetos que apresentam problemas para serem solucionados	Sim, isso resolve questões do aspeto burocrático da relação entre entidades
		1	1	1
18	Na sua opinião qual seria a entidade mais adequada para essa centralização	Direções Regionais de Agricultura e Pescas	Não concorda com a centralização	IFAP
		1	1	1
19	O que acha do acompanhamento que é feito aos Jovens Agricultores durante a sua instalação	Nós não fazemos acompanhamento aos Jovens durante a instalação	Não é nossa função	Os dois técnicos que referem que não fazem acompanhamento acham importante haver extensão rural para apoio aos Jovens
		2	1	
20	O que acha da forma como se processam os pedidos de pagamento	A ajuda forfetária melhoraria a forma como se processam os pagamentos/redução da burocracia	Temos o máximo de cuidado em analisá-los rapidamente/ de uma maneira geral não tem corrido mal	A plataforma do IFAP onde se fazem os pedidos não é de fácil de operar
		1	1	2

Tem algum comentário ou sugestão a fazer

- 1 Haver estruturas de apoio técnico (extensão rural)
- 2 Trabalhar mais as estruturas de comercialização através de organizações de produtores
- 3 Haver ajudas forfetárias
- 4 Centralização do processo a nível regional depois de definidas linhas orientadoras para a região
- 5 Melhor coordenação entre as entidades (promoção do diálogo)

Anexo 9 - Análise das entrevistas aos Técnicos Analistas das Divisões de Investimento da DRAP Centro

Análise das entrevistas a trabalhadores analistas de projetos da Divisão de Investimento da DRAP Centro

Com o objetivo de conhecer a opinião dos analistas da Divisão de Investimento da DRAP Centro, nomeadamente quanto às principais dificuldades sentidas pelos Jovens Agricultores que apresentaram candidaturas ao PRODER, foram realizadas três entrevistas a trabalhadores que efetuam análises de projetos. Os entrevistados foram indicados, pelo Diretor de Serviços de Investimento (um) e pelos Chefes da respetiva Divisão de Investimento à que os trabalhadores pertencem (dois). Para cobrir toda a área territorial de abrangência da DRAP Centro e uma vez que há especificidades Litoral/Interior, foram escolhidos três locais diferentes para efetuar as respetivas entrevistas: Zona Litoral (uma), Zona Interior (uma) e Zona mais Central (uma). Os indivíduos entrevistados foram dois do género feminino e um do género masculino.

As entrevistas foram semiestruturadas, seguindo um guião elaborado previamente (Anexo 6)

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, codificadas de T1 a T3 (Anexo 7) e tratadas respeitando a confidencialidade das respostas e o anonimato dos entrevistados. Um tratamento prévio permitiu agrupar as opções de resposta (Anexo 8).

Após estes procedimentos, começaram a analisar-se as entrevistas, de modo a conhecer a perceção dos analistas de projetos, acerca da forma como o processo de candidatura e análise de projetos PRODER de Jovem Agricultor decorre e facilitar a elaboração do inquérito a aplicar a jovens candidatos a PRODER do QREN.

A primeira questão da entrevista foi colocada, no sentido de tentar averiguar o peso dos projetos Jovem Agricultor no total de projetos analisados pelo trabalhador (Tabela A.23).

Questão 1	Resposta	Frequência Absoluta	Principais áreas dos projetos
No seu caso, na Divisão de Investimento, analisa maioritariamente projetos de J.A.	Sim	2	Cerealicultura; hortícolas de ar livre; hortícolas protegidas; frutos vermelhos; cogumelos; floricultura; fruticultura e pecuária.
	Não	1	

Tabela A.23 – Peso dos projetos de Jovem Agricultor no total de projetos analisados

A maioria dos projetos analisados por T2 e T3 respeitam a projetos de Jovem Agricultor. Para T1, o número de processos analisados deste tipo confina-se a cerca de 30% do total. Quando questionados acerca das principais áreas dos projetos, destacaram a cerealicultura, as hortícolas de ar livre e hortícolas protegidas, os frutos vermelhos (groselha, mirtilo e framboesa), os cogumelos, a floricultura, a fruticultura e a pecuária.

A segunda pergunta tinha como objetivo averiguar se o trabalhador analisava projetos de Jovem Agricultor desde o início do QREN (**Tabela A.24** – Experiência na análise de projetos J.A. **Tabela A.24**).

Questão 2	Resposta	Frequência Absoluta
Há quanto tempo analisa projetos J.A.	Desde o início deste Quadro Comunitário	3

Tabela A.24 – Experiência na análise de projetos J.A

Todos os técnicos analistas entrevistados efetuam análise de projetos de Jovem Agricultor desde o início do QREN. Dois deles acrescentaram que já tinham analisado projetos nos dois quadros anteriores.

A questão colocada a seguir tem a ver com possíveis alterações do processo de análise ao longo do Quadro Comunitário (Tabela A.25).

Questão 3	Resposta	Frequência Absoluta	
O processo de análise foi sempre o mesmo ou sofreu alterações	Foi sofrendo alterações	Simplificação com a introdução do sistema parcelar	1
		Simplificação documental/alguns documentos puderam ser entregues ao longo do processo de análise	2
	Não sofreu alterações de fundo	Alterações pontuais mas não simplificações	1

Tabela A.25 - Evolução do processo de análise dos projetos J.A

Dois dos trabalhadores (T1 e T2) afirmam que o processo foi sofrendo alterações com vista à simplificação.

Seguiu-se a tentativa de averiguação da perceção dos trabalhadores acerca da motivação dos jovens para a apresentação de projetos PRODER (Tabela A.26).

Questão 4	Resposta	Frequência Absoluta
Na sua opinião quais são as principais razões que levam os jovens a candidatarem-se a um projeto	Desemprego/falta de perspetiva na sua área de formação	3
	A agricultura está outra vez na moda	1
	Agricultura é uma possibilidade de futuro	1
	Terem património fundiário	1
	Um projeto agrícola bem feito pode ser viável com baixo investimento	1

Tabela A.26 - Motivação dos jovens para avançarem com um projeto

No que se refere às razões para apresentação das candidaturas há unanimidade relativamente a que o desemprego é uma delas. Outras razões referidas são: a agricultura voltar a estar na moda; ser uma possibilidade de futuro; os jovens terem património fundiário e poder ser apresentado um projeto viável com baixo investimento.

Com a questão 5 pretendia-se conhecer o tempo médio de análise de uma candidatura de um projeto de Jovem Agricultor (Tabela A.27).

Questão 5	Resposta	Frequência Absoluta
Quanto tempo demora, em média, a ser analisado um projeto de J.A.	Depende	1
	Um mês e meio a dois meses	1
	De 4 a 5 dias até um mês	1

Tabela A.27 – Tempo médio de Análise de um Projeto de Jovem Agricultor

De acordo com os entrevistados o tempo é variável, pode ir de 4 a 5 dias até um mês e meio a dois meses, sendo que um dos inquiridos (T1) não quis adiantar tempo médio dizendo “Isso depende um pouco, (...) depende da dimensão, digamos assim do projeto (...) e também das próprias culturas, se são culturas já mais tradicionais (...) é mais abreviado. Se é uma nova cultura, obriga a que haja uma pesquisa sobre essa nova cultura e demora um pouco mais tempo. (...) Às vezes há candidaturas que aqui chegam e não estão devidamente formalizadas, e por isso demoram mais tempo porque temos que andar a pedir documentação, temos que pedir esclarecimentos e aí o processo demora um pouco mais.”

No que se refere à questão 6, relacionada com a percepção acerca da taxa de aprovação dos projetos Jovem Agricultor (Tabela A.28)

Questão 6	Resposta	Frequência Absoluta
Qual a sua percepção acerca da taxa de aprovação dos projeto de J.A.	Bastante superior a 50%	1
	70 a 80%	1
	80 a 90%	1

Tabela A.28 – Percepção acerca da taxa de aprovação dos projetos

Os três entrevistados mencionaram taxas de aprovação dos projetos muito superior a 50%, podendo ir até aos 90%.

T1 refere a este propósito: “(...) tento sempre resolver as situações de modo a ajudá-los e de modo a que o projeto consiga ter parecer favorável. Se estiver devidamente formalizado, há pormenores que a gente pode, com um pedido de esclarecimento, solucionar e resolver de modo a que a candidatura não caia. (...) A taxa de aprovação é bastante elevada, na ordem de 80 a 90%, dos que eu analiso.”

Seguiu-se uma pergunta no sentido de saber se o trabalhador acha que o processo de candidaturas de Jovem Agricultor funciona bem (Tabela A.29)

Questão 7	Resposta	Frequência Absoluta
Pensa que o processo funciona bem	Sim	1
	Há coisas que podiam ser melhoradas	2

Tabela A.29 – Percepção acerca da forma como o processo de análise das candidaturas de Jovem Agricultor funciona

Um dos técnicos (T2) pensa que o processo funciona bem e dois (T1 e T3) referem que há coisas que podiam ser melhoradas. T2 respondeu da seguinte forma, “sim... começou com bastantes deficiências, com alguns processos que não estavam bem esclarecidos, (...) custou-nos um bocadinho de início mas depois foi feito um esforço, tanto da nossa parte, analistas, como do PRODER também para melhorar alguns aspetos que não estariam satisfatórios. Acho que começou a funcionar bastante melhor e neste

momento acho que estamos bastante satisfeitos com a evolução do quadro, (...) e inclusivamente sabemos que este programa, comparando com os outros quadros comunitários, AGRO, PAMAF, (...) têm tido uma taxa de sucesso superior. (...) Os projetos estão a ser executados, estão a ser pagos, estamos muito empenhados em (...) ter sucesso e ajudar, (...) para que as coisas corram bem.” Opinião diferente tem T1 “eu acho que há coisas que podiam ser melhoradas e acho que este novo quadro, pelos menos do que eu ouvi falar, como pretendem que vá funcionar, já vai resolver algumas delas, uma delas tem a ver com, fala-se em ajudas forfetárias, que, pronto, os investimentos estarem tabelados, acho que torna muito mais uniforme o critério de análise por parte dos técnicos analistas.” E na mesma linha de pensamento T3 explica que “globalmente o processo tem funcionado, poderia funcionar melhor nalgumas situações (...)”.

Seguiu-se uma questão para averiguar as principais falhas detetadas nos projetos de Jovem Agricultor (Tabela A.30)

Questão 8	Resposta	Frequência Absoluta
Quais as principais falhas detetadas nos projetos J.A.	Projetos mal instruídos/explicados/ falta de documentação	2
	Condicionamentos legais à atividade e documentação associada	1

Tabela A.30 – Principais falhas detetadas nos projetos Jovem Agricultor

As principais dificuldades têm a ver com a má instrução dos projetos e a falta de documentação (T1 e T2) e com os condicionamentos legais à atividade e documentação associada (T3).

De acordo com T1 “Há muitas falhas em termos de formalização dos projetos, (...) os projetistas (...), às vezes falham bastante, em termos da forma como chegam as candidaturas (...) à Direção Regional, e também falham às vezes em termos de documentos e mesmo nos pedidos de pagamento (...)”. Nesta linha de pensamento inclui-se T2 que menciona :“(...) projetos que vêm mal instruídos, mal explicados. (...) mesmo a nível de elaboração, por vezes há ali algumas falhas que podem levar a que alguns projetos não reúnam condições na forma em que são apresentados, para poderem evoluir para aprovação”. T3 realça o desconhecimento dos requisitos legais e a falta de toda a documentação necessária da parte dos agricultores como principais razões para a existência de falhas nos processos de candidatura: “(...) tem tudo a ver com os condicionamentos legais à atividade, que esses documentos que têm que ser apresentados sempre e é nesse aspeto a dificuldade.”

Na sequência da questão anterior surgiu uma para saber a opinião dos analistas acerca das principais dificuldades que os jovens sentem para apresentar um projeto (Tabela A.31)

Questão 9	Resposta	Frequência Absoluta
Quais os aspetos em que sente que os jovens têm mais dificuldades para a apresentação de candidatura a J.A.	Falta de apoio técnico	2
	Reunir toda a documentação/ pareceres/ condicionamentos legais à atividade	2
	Ter a formação específica adequada	1

Tabela A.31 – Perceção dos analistas acerca das principais dificuldades sentidas pelos Jovens para a apresentação de um projeto

Dois dos entrevistados (T2 e T3) referem que o candidato tem dificuldades em reunir os pareceres relacionados com o condicionamento legal da atividade. Segundo T1 e T2, as principais dificuldades são falhas por parte dos projetistas ou na elaboração das candidaturas ou no apoio técnico aos candidatos. T2 também destaca as dificuldades que os candidatos, por vezes, têm em encontrar formação específica. Assim T2 responde da seguinte forma: “Consoante os setores, há várias entidades que também interferem num determinado projeto, (...) por exemplo, projetos que tenham setor pecuário, (...) neste momento necessitam de ter os licenciamentos pecuários. Os licenciamentos pecuários neste momento não dependem só das entidades relacionadas com o Ministério da Agricultura, dos licenciamentos feitos pela área veterinária mas também muitas vezes dependem das autarquias, porque as autarquias têm que dar os seus pareceres para licenciamentos de construções, de saúde pública. Há uma envolvimento de várias entidades, o que por vezes torna-se complicado, para o promotor do investimento, conseguir reunir toda esta informação das várias entidades.

Com o intuito de saber a opinião dos técnicos acerca do funcionamento global do processo, desde a candidatura até à instalação do Jovem Agricultor, colocou-se a questão 10 (Tabela A.32)

Questão 10	Resposta	Frequência Absoluta
Pensa que o processo desde a candidatura até à instalação do J.A. corre bem	Sim, de uma maneira geral	1
	Sim, exceto condicionamentos legais que atrasam o processo	1
	Pode sempre correr melhor, com redução de burocracia através de ajudas forfetárias	1

Tabela A.32 - Opinião dos analistas acerca da forma como funciona globalmente o processo

Um dos técnicos (T2) acha que o processo corre globalmente bem e para outro (T3) que também não há grandes problemas, com exceção dos condicionamentos legais. De acordo com T3: “os processos têm corrido bem, tem havido alguns atrasos temporários... [os] problemas [...] têm a ver com os condicionamentos da atividade, por exemplo o caso do Regime de Exercício da Atividade Pecuária que é obrigatório para as explorações e que têm tido dificuldades em obtê-lo. Outros licenciamentos da parte da Reserva Agrícola Nacional, da Reserva Ecológica, da Rede Natura, no caso das construções, o licenciamento obtido através das câmaras municipais, são esses condicionamentos que muitas vezes emperram os processos mais do que qualquer outro sistema aqui dentro (...)” T1 considera que poderia correr melhor reduzindo a burocracia através da introdução de ajudas forfetárias, “pode sempre correr melhor (...) o que estão a pensar fazer no próximo quadro comunitário irá agilizar um bocado no sentido burocrático, (...) com a ajuda forfetária (...) o processo ia ficar mais ágil, (...)”

A questão 11 pretendia confrontar os analistas com a afirmação de alguns jovens entrevistados, que consideram o processo muito burocrático (Tabela A.33)

Questão 11	Resposta	Frequência Absoluta
Entre os candidatos, há quem aponte o excesso de burocracia como um defeito do processo de candidatura. Concorda	A burocracia é necessária/salvaguarda legal	2
	Por vezes talvez se pudesse diminuir o tempo de obtenção de pareceres/melhorar comunicação	2
	Há algum excesso de burocracia por falta de comunicação entre as entidades	1

Tabela A.33 - Opinião dos analistas acerca do grau de burocracia do processo

T1 e T2 acham que a burocracia é necessária, no entanto T1 pensa que por vezes talvez se pudesse reduzir o tempo de obtenção de pareceres. Esta opinião é partilhada por T3 que aponta ainda que há algum excesso de burocracia por falta de comunicação das entidades. Assim de acordo com T1 “há sempre documentos que são necessários (...) por exemplo, se for feita uma construção, tem que se fazer o licenciamento, porque claro, nós, como estado, vá temos que nos certificar que o processo está todo legal, mas eu também acho que, (...) por exemplo a passar uma licença camarária, demora imenso tempo (...)”. T3 menciona que “há algum excesso de burocracia por razões que tem a ver com o sistema orgânico interior do sistema, nomeadamente as Direções Regionais. Não se entende como é que sendo as Direções Regionais que licenciam as atividades nomeadamente no REAP, não são elas que nos comunicam diretamente a outro serviço que somos nós, serviço de análise dos projetos, (...) porque é que tem que ser comunicado ao agricultor e depois o agricultor é que vem aqui comunicar-nos a nós, (...) é um problema de comunicação interna das Direções Regionais porque não há justificação nenhuma para isso. E também mais uma questão, porque é que estes projetos de investimento que têm o caso que nós chamamos REAP não são analisados prioritariamente em relação a outros (...) assim evitava-se de estar tanto tempo à espera para ter licença para o exercício de uma atividade.”

Na sequência da pergunta anterior colocou-se outra para saber os principais aspetos onde o processo apresenta mais falhas (Tabela A.34)

Questão 12	Resposta	Frequência Absoluta
Quais são, a seu ver, os principais aspetos onde o processo apresenta mais falhas	Falta de trabalho conjunto das entidades	1
	Ir de encontro às necessidades dos candidatos	1
	Comunicação interna	1
	Tempo de emissão de pareceres das entidades externas	1

Tabela A.34 – Opinião dos analistas acerca dos aspetos onde o processo apresenta mais falhas

Há quatro falhas consideradas mais importantes pelos entrevistados que têm a ver com o trabalho conjunto das entidades que deveria ser melhorado (T1), haver uma melhoria contínua no sentido de ir de encontro às necessidades dos candidatos (T2) e mais duas apontadas por T3 que têm a ver com a necessidade de melhorar a comunicação interna e reduzir o tempo de emissão de pareceres das entidades externas. Citando “Não se entende como é que sendo as Direções Regionais que licenciam as atividades nomeadamente no REAP, não são elas que nos comunicam diretamente a outro serviço que somos nós serviço de análise dos projetos de análise, (...) porque é que tem que ser comunicado ao agricultor e depois o agricultor é que vem aqui comunicar-nos a nós, (...) É um problema de comunicação interna das Direções Regionais porque não há justificação nenhuma para isso. (...) Porque

é que estes projetos de investimento que têm o caso que nós chamamos REAP não são analisados prioritariamente em relação a outros que não têm qualquer projeto de investimento e que facilmente podem ser analisados posteriormente. Assim, evitava-se de estar tanto tempo à espera para ter licença para o exercício de uma atividade. Há também fatores externos que têm a ver com a reserva ecológica, com licenciamentos da rede natura, com o ICNF (...)e outras entidades que têm que passar licenciamentos e que demoram 6 ou 7 meses e que as pessoas têm que estar a aguardar porque nós não podemos fazer contratações ou avançar com os projetos (...)"

No mesmo sentido das questões anteriores tentou-se averiguar se os técnicos analistas proporiã alguma alteração ao processo de candidatura com vista à sua simplificação (Tabela A.35)

Questão 13	Resposta	Frequência Absoluta
Proporia alguma alteração ao processo de candidatura com vista à simplificação	Conversa regular entre entidades	1
	Nesta fase não	1
	É difícil neste momento	1

Tabela A.35 - Propostas de alterações com vista à melhoria do processo de candidatura

Apenas T1 propõe que as entidades conversem regularmente para acelerarem o processo, os restantes dois entrevistados não apresentam qualquer sugestão de melhoria. Assim, T1 refere "(...) era talvez as entidades sentarem-se um pouco e tentarem acelerar esse processo. Dentro da casa já se faz, por exemplo, nós temos o processo de licenciamento pecuário, o REAP e nós quando contactamos com os colegas, eles agilizam o processo e fazem-no rapidamente, agora com as outras entidades, como não estão aqui dentro da Direção Regional é mais complicado, (...) Às vezes já me tem acontecido eu ligar para essas entidades no sentido de acelerar o processo, mas acho que não é a mim que me compete, acho que devíamos todos conversar um pouco e não só nós, Direção Regional."

Efetou-se uma questão semelhante à anterior mas para saber se havia propostas de melhoria para a análise do processo (Tabela A.36)

Questão 14	Resposta	Frequência Absoluta
E no processo de análise de projetos	Sistema de ajudas forfetárias	2
	Melhoria das Ferramentas de análise/enriquecimento das bases de dados	1
	É muito difícil simplificar o sistema de análise	1

Tabela A.36 - Propostas de alterações com vista à melhoria do processo de análise de projetos

T3 refere que é muito difícil melhorar o processo de análise pois é quase tudo feito automaticamente pelos sistemas informáticos, no entanto sugere que haja ajudas forfetárias, este último aspeto é referido também por T2. Já T1 sugere melhoria nas ferramentas de análise e enriquecimento das bases de dados. De acordo com T3 "(...) A análise é feita informaticamente e neste momento é muito difícil fazer aquilo mais simples do que o que está. Nós não perdemos muito tempo a analisar o projeto, visto que é só correr o programa e ver se está de acordo, ver se os dados estão todos inseridos, se os dados

se adequam as produções previstas, se as explorações produzem aquilo, se os animais dão aquilo, é tudo feito nessa base e depois tem a análise económica que é feita com base nos critérios de avaliação económica, a VAL e a TIR, não saímos disso. Neste momento não há muito mais a simplificar, a única maneira que havia de simplificar era fazer um processo que eles chamam forfetário, (...) Este sistema dá bem para alguns casos mas para outros é muito difícil de ocorrer, por exemplo quer comprar uma máquina, a máquina pode custar 22, 23, 25 0000, podia ser um sistema por cavalos, um cavalo custa X, são sistemas que são complicados. Nesse aspeto poder-se-ia alterar para esse sistema forfetário.”

As questões que se seguiram estão relacionadas com os aspetos onde os jovens entrevistados sentiram mais dificuldades e com as suas propostas para melhorar o processo de candidatura (Tabela A.37 a Tabela A.40)

Questão 15	Resposta	Frequência Absoluta
Qual a sua perceção acerca dos pedidos de pagamento, costumam ficar condicionados a alguns requisitos específicos	Licenças camarárias/articulação dos pareceres camarários com o REAP	3
	Licenças para utilização dos recursos hídricos	1
	Pareceres do ICNF (Rede Ecológica e Rede Natura) e da ERRAN	1

Tabela A.37 – Perceção dos analistas acerca dos requisitos específicos que costumam condicionar os pagamentos

Todos os entrevistados apontam as licenças camarárias e articulação dos pareceres camarários com o REAP como o principal condicionante. Para além disso, T1 ainda aponta a demora dos pareceres referentes à utilização de Recursos Hídricos. De acordo com este entrevistado: “(...) eu noto que em termos de licenças camarárias, (...) demoram muito, por exemplo a passar uma licença camarária, demora imenso tempo. (...) por exemplo, os recursos hídricos, demoram imenso tempo a passar [autorização], tenho ali um processo já há imenso tempo a aguardar porque estão à espera de autorização para usarem água da barragem, pronto, há determinados processos que também demoram mais tempo (...) a passar esses mesmos documentos (...)”. T3, para além do REAP, refere demoras nos pareceres da ERRAN do ICNF “(...) o caso do Regime de Exercício da atividade Pecuária que é obrigatório para as explorações e que têm tido dificuldades em obtê-lo. Outros licenciamentos da parte da Reserva Agrícola Nacional, da Reserva Ecológica, da Rede Natura, no caso das construções, o licenciamento obtido através das câmaras municipais, são esses condicionamentos que muitas vezes emperram os processos ...”

Questão 16	Resposta	Frequência Absoluta
Acha que há uma boa coordenação entre as entidades intervenientes no processo	Poderia ser melhor (mais diálogo)	1
	Tem havido bastante preocupação em incentivarmos o diálogo	1
	Há alguma coordenação mas podia haver mais se não fossem duas entidades a gerir o PRODER	1

Tabela A.38 - Perceção dos analistas acerca da coordenação das entidades intervenientes no processo

Dois dos entrevistados (T1 e T3) referem que a coordenação poderia ser melhorada, embora em aspetos diferentes, o primeiro refere que deveria haver mais diálogo entre as entidades, ao passo que T3 salienta que deveria ser apenas uma entidade a gerir o PRODER em vez de serem duas: “Há alguma coordenação mas poderia haver mais, porque haver duas entidades que gerem o PRODER, uma a análise propriamente dita e a outra entidade que gere o sistema de pagamento, há sempre alguma descoordenação entre as entidades e isso ocorre com alguns problemas que depois têm que ser resolvidos mas são resolvidos sempre com atrasos.” Para T2 tem havido preocupação de incentivarem o diálogo: “Eu acho que tem havido bastante preocupação de haver articulação, de haver diálogo entre estas entidades, nomeadamente entre a Direção Regional de Agricultura, nomeadamente a divisão de licenciamento e as câmaras municipais. Nós (...) aqui, na área do investimento, temos tentado (...) incentivar a que haja esse diálogo, incentivamos os nossos promotores a dialogar mais diretamente com as câmaras municipais e estimulado a que haja diálogo entre as câmaras municipais e as entidades licenciadoras a nível pecuário de modo a que os investimentos consigam avançar (...).”

Questão 17	Resposta	Frequência Absoluta
O que acha da centralização de todo o processo numa entidade que fizesse a coordenação entre todas as entidades intervenientes e onde os candidatos se pudessem dirigir para obter informação ou para resolver qualquer questão relacionada com a candidatura	Deveria haver uma linha orientadora para a região e centralização numa entidade regional em vez de ser em Lisboa (juntar os intervenientes regionais e criar a entidade que fizesse a coordenação)	1
	[Não deve haver] Centralização, mas compromisso das entidades levarem à mesa os projetos que apresentam problemas para serem solucionados [reuniões periódicas das várias entidades envolvidas]	1
	Sim, isso resolve questões do aspeto burocrático da relação entre entidades	1

Tabela A.39 – Opinião dos analistas acerca da hipótese de centralização do processo numa entidade

Dois dos analistas (T1 e T3) apontam no sentido de acharem interessante a centralização do processo numa entidade que fizesse a coordenação, embora T1 vá mais longe e refira a importância da criação de uma linha orientadora regional atendendo às especificidades de cada região “(...) isto está centralizado a nível do PRODER em Lisboa, eu sou um bocadinho apologista que deveriam ser mais ao nível da região, mesmo as ajudas, (...), nós deveríamos ter uma linha orientadora daquilo que queríamos para a região (...) e depois, deveria subsidiar-se a nível de produção agrícola, determinados produtos, ver quais são os produtos essenciais nessa região e aglomerar, aqui também há muitas coisas que deveriam ser feitas, o emparcelamento era uma delas, mas que é muito difícil o consenso entre as pessoas e alteração de mentalidades (...) Mas concretamente ver muito bem o que se quer para a região e as coisas deveriam estar centralizadas não a nível de Lisboa mas a nível regional, (...) e a nível regional poder-se-ia tentar juntar os intervenientes e haver se calhar a tal entidade que fizesse essa coordenação.” T3 refere “Sim, isso resolve questões de aspeto burocrático e aspetos que não falei antes de relação entre entidades, haver uma entidade que elabore as portarias, faz uma portaria para estabelecer quais são as grandes linhas dos regulamentos comunitários que se transpõem para Portugal e haver outra que faz os regulamentos para os processos de pagamento é evidente que existe sempre alguma dificuldade de coordenação entre elas. Penso que sim que deveria haver só uma entidade que fizesse uma e outra.

Uma entidade superior que tivesse um órgão gestor e depois uma entidade que se dividisse em duas, uma que fizesse a análise, outra os pagamentos.” Por seu lado T2 não concorda muito com a ideia de centralização mas de haver uma melhor coordenação entre as entidades “(...) tipo um balcão verde, eventualmente isso seria interessante, poderíamos pensar quase uma loja do cidadão ao nível do Jovem Agricultor, em que tivesse um representante das divisões de licenciamento e investimento, da câmara municipal, (...) Eu não diria um balcão mas digamos que uma rotatividade, haver um compromisso de que essas entidades periodicamente levariam à mesa aqueles processos que estão parados, um diálogo entre essas entidades, um diálogo mais acentuado, mais intenso talvez fosse interessante, talvez, porque nós temos sentido muitas dificuldades em alguns projetos, nomeadamente da pecuária, em chegarem a bom porto com celeridade devido a problemas relacionados com as autarquias que por sua vez os licenciamentos pecuários (...)”.

Questão 18	Resposta	Frequência Absoluta
Na sua opinião qual seria a entidade mais adequada para essa centralização	Direções Regionais de Agricultura e Pescas	1
	Não concordo com a centralização	1
	IFAP	1

Tabela A.40 – Opinião dos analistas acerca da entidade mais adequada para a centralização

A questão divide os analistas entrevistados, assim dos dois que concordam com a centralização, um (T1) refere que devem ser as Direções Regionais de Agricultura e Pescas e outro (T3) refere que deve ser o IFAP, à semelhança do que já aconteceu em Quadros Comunitários anteriores: “Ela já existe é o IFAP, o IFAP já existe, já teve essa situação, em quadros anteriores já se teve ambas as situações, uma tudo centralizado no IFAP, outra havendo um órgão gestor exterior e sendo o IFAP o organismo pagador, chegou-se sempre à conclusão que o melhor processo era ter tudo numa entidade. Neste momento no PRODER voltou-se outra vez a ter duas entidades, um órgão gestor exterior e uma entidade de pagamento e isso levou a alguns problemas a nível de articulação entre eles que nós notamos aqui na região. Notamos que esse problema existia e apenas mais tarde, agora, que estamos no fim do quadro comunitário é que essas situações estão a ser resolvidas, claro com alguns atrasos que prejudicam essencialmente os beneficiários.” T1 acha que “(...) isso é discutível mas se os projetos entram aqui na Direção Regional, poderia haver aqui um núcleo que pudesse agilizar essa situação, não sei se é fácil em termo burocrático e de processos em si mas poderia ser a DRAP.”

Nas duas questões seguintes, é pedida a opinião dos entrevistados, acerca do acompanhamento aos Jovens Agricultores (Tabela A.41) e à forma como se processam os pedidos de pagamento (Tabela A.42)

Questão 19	Resposta	Frequência Absoluta
O que acha do acompanhamento que é feito aos Jovens Agricultores durante a sua instalação	Nós não fazemos acompanhamento aos jovens durante a instalação	2
	Não é nossa função	1

Tabela A.41 – Opinião dos analistas acerca do acompanhamento feito aos Jovens Agricultores

Dois técnicos (T1 e T3) referem que não é feito acompanhamento mas que era útil haver uma extensão rural de apoio aos jovens como já existiu. Assim T1 “(...) também poderia ser melhorado com os tais núcleos de extensão rural, se houvesse aqui um núcleo de apoio, digamos assim, a nível de técnicos especialistas, dessa extensão rural, porque o que eu acho que é feito atualmente, nós analisamos a candidaturas sem ir ao terreno, mas isso, pronto, foi mesmo ditado pelo PRODER nesse sentido, quando eu fui às formações, foi dito isso, os técnicos das Direções Regionais até estavam um bocadinho em desacordo porque às vezes é difícil analisar uma coisa que não se vai ver, é difícil! É super difícil, e depois apercebemo-nos de determinadas falhas no terreno que poderiam não acontecer se o técnico lá fosse, porque às vezes há locais de plantação que não são os melhores para aquelas culturas e para mim o acompanhamento deveria ser feito desde a fase inicial antes da apresentação do projeto até à instalação (...)”, T3 considera que não fazem “(...) acompanhamento aos Jovens Agricultores durante a sua instalação, nós o que fazemos é simplesmente, (...) analisar os investimentos, nós depois só acompanhamos a execução física dos investimentos e claro financeira também. Tudo o resto devia competir aos órgãos da Direção Regional de Agricultura, que fizessem extensão agrícola, e ajudassem o agricultor em algumas situações, o que é difícil devido aos meios que neste momento existem. Mas a verdade é que deveria haver algum acompanhamento especialmente em casos de plantações, em casos de explorações de animais, deveria haver algum acompanhamento da Direção Regional de Agricultura, que ajudassem os Jovens nessas instalações.” Ao passo que T2 considera que “Neste momento esse apoio se calhar está mais com as entidades privadas mas isso agora é parte da política económica e agrícola que já não tem a ver com a nossa opinião, tem a ver com algo que está acima de nós.”

Questão 20	Resposta	Frequência Absoluta
O que acha da forma como se processam os pedidos de pagamento	A ajuda forfetária melhoraria a forma como se processam os pagamentos/redução da burocracia	1
	Temos o máximo de cuidado em analisá-los rapidamente/ de uma maneira geral não tem corrido mal	1
	A plataforma do IFAP onde se fazem os pedidos não é de fácil de operar	2

Tabela A.42 - Opinião dos analistas acerca da forma como se processam os pedidos de pagamento

Para T1 a ajuda forfetária resolveria a maioria dos problemas nos pagamentos: “(...) a tal ajuda forfetária ia ajudar bastante porque não haviam aqui documentos a entrar de um lado para o outro, nós só iríamos verificar se o investimento lá estava e depois não havia tanta burocracia em termos de papeis (...)”, enquanto que para T2 e T3 a plataforma do IFAP onde são efetuados os pedidos de pagamento não é fácil de operar. No entanto, T2 salienta que de uma maneira geral não tem corrido mal pois têm o máximo de cuidado para analisar rapidamente os pedidos de pagamento: “(...) só lhe posso falar pelo que acontece aqui no nosso serviço e aqui nós temos o máximo de atenção de não ter muito tempo um pedido de pagamento em mãos (...) a plataforma do IFAP, onde são carregados os pedidos de

pagamento, sentimos que há muitos agricultores que não conseguem fazer esses pedidos de pagamento, não conseguem trabalhar sozinhos e, portanto, mais uma vez vão ter que ter o apoio do gabinete que lhes fez o projeto ou de outra entidade que os ajude...” T3 refere que há dificuldades, no entanto eles estão lá para ajudar: “(...) o sistema de pagamentos não é fácil para quem não tem alguns conhecimentos de contabilidade, exige que a pessoa saiba o que é que os documentos têm que conter, o que é necessário para fazer e que domine o sistema informático onde se vai fazer a inserção desses documentos. O sistema não é fácil embora, nós também referimos às pessoas e nomeadamente às associações de agricultores, que nós não estamos só aqui para analisar projetos e efetuar pedidos de pagamento. Nós damos formação (...)”.

O inquérito terminou perguntando aos entrevistados se queriam deixar alguma sugestão. Apenas T1 referiu que reiterava as sugestões que já tinha mencionado ao longo da entrevista, nomeadamente:

- Haver estruturas de apoio técnico (extensão rural);
- Trabalhar mais as estruturas de comercialização através de organizações de produtores;
- Haver ajudas forfetárias;
- Centralização do processo a nível regional depois de definidas linhas orientadoras para a região;
- Melhor coordenação entre as entidades (promoção do diálogo).

Feitas as entrevistas concluiu-se que:

- Os projetos analisados por dois entrevistados são maioritariamente de Jovens Agricultores, enquanto para o outro técnico os projetos de jovens rondam os 30%;
- O processo de análise embora não tenha sofrido alterações de fundo foi sendo simplificado, com alterações pontuais;
- Os jovens candidatam-se especialmente por falta de emprego (surgimento de muitos projetos cujos promotores não têm qualquer formação na área agrícola). Outros motivos da candidatura são o facto da agricultura estar na moda, de ser uma possibilidade com futuro, da existência de património fundiário na família e do baixo investimento necessário para um projeto ser viável, desde que bem elaborado;

- A análise dos projetos pode variar em média entre 4 a 5 dias até um mês e meio a dois meses, dependendo de diversos fatores e a percepção das taxas de aprovação dos projetos são sempre bastante superiores a 50%, podendo ir até 90%;
- Para os entrevistados há sempre coisas que podiam ser melhoradas na análise das candidaturas, nomeadamente através da introdução de ajudas forfetárias que pensam estar contempladas no próximo quadro comunitário;
- As principais dificuldades dos jovens prendem-se com a falta de apoio técnico, dificuldades em reunirem a documentação e obterem os pareceres relativos aos condicionalismos legais e encontrarem formação específica adequada;
- O funcionamento global do processo é positivo com exceção dos condicionalismos legais da atividade e poderia ser mais ágil com a inserção de ajudas forfetárias;
- Todos os técnicos concordam que a burocracia é fundamental, no entanto poder-se ia fazer um esforço no sentido de melhorar a comunicação, quer interna, quer entre entidades, que poderia ser resolvido com trabalho conjunto e reuniões regulares entre as diversas entidades, o que faria com que houvesse melhor coordenação entre os intervenientes no processo;
- Como propostas de melhoria para o processo de análise são mencionadas a inserção de ajudas forfetárias e a melhoria/enriquecimento das bases de dados;
- Dois dos entrevistados acham que seria importante uma centralização do processo de candidatura, sendo que um deles vai mais longe e acha que deveria haver linhas orientadoras regionais e a centralização do processo numa entidade regional;
- No que se refere à entidade centralizadora, há divergência de opiniões, para um dos entrevistados deveriam ser as DRAP's e para outro o IFAP;
- Não é feito qualquer acompanhamento aos jovens durante a instalação exceto para verificar a execução física do que foi contratualizado, mas os técnicos consideram que era importante haver esse apoio;
- No que se refere aos pedidos de pagamentos é referido que a plataforma do IFAP não é fácil de operar e que a ajuda forfetária facilitaria essa componente do processo.

Anexo 10 - Questões do inquérito aos Jovens Agricultores

Este inquérito foi elaborado no âmbito de um projeto para o Mestrado em Gestão e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e tem como objetivo conhecer as principais dificuldades que os jovens sentem no decorrer do processo de candidatura ao projeto de Jovem Agricultor do PRODER, desde o surgimento da ideia até à instalação como Jovem Agricultor na região Centro.

Se é um Jovem Agricultor, a sua opinião é importante, pois só dessa forma se poderão conhecer, com rigor, essas dificuldades e propor eventuais alterações, no sentido de uma melhoria contínua do processo de candidatura.

O inquérito demora no máximo 20 minutos, sendo o seu envio e tratamento realizados no estrito respeito pela confidencialidade do inquirido.

Desde já agradeço a sua atenção.

Não se esqueça que a sua opinião é importante, participe respondendo.

***Obrigatório**

1. Género: *

Masculino

Feminino

2. Assinale a opção que se aplica à sua situação, relativa ao projeto Jovem Agricultor do PRODER: *

Apresentei candidatura

Encontro-me a preparar uma candidatura

3. Idade do candidato na altura da apresentação da candidatura. *

Refira a idade em anos.

4. Qual o último Grau Académico que concluiu? *

5. Teve necessidade de melhorar as suas habilitações para se poder candidatar a um projeto PRODER de Jovem Agricultor? *

Sim

Não

6. Qual é a sua área de formação? *

Áreas das Ciências Agrárias e Afins

Áreas da Economia, Gestão e Contabilidade

Área de Saúde

Área das Tecnologias

Áreas de Arquitetura, Artes Plásticas e Design

Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores

Áreas de Direito, Ciências Sociais e Serviços

- Áreas de Humanidades, Secretariado e Tradução
- Áreas de Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo
- Outra área de formação

7. Qual a sua área de residência? *

- Aldeia
- Vila
- Cidade

8. O investimento localiza-se na sua área de residência? *

- Sim
- Não

9. Indique a área do projeto onde houve maior investimento: *

- Horticultura
- Fruticultura
- Vinha
- Olival
- Plantas Ornamentais
- Cogumelos
- Animal
- Helicicultura
- Apicultura
- Aquicultura
- Caça
- Outra

10. Qual a principal opção cultural escolhida? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Ar livre
- Forçada (Estufa)
- Hidroponia
- Misto
- Intensivo
- Extensivo
- Outra

11. A ideia surgiu porque pretendia: *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Continuar o negócio familiar
- Diversificar o negócio familiar
- Aumentar a produção familiar
- Ter um projeto de futuro
- Complementar a minha atividade profissional
- Ocupar/rentabilizar um terreno que possuía
- Ocupar/rentabilizar um terreno que comprei
- Criar o meu próprio emprego
- Outra

12. Avançou com esse projeto concreto porque: *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Tinha conhecimentos na área
- Gostava da área
- Conhecia/ tinha acesso aos canais de escoamento
- Pretendia aproveitar um nicho de mercado
- Permitia trabalho a tempo parcial
- Condicionado pela dimensão da parcela disponível
- Estava desempregado(a)
- Outra

13. Onde encontrou a informação mais relevante, que permitiu a candidatura ao projeto? *

- Serviços Regionais/Locais do Ministério da Agricultura (“Zona Agrária/Delegação”)
- Internet
- Através de uma Organização de Produtores (OP)
- Pessoa/Empresa que elaborou o projeto
- Através da realização de um curso de Gestão de Empresa Agrícola
- Através de produtores com explorações, que me deram informação/formação
- Outro local

14. Considera a informação obtida completa? *

- Sim
- Não

15. Que tipo de investimento(s) fez ou pretende fazer? *

Assinale todas as opções que se aplicam ao seu caso.

- Aquisição de terreno
- Aquisição de trator/equipamento agrícola
- Aquisição de outros equipamentos de produção
- Implantação de uma estufa
- Compra de plantas plurianuais
- Plantações plurianuais/pomares/vinha
- Estruturas de suporte à plantação
- Vedação da exploração
- Furo para captação de águas
- Aquisição de bomba/motor para rega
- Construção de tanque para rega
- Aquisição de sistema de rega
- Outros pequenos equipamentos
- Construção/reparação de estábulo
- Construção/reparação de armazém
- Aquisição de sistema de frio
- Instalação de sistema de hidroponia
- Construção/reparação de escritório
- Equipamentos administrativos
- Equipamento informático
- Software
- Trabalhos de estudo e consultadoria
- Outros

16. O investimento localiza-se numa zona desfavorecida? *

- Sim
- Não
- Não sei

17. A localização do investimento deve-se principalmente ao facto de: *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Ser zona desfavorecida
- Ter boas acessibilidades
- Único local que tinha disponível
- O terreno era barato
- Já lá existiam instalações licenciadas, tinha apenas que remodelá-las ou adaptá-las
- Outro motivo

18. O local de realização do investimento pertence à área de atuação da Delegação da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro de: *

- Aveiro
- Castelo Branco
- Coimbra
- Gouveia
- Guarda
- Leiria
- Viseu
- Não pertence à área de Intervenção da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

19. A zona de investimento tem alguma(s) restrições especiais? *

Assinale todas as opções que se adequam à sua situação.

- Localização em áreas protegidas
- Rede Ecológica Nacional (REN)
- Rede Agrícola Nacional (RAN)
- Domínio Público Hídrico (DPH)
- Não
- Não sei

20. O investimento está sujeito a licenciamento camarário? *

- Sim
- Não
- Não sei

21. A que entidade(s) teve que pedir parecer(es)? *

Assinale todas as opções que se aplicam ao seu caso.

- Nenhuma
- Entidade Regional da Rede Agrícola Nacional (ERRAN)
- Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDRC)
- Administração da Região Hidrográfica (ARH)
- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF)
- Câmara Municipal
- Outra entidade

22. A que entidade recorreu para a elaboração do estudo de viabilidade técnico-económica do projeto? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Entidade Consultora/Gabinete de projetos

- Engenheiro/Técnico que elabora projetos
- Organização de Produtores (OP)
- Pessoa conhecida
- Foi feito por mim com a ajuda de colegas/amigos
- Foi feito apenas por mim
- Outra opção

23. Já identificou os mercados de destino dos produtos? *

- Sim (mercado onde familiares já escoam produtos)
- Sim (outro mercado)
- Não

24. Para onde vai/pensa escoar os produtos? *

Assinale o local principal/onde escoar a maior parte da produção

- Cooperativas de hortícolas
- Cooperativas de frutas
- Adegas
- Mercado abastecedor
- Grandes superfícies
- Lojas/Comercio a retalho
- Lojas Gourmet
- Venda direta ao consumidor
- Intermediário
- Exportação
- Contrato comercial com Entidade Privada
- Outro mercado
- Não defini ainda o mercado de destino

25. Quanto tempo decorreu desde a decisão de apresentação do projeto até à sua submissão? *

Refira o tempo em meses.

26. Qual a principal dificuldade sentida antes da apresentação do projeto? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Desconhecimento da área na qual queria apresentar projeto
- Não saber onde me dirigir para obter informação
- Dificuldade de encontrar a informação nos sites dos serviços
- Falta de sistematização da informação necessária à candidatura
- Falta de local onde fazer o investimento

- Desconhecimento dos direitos e obrigações decorrentes de um projeto Jovem Agricultor
- Não tive quaisquer dificuldades
- Outra

27. Qual a principal dificuldade sentida aquando da apresentação do projeto? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Falta de resposta da entidade onde me dirigi para obter informações
- Dificuldades de reunir a documentação necessária
- Ter que recorrer a muitas entidades para pedir parecer
- Ter que recorrer a várias entidades pelo facto de cada assunto ter de ser tratado com uma entidade diferente
- Limitações, em termos de área, do local pretendido para fazer o investimento
- Limitações urbanísticas do local destinado ao investimento
- Acesso ao terreno para fazer investimento (dificuldade em encontrar um terreno disponível, que reunisse as condições e tivesse um preço acessível)
- Não tive quaisquer dificuldades
- Outra

28. Para além da Criação do NIFAP (IB) e da realização do parcelário e marcação do polígono de investimento que outros requisitos teve de reunir para poder apresentar a candidatura ao projeto? *

Assinale todas as opções que se adequam à sua situação.

- Instrução do processo do REAP
- Licença para caça
- Registo de Apicultor
- Registo de Viveirista
- Autorização de corte de sobreiros e/ou azinheiras
- Autorização de arranque de oliveira
- Eletrificação por meios próprios
- Utilização de recursos hídricos
- Outros
- Mais nenhum requisito

29. Para a realização da Identificação do Beneficiário – Criação do NIFAP, dirigiu-se: *

- Aos Serviços Regionais/Locais do Ministério da Agricultura (“Zona Agrária/Delegação”)
- A uma Organização de Produtores - OP

30. No que se refere à criação do NIFAP, qual a principal dificuldade sentida? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Falta de informação

- Reunir a documentação necessária
- Mau funcionamento do sistema informático (muito lento)
- Indisponibilidade do sistema informático
- Outras
- Não tive quaisquer dificuldades

31. Para a realização do Parcelário e marcação do polígono de investimento dirigiu-se: *

- Aos Serviços Regionais/Locais do Ministério da Agricultura (“Zona Agrária/Delegação”)
- A uma Organização de Produtores - OP

32. No que se refere à realização do parcelário e marcação do polígono de investimento qual a principal dificuldade sentida? *

Assinale apenas a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Reunir a documentação necessária
- Localizar a(s) parcela(s)
- Marcação da(s) parcela(s) pelo facto de não possuir documentação da mesma
- Marcação da(s) parcela(s) pelo facto de pertencer a terceiros e ser necessário cedência/contrato de arrendamento/comodato/outros documentos
- Marcação da(s) parcela(s) pelo facto do sistema de identificação do parcelário não se encontrar em funcionamento
- Impossibilidade de marcação da(s) parcela(s) devido a condicionamentos diversos
- Parcela(s) já marcada(s) em nome de outro requerente
- Conflito com outro requerente relativamente ao limite de uma parcela
- Dimensão da(s) parcela(s) insuficiente para o projeto
- Necessidade de visita de campo para confirmação dos limites ou da ocupação cultural
- Outra situação
- Não tive quaisquer dificuldades

33. Para a realização da instrução do REAP dirigiu-se: *

- Aos Serviços Regionais/Locais do Ministério da Agricultura (“Zona Agrária/Delegação”)
- A uma Organização de Produtores - OP
- Entidade Registada no portal para o efeito
- Registei-me na plataforma e instruí o processo
- Este requisito não se aplica ao meu projeto

34. No que se refere à realização da instrução do REAP qual a principal dificuldade sentida?

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Desajustamento entre a documentação existente (antiga) e a situação atual da exploração
- Desconhecimento dos prazos para regularização/ reclassificação da exploração já existente

- Articulação entre a apresentação do projeto e a apresentação do REAP
- Dificuldade em reunir toda a documentação necessária à realização do REAP
- Dificuldade no licenciamento de edificações novas da exploração
- Edificações não licenciadas para o fim pretendido no projeto
- Área insuficiente para o efetivo pecuário
- Volume de armazenamento dos efluentes pecuários insuficiente
- Falta de local de destino dos efluentes
- Morosidade do processo
- Falta de informação acerca do processo do REAP
- Dificuldades para operar a plataforma do REAP
- Outras situações
- Não tive quaisquer dificuldades

35. No que se refere ao requerimento para arranque de oliveiras, qual a principal dificuldade sentida? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Desconhecimento da necessidade de fazer o requerimento
- Dificuldades na elaboração do requerimento
- Não saber onde me dirigir para apresentar o requerimento
- Outro motivo
- Não tive quaisquer dificuldades
- Este requisito não se aplica ao meu projeto

36. No que se refere ao pedido de autorização para corte de sobreiros ou azinheiras, qual a principal dificuldade sentida? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Desconhecimento da necessidade de fazer o requerimento
- Dificuldades na elaboração do requerimento
- Não saber onde me dirigir para apresentar o requerimento
- Outro motivo
- Não tive quaisquer dificuldades
- Este requisito não se aplica ao meu projeto

37. No que se refere à realização do pedido de autorização para criação de caça, qual foi a principal dificuldade sentida? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Falta de informação
- Não saber onde me dirigir para pedir a autorização
- Dificuldade na obtenção dos documentos necessários

- Falta de área para o projeto de investimento
- Dificuldade de licenciamento do local para o fim pretendido
- Impossibilidade de licenciamento do local para o fim pretendido
- Morosidade do processo
- Outros motivos
- Não tive quaisquer dificuldades
- Este requisito não se aplica ao meu projeto

38. No que se refere à realização do pedido de autorização para apicultura, qual foi a principal dificuldade sentida? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Falta de informação
- Não saber onde me dirigir para pedir a autorização
- Dificuldade na obtenção dos documentos necessários
- Falta de área para o projeto de investimento
- Dificuldade de licenciamento do local para o fim pretendido
- Impossibilidade de licenciamento do local para o fim pretendido
- Morosidade do processo
- Outros motivos
- Não tive quaisquer dificuldades
- Este requisito não se aplica ao meu projeto

39. No que se refere à realização do pedido de autorização para o exercício da atividade de viveirista, qual foi a principal dificuldade sentida? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Falta de informação
- Não saber onde me dirigir para pedir a autorização
- Dificuldade na obtenção dos documentos necessários
- Falta de área para o projeto de investimento
- Dificuldade de licenciamento do local para o fim pretendido
- Impossibilidade de licenciamento do local para o fim pretendido
- Morosidade do processo
- Outros motivos
- Não tive quaisquer dificuldades
- Este requisito não se aplica ao meu projeto

40. No que se refere à realização do pedido de autorização para a utilização de recursos hídricos, qual foi a principal dificuldade sentida? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Falta de informação
- Não saber onde me dirigir para pedir a autorização
- Dificuldade na obtenção dos documentos necessários
- Impossibilidade da utilização do local para o fim pretendido
- Morosidade do processo
- Outros motivos
- Não tive quaisquer dificuldades
- Este requisito não se aplica ao meu projeto

41. No que se refere à eletrificação externa por meios próprios, qual foi a principal dificuldade sentida? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Falta de informação
- Não saber onde me dirigir para pedir a eletrificação
- Dificuldade na obtenção dos documentos necessários
- Impossibilidade da empresa para eletrificar o local do investimento
- Morosidade do processo
- Encargos a suportar demasiado elevados
- Outros motivos
- Não tive quaisquer dificuldades
- Este requisito não se aplica ao meu projeto

42. Qual a principal dificuldade sentida para a elaboração da candidatura? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Obtenção de toda a documentação necessária (para satisfazer os requisitos mencionados na questão 28 deste questionário)
- Registo em parcelário dos polígonos
- Não saber a quem recorrer para a elaboração da candidatura
- Não ter a certeza da competência de quem elabora candidaturas
- Insegurança da minha parte, pois apesar de saber elaborar a candidatura não tinha experiência
- Indisponibilidade de capital para o investimento
- Não tive quaisquer dificuldades
- Outros motivos

43. Qual a principal dificuldade sentida na submissão da candidatura? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Necessidade de ter muita atenção porque um pormenor não preenchido provoca o indeferimento da aprovação do projeto

- É necessário percorrer toda a aplicação, para a frente e para trás várias vezes, para conseguir inserir todos os elementos do projeto
- O guia de preenchimento disponibilizado não permite o esclarecimento de todas as dúvidas
- Atualizações constantes no formulário de candidatura (dificuldade em saber se estou a utilizar o mais atual)
- A linha de apoio não funciona bem
- Não tive quaisquer dificuldades
- A candidatura não foi submetida por mim
- Outros motivos

44. Conseguiu acompanhar o estado da sua candidatura desde a submissão até à aprovação? *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação.

- Sim (a par e passo)
- Sim (em algumas fases)
- Sim (mas com dificuldade)
- Praticamente não (obtive apenas informações vagas)
- Não (não soube nada desde a submissão da candidatura até à notificação de aprovação/indeferimento)
- Outra situação

45. Quanto tempo decorreu desde a entrega da candidatura até à sua aprovação? *

Refira o tempo em meses.

46. Quanto tempo decorreu desde aprovação da candidatura até à assinatura do contrato? *

Refira o tempo em meses.

47. Os pedidos de pagamento ficaram condicionados a algum requisito específico? *

Qual foi o principal condicionante? O último a ser resolvido ou o de mais difícil resolução.

- Licenciamento de edificações
- REAP
- Parecer do ICNF
- Parecer da CCDR
- Parecer da ARH
- Parecer da ERRAN
- Não (passe para a pergunta 51)
- Não sei (passe para a pergunta 51)

48. Atualmente o condicionalismo já está ultrapassado?

Responda à questão apenas se esta se aplicar ao seu caso concreto.

- Sim
- Não (passe para a pergunta 50)

49. Se o condicionalismo já está ultrapassado indique quanto tempo demorou após a aprovação do projeto?

Refira o tempo em meses.

50. Se o condicionalismo ainda não está ultrapassado indique há quanto tempo tem a candidatura aprovada?

Refira o tempo em meses.

51. Considera que a Administração Pública deveria simplificar o processo de candidatura, indique em que domínio: *

Assinale a opção que melhor se adequa à sua opinião

- Centralização do processo numa entidade
- Melhorar a comunicação entre as entidades intervenientes
- Redução da documentação exigida
- Simplificação numa fase inicial e pedir comprovativos só em caso de aprovação do projeto
- Melhorar ou clarificar os procedimentos
- Redução do tempo de análise da candidatura
- Melhorar/permitir o acompanhamento da análise da candidatura passo a passo on-line
- Deveria simplificar mas não sei bem em que aspetos
- Não deve simplificar, está bem da forma como está

52. Até que ponto seria útil a centralização do processo de candidatura numa única entidade? *

Assinale a opção que melhor reflete a sua opinião.

- Extremamente útil
- Muito útil
- Útil
- Pouco útil
- Nada útil
- Não tenho opinião acerca do assunto

53. Se vê utilidade na centralização do processo de candidatura numa única entidade, que benefício considera que poderia decorrer desta centralização?

Assinale a opção que melhor reflete a sua opinião.

- Obter toda a informação necessária num único local
- Maior orientação do candidato
- Diminuição do tempo de preparação da candidatura
- Redução do tempo decorrido até à aprovação da candidatura
- Redução do número de entidades a contactar pelo candidato
- Maior controlo de todo o processo
- Em caso de necessidade de alterações saber onde nos dirigirmos
- Haver uma entidade que coordene todo o processo

 Não sei

54. Apresente sugestões de melhoria do processo.

Pede-se o favor de ser objetivo - máximo 200 caracteres

Anexo 11 - Sugestões apresentadas pelos Jovens Agricultores no inquérito

Sugestões Inquiridos JA – Questão 54 do Inquérito

1. Criação de um gabinete que ajude a submeter a candidatura, pois evitam-se gastos avultados em empresas de consultadoria, bem como, pagamentos mais céleres após apresentação dos pedidos de pagamento.
2. O processo parece-me bem, a minha maior dificuldade prende-se nos licenciamentos com atrasos no gabinete de engenharia civil, que ultrapassa a administração pública.
3. - Facultar e uniformizar as tabelas padrão; desmaterialização do dossier pedagógicos/financeiros; desburocratização/simplificação; pedidos pareceres caros.
4. Criação de um Gabinete específico para esclarecimento de dúvidas de pretensos Jovens Agricultores.
5. Interligação da instituição que aprova o projeto com as instituições de crédito. Assim seria possível a análise de viabilidade não só do projeto mas também da capacidade de investimento do promotor.
6. Falta de informação sobre as obrigações com a Segurança Social e as Finanças, considero-me lesado pelo Estado que me está a tributar um rendimento atribuído para investimento.
7. Mais celeridade, menos burocracia, menos papéis.
8. Sistema informático mais eficiente e rápido; redução da documentação; controlo do processo numa única entidade; acompanhamento do projeto por parte de um técnico; formação mais eficaz.
9. No meu caso foi uma cedência de exploração de bovinos de leite não fiz projeto de investimento mas tive muita dificuldade na Organização de Produtores (questão 5).
10. Menos burocracia inicial, documental; pedidos de pagamento e respetiva análise; penalizar as entidades por incumprimento dos prazos máximos estabelecidos e aprovação tácita nestas situações.
11. Mais agilidade; menos burocracia; os técnicos que tem poder de decisão sobre as mesmas deviam sair para o terreno para conhecer a realidade e perceber as dificuldades dos agricultores.
12. Acho que o essencial seria acelerar o processo todo o mais possível, reduzindo o tempo de espera geral de +/- 1 ano para o máximo de 3 meses.
13. Falta de capital.
14. Gostaria de ver os resultados do estudo.
15. Estamos num mercado concorrencial e não podemos ficar meses à espera de EP. São as empresas que fazem melhor o papel de um estado social e com a inclusão de uma palavra, sustentabilidade.

16. Simplificar todo o processo, menos burocracia e documentação
17. A credibilidade do projeto deve ser mais analisada na parcela em causa (no terreno) e menos na secretária.
18. Informar os candidatos o quanto antes de que os apoios - à exceção do prémio de investimento - são cedidos apenas depois do jovem agricultor efetuar os investimentos.
19. Não ser necessário a apresentação de tantos pareceres.
20. Há dificuldade em pagar o investimento sem que o dinheiro do projeto seja avançado, torna-se difícil para quem está a dar os primeiros passos.
21. Os serviços devem preocupa-se mais com a parte prática, do que com a parte burocrática, não ajudam o agricultor a ter sucesso, a única preocupação é a papelada.
22. Bom dia, os candidatos antes de submeterem as candidaturas deveriam ter umas horas de formação relacionadas com a gestão e procedimentos relativos á área em que se estão a candidatar.
23. Apoio da banca.
24. Brevidade no IFAP, para projetos no âmbito do PRODER, no pagamento das ajudas após a entrega dos documentos, pois em casos de projetos de elevado capital próprio condiciona a elaboração do mesmo.
25. Obrigue-se os proprietários de terrenos a tratar ou ceder a exploração dos mesmos a terceiros, aumentando a disponibilidade de terras e a proteção de florestas e outras explorações.
26. Fui informada que os montantes da primeira instalação não podem superar os 25 000€, mais tarde soube que era falso, logo fui prejudicada.
27. Todas as assinaladas no ponto 51; também certificar as entidades capacitadas para a elaboração dos processos/projetos; rever organização dos serviços: entidades independentes e alheias de todas as outras.
28. Simplificar o pedido de documentação desnecessária; poder contactar com a entidade que aprova, pois por vezes são recusados projetos por falta de coisas mínimas e com resolução em poucas horas...
29. Haver um maior cuidado na preservação dos processos, visto que tive que entregar os mesmos documentos várias vezes, por terem perdido o meu processo com os elementos REAP.
30. As sugestões já foram dadas ao longo do inquérito.
31. Apoio na definição do investimento a realizar através de uma análise detalhada e concreta do tipo de exploração agrícola necessária a um bom desempenho por parte do JA.
32. mais divulgação das ajudas disponíveis.

33. A tipologia de despesas elegíveis varia todos os anos, o que torna confuso a comparação de projetos.
34. Centralizar o processo numa instituição pública e clarificá-lo de modo a que qualquer pessoa possa tratar da sua candidatura, podendo assim evitar custos de (+ -) 3000€ no tratamento do projeto.
35. Possibilidade de ajustar as culturas/negócio ao longo do projeto, é demasiado inflexível
36. No meu caso foi tudo tão rápido que só tenho a salientar que a obtenção do título REAP fosse mais facilitada.
37. Inúmeras entidades envolvidas no processo, tornando-o complexo, moroso e com dúvidas evitáveis se apenas houvesse um interlocutor no processo. Em suma, a burocracia é demasiada e até perigosa.
38. Desburocratizar por um lado, por outro garantir que quem apresenta candidaturas tem garantias de executar bem o projeto.
39. Alguns módulos da formação exigida na área agrícola deveriam ser efetuados antes da elaboração das candidaturas.
40. As entidades do IFAP que analisam a candidatura, complicam bastante a vida dos Jovens Agricultores.
41. Apoio técnico para aconselhar sobre faltas ou investimentos desnecessários, funcionalidade de equipamentos, mercados, espécies de animais, plantas e adaptação da cultura ao clima existente.
42. Diminuição do tempo de análise das candidaturas
43. O processo devia ser simples ao ponto de qualquer um dos candidatos poder preencher a candidatura. sem ajuda de um técnico ou só com ajuda da Zona Agrária.
44. Os pareceres deviam ser coordenados por uma só entidade
45. Falta analisar o modo de trabalho dos gabinetes de consultadoria, pois foi aí que senti muita descoordenação, esses gabinetes devem ser avaliados pela DRAP.
46. Menos burocracia
47. Menos burocracia
48. Sugestão inquérito: não tem opção candidaturas submetidas sem resultado - Candidatura submetida abril 2013.
49. foi p/ análise jan. 2014. Não sei se vai ser aprovada ou não.
50. O limite de idade não devia ser 40 anos. Entendo que devia ir até aos 45 ou 50 anos.

51. Os polígonos deveriam ser marcados no fim do projeto, depois de executado.
52. Linhas de orientação dos candidatos devem ser acompanhadas e monitorizadas pelo governo.
53. Haver maior facilidade nos pedidos pagamento porque não é preciso ter só 40 por cento do capital, mas sim 70 para poder fazer o ultimo pedido de pagamento.
54. Deviam ser mais fáceis os pedidos de apoio a nível financeiro, visto que se está a iniciar uma atividade, e ter-se de recorrer aos bancos, devido à conjuntura de mercado, está a ser difícil...
55. Centralizar os processos para tomar as melhores decisões e facilitar os candidatos.
56. Os projetistas deveriam ser certificados, dando garantias ao promotor de serem entidades responsáveis e idóneas, devendo acompanhar todo o processo e serem classificados no final.
57. Maior durabilidade do projeto na face de construção, derivado a falta de capital disponível e ao difícil acesso ao crédito.
58. Maior rapidez nos pagamentos.
59. Disponibilizar valores típicos para o investimento conhecidos. Se um trator para 2ha deve ser inferior a 50cv, porque não ter isso escrito algures em vez de ser apenas um conhecimento empírico dos técnicos?
60. Afinal o inquérito não me permitiu expressar corretamente a minha opinião! Tanta insistência e fico frustrado pelas respostas serem limitativas. Até este texto... enfim!!
61. Muito tempo na marcação do parcelário, porque o sistema por vezes não funcionava!!! Devia-se simplificar ao máximo os requisitos da candidatura... há muita burocracia!!!
62. Há perguntas restritivas relativamente à minha atividade por não considerarem a minha atividade em concreto. Também como responder a questão 15 se o meu projeto não teve investimento?